

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DA FÁBRICA À VÁRZEA:
CLUBES DE FUTEBOL OPERÁRIO EM PORTO ALEGRE

Miguel Enrique Almeida Stédile

Orientador: Prof. Dr. Cesar Augusto Barcellos Guazzelli.

Porto Alegre

2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DA FÁBRICA À VÁRZEA:
CLUBES DE FUTEBOL OPERÁRIO EM PORTO ALEGRE

Miguel Enrique Almeida Stédile

Dissertação apresentada como requisito parcial
à obtenção do grau de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Cesar Augusto Barcellos
Guazzelli.

Porto Alegre

2011

Para Daniel Cassol

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Prof. César Guazzelli, que aceitou de imediato a orientação desta pesquisa, enriquecendo este trabalho a cada etapa com as recomendações necessárias.

Sou grato também ao Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS por acolher este pesquisador e, em especial, aos professores Eduardo Neumann, Regina Webber e Silvia Petersen pelas opiniões e sugestões bibliográficas.

Agradeço aos professores Arlei Damo e Gerson Wasen Fraga pelas importantes contribuições sugeridas na qualificação e que ajudaram a ajustar o rumo desta pesquisa. Agradeço igualmente pelo diálogo e pelas colaborações do Professor Gilmar Mascarenhas (UERJ) e das professoras Janice Zarpellon Mazo (ESEF/UFRGS), Fátima Antunes e Heloísa Fernandes (USP).

Durante o mestrado, também tive a oportunidade de conviver e compartilhar opiniões com um grupo privilegiado de colegas e agradeço por esta rica experiência a Karina Melo, Rafael Fantinel, Soraia Dornelles e Vinicius Pereira de Oliveira. E de maneira carinhosa, à Roberta Zettel, inseparável e inestimável companhia em toda esta trajetória.

Aos meus valorosos camaradas da República Tricolor, Carlos Eduardo Torcato e Rodrigo Lentz, companheiros de irmandade, estudo e, claro, futebol.

Ao camarada Igara Paquola, parceiro de muitas empreitadas e que, tantas vezes, pacientemente, ouviu minhas divagações e reclamações.

Pelo apoio e amizade em todo o percurso, também sou muito grato a Anderson Barreto, Andréia Meinerz, André Carrasco, Ângelo Diogo Mazin, Adalberto “Pardal” Martins, Anderson Girtotto e Simone Beatricci, Cassia Bechara, Carina Wasckiewickz, Cleide Almeida e Tiago Sotilli, Daniela Conte, Danilo Augusto, Diana Daros, Diogo Castro, Edgar Kolling, Edson Cadore, Edson Neves Junior, Francinaldo “Joba” Alves, Felipe Canova e Silvia Alvarez, Gleisa Campigotto, Igor Fellipi, Ivori de Moraes, Janaina Stronzake, Joana Tavares, Joel Guindani, Lauro Duvoisin, Lucila da Rosa, Manoel Dourado Bastos, Marcio Both, Maria Mello, Marleide Rocha, Mariana Duque, Marivani da Silva Martins, Mauricio Borsa, Paola Pereira e Tiago Manginni, Rafael Litvin Villas Boas, Raquel Casiraghi, Rodrigo e Richard Torsiano, Thalles Gomes. À minha família, por tudo.

Aos trabalhadores dos acervos pesquisados, em especial ao Núcleo de Pesquisa em História/UFRGS, agradeço pela receptividade e pelo apoio.

Qualquer gol contra foi por falha deste zagueiro.

“Joga-se como se vive”
Miguel Askargota, técnico boliviano

Resumo

Os clubes de futebol operários em Porto Alegre, na primeira metade do século XX, são o objeto deste trabalho. Procura-se aqui identificar relações de dominação e resistência manifestas, através de uma forma específica de organização e de um espaço determinado de sociabilidade, durante o tempo livre destes trabalhadores, buscando compreender o futebol como campo de disputa entre operários e industriais, fora das fábricas, como espaço para formação de laços de solidariedade e identidade ou de subordinação e disciplinamento. Através da análise da imprensa, incluindo a esportiva e operária, demonstra-se como este processo está inserido dentro de um discurso moderno, que inclui o culto ao físico, o disciplinamento e higienização que, ao mesmo tempo, geram novos espaços urbanos e a organização de agremiações como novas formas de sociabilidade, convergindo em grandes eventos sociais de afirmação desta modernidade. Trata-se de uma tensão permanente entre industriais, igreja, Estado e operários, pelo controle do espaço e das relações extra-fabris, no qual esse discurso é apropriado e re-significado pelos operários como forma de organização, acesso ao tempo livre e construção de laços de identidade e solidariedade, ao mesmo tempo em que contribui para a popularização deste esporte.

Palavras-chave: futebol, operários, modernidade.

Abstract

The workers' football teams in Porto Alegre, in the first half of the 20th century, are the subject of this work. We seek here to identify relations of manifest domination and resistance, through an specific form of organization and a determined space of sociability, during the free time of these workers, seeking to understand football as a place of dispute between workers and industrialists, outside of the factories; as a space for the formation of bonds solidarity and identity or subordination and disciplining. Through analysis of the press, including sport's and workers' press, it is shown how this process is housed within a modern discourse, which includes the cult of the body, disciplining and sanitation, which at the same time generates new urban spaces and the organization of associations as new forms of sociability, converging into large social events of affirmation of that modernity. This is a permanent tension between industrialists, church, State and workers for the control of space and extra-factories relations. Where this discourse is appropriated and re-signified by the workers as a form of organization, access to free time and the building of bonds of solidarity and identity, at the same time that it contributes for the popularization of this sport.

keywords: football, workers, modernity.

Lista de Imagens

<i>Figura 1 - A área destacada no quadrado identifica o Quarto Distrito na Planta da Cidade de Porto Alegre (1916).</i>	98
<i>Figura 2 – Capa da “Revista do Globo” com a missa em celebração ao 1.º de maio, em 1938. Ao alto, à esquerda, vê-se a delegação representando as “equipes esportivas”.</i>	118
<i>Figura 3 - Getúlio Vargas entrega o troféu Eldorado, em homenagem ao 1.º de maio, para Ademir Menezes, 28 de maio de 1952.</i>	122
<i>Figura 4-Equipe do Força e Luz no Campeonato citadino de 1934. Revista do Globo, n.º133, março/1934.</i>	138
<i>Figura 5 - Equipe do Zivi, Miller, Hercules vencedora da Olimpíada de Confraternização Operária. AMARO JUNIOR, 1952.</i>	142
<i>Figura 6 - Fundadores do G.E. Renner. O militante comunista Modesto Zanatta é o último, à direita, na segunda fila.</i>	153
<i>Figura 7 - Nery Onofre Camargo, o Sabiá, ponta-esquerda do Renner em seu trabalho nos escritórios das Lojas Renner.</i>	156
<i>Figuras 8 e 7- Mascote do Renner segundo o Departamento de Propaganda da empresa. Ao lado, o clube representado na charge de Sampaio, “cortejando” o campeonato de 1954, sob olhar do mascote do S.C. Internacional.</i>	159

SUMÁRIO

Introdução	10
Capítulo 1 - Um mundo inteiro a ganhar	33
1.1. A periferia reinterpreta a modernidade.....	41
1.2. A Reapropriação do discurso moderno pelos operários	52
Capítulo 2 - A quem pertence o Mundo	64
2.1. O “Paradigma Bangu”	64
2.2. Das várzeas aos grounds, dos grounds às várzeas	76
Capítulo 3 - O Campo em disputa.....	98
3.1. “Sindicato de classe não é associação recreativa”	106
3.2. “O operário desperdiça o tempo livre, procura a felicidade nos antros de perdição” ..	114
3.3. O Estado como regulador do Trabalho e do Esporte.....	119
Capítulo 4 - Sob a sombra das chaminés.....	126
3.1. A fortaleza inexpugnável.....	144
3.2. “Nós e Eles”	164
Conclusão	167

Introdução

Os clubes operários de futebol, em Porto Alegre, atuantes entre as décadas de 1920 a 1950, são o objeto deste trabalho. Futebol e operários são produtos e símbolos da modernidade, das sociedades urbanas e industriais, cujas trajetórias se entrelaçam e se confundem. O objetivo do presente trabalho é analisar como o futebol pode tornar-se campo de disputa entre operários e industriais, fora das fábricas, como espaço para formação de laços de solidariedade e identidade ou de subordinação e disciplinamento.

A prática do esporte, inicialmente restrita aos colégios e associações de elite inglesa, populariza-se na mesma velocidade com que crescem bairros e cidades industriais, incorporando-se como parte de uma cultura proletária, confundindo-se com a identidade local e convertendo-se em “esporte proletário de massa — quase uma religião leiga” (HOBBSAWM, 2000, p.268), ocupando o tempo livre do operariado, tanto nos campos quanto nas discussões de mesa de bar.

O futebol tornou-se o substituto das práticas de lazeres populares e antigos jogos praticados nas aldeias pelos novos trabalhadores, imigrados do campo (GIULIANOTTI, 2002, p.20). Ao mesmo tempo, reproduzia uma nova organização social do trabalho, através da disciplina – pela fixação das regras, do controle do tempo e da hierarquia - da especialização das funções e do trabalho coletivo, em contraposição à forma artesanal do trabalho; da quantificação dos resultados e da competitividade.

Esta apropriação pelos operários se verifica também na América do Sul. Acompanhando a expansão do capital inglês, no final do século XIX e início do XX, o futebol difunde-se neste continente em torno dos portos, ferrovias e fábricas instaladas pelos britânicos. Propagado por marinheiros, funcionários especializados ou professores das escolas britânicas, antes limitado às elites e clubes nacionais, foi gradualmente apropriado pelos trabalhadores, resultando na fundação de inúmeros clubes¹.

No Brasil, não fora diferente, com a criação de clubes especialmente em torno de fábricas de tecidos, como o Votorantim e Crespi (atual Juventus), em São Paulo, ou o Bangu, no Rio de Janeiro.

¹ No caso da Argentina, por exemplo, na passagem do XIX para o XX, há uma efervescência de novos clubes de origens populares. Segundo Fryndenberg (1997), estas agremiações foram fundadas principalmente por jovens, com diferentes origens étnicas (italianos, espanhóis, judeus); secundaristas ou universitários; trabalhadores de indústrias e ferrovias, filhos ou empregados de pequenos comerciantes. Desse processo resulta a maior parte dos times argentinos em atividade ainda hoje, como Boca Juniors e River Plate (ambos surgidos no bairro de La Boca), Independiente e Racing de Avellaneda, Rosario Central etc.

A trajetória deste último converteu-se em espécie de modelo explicativo e definitivo para o futebol operário no país: com número insuficiente de jogadores ingleses para as partidas e distantes dos demais clubes da elite, o Bangu viu-se obrigado a incorporar os operários brasileiros no seu time. Assim, teriam contribuído para democratização social do esporte, estabelecendo laços de identidade entre a fábrica, o bairro e os operários, tornando-se também veículo de propaganda da empresa. Logo, resultaria na constituição de uma “elite” formada por jogadores-operários, atletas habilidosos, formalmente vinculados às empresas, mas que não trabalhavam ou eram alocados em trabalhos leves. Verificar a pertinência deste modelo em Porto Alegre é também um dos objetivos deste trabalho.

Ao estabelecer como campo de estudo o espaço principalmente fora das fábricas – ou melhor, ao redor delas – esta pesquisa beneficia-se pelas novas abordagens da historiografia operária² que propõem a inserção de outros espaços de sociabilidade e organização dos trabalhadores para além daqueles que se colocavam diretamente em confronto com o Estado ou os patrões.

Durante anos, a historiografia operária correu o risco de assemelhar-se à visão que construiria do seu próprio objeto: confinada às quatro paredes da fábrica, submetida mecanicamente à produção e a economia. Quando não estava na linha de montagem, sua existência – a do operário e da historiografia – só era possível se presentes em um sindicato, em uma associação mutualista ou em um partido:

Em parte, isto deve-se aos próprios historiadores do movimento operário, que tendiam a concentrar-se sobre o estudo da ideologia, dos programas e das organizações associadas ao movimento da classe operária, e sobre a história de suas lutas e atividades de massa mais visíveis — desde os jacobinos britânicos, os owenistas e os cartistas, até os novos socialistas do fim do século XIX e do século XX; desde as “associações profissionais” do século XVIII, passando pelas greves e os sindicatos do século XIX, até a Greve Geral de 1926. Entretanto (exceto em momentos ocasionais) o mundo dos militantes e dos líderes e ideólogos nacionais não era o mesmo mundo da maioria (HOBSBAWM, 2000, p.259)

Além disso, segundo Hobsbawm (1998,p.218-219), interessava a esses historiadores, especialmente aos socialistas, as pessoas comuns que poderiam ser vistas como ancestrais do movimento operário. De maneira que o historiador era tentado a supor que estas organizações que lideravam a luta dos trabalhadores podiam substituir a história das próprias pessoas

² Por exemplo, Maria Auxiliadora G. Decca, *A vida fora das fábricas*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987; Sidney Chalhoub, *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*, Campinas, Editora da UNICAMP, 2001; e Uassyr Siqueira, *Clubes e Sociedades dos Trabalhadores do Bom Retiro, Campinas, SP, Unicamp (Dissertação de Mestrado)*, 2002

comuns. Nesse sentido, a historiografia repetia o equívoco dos líderes operários em considerar outras formas organizativas ou espaços de atuação como secundárias ou alienantes. Por outro lado, em que pese um predomínio de uma análise macrossocial, é necessário dizer que parte significativa das fontes que sobreviveram e que chegaram às mãos desses historiadores, referem-se a essas organizações operárias.

Nos últimos anos, ao contrário dos que previam uma morte da “história do trabalho”, após as transformações políticas e econômicas do final do século XX, esta historiografia tem demonstrado vitalidade e capacidade de ampliar seu escopo teórico e temático, recuperando o papel dos sujeitos como protagonistas históricos; alargando os períodos cronológicos abordados; procurando não apenas os critérios de unidade, mas os fatores de tensão e cisão; buscando outros aspectos relevantes na vida cotidiana dos trabalhadores; estabelecendo estudos comparativos entre diferentes processos e regiões; dialogando com outras disciplinas, como a antropologia ou a sociologia.

É a partir desses parâmetros que Siqueira (2002) ressalta que focar outros espaços não ligados às formas mais imediatamente reconhecidas de organização, como os sindicatos, é uma maneira de problematizar de forma mais rica a heterogeneidade das experiências dos trabalhadores e lançar luz sobre aspectos não explorados tradicionalmente pela historiografia.

Daí, a importância de dar atenção a outros tipos de associações de trabalhadores – como sociedades recreativas, clubes dançantes ou associações esportivas - onde a *experiência* também é compartilhada. Para aquele autor, a diversidade étnica dos trabalhadores, tais como imigrantes europeus e ex-escravos, sugere uma diversidade e multiplicidade de tradições, costumes e formas de sociabilidades que seriam inexplicáveis e incompreensíveis através de um modelo único.

É com a pretensão de contribuir com esse campo que esta pesquisa se insere, embora descartando uma suposta dicotomia entre as esferas da ação *humana* e da *economia*. Ao contrário, deve-se lembrar que a *Economia* não consiste nos desejos e humores de uma entidade divina ou de leis sobrenaturais, mas é também uma relação social, construída no cotidiano pela forma como homens e mulheres relacionam-se e procuram sobreviver. É justamente pela forma como estas relações, através do necessário disciplinamento da força de trabalho para ampliar a produção de mercadorias, ultrapassa as linhas de montagem e pode ou não invadir as casas e as várzeas em que esta pesquisa se debruça.

Nas primeiras décadas do século XX, a capital rio-grandense sofre um surto industrial e um vigoroso crescimento urbano, fruto do desenvolvimento da rede de transportes e de infraestrutura, mas principalmente da transferência do capital acumulado no comércio da zona

colonial para o ramo fabril, acompanhado por uma nova onda de imigração europeia e por um fluxo populacional do interior para Porto Alegre.

Simultaneamente, a cidade vivencia a busca por sua afirmação como “moderna”, não apenas nas transformações físicas da paisagem urbana, mas nos novos hábitos sociais e em um discurso modernizante que é acentuado pelo protagonismo político do Rio Grande do Sul na “Revolução de 30”, onde Porto Alegre constrói uma autoimagem de “*capital revolucionária*”, portanto, exemplo das propostas transformadoras da *Revolução*, cujo ápice seriam as celebrações do centenário farroupilha em 1935. O esporte ocupa lugar neste discurso, seja como justificativa para as atividades de sociabilidade da elite, seja enaltecendo suas propriedades higienistas, como distinção em relação às classes populares ou ainda como método de correção de uma suposta inferioridade física que a miscigenação condenara o país.

É neste cenário que se amplia a prática do futebol na capital: na década de 1900, haviam quatro clubes de futebol. Entre 1903 e 1937, são criados 97 clubes. Só na década de 1930, são criados, pelo menos, 70 clubes. Entre estes, mais de uma dezena de clubes são formados por operários e disputam campeonatos regulares. Paralelamente, no mesmo período, encontramos o embate definitivo entre as propostas de permanência do amadorismo ou da profissionalização na organização do futebol.

A regularização do jogador de futebol como profissão se dará no bojo das leis trabalhistas do governo Getúlio Vargas. O mesmo Estado que busca angariar simpatia das massas através do esporte – mais acentuadamente no período seguinte do *Estado Novo* – reforça o controle sobre sindicatos e exerce repressão policial sobre manifestações populares, em resposta à intensificação de lutas operárias, como a reorganização da Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS) e a tentativa de convocação de uma greve geral no início de 1935.

Nesse contexto de transformações econômicas, jurídicas e políticas, fábricas como a indústria de tecidos Renner implementam um modelo *taylorista* de produção. Acompanhado ainda do desenvolvimento de um sistema que oferecia redução de jornada, creche para os funcionários, entre outras políticas assistenciais, que Fortes (2004, p.179) definiu como *paternalistas*³. O subsídio ao time de futebol formado pelos operários da fábrica é parte deste sistema, que poderia abranger desde o fornecimento de equipamentos e a cessão dos campos à gestão administrativa do próprio clube.

³ O *Paternalismo*, é utilizado por Fortes (2004, p.179), no sentido de que para além do atendimento a necessidades materiais e simbólicas dos trabalhadores, essas políticas alimentavam a imagem do *capitão de indústria* como pai da *família* que pretendia constituir no âmbito da empresa.

Supostamente o tempo livre em nada deveria lembrar o tempo de trabalho. Porém, além de momento de recuperação das energias da força de trabalho, é também espaço onde são introduzidos comportamentos próprios do trabalho. A análise desta dimensão temporal nos permite duas chaves de leitura.

A primeira compreende que na sociedade capitalista, o tempo de não-trabalho tem por função restaurar a força daquele que a vende para garantir a sua sobrevivência. Para Adorno (2002, pp.103-107), se por um lado, este momento deve ser dedicado em não lembrar em nada o trabalho, por outro, são introduzidas formas de comportamento próprias deste.

De maneira que o tempo livre nada mais é do que uma prolongação da não-liberdade, da vida social organizada segundo a lógica capitalista, acorrentado ao seu oposto. Por exemplo, através dos esportes, onde as pessoas adestram-se, sem sabê-lo, para o que delas se espera no processo produtivo (ADORNO, 2002, p.114).

O tempo livre também encontra-se coisificado, onde a liberdade é funcionalizada, reproduzida e imposta pelo comércio. “*Liberdade organizada é coercitiva*”, sentencia Adorno (2002). Assim, além dos “*hobbies*”, segundo esse autor, acionados e organizados em função do lucro, onde a comercialização se torna mais evidente, é possível identificar esta função, como disciplinadora, também nos esportes:

Ainda faz falta uma penetrante sociologia do esporte, sobretudo do espectador esportivo. Todavia, parece evidente a hipótese, entre outras, de que, mediante os esforços requeridos pelo esporte, mediante a funcionalização do corpo no ‘team’, que se realiza precisamente nos esportes prediletos, as pessoas adestram-se sem sabê-lo para as formas de comportamento mais ou menos sublimadas que delas se espera no processo do trabalho. A velha argumentação de que se pratica esporte para permanecer ‘fit’ é falso só pelo fato de colocar a ‘fitness’ como fim em si; ‘fitness’ para o trabalho é contudo uma das finalidades secretas do esporte. De muitas maneiras, no esporte, nós nos obrigaremos a fazer certas coisas — e então gozaremos como sendo triunfo da própria liberdade — que, sob a pressão social, nós temos que obrigar-nos a fazer e ainda temos que achar palatável (ADORNO, 2002,p.113-114).

A crítica de Adorno encontra ressonância em Heller (1977, p.375), para quem, os *hobbies* indicam uma necessidade do ser humano em criar um mundo distinto do real, uma evasão da realidade, onde constroem uma pseudoindividualidade, mas não uma individualidade efetiva.

Para a autora, a faculdade principal de todo jogo é a fantasia, a substituição da realidade por outra imaginária, mesmo nos jogos regulados – caracterizados por um sistema

de regras, pela existência de funções, praticados geralmente de forma coletiva e competitiva, e por este último item, naturalmente criadores de público (1979, pp.373-375).

Ainda assim, ressalta que os jogos caracterizam-se pelo desenvolvimento ou mobilidade das capacidades humanas e que, portanto, possui também uma dimensão humanizadora, pois o *homo ludens* não é mais do que a revelação do homem integral e que encontra na atividade lúdica, espaço para manifestar toda a sua humanidade (HELLER, 1977,p, 372).

Porém, para Heller (1977, pp.375-376), quanto maior a liberdade social e menor a alienação do trabalho, mais o jogo torna-se um exercício sem responsabilidades de capacidades adquiridas. E, no sentido oposto, quanto menor a liberdade e maior alienação, o jogo torna-se uma evasão, uma ilha de fantasias como refúgio à opressão. Neste caso, seu caráter humanizador seria severamente reduzido.

De forma mais enfática, Vinnai (1978, p.22) também não encontra perspectivas à emancipação humana através do tempo livre dentro da sociedade capitalista. Para esse autor, o futebol é mecanicamente reprodução do mundo laboral, logo, simples reflexo da *infraestrutura* na *superestrutura*. Consiste desta forma em outro aparato ideológico, que serve “para ejercitar y cimentar el principio imperante de realidad, y que de esa manera mantiene unidas a las victimas del aparato industrial alienado”. A liberdade do tempo livre só é possível no futuro.

Claro está que o tempo livre, através do esporte e da indústria cultural, torna-se extensão e reprodução sutil do mundo laboral. Também não é difícil reconhecer no jogo de futebol características semelhantes à organização do trabalho, como a disciplina do tempo, a regulamentação de tarefas, a presença de um chefe/gerente (o técnico), o trabalho coletivo, a busca de eficiência etc..

Logo, esta primeira chave de leitura conclui que a prática deste esporte pode ser considerada como disciplinadora do corpo e do sujeito. E, os clubes operários de futebol seriam compreendidos como ferramentas para a reprodução, fora das fábricas, dos mecanismos de dominação que se manifestam no interior destas.

Entretanto, uma segunda leitura possível afirma que isso significaria aceitar a dimensão da dominação sobre o não-trabalho (e, de certa forma, sobre todas as dimensões da vida) e não questionar ou considerar a possibilidade de margens de resistência nesse espaço de tempo cotidiano (e, novamente, sobre as outras dimensões humanas).

Em primeiro lugar, a simples reflexão mecânica da infraestrutura na esfera da superestrutura, significa a exclusão da possibilidade de ação autônoma dos sujeitos - salvo em

organizações tradicionais, como partidos e sindicatos. Edward Thompson já alertara para a inconsistência deste tipo de análise:

Uma divisão arbitrária como essa, de uma base econômica e uma superestrutura cultural, pode ser feita na cabeça e bem pode assentar-se no papel durante alguns momentos. Mas não passa de uma idéia na cabeça. Quando procedemos ao exame de uma sociedade real, seja qual for, rapidamente descobrimos (ou pelo menos deveríamos descobrir) a inutilidade de se esboçar respeito a uma divisão assim. (THOMPSON, 2001, pp.254-255)

Para o historiador inglês, a elaboração de “infraestrutura/superestrutura” possui uma inerente tendência ao reducionismo ou ao determinismo econômico vulgar, onde, enquanto determinadas atividades e atributos humanos podem ser classificadas em uma ou outra dessas categorias, outras como a lingüística ou a disciplina de trabalho ficariam *desgraçadamente a flunar no meio* ou ainda “a boa sociedade” poderia ser construída a partir de uma base industrial pesada, a partir da qual uma superestrutura cultural irá, de algum modo, se constituir sozinha (2001, p.256).

As ressalvas de Thompson (2001, 262) não negam as determinações das condições materiais de existência dos sujeitos, porém, ao contrário de uma clivagem horizontal base-superestrutura, propõe que a relação entre o ser social e sua consciência social considere *congruências* (como as pessoas vivem as relações de produção), *contradições* (como a experiência vivida na exploração converte-se em manifestações de valores antagonistas) e *mudanças involuntárias* (mudanças na “vida material” que afetam os meios de produção e o equilíbrio das relações produtivas).

Por isso, a importância central da concepção de *experiência* em sua produção historiográfica, como mediadora entre as relações de produção e a consciência de classe, onde

Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo [experiência humana] – não como sujeitos autônomos, ‘indivíduos livres’, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, “relativamente autônomas”) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada (Thompson, 1981, p.182)

Coincidentemente, recorre à analogia com o jogo para explicitar sua crítica à visão estruturalista e mecânica da sociedade – naquele momento, representada pela obra de Louis Althusser:

A diferença entre “jogar” um jogo e ser jogado ilustra a diferença entre a estruturação dos acontecimentos históricos por regras (dentro da qual homens e mulheres continuam como os sujeitos de sua própria história) e o estruturalismo. Antigamente, a Economia Política vulgar via o comportamento econômico dos homens como determinados por *leis* (embora os trabalhadores fossem teimosos e refratários a obedecer tais leis), mas concedia ao indivíduo autônomo uma área de liberdade, em suas escolhas intelectuais, estéticas e morais. Hoje, os estruturalismos invadem essa área por todos os lados; (...) Mas tudo escorrega [a interpretação estruturalista], a uma certa altura, do senso para o absurdo e, em seu conjunto, todos chegam ao terminal comum da não-liberdade (...) na qual todos os projetos, empreendimentos e instituições humanas e até mesmo a própria cultura humana parecem situar-se *fora* dos homens, situar-se contra os homens, como coisas objetivas, como o “Outro” que, por sua vez, movimenta os homens como coisas, Antigamente, o Outro era denominado “Deus”, ou Destino. Hoje, foi rebatizado de Estrutura. (210-211)

Segundo Thompson (1981,pp.210-211), Marx havia lido e decodificado as regras invisíveis ou só parcialmente visíveis do *jogo*. Deduzidas as regras, é possível atribuir a cada jogador sua função neste jogo. Um goleiro ou um meia-direita é um *portador do jogo*, assim como um *operário é portador de relações de produtividade*. Na crítica de Thompson, o que o filósofo francês, assim como os sociólogos e antropólogos estruturalistas, propõe é levar a analogia mais adiante: ou devemos dizer que não há regras, mas apenas um enxame de “indivíduos”, ou devemos dizer que as regras *jogam* os jogadores.

Portanto, a ação dos sujeitos não pode ser simplesmente determinada pelas relações de produção vivenciadas. Nem ao contrário, sua consciência não pode ser simplesmente definida pelo local que ocupa na esfera produtiva. É a *experiência* vivida nas relações de produção, expressa em termos culturais e encarnada em tradições, valores, idéias – sua *consciência de classe* - que pode resultar em uma ação “*relativamente autônoma*”. Assim, não é equivocado supor que esta consciência possa manifestar-se também na esfera do não-trabalho e do lazer. Este último, inclusive, compreendido como espaço de práticas culturais.

O próprio Thompson já demonstrara situações de resistência à imposição moral e disciplinadora do lazer dos trabalhadores na formação da classe operária britânica entre os últimos anos do século XVIII e os primeiros anos do século XIX. A implantação de uma rígida disciplina necessária para o sistema fabril foi acompanhada por uma série de normas sociais e medidas de controle moral. Costumes, esportes e feriados populares eram frequentemente atacados para impor o “uso econômico do tempo” na Inglaterra.

A investida, vinda de tantas direções, contra os antigos hábitos de trabalho do povo não ficou certamente sem contestações. Na primeira etapa,

encontramos a simples resistência. Mas, na etapa seguinte, quando é imposta a nova disciplina do trabalho, os trabalhadores começam a lutar, não contra o tempo, mas sobre ele. As evidências neste ponto não são completamente claras. Mas nos ofícios artesanais mais bem organizados, especialmente em Londres, não há dúvidas de que as horas eram progressivamente reduzidas à medida que avançavam as organizações (THOMPSON, 1998, p.292)

Thompson (1987, vol.1, p.61-62) sugere que o historiador olhe para estas classes populares com *valores brechtinianos*: o fatalismo, a ironia em face das homilias do *Establishment*, a tenacidade da autopreservação. É através da materialização destas práticas, como nas canções de baladas e feiras, que os “sem linguagem articulada” conservavam certos valores que alcançaram o século XIX - espontaneidade, capacidade para a diversão e lealdade mútua – apesar das pressões de magistrados, usineiros e metodistas.

Assim, ao invés de destruir as tradições locais, é possível que nos primeiros anos da Revolução Industrial, tenha ocorrido um crescimento da autoconsciência e do orgulho provincianos⁴:

Tratava-se de uma resistência consciente ao desaparecimento de um antigo modo de vida, frequentemente associada ao radicalismo político. Nesta mudança, a perda do tempo livre e a repressão ao desejo de se divertir tiveram tanta importância quanto a simples perda física dos direitos comunais e dos locais para recreio. (THOMPSON, 1987, vol2, p.300)

Da mesma forma, Hoggart (1973, p.40) já atentara para o elevado grau de resistência à mudança entre os operários, adaptando ou assimilando nas novidades aquilo que lhes interessa e desprezando todo o resto. Assim como a possibilidade emancipatória do tempo livre também é enfatizada por Mészáros (2007, p.53), para quem, esta não é noção especulativa, mas uma potencialidade real e, por sua própria natureza, inexorável.

Existe como tempo disponível virtualmente ilimitado – porque generosamente renovável e ampliável – dos indivíduos sociais, capaz de ser colocado em uso criativo por eles, como indivíduos auto-realizadores, contanto que os propósitos significativos a que suas ações servem emirjam de suas próprias deliberações autônomas. Essa é a única maneira de

⁴ Para fins de comparação, examinando um fenômeno contemporâneo, Jacks (1998) explica a criação do Movimento Tradicionalista no Rio Grande do Sul, com sua ode à estrutura rural de grande extensão, como reação regional ao avanço dos produtos da indústria cultural norte-americana. Segundo esta autora, a tese apresentada por Barbosa Lessa, um dos principais expoentes deste movimento, no I Congresso Tradicionalista, propunha o “fortalecimento dos grupos locais, que estavam se esfacelando diante das características da nova organização social do mundo contemporâneo, resultando no enfraquecimento da vida em grupo (1998, p.42). O próprio Lessa, citado pela autora, afirma que “Porto Alegre nos fascinava com seus anúncios a gás neon, Hollywood nos entonteava (...) mas no fundo, no fundo, preferíamos a segurança que somente o nosso ‘pago’ sabia nos proporcionar, na solidariedade dos amigos, na alegria de encilhar um ‘pingo’ e no singelo convívio das rodas de galpão” (1998, p.37).

transformar os potenciais emancipatórios da humanidade em realidade libertadora da vida cotidiana (MÉSZÁROS, 2007, p.53).

Considerando, então, a possibilidade de autonomia relativa do sujeito, frente às condições que determinam sua existência, e o espaço de não-trabalho como campo também de resistência, como pensar o papel dos clubes operários neste contexto?

Segundo Damo (2005, pp.71-72), os clubes de futebol são, ao mesmo tempo, entidades político administrativas e portadores de uma dimensão simbólica. O clube é um mediador entre dada equipe de onze atletas e um torcedor, um mediador entre um significante (time, camiseta, bandeiras, cores, etc.) e um significado (amor/ódio, fidelidade, pertencimento, etc.). Como demonstra:

Não há dúvidas de que o Banguzinho e o Academia do Morro, embora à margem do sistema FIFA_IB⁵, possam cumprir idêntica função significante de Grêmio e Internacional, afinal uns e outros são capazes de pôr em evidência um conjunto de representações que transcendem o futebol. Ou ainda, eles são capazes de mobilizar dadas comunidades de pertenças, salvo as devidas proporções. (DAMO, 2005,p,72)

Ainda, segundo Damo (2005,p.90), o pertencimento clubístico implica a identificação de um indivíduo a dada coletividade. E, para Giulianotti (2002, p.55), classe, nação e localidade são as três formas fundamentais de relação de identidade entre torcedor e clube. Ou seja, em torno delas e dos valores que emanam se constituem as relações identitárias entre o torcedor e o clube.

Ora, se esta coletividade for uma classe subalterna e o clube atue como mediador entre equipe e classe, é possível, então, pensá-los também como espaços de experiência, recuperando novamente este conceito em Thompson. Assim, é possível indagar se estes clubes seriam também espaços onde eram compartilhados os valores culturais da classe operária.

Cabe também questionar a natureza do jogo de futebol. Damo (2005) considera a existência de quatro matrizes de futebol: a escolar, a espetacular, a bricolagem e a comunitária. A matriz *escolar* refere-se ao futebol praticado nas escolas, mas integrado aos conteúdos da educação física e dirigida por profissionais a serviço da formação de determinados valores morais chancelados pelo Estado. A matriz *espetacular* pressupõe a constituição de um público, de dispositivos de preparação dos profissionais, da mediação

⁵Fédération Internationale de Football Association(FIFA) e International Football Association Board (IB ou IFAB), órgãos respectivamente responsáveis pelo gerencia[pela gerência ou pelo gerenciamento?] das associações e das regras do futebol.

especializada e, destaque-se, agências e agentes que controlam e regulam esta matriz política e economicamente.

Já o futebol *bricolado* admite variações e flexibilidades – desde o número de jogadores, o tempo, o campo, a bola – sem limites para a invenção ou adequação dos códigos básicos do futebol. Enquanto o futebol *comunitário* caracteriza-se pela vinculação ao tempo do lazer dos praticantes, por admitir certa divisão social do trabalho – precária, ressalte-se -, assim como por certa regulação, mas muito menos ortodoxa do que o futebol espetacular.

Ao incorporar esta tipologia, pode-se sugerir que o futebol *bricolado* e o *comunitário*, certamente praticado pelos operários, ao submeterem-se menos às regulamentações próprias do esporte, seriam menos eficiente em sua missão de “*ejercitar y cimentar el principio imperante de realidad*” e permitiram maior autonomia das “*victimas del aparato industrial alienado*” (VINNAI,1978, p.22).

É preciso lembrar ainda que o escopo temporal desta pesquisa concentra-se em um período em que a profissionalização do esporte não se encontra consolidada: a preparação profissional é precária, a mediação pelos meios de comunicação existe, mas ainda embrionária, e há inclusive instabilidade na organização do jogo, dada a cisão, em Porto Alegre, da Associação Metropolitana Gaúcha de Esportes Atlético (AMGEA) em duas organizações distintas: uma vinculada ao amadorismo e outra defensora do profissionalismo.

Por fim, se estes clubes se autodefiniam como “times operários”, reafirmavam, portanto, uma identidade. E esta só pode ser atribuída em antagonismo à outra. Neste caso, os industriais.

Então, claro está que esta pesquisa não compreende o tempo livre como espaço determinando exclusivamente pela dominação ou pela resistência. Pelo contrário, supõe que justamente este momento do não-trabalho é marcado pela tensão, disputa ou ainda pela existência conjunta de ambos os pólos.

Como então aferir se os clubes de futebol operário constituem-se em ferramentas de dominação, resistência ou campo de disputa entre ambos? Pressupõe-se que quanto maior, ainda que sutil, seja presença da fábrica e da divisão social do trabalho no tempo livre, seja maior a condição de subordinação dos operários. E, inversamente, quanto menor sua presença, maior o espaço de autonomia e resistência.

Pode-se, então, adotar alguns parâmetros para apurar a maior ou menor presença das fábricas dentro dos clubes: o nome do clube, a forma de aquisição dos equipamentos e do local das partidas, a participação efetiva dos sócios, a presença de diretores da empresa em funções diretivas do clube, os tipos de campeonatos disputados e as ligas a que pertenciam, os

motivos que levaram à extinção e a participação dos operários (jogadores) nas greves e mobilizações da categoria no período.

Futebol e historiografia

O tratamento bibliográfico aos esportes tem se caracterizado pelo que Oliven e Damo (2001,p.28) definiram como “*dialética da incompreensão*”: a tensão entre a produção de uma *militância esportiva*, sem distanciamento crítico, e a negação ou o tratamento periférico conferido por parte da intelectualidade.

Além de frequentemente tratada como um campo secundário, parte da produção nas ciências humanas confere uma interpretação estática e negativa acerca do esporte. Como demonstra Giulianotti (2002, p.32), tanto funcionalistas quanto alguns marxistas compreendem o futebol como válvula de escape para manutenção da ordem e do *status quo*, cuja popularização é explicada por “influências maquiavélicas”.

Porém, mesmo que enfocando outro contexto histórico e político, Guazelli (2000, p.48) já demonstrou como antagonismos e descontentamentos políticos poderiam ser transferidos ou canalizados para o futebol, atuando como espaço para demandas políticas reprimidas. Assim como Damo (2002), que afirma que o futebol é capaz de tornar públicos dilemas e conflitos sociais, através dos clubes e de suas rivalidades.

É possível imaginar ainda o futebol como propõe Franco Junior (2007), como síntese ou metáforas do mundo contemporâneo⁶. Em “*A Dança dos deuses: futebol, sociedade e cultura*”, o futebol é tratado como fenômeno cultural total e como poderoso criador de microsociedades, fundamental para que nas sociedades ocidentais - ao se democratizarem, industrializarem, massificarem, uniformizarem - diluam em certa medida grupos sociais, econômicos, culturais, religiosos, sexuais, etários.

É desta forma que o autor identifica também no campo de futebol as contradições sociais e econômicas da sociedade brasileira. A tensão entre o arcaico e o moderno, de uma sociedade que se transforma de rural para industrial, mantendo, porém, estruturas políticas

⁶ Franco Junior organiza esta obra em duas partes. Enquanto, na primeira, “*Micro-história do mundo contemporâneo*”, concentrada na análise histórica, estabelece um paralelo entre o contexto político e econômico, nacional e internacional, e a própria organização e técnicas do futebol. Na segunda parte, “*Metáfora do mundo contemporâneo*”, analisa o esporte através dos aspectos sociológico, antropológico, religioso, psicológico e lingüístico.

oligárquicas e desigualdades sociais e econômicas, expressam-se também na atuação de técnicos, jogadores, dirigentes e federações. No mesmo contexto histórico em que as massas exigem maior espaço de participação política, simultaneamente, apropriam-se do futebol, até então, como a política, elitizado. Talvez justamente por esta capacidade metafórica, tenha tido papel aglutinador e fomentador da formação de uma identidade nacional, com estímulos do Estado.

Além de chave de leitura, o futebol pode contribuir como produtor de um *corpus* documental próprio. É assim que através de estatutos, atas, relatórios de clubes e entidades combinados com processos judiciais, depoimentos orais e relatórios empresariais permitem que Leonardo Miranda Pereira (2000) reconstrua uma história social do Rio de Janeiro nas primeiras décadas republicanas.

Através da passagem do esporte de atividade exclusiva de uma elite, preocupada em afirmar sua modernidade por meio dos espaços de sociabilidade e de elegia à saúde, para uma popularização massiva, pelos setores marginalizados política e economicamente, e dispostos a re-significar o jogo a sua maneira. É neste cenário contraditório, com o apoio ou repulsa da intelectualidade da época, que se dará o encontro entre nacionalismo e futebol, nas primeiras manifestações identitárias e ufanistas através do esporte.

Este é o tema também da tese de Gerson Wasen Fraga (2009) que utiliza a derrota da seleção brasileira para o Uruguai, na Copa de 1950, para confrontar a ambição *civilizatória* calcada no modelo europeu, difundida por intelectuais e jornalistas, com uma auto-imagem da malemolência e atraso da alma brasileira, representada pelo “Jeca”.

Se vitoriosa, a seleção brasileira seria redentora da identidade nacional e anunciadora da modernidade e do caráter civilizado do país. Com a derrota, a mestiçagem e a “democracia racial”, que nos tornariam positivamente ímpares, invertem de polaridade e justificam nossa incapacidade em ascender aos padrões de desenvolvimento ocidentais. Uma disputa de projetos que não se encontra solucionada e que é reavivada, agregada a novos sentidos, em outros momentos históricos.

A historiografia social do futebol ganha em vigor, ainda, quando analisada também sob a perspectiva de território e das redes espaciais em que são tecidas, como na tese de doutorado de Gilmar Mascarenhas (2002). Acompanhando a difusão do esporte, da Inglaterra vitoriana aos pampas, o autor demonstra sua relação intrínseca com a modernidade – adaptando-se e reconfigurando ao mesmo tempo a paisagem urbana, de acordo com o dinamismo local em interpretar a “*informação*” futebol.

É neste sentido que seu trabalho é revelador ao demonstrar a vitalidade e organização do futebol no Rio Grande do Sul, ao contrário dos paradigmas tradicionais centrados no protagonismo das elites do Rio de Janeiro e São Paulo. Juntamente com a emergência de outros sujeitos difusores, como marinheiros e operários, Mascarenhas destaca a influência das redes econômicas e sociais estabelecidas com os vizinhos platinos.

Dessa forma, não apenas identifica outros centros irradiadores do esporte, como permite uma nova interpretação da própria difusão do futebol no Brasil: ao invés do ato pioneiro de Charles Miller em desembarcar no país com o equipamento necessário e organizar uma primeira partida, a ação de múltiplos sujeitos anônimos simultaneamente em vários pontos desconectados entre si, mas conectados com o exterior.

Estes são trabalhos representativos de estudos recentes onde o futebol é analisado dentro de um contexto histórico, cultural e social. Somam-se assim ao estudo de antropólogos e sociólogos, enfocando temas como a transição do amadorismo para o profissionalismo, a formação profissional do jogador, a questão racial, a mercantilização e espetacularização do futebol, as relações entre o esporte e identidade nacional ou os *futebóis*⁷.

Portanto, os clubes de futebol operários interessam a este trabalho como espaços organizativos, sem natureza econômica ou reivindicatória – mas, ainda assim uma forma organizativa – e comportam-se dentro da disputa pelo *tempo livre*. Como espaço de reprodução da fábrica ou de emancipação dela.

Sobre o recorte temporal

O escopo temporal deste trabalho concentra-se nos anos entre 1931 e 1937, período em que efervesce a fundação de clubes de futebol operário em Porto Alegre, especialmente vinculado às fábricas. Entretanto, para compreender este dado período, se faz necessário retornar à introdução do futebol na capital, como parte da incorporação de um discurso de modernidade pelas elites e de certa forma apropriado e re-significado, à sua maneira, pelos operários. E ainda, avançar até a segunda metade da década de 1950, quando parte destes clubes, ao menos os que se profissionalizaram, desapareceram.

⁷ A elaboração de que não existe uma única forma de “futebol”, mas diversas, pode ser encontrada em Damo (2005) e também em Fraga (2009). Este identifica também três matrizes na origem da difusão do esporte: o futebol de elites e grandes clubes, o futebol operário e o futebol malandro, este último semelhante à concepção de Damo para o futebol bricolado.

Correspondendo assim a um período de profundas transformações políticas e econômicas no país, iniciadas com a *Revolução de 30* e que deságuam na instalação do *Estado Novo*, bem como de um processo de aceleração da industrialização e de expansão urbano-industrial de Porto Alegre, simultâneo à difusão do futebol entre as classes populares.

A historiografia operária considerou, durante muito tempo, os anos entre 1930-1964 como de “domesticação” e perda de autonomia pelos operários, supostamente subordinados, cooptados ou restringidos pela ação estatal. Um período de hiato, entre a “rebeldia combativa do anarquismo” à retomada da autonomia pelo Novo Sindicalismo do final dos anos 70 (NEGRO e FORTES, 2007, p.187).

Os novos estudos deste campo têm demonstrado não apenas a continuidade na *experiência histórica* dos trabalhadores, em relação ao período anterior de *formação da classe*, como reinterpretado o conjunto de leis trabalhistas para além da concessão do Estado, mas como resultado da organização e mobilizações anteriores. Além disso, a existência das leis, não significava sua real adoção. Sem demonstrar capacidade ou disposição em cumprir as próprias leis, o Estado seria pressionado por diversas categorias de trabalhadores em busca do cumprimento de seus direitos, negados também pela ação empresarial (FORTES, 2004).

A vitalidade da ação dos trabalhadores neste período – sem ignorar suas debilidades, fissuras e diferenças de interesses – pode ser aferida pela reorganização da Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS), com a participação de diversas correntes políticas, desde anarquistas a getulistas, mas com predomínio comunista; e, pelas paralisações organizadas no período: apenas nos primeiros vinte dias de 1935, por exemplo, entraram em greve os marítimos de cabotagem, os trabalhadores das fábricas de tecido, os metalúrgicos, os operários de fábricas de mosaico e trabalhadores dos transportes. Também é possível registrar a atuação de outras organizações, não necessariamente sindicais, neste período como o Comitê Antiguerrero, a Aliança Nacional Libertadora, as sociedades de caráter étnico-classista e a permanência de sociedades mutualistas.

Houvesse uma domesticação dos trabalhadores, como justificar a preocupação da Igreja Católica em organizar Círculos Operários, desde 1934, cujos estatutos pregavam a harmonização do mundo do trabalho, através do respeito recíproco entre operários e patrões, e o combate ao comunismo e à luta de classes. Aliás, o uso do tempo livre para os operários eram também uma das preocupações dos Círculos, que contou com seu próprio clube de futebol, além de documentos que sugeriam o convívio com a família e a frequência à igreja, como meios de combater os perigos da ociosidade.

Obviamente, além do Estado e da Igreja, os trabalhadores enfrentavam os limites impostos pela ação de uma sólida e potente classe industrial, o que incluía, para além da exploração do trabalho, mecanismos mais sutis de dominação, como bem demonstrou Fortes (2004), como a adoção de programas abrangentes de benefícios sociais.

As indústrias Renner, do ramo têxtil, são ao mesmo tempo símbolo e pioneira destas políticas. Oferecendo benefícios como atendimento médico-odontológico, farmácia e restaurante de baixo custo, previdência pela caixa beneficente, cooperativas de consumo e crédito, ensino supletivo, complementação salarial para famílias numerosas, etc.. Políticas estas que buscavam integrar família, empresa e comunidade, articuladas através de um sistema de valores relacionados à disciplina do trabalho, à austeridade e à estrutura familiar patriarcal. Estas ações assistenciais faziam da Renner um obstáculo para ação sindical. E é neste conjunto assistencialista e disciplinador que se insere o subsídio da empresa ao clube de futebol dos operários, o Grêmio Esportivo Renner.

É, portanto, nesse período rico em conflitos sociais e políticos, de complexas relações entre Estado, industriais e trabalhadores que a pesquisa volta-se para os clubes de futebol operários, atuando ou não em ligas e campeonatos formais em Porto Alegre naquele momento.

Simultaneamente, para o futebol portoalegrense, é na década de 1930 que se acentua o debate em torno da profissionalização, nesse caso, especificamente a remuneração dos jogadores. O que consistiria numa perda da *aura* de cavalheirismo e civilidade do jogo, segundo os defensores do amadorismo. Por outro lado, na prática, a profissionalização permitirá, ao mesmo tempo, consolidar a transformação do futebol em um espetáculo e em parte da indústria cultural, mas também o acesso definitivo dos setores populares à sua prática⁸.

Por fim, é ainda nesse período que o futebol desenvolve sua potencialidade como alicerce para a construção de uma identidade nacional, sem que isso passe despercebido da ação estatal. Como observa Franco Junior (2007, p.79), ao estabelecer um paralelo com as políticas de aquisição de simpatia das massas do Governo Vargas no período, constatando que o “processo que incorporava os torcedores ao universo do futebol brasileiro, estabelecendo

⁸ A disputa sobre a permanência do amadorismo ou adoção do profissionalismo, cinde os clubes da capital em duas associações – a AMGEA “especializada”, vinculada à Federação Brasileira de Futebol e favorável à profissionalização, e a AMGEA “Cebedense”, fiel à Confederação Brasileira de Desportos (CBD) e defensora da manutenção do amadorismo. Cada qual organizando seu próprio campeonato citadino.

um alargamento de sua base social, era o mesmo que incluía as camadas subalternas urbanas no jogo político nacional”.

Sobre as Fontes

O historiador do movimento operário já foi descrito como um “arquiteto de fios interrompidos” e seu ofício comparado ao passageiro de um “trem-fantasma” que transita por uma história subterrânea com destino aos bairros operários (HARDMAN,2002).

A metáfora permanece válida. A situação de clandestinidade das organizações, sua baixa perenidade, a repressão pelo aparelho estatal eliminaram ou reduziram significativamente as fontes disponíveis. Na maior parte dos casos, a imprensa operária ainda constitui-se numa alternativa ao historiador, assim como a própria imprensa regular e, naturalmente, os arquivos policiais. É também este acesso às fontes que, em parte, limitou o estudo sobre os operários às suas organizações. Não raramente, são esses os vestígios que sobrevivem e que restam ao historiador— ironicamente, muitas vezes graças à ação policial.

Por outro lado, isto tem desafiado aos historiadores a ampliarem seu repertório de técnicas e fontes de pesquisa, incorporando os processos-crimes, processos judiciais, arquivos de empresas ou a história oral, por exemplo, como recursos investigativos.

Uma das motivações iniciais deste trabalho parte justamente da suposição que os clubes de futebol operários podem fornecer novas fontes para a pesquisa historiográfica sobre o cotidiano, organização e cultura operária. Através de suas atas, estatutos, do registro de manifestação dos torcedores e de partidas poderíamos constituir outro *corpus* documental para a análise. É através, por exemplo, das normas e regulamentos dos primeiros campeonatos municipais que se tornam evidentes os mecanismos de exclusão dos times e jogadores *indesejáveis* por sua condição social. Ou ainda pela relação de seus fundadores, que evidencia a multiplicidade étnica nos clubes operários ou exclusivistas nos clubes de elite.

Entretanto, o historiador que tem no futebol seu objeto, não se encontra mais privilegiado que seus pares de outros campos. Pelo contrário. É notório, por exemplo, o interesse destes historiadores pela *Liga das Canelas Pretas*, que reunia os times de jogadores negros, em Porto Alegre, na década de 1920 e cujo acesso a outras divisões e times era negado pelo caráter elitista do esporte no período. Sabe-se que quase toda documentação a

esse respeito se perdeu com a enchente de 1941 e os registros sobreviventes limitam-se aos depoimentos de contemporâneos, ainda assim, bastante imprecisos⁹.

De maneira que apenas os clubes que pertenceram às ligas e federações mais organizadas e elitistas deixaram registros acessíveis ao pesquisador. Tendo conhecimento que as ligas estabeleciam critérios rigorosos, inclusive como forma de segregação social, esta característica exclui clubes efêmeros, de piores condições financeiras ou menos profissionalizados, não apenas no sentido de remuneração dos jogadores. No caso específico dos clubes operários, aqueles que disputaram as primeiras divisões dos campeonatos municipais ou estaduais no período encontram-se, digamos, na superfície, enquanto as memórias de tantos outros clubes provavelmente jamais possam emergir.

Além da documentação própria dos clubes e associações, a imprensa é uma das principais fontes à disposição do historiador do futebol. Não apenas pela perenidade de seus acervos e registros, mas fundamentalmente porque a formação de uma indústria cultural, representada também pela expansão da atividade jornalística, é decisiva para a popularização do esporte¹⁰. Coube aos primeiros jornalistas esportivos, importante papel na difusão das regras e códigos próprios do futebol.

Dessa forma, esta pesquisa apóia-se em alguns veículos em especial. Primeiro, o *Correio do Povo*. O período abordado pela pesquisa corresponde à parte da transição da imprensa riograndense de sua fase partidária – em que os periódicos são publicamente vinculados a determinada corrente de opinião ou partido político – para sua caracterização industrial e moderna, inclusive no sentido administrativo. Nessa passagem, a informação ganha prioridade sobre o proselitismo político-partidário, ampliando sua cobertura sobre o lazer e a vida social. O *Correio* será o principal expoente desse jornalismo moderno na capital (HOHLFELDT,2006). Em comparação, o outro principal jornal do período, *A Federação*, vinculado ao Partido Republicano Riograndense e ao governo do Estado, só tardiamente passará a incorporar a cobertura esportiva, além disso, encerra suas atividades em 1937.

⁹ Como pode-se comprovar pelo estudo que se constitui referência sobre o tema: MASCARENHAS, Gilmar. *A bola nas redes e o enredo do lugar Uma geografia do futebol e de seu advento no Rio Grande do Sul*. Tese de doutorado em Geografia Humana, Universidade de São Paulo (2002) e especificamente seu artigo *Futebol da Canela Preta: o negro e a modernidade em Porto Alegre*, publicado em Anos 90, Vol.7, nº11, UFRGS, 1999.

¹⁰ Fraga (2009,p.155) comprova que não foi a imprensa quem popularizou o futebol, mas ao contrário, que o futebol ao tornar-se uma prática social, demonstrou ser um assunto “vendável”, capaz de atrair um grande contingente de leitores e de criar um segmento jornalístico esportivo. Porém, é possível acrescentar que, a partir do momento que este esporte ganha espaço nesta indústria cultural, sua difusão também é potencializada e ampliada.

Outro importante jornal da época, o *Diário da Manhã*, inicia suas atividades apenas em 1925. De maneira que apenas o *Correio do Povo* oferece uma série regular, abrangente do recorte temporal desta pesquisa, que por sua regularidade, permitiu observar o tratamento ao futebol desde as primeiras organizações da liga porto-alegrense, na década de 1910, até a segunda metade do século, quando se encerra o ciclo de ascensão dos clubes operários.

O segundo veículo pesquisado é a *Revista do Globo*, nascida com a pretensão de expressar os valores e os anseios modernos da pequena burguesia porto-alegrense e que também dedicou atenção à vida esportiva. Por fim, o *Almanaque Esportivo*, publicado anualmente pelo jornalista Amaro Junior, reproduzindo uma tendência de outras publicações semelhantes do sudeste do país, pretendia compilar detalhadamente os principais acontecimentos esportivos do estado. Além disso, pretendia também oferecer um catálogo das associações e clubes existentes no estado, a partir de informações fornecidas pelas próprias equipes.

Estas publicações foram ainda pioneiras na cobertura esportiva, e por abrangerem o período histórico estudado, nos permitem observar a própria evolução da popularidade do esporte e de seu tratamento pela imprensa. De pequenas notas anunciando uma partida e muitas vezes não mais do que uma foto-legenda, gradualmente, a imprensa amplia o espaço ao futebol, passando a retratar seus jogadores, descrever com maior interesse cada partida, para além do placar. Muitas destas pequenas notas, especialmente no *Correio do Povo*, são os únicos vestígios que ainda permanecem da existência de clubes que talvez tenham disputado apenas uma partida ou não tenham alçado uma institucionalidade que permitisse legar outros registros.

Entretanto, aqui também cabem ressalvas. Primeiro, a análise da imprensa como fonte histórica requer a lembrança permanente que a construção do fato jornalístico e da notícia consistem em processo de seleção, hierárquico e arbitrário, determinado por um conjunto de fatores, tais como as relações sociais, econômicas e políticas onde a empresa jornalística se insere. Como alerta Fraga (2004,p.24), a fonte jornalística não se constitui somente em um produto da ação humana sob a forma escrita, mas também de um lugar no qual se pretende fixar uma determinada memória; onde se desenrola a luta política; bem como de um mecanismo para levar esta última a cabo. Assim, é preciso considerar que a cobertura esportiva será, desde os primórdios, a cobertura das práticas esportivas da elite.

Em se tratando do jornalismo esportivo, há ainda outro risco: a tênue fronteira entre o fato e o mito. O excesso, as metáforas, a construção heróica, são características da crônica

esportiva até os dias de hoje. Porém, não poucas vezes o recurso literário encobre ou omite o fato, ou ainda, o supervaloriza¹¹.

Para além da imprensa esportiva, o papel econômico e social que as Indústrias Renner desempenharam no Quarto Distrito, o bairro operário, por excelência, de Porto Alegre, e seu pioneirismo em ações de propaganda interna e externa legaram um conjunto de publicações, pelos quais é possível reconstruir partes da trajetória do seu clube, o Grêmio Esportivo Renner, maior clube operário em títulos e notoriedade. Especialmente, através do *Boletim Renner*, espécie de órgão oficial da empresa para os funcionários, onde também se publicavam os artigos de seu proprietário, A.J. Renner, normas de conduta esperadas de seus operários, notas da vida social da empresa etc.

Porém, se a imprensa tradicional já deve ser analisada à luz dos interesses econômicos em que está inserida, o que dizer de um veículo oficial de uma empresa? De forma que sob o risco de possuir apenas a visão da classe industrial, foi necessário buscar outras fontes que permitissem dar *vozes* aos operários.

Primeiro, por contraste, a própria imprensa operária, embora consciente de que não se trata da expressão do conjunto da classe – e nem seria possível – mas de parte organizada dela e inserida em um dos tantos projetos que disputavam o tempo livre do operariado. Através das edições da *Voz do Trabalhador*, órgão oficial da Federação Operária do Rio Grande do Sul, publicado entre 1934 e 1935, foi possível aferir as condições de trabalho nas fábricas, a rejeição de parte significativa do movimento sindical ao futebol e, ainda, de como o discurso higienista também fora, não apenas apropriado, mas re-significado por esta categoria a serviço de seus interesses.

Segundo, os depoimentos recolhidos por outros pesquisadores. Especialmente Fortes (2001) em seu abrangente estudo sobre o Quarto Distrito e também o depoimento de Julietta Battistioli recolhido por Francisco Carvalho Junior e Eliane Garcia (2008), além da compilação de documentos operários por Petersen e Lucas (1992).

Completam os pilares do corpus documental desta pesquisa, o *Inventário das Associações Esportivas de Porto Alegre (1863 A 1945)* compilado pela Prof. Dra. Janice Zarpellon Mazo, do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento

¹¹ Caso exemplar é *O Negro no futebol brasileiro*, de Mário Filho (2003), que merece análise no segundo capítulo desta dissertação, cuja estrutura aproxima-se do campo do romance épico e do conto e, no entanto, mesmo assim é alçada a condição de fonte científica inquestionável por inúmeros pesquisadores (SOARES, 1999).

Humano/UFRGS,¹² que oferece um panorama não apenas dos clubes de futebol, mas também de outras agremiações, permitindo, por exemplo, aferir o predomínio germânico nas primeiras associações esportivas de Porto Alegre.

A combinação destes documentos permitiu construir um mapa dos clubes, suas localizações, vínculos fabris, a associação a ligas formais ou não, a relação de diretores, o tempo de existência etc. A partir dele, foram cruzadas as informações com dados referentes às atividades políticas, buscando identificar intersecções entre a prática esportiva e sindical, por exemplo. Da mesma forma, buscou-se a participação dos operários, cujas fábricas possuísem times de futebol, com as greves do período, com a pretensão de não apenas identificar agentes políticos que também atuassem no campo esportivo, mas também de verificar a hipótese defendida por anarquistas e comunistas de que o futebol seria um empecilho à organização social.

Organização dos capítulos

Este trabalho organiza-se em quatro partes. Na primeira, correspondente ao capítulo 1, pretende-se discutir a relação entre os operários e a difusão do futebol a partir da Inglaterra e do desenvolvimento do capitalismo industrial, procurando demonstrar a forma intrínseca como a modernidade, a revolução industrial, operários e futebol caminham juntos.

Para isso, reconstruo o início desta trajetória desde a Inglaterra em plena Revolução Industrial, onde a expansão urbano-industrial e o crescimento do operariado, demandam por novas formas de lazer que supram a lacuna ocupada pelos jogos comunais das antigas aldeias. As novas massas urbanas não se contentam com o papel de espectadores secundários dos esportes, enquanto a prática esportiva era restrita às elites como forma de distinção e como parte de um ideário *moderno*. Interessa aqui o processo de incorporação do futebol pelos operários como parte de sua própria cultura e os conflitos resultantes deste processo.

Com suas especificidades locais, procuro demonstrar que na América do Sul e no Brasil, o processo ocorreu de forma similar. E que a expansão do capital inglês no final do XIX e início do XX permitiu a difusão do futebol, recebendo a adesão entusiasmada das elites

¹² Este inventário é parte do projeto de pesquisa em andamento “*Banco de Dados das associações esportivas e de Educação Física do Rio Grande do Sul*”, iniciado em 2010, coordenado pela Prof^a. Dr^a. Janice Zarpellon Mazo.

locais, novamente como elemento distintivo, mas que não tardou em ser adotado também pelas classes populares.

Ressalva-se que o discurso da modernidade, implícito na prática esportiva, quando recebido na *periferia* do sistema, precisa operar ainda com as tensões em sua estrutura arcaica e suas pretensões modernizantes. Entrelaçam-se transformações urbanas e de valores com um discurso higienista e segregacional que pretende tanto disciplinar para o trabalho, quanto afastar do espaço público as classes que a burguesia local nomeia como *perigosas*.

A segunda parte divide-se em dois capítulos. O segundo capítulo dedica-se à revisão bibliográfica específica do futebol operário. Mais especificamente, ao paradigma analítico que se estabeleceu a partir da trajetória do Bangu Athletic Club, descrita na obra de Mário Filho (2003). Não apenas interessa compreender como este modelo é aceito como definitivo ou rejeitado pela produção acadêmica posterior, como ele estabelece um roteiro de questões que conduzem este trabalho: a existência de uma aristocracia operária nos clubes - formada por jogadores-operários privilegiados pelo desempenho fora das fábricas - e a relação entre empresas e funcionários.

Nesta seção, nosso cenário transfere-se definitivamente para Porto Alegre. Uma cidade que reivindica seu caráter moderno. Uma cidade cujo ambiente industrial e os traços capitalistas já se encontram plenamente desenvolvidos, ao passo em que as contradições entre Capital e Trabalho também emergem na forma de greves, entidades, mas também de cooptação e repressão social.

Enquanto o segundo capítulo demonstrará como, sob estas transformações - políticas, econômicas e urbanas - o futebol populariza-se e a fábrica encontra a várzea também na capital rio-grandense. Inicialmente restrito às associações elitistas ou de eminente caráter étnico, visto como símbolo da modernidade - seja reproduzindo os espaços de sociabilidade de elites exteriores, seja como prática higienista, o futebol não tarda em ser incorporado pelos trabalhadores.

No terceiro capítulo, constitutivo ainda da segunda parte, estas contradições manifestam-se nos projetos de diferentes sujeitos: a Igreja Católica, movimentos anarquistas e comunistas, no patronato e no Estado. Todos disputam a organização da vida cotidiana do operariado, inclusive em seu *tempo livre*. Cada um destes sujeitos definirá posicionamentos próprios em relação ao futebol e ao operariado. Mas, em comum, ainda que sob diferentes bandeiras, entoam o discurso da disciplina do corpo e da mente do operariado, buscando tutelar os trabalhadores.

Os clubes operários aparecem aqui, timidamente, geridos ou vinculados a esses projetos e não necessariamente relacionados a uma determinada fábrica.

Na última seção, no quarto capítulo, os clubes operários são enfocados com ênfase nas agremiações organizadas dentro das fábricas. Inicialmente, estes clubes estão mais próximos das matrizes *bricolada* e *comunitária*. Mas alguns destes – Força e Luz, Nacional e Renner - acompanham o próprio desenvolvimento da organização esportiva em Porto Alegre e alcançam a profissionalização.

Interessa especialmente a trajetória do Grêmio Esportivo Renner, que se torna símbolo do futebol operário e da região proletária do Quarto Distrito, em Porto Alegre. A tensão entre uma iniciativa criada pelos trabalhadores e o desejo da fábrica em incorporá-la ao controle patronal, como parte de uma prática de assistência é permanente. É neste capítulo também que se procura aferir se o “paradigma Bangu”, aceito como padrão nas trajetórias de clubes de fábrica, pode ser reproduzido na capital rio-grandense. A trajetória específica do Renner permite evidenciar as possibilidades de submissão ou resistência, assim como as possibilidades de construções identitárias.

São os conflitos fabris, extrapolando os muros das fábricas e invadindo as várzeas, disputando o uso do tempo livre, que permeiam e conduzem este trabalho, como espaços permanentes entre dominação ou emancipação.

Capítulo 1 - Um mundo inteiro a ganhar

Ao som ininterrupto dos teares e motores, orquestrados por homens, mulheres ou crianças, as fábricas constroem um novo mundo à sua imagem e semelhança. É ela o centro deste novo universo que emerge na Inglaterra vitoriana. As ferrovias abastecem às fábricas da matéria-prima que consumirá vorazmente e devolvem as mercadorias em direção aos portos, na mesma velocidade com que desembarcam a multidão de seres, compelidos pelo novo mercado de trabalho aberto e que se aglomeram nos bairros e cortiços, transformando aldeias em cidades, cidades em metrópoles.

Nada disso foge da atenção de um personagem na multidão. Seu nome é Karl Marx, um exilado alemão em Londres, há 14 anos. Nestes dias de 1863, ele finalmente iniciara a redação de um antigo projeto, a *Crítica da Economia Política – O Capital*. A situação dos operários britânicos lhe é bem conhecida.

Além de tardes passadas nas salas de leitura da Biblioteca Britânica, das noites reunido com associações de trabalhadores ou escrevendo suas conclusões em uma das mesas do Red Lion Pub, Marx também tem visitado estas fábricas. Atento à maneira como a indústria moderna eliminara tecnicamente a divisão manufatureira do trabalho, tornando o trabalhador especializado em uma tarefa parcial submetido à cooperação técnica, onde o trabalho conjunto de operações diferentes de acordo com um plano estabelecido, num período determinado de tempo, era capaz de produzir um número muito maior de mercadorias do que antiga a manufatura.

Cada homem agia por si mesmo; e o Diabo, se não levava a pior, pelo menos reservava para si o privilégio de construir cidades (MUNFORD,1998,486). A força de trabalho destas transformações aglomera-se em casas erguidas em sombrios quarteirões, mal iluminados e cercados por lixo, onde a vida segue melancólica, em bairros de “má reputação”, como descrevera anteriormente alguém muito próximo de Marx:

Estes “bairros de má reputação” são organizados em toda a Inglaterra mais ou menos da mesma maneira, as piores casas na parte feia da cidade; a maior parte das vezes são construções de dois andares ou de um só, de tijolos, alinhadas em longas filas, se possível com porões habitados e quase sempre irregularmente construídas. Essas pequenas casas de três ou quatro cômodos e uma cozinha chamam-se *cottages* e constituem vulgarmente em toda Inglaterra, exceto em alguns bairros de Londres, as habitações da classe operária. Habitualmente, as próprias ruas não são planas, nem pavimentadas; são sujas, cheias de detritos vegetais e animais, sem esgotos nem canais de escoamento, mas em contrapartida semeadas de charcos estagnados e fétidos. Além disso, a ventilação se torna difícil, pela má e confusa

construção de todo o bairro e como aqui vivem muitas pessoas num pequeno espaço, é fácil imaginar o ar que se respira nestes bairros operários. De resto, as ruas, quando há um bom tempo, estendem-se varais de uma casa a outra, onde se pendura a roupa úmida (ENGELS, 1985,p.38)

Não que a própria vida de Marx esteja em melhor situação. Morando em um pequeno apartamento na Dean Street, sufocado pelo cheiro de tabaco e ocupado por móveis velhos, cujo aluguel é pago irregularmente com o penhor de outros objetos. Se a pobreza lhe aproximava dos operários, por outro lado, o filósofo alemão estava livre do regime integral da fábrica, que ele próprio descrevera como o extremo de uma “disciplina de caserna”:

Através do código da fábrica, o capital formula, legislando particular e arbitrariamente, sua autocracia sobre os trabalhadores, pondo de lado a divisão dos poderes tão proclamada pela burguesia e o mais proclamado ainda regime representativo. O código é apenas a deformação capitalista da regulamentação social do processo de trabalho, que se torna necessária com a cooperação em grande escala e com a aplicação instrumental comum de trabalho, notadamente a maquinaria. O látigo do feitor de escravos se transforma no regulamento penal (MARX, 2006,p.484).

Entretanto, codificação e normas eram familiares também à outra classe social. Pouco menos de um quilômetro da casa de Marx, no mesmo ano de 1863, reunidos na Freemason’s Tavern, clubes e colégios ingleses fundaram a *Football Association* e estabeleceram um consenso em torno de treze regras que definiam o esporte. A data pode ser tomada como um marco para a criação do futebol moderno, estabelecendo normatizações que suplantavam as variações locais e que o distinguem de suas versões pré-modernas e mais especificamente de outro jogo semelhante praticado pelas escolas inglesas, o Rugby, que combinava o uso dos pés e das mãos.

Entre o final do século XVIII e a segunda metade do XIX, foram instituídas regulamentações de outras práticas esportivas na Inglaterra, como o ciclismo, a corrida de cavalo, o golfe, o críquete, além do futebol e do rugby. Esta “desportivização” dos passatempos faz parte do *esforço civilizatório*, na definição de Elias e Dunning (1992,p.34), correspondente ao apaziguamento de ciclos de violência nas disputas por poder. Agora disputadas por meios não-violentos e de acordo com as regras – cuja maior expressão seria o parlamentarismo e a ampliação da importância das Câmaras de Lordes e de Comuns como *campo de batalha* político – mas também visível na sociedade Inglesa industrial na unificação de códigos legais, na constituição de instituições e normas sociais para regular o *jogo social*.

Neste primeiro momento, os esportes modernos também devem ser compreendidos como instrumento de darwinismo social, na definição de Franco Junior (2007,p.27), como

espaço de preparação física e organizativa para as elites, e ainda como espaço para a projeção destas elites em seu próprio meio, através de competições regulares, que permitiriam tanto afirmar seus próprios códigos quanto tornarem-se referência em relação a outros grupos (DAMO, 2005, pp.32-33).

A fixação de normas, assim como a regulamentação de tarefas, a especialização de funções, o trabalho coletivo, a presença de um chefe/gerente (o técnico), a hierarquia, a competição, a busca pela produtividade e pela qualificação de resultados aproximam o futebol e o ambiente fabril, ou melhor, a organização do trabalho na sociedade capitalista. Não é casual, que a Inglaterra seja berço da revolução industrial e do futebol (Franco Junior, 2007,p.25).

Estas semelhanças tornam-se mais evidentes também em campo: os jogadores devem demonstrar obediência tática e ao treinador, defendendo o seu “posto de trabalho” disputado por outros pares; o jogo deve se desenvolver em busca da maior produtividade, de gols e mercadorias, dentro de um tempo determinado, tal como na linha montagem (Mascarenhas,2002,pp.30-31).

Mesmo assim, Gramsci ainda viu no caráter moderno do futebol, em comparação com o jogo de cartas, uma possibilidade para a emancipação dos trabalhadores:

Observem uma partida de futebol: é um modelo da sociedade individualista. Nela se toma a iniciativa, mas essa é definida pela lei. As personalidades distinguem-se hierarquicamente, mas as distinções não ocorrem segundo o *status*, mas segundo as específicas capacidades de cada um. Há movimento, competição, luta, mas esses são regulados por uma lei não escrita que se chama “lealdade”, continuamente recordada pela presença do árbitro. Paisagem aberta, livre circulação de ar, pulmões saudáveis, músculos fortes, sempre voltados para a ação. (...) O esporte é atividade difundida nas sociedades onde o individualismo econômico do regime capitalista transformou os costumes e, ao lado da liberdade econômica e política, suscitou também a liberdade espiritual e a tolerância em face da oposição. (...) O esporte gera, mesmo em política, o conceito de “jogo leal”. O baralho produz os senhores que põem pela porta fora o operário que, na discussão livre, ousou contradizer suas opiniões (GRAMSCI, 2004,p.209)

Atento à linha de montagem, Karl Marx talvez tenha tido seus cálculos interrompidos por alguma bola improvisada cruzando sua calçada, mas provavelmente deve ter ignorado a popularidade que o esporte passou a despertar entre os operários.

Nos anos seguintes à publicação d’ *O Capital*, o futebol inglês atraía tanto praticantes quanto espectadores: a recém-criada Copa da Inglaterra, com dezesseis clubes, já reunia, na década de 1870, um público superior a dez mil pessoas, em sua longa transição do ideal

atlético clássico para ingressar em definitivo no circuito da mercadoria. Em menos de uma década, o país já registraria mais de mil clubes de futebol (MASCARENHAS, 2002, p.23). Inclusive times de operários, como o criado pelos trabalhadores do depósito da Lancashire and Yorkshire Railway em 1878, o Newton Heath L& YRF.C., do distrito homônimo e hoje conhecido como Manchester United.

Mas, se seria mais factível que os trabalhadores não procurassem, naturalmente, em seu tempo livre, uma reprodução tão próxima da vida na fábrica, como compreender esta imensa adesão?

A difusão do futebol na Inglaterra pode ser explicada por sua disseminação no sistema de ensino britânico combinado com a expansão de ferrovias, desde a década de 1830, responsáveis por romper com as formas locais de futebol. Logo, o esporte tomava conta dos *recreations grounds*, grandes áreas abertas para o lazer, estimuladas pela política vitoriana de intervir nas práticas populares e de disciplinar o lazer, confinando-os no tempo e no espaço (MASCARENHAS, 2002, p.25).

A estes elementos, Mascarenhas (2002, pp.29-30) acresce a promoção da burguesia a práticas coletivas como espécie de pedagogia industrial, a imposição da medida precisa e qualificada do tempo, confinando temporalmente os jogos e valorizando os records, e a valorização do trabalho e esforço individual em contraposição a uma atitude sedentária como um dos princípios fundamentais da ética protestante¹³.

A adesão dos operários ao jogo pode ser explicada, segundo Giulianotti (2002, p.20), pelo vácuo surgido nos lazeres populares, entre 1820 e 1860, com o êxodo para as cidades que extinguiu práticas como uma versão primitiva do futebol¹⁴, o adestramento de cães para

¹³ Hilário Franco Junior (2007, p.390) oferece outra sugestiva hipótese. Ao estabelecer paralelos entre o futebol e a lingüística, considera que “enquanto linguagem, o futebol pode ser entendido como debate no qual a finalidade é enganar o interlocutor”. Assim, teria surgido na Inglaterra, porque “a sociedade inglesa da segunda metade do século XIX era o grande modelo de hipocrisia ocidental. O código moral vitoriano (reinado da Rainha Vitória, de 1837 à 1901) era tão rígido que poucas vezes a infidelidade conjugal, a prostituição, o alcoolismo, a literatura pornográfica, o libertinismo, as trapaças foram tão praticados. É sintomático que o futebol tenha surgido neste período. Ele era uma das poucas atividades (ao lado de alguns outros jogos) nas quais ludibriar era ato positivo, socialmente valorizado”

¹⁴ Segundo Franco Junior (2007, p.17-18), práticas com bola estão atestadas na Inglaterra desde 1174. Entretanto, estas práticas estão mais próximas de celebrações rituais do que da acepção moderna de esportes. Por exemplo, uma das documentações existentes se refere à disputa entre duas paróquias, envolvendo mais de 200 participantes de cada lado, que disputam uma bola cheia de feno por pântanos e campos, até que uma das partes consegue levar o objeto para o território da outra paróquia. Outro suposto antecessor do futebol, o *Calcio* disputado em Florença desde o século XVI, realizava-se em praça pública por uma hora, entre equipes de 27 participantes, durante o carnaval. Da mesma forma, há supostos antecedentes na antiguidade ocidental, oriental e na meso-américa. Porém, ressalta Franco (2007, p.20), enquanto os jogos com bola são manifestações antropológicas não-específicas de determinados povos, o futebol moderno resultou de um conjunto de fatores presentes apenas na Inglaterra do século XIX.

atacar ursos e a briga de galo. Além da perda do espaço e das práticas comunais, enfrentavam um combate moralizador empreendido pelas elites britânicas.

Aterrorizados pela Revolução Francesa, as classes proprietárias viam no relaxamento moral uma correlação evidente com a sedição política. Tabernas, feiras, qualquer concentração de gente, onde imperassem os divertimentos e as frivolidades, eram vistas como fontes de ociosidade, rixas, sedição ou contágio. Pregavam que os trabalhadores deveriam cultivar a paciência, o trabalho, a sobriedade, a frugalidade e a religião (THOMPSON, 1987, vol.1, p.58-60).

Se, por um lado, as pressões disciplinares partiam das fábricas e escolas dominicais, visando a todos os demais aspectos da vida - o lazer, as relações pessoais, a conversação e a conduta; por outro, este processo de imposição encontrou resistências, a ponto de, inclusive sofrer derrotas na Câmara dos Comuns, em tentativas de restringir ou regular determinados costumes e práticas (THOMPSON, 1987, Vol2, pp.292-294).

De maneira que, ainda no século XIX, os operários estavam pouco afeitos ao discurso moralizador e disciplinador. Como testemunha Engels (1985, p.148), para quem, os defeitos dos operários reduzem-se todos aos desregramento na procura do prazer, à falta de preocupação e à recusa em se submeterem à ordem social e, de um modo geral, à incapacidade de sacrificarem o prazer do momento por uma vantagem distante.

Assim, como demonstra Thompson (Vol.2, pp.295-297), seria ilusório supor que a Revolução Industrial submergiu um “mundo rural” para substituí-lo, naturalmente e sem conflitos, por um novo mundo urbano. Ao contrário, esportes brutais, brigas de animais, representações teatrais, jogos e trapaças, entre outras diversões permaneceram vivas e concentradas nas feiras, assim como tradições, superstições e celebrações próprias das classes populares. Da mesma maneira, tomadas pela fumaça de tabacos e cachimbos, com as mesas repletas de publicações de até 3 pennies, as tavernas eram um dos principais locais de sessões das Sociedades de Correspondência (THOMPSON, 1987, vol1, p.171).

Para Engels (1985, p.133), o trabalhador inglês que mal sabe ler e menos ainda escrever, sabe, no entanto, muito bem, qual é o seu próprio interesse e qual seria o interesse da burguesia, em que as próprias condições de vida dos operários constituíam uma “cultura prática”, capaz de destruir o *efeito pernicioso das confusas idéias religiosas*.

Se, por um lado, a ordem burguesa visava a moralização e a erradicação das diversões, por outro, o futebol atraía uma massa de interessados e inseria-se numa constelação de práticas populares que incluía beber e apostar.

Desta forma, os novos habitantes das cidades encontravam um substituto para os vínculos, as práticas e valores comunais deixados nas aldeias e comunidades. Além disso, o futebol abrangia uma escala local e nacional ao mesmo tempo, de forma que o tópico das partidas do dia forneceria uma base comum para conversa entre praticamente qualquer par de operários do sexo masculino na Inglaterra ou Escócia (HOBSBAWM,1997, 297).

Assim, na década de 1880, como atestou Hobsbawm (2000,p.268), o futebol já era o esporte proletário da massa, quase uma *religião leiga* e nos próximos anos, testemunharia a fundação de centenas de clubes operários como o Dial Square (depois Arsenal Football Club) formado por operários da Woolwich Arsenal Armament Factory, o Coventry por empregados de uma fábrica de bicicletas, o West Ham dos trabalhadores do estaleiro Thames Ironworks and Shipbuilding Co. Ltd ou o Milwall, dos trabalhadores da fábrica de geléia Morton's Jam.

Em 1883, no mesmo ano do falecimento de Karl Marx, a Copa da Inglaterra é vencida pelo Blackburn Olympic - formado por tecelões e mineiros, além de um encanador e um operador de fundição de ferro – derrotando o tradicional time do Old Etonians. (Mason *apud* Mascarenhas,2002). Nada mais apropriado para simbolizar a ascensão dos times operários e a derrocada da prática amadora. Para Hobsbawm (1997,p.297), um momento decisivo simbólico e reconhecido como um confronto de classes. Neste momento, este esporte já encontrava-se devidamente incrustado na cultura operária:

O operário se identificava com o seu time contra o resto do mundo — na verdade, em cidades suficientemente grandes, ele se identificava com uma das metades—, City ou United, Forest ou County, que entre si definiam o cidadão de Manchester, Nottingham ou de qualquer parte. O modelo da cultura do futebol, entretanto, era o mesmo em todos os lugares — com um pouco mais ou um pouco menos de emoção—, e era um modelo nacional, ou, para ser mais preciso, um modelo da nação proletária, visto que o mapa da Federação de Futebol era praticamente idêntico ao mapa da Inglaterra industrial. Ele era nacional até na conquista anual simbólica do espaço público da capital nacional pelos dois exércitos proletários provincianos que invadiam Londres para o jogo de decisão do campeonato. (HOBSBAWM,2000, p.291)

Além de incorporarem a massa operária, como torcedores ou jogadores, clubes como estes seriam também protagonistas das disputas entre o amadorismo, que pretendia preservar o monopólio da prática pelos *gentlemen*, e o profissionalismo, exigido não apenas pelos praticantes, como também pela rápida mercantilização e espetacularização do esporte que se aproximava.

Os operários foram responsáveis por retirarem a prática do esporte, até então restrita aos colégios e associações de elite, para popularizá-lo, difundi-lo e incorporá-lo como parte de uma cultura proletária. Acompanhando o crescimento dos bairros e cidades industriais, confundiu-se com a identidade local e de classe, passou a ocupar o tempo livre do operariado, como prática ou como tema das discussões de mesa de bar.

Se o futebol tornou-se o substituto das práticas de lazeres populares e antigos esportes praticados nas aldeias pelos novos trabalhadores, imigrados do campo, por outro lado, e ao mesmo tempo, reproduzia uma nova organização social do trabalho, através da disciplina – através da fixação das regras, do controle do tempo e da hierarquia - da especialização das funções e do trabalho coletivo, em contraposição à forma artesanal do trabalho; da quantificação dos resultados e da competitividade.

Acompanhando a expansão do capital inglês, no final do século XIX e início do XX, o futebol difundiu-se por todo o globo em torno dos portos, ferrovias, escolas e fábricas instaladas pelos britânicos. Dos navios ingleses, desembarcavam produtos de sua poderosa manufatura, mas também funcionários, operários e técnicos especializados de empresas inglesas, ávidas pelo gás, pela energia elétrica, pelas linhas telefônicas e estradas de ferro na periferia do sistema. São em portos como Buenos Aires, Montevideú, Valparaíso ou Rio Grande que, entre a carga de matérias-primas baratas e o descarregar das manufaturas, era possível surpreender a população local com inusitadas exhibições do futebol pelos marinheiros de Sua Majestade.

Ao final do século XIX e início do século XX, mais de cinco milhões de pessoas deixaram o Reino Unido (BIRLEY *apud* MASCARENHAS,2002,p.37). Compunham, entretanto, uma comunidade restrita e auto-referenciada, fechadas em seus clubes e associações. A prática de esportes ao ar livre, porém, tornará suas atividades visíveis à comunidade local, passíveis de assimilação (MASCARENHAS,2002,p.95). Ainda assim, os britânicos permanecerão, via de regra, cerrados em seus próprios clubes, transformando o inglês em idioma oficial para as regras (*penalty, córner*), às jogadas (*shoot*) e às posições e funções (*goal-keeper, center-half*).

A versão tradicional que credita apenas aos jovens bacharéis que retornam da Europa e à elite inglesa aqui radicada, diplomatas e gerentes de empresas, como difusores do futebol na América do Sul já se encontra superada pelo reconhecimento de outros atores sociais (MASCARENHAS,2002; MASON,1995). Além disso, fatores locais, como demonstrou Mascarenhas (2002,p.41), também são determinantes para adoção ou não do esporte. No caso

da América do Sul, por exemplo, nenhuma modalidade esportiva encontrava-se plenamente consolidada, de forma que o futebol encontrava vastas possibilidades de crescimento.

Provavelmente, em virtude de maior presença inglesa, o futebol na América do Sul difundiu-se com maior agilidade na Argentina, Uruguai e no Chile. Entre os argentinos, por exemplo, o futebol já era praticado desde a década de 1860, portanto simultânea à sua regulamentação definitiva na Inglaterra. A Argentine Association Football League reunia apenas vinte times em sua fundação, em 1893, porém, catorze anos depois, dezenas de ligas independentes reuniam mais de 350 clubes (FRYDENBERG, 1998)¹⁵. No Uruguai, o futebol é introduzido formalmente em 1881.

No Brasil, há registro de partidas, ainda que não necessariamente de acordo com as regras da *Football Association*, desde a segunda metade do século XIX, mas somente com o advento da modernidade é que o futebol ganhará força para ser assimilado no país.

Ainda que haja primazia de São Paulo nesse processo, Mascarenhas (2002) considera o caso brasileiro como atípico, em que o futebol penetra no território nacional quase simultaneamente por vários pontos desconectados entre si, mas conectados com o exterior, dada a impossibilidade dos tradicionais agentes de difusão em cobrir plenamente o território brasileiro.¹⁶

Assim, tanto a comunidade britânica radicada aqui, quanto os estudantes que retornavam ao país, tendo contatado o esporte na Europa, somam-se a outras redes de difusão, como as escolas religiosas, outras comunidades de imigrantes. Nesse sentido, deve ser creditado a Charles Miller, organizador da primeira partida registrada de futebol no país, não a introdução do futebol no Brasil em 1894, mas a organização e o estímulo de sua forma normatizada e disputada entre clubes regulares¹⁷.

¹⁵ As primeiras partidas de futebol na Argentina datam de 1867, apenas quatro anos depois de serem instituídas as primeiras regras oficiais em Londres. Seu primeiro time foi o Buenos Aires Football Club, iniciativa de três irmãos ingleses e que disputavam suas partidas no Parque Palermo. (Santos Neto, 2002, p.96).

¹⁶ É o caso descrito por Santos Neto (2002), por exemplo, que considera a introdução do futebol no país através dos colégios religiosos, especialmente do Colégio jesuítico São Luís, ainda em 1880, em Itu, 70 km de São Paulo, que inclusive possuíam bolas inglesas para a prática do esporte. Em 1894, o esporte já seria disputado no Colégio com duas goleiras e times formados por 11 jogadores. O autor identificou ainda 10 ex-alunos do colégio São Luís que teriam se tornado pioneiros da divulgação e disseminação do esporte pelo país..

¹⁷ Oriundo de uma família britânica, Miller retornou de seus estudos na Inglaterra, trazendo equipamentos e um livro de regras de futebol. Foi jogador, árbitro e dirigente esportivo. Além de organizar a primeira partida de futebol que se tem registros oficiais, Miller foi um dos fundadores da Liga Paulista de Futebol, a primeira do gênero do país. Por tudo isto, é considerado “o pai do futebol no Brasil”. Porém, segundo Santos Neto (2002), a versão sobre o pioneirismo de Charles Miller se deve à “recalques terceiro-mundistas”, uma vez que a paternidade envolvendo um membro da elite com origem européia seria muito mais assimilável. Além disso, prevaleceria a força cultural dos grupos socialmente dominantes, pelo fato de que os primeiros arquivos sistematizados serem provenientes dos clubes e ligas que os reuniram.

1.1. A periferia reinterpreta a modernidade

“A rua arrancou-o do isolamento e atirou-o ao sol e a multidão.”
Marshall Berman

Ainda que sua difusão não coubesse apenas à elite - nacional ou britânica - intrínseco ao futebol estava um discurso de modernidade, que não se limitava à prática esportiva, em que os ideais “civilizadores europeus” eram incorporados por estas elites locais, imaginando-se como portadoras dos mesmos valores modernos, mesmo que com os pés na periferia do sistema, assim

A adoção do futebol nas cidades latino-americanas não foi simplesmente uma resposta mimética da periferia em relação ao centro civilizador. Trata-se, naquele contexto, de lugares com outra psicosfera, com outras estruturas da vida cotidiana. A inovação futebol, e toda sua carga simbólica, adquire aqui outros conteúdos, distintos dos vigentes na metrópole imperial, conteúdos que potencializam esta inovação, por se revestir de europeização civilizadora e por chegar no momento em que as elites fechadas de muitas cidades querem investir abruptamente na ruptura com o passado colonial. (MASCARENHAS, 2002, p.87)

A modernidade é descrita por Berman (2007) como uma experiência vital – de tempo, espaço, de si mesmo e dos outros - compartilhada por homens e mulheres. Uma unidade de vida e experiência, que envolve a política e a psicologia, a indústria e a espiritualidade, as classes dominantes e as classes operárias. E que, ao mesmo tempo, em que impele ao progresso contínuo, de transformação e autotransformação do mundo ao redor, desintegra vertiginosamente o mundo anterior.

Ser moderno é viver uma vida de paradoxo e contradição. É sentir-se fortalecido pelas imensas organizações burocráticas que detêm o poder de controlar e freqüentemente destruir comunidades, valores, vidas; e ainda sentir-se compelido a enfrentar estas forças, a lutar para o *seu* mundo transformando-o em *nosso* mundo. É ser ao mesmo tempo revolucionário e conservador: aberto a novas possibilidades de experiência e aventura, aterrorizado pelo abismo niilista ao qual tantas das aventuras modernas conduzem, na expectativa de criar e conservar algo real, ainda quando tudo em volta se desfaz. (BERMAN, 2007,p.21)

A essência da modernidade é sua ruptura ansiosa com todos os traços do passado. Sua crença no progresso messiânico e redentor, aferida pela velocidade das transformações

tecnológicas que a impellem. Como uma força contínua que não pode ser mais contida, a modernidade redesenha os espaços urbanos e carrega junto consigo novos modelos comportamentais e sociais.

Na periferia do sistema, de acordo com Sêga (2000,p.218), este processo implicava em adequar-se tanto aos anseios “cosmopolitas” quanto às estratégias de acúmulo de capital das burguesias locais. Pois, o desenvolvimento capitalista passava a exigir cidades que oferecessem serviços, que concentrassem as unidades produtivas, que congregassem um mercado consumidor e que organizassem e disciplinassem uma massa trabalhadora. As reformas urbanísticas de Paris, conduzidas pelo prefeito George Eugene Haussmann, no final do século XIX, torna-se modelar deste processo:

Os novos bulevares permitiam ao tráfico fluir pelo centro da cidade e mover-se em linhas retas, de um extremo ao outro – um empreendimento quixotesco e virtualmente inimaginável, até então. Além disso, eles eliminariam as habitações miseráveis e abririam “espaços livres” em meio a camadas de escuridão e apertado congestionamento. Estimulariam uma tremenda expansão de negócios locais, em todos os níveis, e ajudariam a custear imensas demolições municipais, indenizações e novas construções. Pacificariam as massas, empregando dezenas de milhares de trabalhadores – o que às vezes chegou a um quarto da mão-de-obra disponível na cidade – em obras públicas de longo prazo, aos quais por sua vez gerariam milhares de novos empregos no setor privado (BERMAN,2007,p.180)

Assim como os bulevares, as ruas tornam-se o território próprio da modernidade, cuja finalidade essencial é a sociabilidade, onde as pessoas vão para verem e serem vistas, para comunicar suas visões uns aos outros (BERMAN,2007,p.230), e para acessarem o novo mundo de bens de consumo que inovações técnico e tecnológicas oferecem. Sobre elas, erguem-se as galerias – monumentos do domínio do homem sobre o ferro e o vidro, pioneiras na iluminação a gás e, depois, da eletricidade, mas essencialmente centros comerciais de mercadorias de luxo.

Desde a segunda metade do século XIX, a capital rio-grandense passa a acessar serviços e equipamentos indispensáveis à emergência capitalista, como o telégrafo (1867), os bondes à tração animal (1873), a estrada de ferro e a iluminação a gás (1874), a rede de abastecimento de água (1876), o serviço telefônico (1886) (STROHAECKER, 2005) e que se estende em transformações no ambiente urbano por toda a primeira metade do século XX, acompanhando uma vigorosa expansão urbano-industrial.

Entre 1920 e 1940, a população crescera 53,78%, alcançando 275.867 habitantes. Em comparação com o início do século, em 40 anos, a cidade praticamente quadruplicou

(FORTES, 2001, p.12). Este crescimento urbano, segundo Fortes (2001), estava associado ao desenvolvimento de um complexo econômico que articulava o parque industrial à uma rede de transportes - fluvial, ferroviária e aérea – e ao fluxo comercial com as regiões coloniais, italianas e alemãs, onde a acumulação de capital resultaria no estímulo industrial.

Por outro lado, estimulava o fluxo migratório em direção à capital, tanto de trabalhadores quanto de imigrantes com capital que procuravam estabelecer negócios próprios. Este processo permitira que Porto Alegre superasse Pelotas como centro econômico do estado e redefiniria a paisagem urbana municipal com a constituição de bairros operários, como São João e Navegantes, onde se concentraria o crescimento populacional da capital.

Até então, o crescimento urbano era concentrado no centro da cidade, pela proximidade ao Rio Guaíba e, portanto, do porto, bem como das funções administrativas estatais que se concentravam nesta região. No Caminho Novo, atual Avenida Voluntários da Pátria, fazia-se a ligação entre o cais e o interior do estado, tornando-se espaço privilegiado para a instalação industrial, especialmente metalúrgicas, fabris, de alimentos e mobiliários. Fora do centro, a população se concentrava nos bairros a Cidade Baixa, antigo Areal da Baronesa, e Rio Branco, antiga Colônia Africana, ambos os bairros originados como refúgios de escravos, que não estavam integrados à rede de infra-estrutura da cidade.

A euforia com que as transformações urbanas são recebidas na capital pode ser percebida nas páginas da *Revista do Globo*. A própria revista, aliás, criada em 1929, era resultado do desejo das elites locais por um veículo que expressasse esse ideário modernizante, ao mesmo tempo em que ilustra outra das características da modernidade: a formação de uma *indústria cultural* - notadamente o cinema e, posteriormente o rádio, mas também pela expansão das empresas jornalísticas¹⁸.

Uma de suas seções regulares da *Revista do Globo* chamava-se “aspectos urbanos” e registrava, nas suas próprias palavras, a “febre de renovação e progresso”, resultado dos “surto magníficos de aformoseamento e realizações urbanísticas” que atingiam Porto Alegre. Nesta mesma seção, a Revista brada contra “a velharia que subsiste”:

Velharias são os fantasmas de Porto Alegre-aldeia, os tristes aspectos da cidade de ontem e que nos deparam a cada passo, mesmo no coração da capital.

¹⁸ Tomando Porto Alegre como exemplo, havia na capital 22 salas de cinema em 1935, alcançando 50 salas, uma década depois. Quanto ao rádio, introduzido no Brasil na década de 1920, expande-se principalmente na década seguinte, beneficiado pelos estímulos ao mercado interno e ao consumo, que levaram à regulamentação da publicidade neste meio e à popularização dos aparelhos. Sobre a formação de uma indústria cultural no Rio Grande do Sul, associada ao desenvolvimento urbano e econômico, ver Rüdiger (1993).

O Riacho, por exemplo, é uma dessas velharias e acumula, ao inconveniente de sua falta de hygiene, foco perigosíssimo, ameaça permanente a uma zona populosa da cidade, o inconveniente do espetáculo deplorável que oferece. (REVISTA DO GLOBO, n.º 04, p07, 1929)

Na edição seguinte, a *Revista do Globo* manifesta sua consciência, ou pretensão, de que estas transformações ocorrem em sincronia com um movimento internacional e de intensa velocidade:

Porto Alegre, cidade internacional...

(...)

Hoje, a Cidade–Babel ascende em arranha-céus (de seis andares...), estende, como um polvo fantástico, os seus tentáculos (a Cidade Tentacular) em todas as latitudes. E, em lugar da antiga arquitetura quase sombria, que denunciava a vida sabia dos nossos antepassados, que se acomodavam logo, depois do chá das nove, surgem as construções em linhas rectas, esfusadas, reveladoras do espírito vertiginoso dos dias que correm. (REVISTA DO GLOBO, n.º05,p.16, 1929)

O mesmo sentimento é compartilhado por reportagem do *Correio do Povo*, dois anos depois, para quem os anúncios e letreiros luminosos que tomavam as ruas centrais, equiparavam Porto Alegre a Paris e Nova York, como um “attestado do progresso” e lhe credenciava como “metrópole do futuro” (CORREIO DO POVO, 22 de novembro de 1931).

Ainda que iniciado na segunda metade do século XIX, o sentimento de modernidade em Porto Alegre alcançaria seu ápice na década de 1930, impulsionado pelo protagonismo dos líderes políticos na *Revolução de 30*. Curiosamente, a exposição do centenário farroupilha, em 1935, permitiria o encontro entre os valores políticos de 1930 com 1935, sem o rompimento modernizante com o passado.

A cidade atraía as atenções nacionais com o movimento de 1930, quando da derrubada das oligarquias da Velha República. A sagração desse novo “status” político far-se-ia por uma tentativa de aproximar a cidade da modernidade. A revolução era o novo, o transformador e Porto Alegre fora seu centro irradiador. No mínimo era o que se esperava crer. Ali, necessariamente, haveria de existir a correspondência materializada dessas propostas transformadoras do país. A capital revolucionária teria de mostrar-se revolucionária. A grande oportunidade surgiu com a comemoração do Centenário da Revolução Farroupilha, em 1935. Sob este pretexto, o Rio Grande e sua capital poderiam operar toda uma iconografia da modernidade num grande espetáculo de dimensões internacionais, reafirmador da significância adquirida com a liderança da Revolução de 1930. (CARNEIRO, PENNA *apud* CRUZ, 1994, p.133)

Para Elíbio Junior, a exposição centenária era a manifestação de “um apelo à ação, um apelo a comportar-se patrioticamente e ‘modelarmente a partir do exemplo de 30’” (2006, p.357). Na comemoração, as “conquistas”, tecnológicas e políticas, do presente eram

ancoradas num passado glorioso, apresentado como portador de valores universais – e portanto, não-perecíveis ao tempo.

Se as transformações urbanas eram necessárias para a circulação da mercadoria e de seus consumidores, por outro lado, serviam também para integrar as cidades da periferia do sistema a um “projeto civilizatório maior” e aproximá-las de seus modelos centrais, tais como “correlatas caboclas de Paris ou Londres”, (SÊGA, 2000,p.219). Como se percebe neste editorial da Revista do Globo, assinado por Mansueto Bernardi, sobre a intenção do intendente Alberto Bins em embelezar o Parque da Redenção:

O actual Campo da Redenção se transformará dentro de pouco tempo num vasto parque de estylo inglez, tendo ao centro um jardim á moda franceza, com bosques, alamedas, canteiros de flores, tapetes de relva, repuxos, lagos e fontes. Uma visão de paraíso, calma e verde, em pleno inferno da urbe febricitante e cinzenta. Um ponto de encontro para os namorados, de habitação e concerto para os pássaros, de refugio e devaneio para os poetas. Um solarium para as crianças e convalescentes. Uma fabrica de oxygenio para os pulmões da cidade, uma estância de recreio para toda a população. (REVISTA DO GLOBO,n.º02, p.9)

Entretanto, as elites periféricas, em seu afã modernista, penavam da *modernidade do subdesenvolvimento*, na terminologia de Berman (2007, p.227), onde eram impostos e conviviam tanto uma política de atrasos quanto formas e símbolos de modernização. Ou o que o poeta Fernando Pessoa classificou ironicamente de “*provincianismo*” e que consistia em

(...) pertencer a uma civilização sem tomar parte no desenvolvimento superior dela — em segui-la pois mimeticamente, com uma subordinação inconsciente e feliz.

O síndrome provinciano compreende, pelo menos, três sintomas flagrantes: o entusiasmo e admiração pelos grandes meios e pelas grandes cidades; o entusiasmo e admiração pelo progresso e pela modernidade; e, na esfera mental superior, a incapacidade de ironia. (PESSOA, 1980)

Pois, entre o ideal francês e a realidade brasileira havia mais do que um oceano de distância. Ao mesmo tempo em que a urbanidade brasileira convivia, desde o final do século XIX, com as novidades tecnológicas – como o cinematógrafo, gramofones, telefones etc. – e testemunhava as maravilhas dos transportes e da eletricidade, o Brasil ainda encontrava-se diante da consolidação de uma economia de mercado e da formação de uma mão-de-obra livre (Sêga, 2000,p.220).

Com o passado escravista pouco distante, o país alterara as relações sociais de trabalho, sem modificar as estruturas sociais e econômicas que as tornavam desiguais. Nos

centros urbanos, concentravam-se uma multidão de trabalhadores, não aproveitados pelo mercado de trabalho nascente, e sujeitos às piores condições de saúde, moradia ou higiene.

Dependendo do ponto de vista, a cidade era o *locus* do progresso e do poder burguês, traduzidos na tecnologia que dominava a natureza. No entanto, se invertêssemos tal ponto de vista, como se tentássemos olhar um microscópio com a lente invertida, iríamos nos deparar com uma realidade adversa, uma vez que a cidade se transformaria no espaço do pauperismo e da opressão, onde a maioria da população vivia na pior das condições (SÊGA, 2000,p.221)

Para as elites, tais condições de moradia somadas a uma predisposição genética à degeneração física e moral, desenhavam uma imagem onde os pobres da urbe eram, por si sós, perigosos. Segundo Chalhoub (1996, p.29), as classes pobres eram vistas como perigosas porque poderiam oferecer não apenas problemas para a organização do trabalho e a manutenção da ordem, mas também o perigo do contágio, em seu sentido literal, uma vez que as habitações coletivas seriam focos de irradiação de epidemias. No imaginário político,

(...) as classes perigosas continuariam a se reproduzir enquanto as crianças pobres permanecessem expostas aos vícios de seus pais. Assim, na própria discussão sobre repressão à ociosidade, que temos citado, a estratégia do combate ao problema é geralmente apresentado em duas etapas: mais imediatamente, cabia reprimir os supostos hábitos de não-trabalho dos adultos; a mais longo prazo, era necessário cuidar da educação dos menores. (CHALHOUB, 1996, p.29)

Além disso, mesmo o operariado, já inserido na dinâmica do trabalho assalariado, por sua origem popular, era visto como um ser “infantil”, incapaz de compreender a realidade e, logo, como alguém que deveria ser protegido, pois como definia a revista *Máscara*, o operário “não sabe o que quer, não sabe o que reclama, nem o que poderia, visto que não tem ilustração nem a lucidez de espírito necessária para abraçar todo o organismo social” (*Máscara*, Porto Alegre, 8, 1919 *apud* PESAVENTO,1988). Assim, melhor que as classes superiores instruísem e tutelassem o proletariado antes que “organismos estranhos” o fizessem. Esta argumentação justificaria, mais adiante, também as ações assistenciais do patronato para o operariado.

Se o desenvolvimento do capitalismo havia, primeiro, erguido novos cenários urbanos desordenadamente, ele agora exigia a separação entre os seus sujeitos, os produtores e consumidores de mercadorias. Neste contexto, para Sêga (2000), os melhoramentos urbanos eram parte da construção das barreiras que separassem as classes dominantes das “classes

perigosas”. Para tanto, a ação do Estado neste cenário urbano era fundamental para reformar a cidade dentro de uma lógica capitalista sob pressupostos “cientificistas”:

As reformas conduzidas por esses homens “isentos” seriam baseadas na eficácia do sistema de fábrica, cujos princípios de competitividade, racionalização, competência, organização, produtividade e lucros passariam a ser a ordem do dia (SÊGA,2000, p.222)

Como demonstra Sevckenko (1994), a gestão de uma grande cidade se torna um complexo processo de administração de fluxos - desde a infra-estrutura aos equipamentos de lazer –geridos por uma pequena elite técnica, onde a exigência da adaptação do cidadão aos sistemas, rotinas e automatismos do aparato metropolitano é também uma preocupação das autoridades.

Em Porto Alegre, a ação do Poder Público para a realização do projeto modernizador é evidente. Segundo Alfonsin (2000), até a elaboração do “*Plano de Melhoramentos e Orçamentos*” de 1914, a pedido do Intendente José Montaury, o Poder Público adotou a “invisibilização” como postura no tratamento dos pobres, em especial da área central. Em suma, simplesmente ignoravam sua existência. A partir de 1915, a Intendência combina uma campanha de sanitarismo com uma feroz política tributária contra os cortiços para a expulsão dos pobres da área central.

Transformações urbanas como a abertura de novas e amplas avenidas e bulevares eram ainda herdeiras da “teoria dos miasmas” da Europa do século XVIII – que identificava a origem de epidemias na putrefação de matéria e seu mau cheiro – exigindo casas e passeios públicos bem ventilados e com ampla circulação do ar.

Durante duas décadas, essa estratégia desalojou os habitantes do Beco do Poço, Beco do Trem e Beco do Rosário, obrigando seu remanejamento para as Margens do Riacho, Arraial da Baronesa e Ilhota, mais afastadas da região central (ALFONSIN,2000,p.86).

Ainda que só tenha sido implementado, com modificações, pelos sucessores de Montaury - Otávio Rocha, Alberto Bins e Loureiro da Silva - o *Plano geral de Melhoramentos* baseava-se no trinômio “trânsito, beleza e higiene” que sintetiza a matriz urbanística do período e se estenderia como orientação política urbana até durante a década de 1930 (ALFONSIN,2000,p.58).¹⁹

¹⁹ Além do ideário modernizante e das exigências do desenvolvimento capitalista, Porto Alegre era terreno privilegiado para expor as ações da política do Partido Republicano Rio-grandense e fundamental para a manutenção de sua hegemonia no estado, funcionando como “sala de visitas” do Estado e do Partido Republicano Rio-grandense, na definição de Bakos (2000, p.3), o que contribui para a explicação da continuidade desta política de modernização urbana.

A ação do Estado na organização fundiária ocorreria também pela omissão, uma vez que impunha as mínimas restrições ao setor imobiliário da capital, proporcionando ampla liberdade a estes empreendimentos (STROHAECKER, 2005). A segregação social é também orientadora da atuação destas empresas, como a Companhia Territorial Porto Alegre, atuante desde 1892:

A empresa promovia loteamentos distintos para grupos de renda diferenciados, conforme o sítio e a localização dos mesmos. Dessa forma, o loteamento Bela Vista, localizado em área salubre e adjacente aos bairros nobres da Independência e Moinhos de Vento, foi lançado visando o mercado de classe média, constituído basicamente de descendentes de portugueses que exerciam atividades ligadas ao comércio da cidade. Por outro lado, os loteamentos Navegantes-São João e Várzea do Gravataí, localizados em áreas sujeitas a inundações e distantes do centro urbano, foram destinados às classes operárias, principalmente imigrantes (italianos, alemães e poloneses), que procuravam residir nas proximidades das fábricas.

Por fim, o Estado não limitava sua ação apenas ao espaço, mas também visando a eliminação de certas sociabilidades populares e que eram vistas pela ordem burguesa como atentatórias à moral e aos bons costumes. Afinal, entendia-se que os desvalidos só se converterão em trabalhadores ordeiros se sobre eles exercer-se feroz vigilância, disciplinando corpos e mentes (PESAVENTO, 1994, p.10). Isto implicava além da destruição de becos e cortiços, no combate permanente aos bordéis, botequins e casas de jogos.

Desta forma, ao contrário do que propalavam os artífices da modernidade, este processo era, na verdade, conservadores, excludentes e elitistas (SÊGA, 2000, p.228).

Porém, não eram apenas as distinções sociais ou a circulação de mercadorias que exigiam novos espaços urbanos. A adaptação da população tanto ao ritmo de produção cadenciado pelas máquinas, quanto ao fluxo do aparato metropolitano estimulam as autoridades a investirem em educação física, atletismo, esportes e disciplinas coletivas (SEVCENKO, 1994). O culto ao físico e a prática esportiva eram também integrantes dos novos valores comportamentais e exigiam também uma nova organização urbana para sua realização. Segundo Mascarenhas (2002, p.35) as grandes reformas urbanísticas européias do século XIX abriram amplos espaços públicos e os preencheram com monumentos que discursam o triunfo da burguesia, bem como os dotaram de eventos e cerimoniais atléticos de apologia ao ideário *mens sana in corpore sano*.

Desta forma, a prática esportiva exigia, ao mesmo tempo, a busca de áreas amplas para reunir espectadores em torno de um espetáculo esportivo – portanto, novos espaços de

sociabilidade – e para a atividade ao ar livre, tendo o sol e a oxigenação como ingredientes de uma prática saudável (MASCARENHAS, 1999, p.19)

Novamente, o passado colonial se coloca como obstáculo para o ideário da modernidade. Conforme Mascarenhas (1999), a adoção do modismo europeu das práticas esportivas implicava em superar o forte preconceito da sociedade brasileira com quaisquer esforços físicos, entendidos como moralmente degradantes. Além disso, o meio urbano era pouco provido de espaços abertos para manifestações coletivas e estes eram frequentemente associados aos aparatos de vigilância do Estado e da Igreja.

Entretanto, na reinterpretação do discurso moderno pela periferia, o esporte, a exaltação do vigor e o culto ao físico ganham qualidades higienistas e saneadoras, compensatórias da “fraqueza” do corpo. A escravidão há pouco deixara formalmente a sociedade brasileira, mas ideologicamente ainda flanava pelas ruas e instituições, e o esporte oferecia agora uma perfeita oportunidade para que os cavalheiros, convertidos em *sportsmen* (esportistas), afirmassem sua distinção em relação ao caráter preguiçoso e malemolente da alma nacional.

Os estádios eram palcos para a afirmação de modismos e hábitos europeus de uma juventude endinheirada que celebrava ali seu cosmopolitismo e refinamento (PEREIRA,2000). De tal forma que, como observa Fraga (2009, p.154), as primeiras referências na imprensa às atividades esportivas possam ser também vistas como verdadeiras coberturas das atividades da elite brasileira, promovendo na prática o discurso da eugenia e da higienização. Compunham um conjunto integrado de legitimação de domínio de um grupo social sob outro, em conjunto com as propostas de branqueamento do país e de culpabilização de pobres, negros e mestiços por nossos problemas.

Mesmo quando tais atividades esportivas tornam-se acessíveis a outros setores populares, o discurso eugênico está presente, como na reportagem do Correio do Povo, de outubro de 1933, sobre as atividades esportivas que comemoravam a “Semana da Raça”. Nela, o interventor General Flores da Cunha declarava que “Nós não consentiremos que se enfraqueçam e definhem os descendentes directos dos centauros da epopéia immortal”.

Na mesma página, Érico Veríssimo recorre ao exemplo dos atores de Hollywood, Douglas Fairbanks e John Weissmuller, para demonstrar os benefícios da cultura física: “A Cultura physica não sómente produz corpos harmoniosos e bellos. Gera também o sentimento de ordem, de disciplina” sentencia. Mais adiante, reclama que no “nosso paiz, há pouquissima disciplina. Cada homem se julga portador duma verdade, dum programma. Não quer obedecer. Não quer entrar na fileira. É rebelde”. Como era comum na época, Veríssimo

A partir de 1926, a Intendência Municipal passa a institucionalizar a recreação pública em Porto Alegre criando serviços e disponibilizando profissionais específicos para atuação em parques, praças e balneários. Nesta data, cria-se o “Systema de Jardim de Recreio” – espécie de escolas infantis nas praças, como os atuais jardins da infância – e que seria embrionário da “Diretoria de Praças e Jardins”, e depois de 1942, do “Departamento Municipal de Educação Física”, vinculado diretamente ao Gabinete do Prefeito (FEIX, 2003,p.101).

Durante essas duas décadas, as instituições citadas acima foram chefiadas pelo Professor Frederico Guilherme Gaelzer, pioneiro em planos de recreação urbana no Brasil. Antes de Porto Alegre, Gaelzer havia trabalhado no sistema de “Plaza de deportes”, no Uruguai e na Associação Cristã de Moços (ACM), nos Estados Unidos. Preocupado com o aumento das horas livres da população, o professor via nos programas recreativos municipais – junto com a família, a escola e a Igreja – um meio eficiente para promover “os valores éticos, históricos e educacionais de um povo em evolução” (FEIX, 2003, PP.64-66). Assim, definia seus interesses, da seguinte forma:

Movimentamos processos educativos em nossa lide pela recreação pública, esperando alcançar certas mudanças no comportamento humano, que, traduzidas em termos de alegria e felicidade, de saúde e redução da delinqüência infantil crie um cidadão prestante. (apud FEIX,2003, p.76)

O primeiro “Jardim de Recreio de Porto Alegre” fora instalado na Rua Duque de Caxias, justamente onde as crianças reuniam-se informalmente para jogar futebol, instalando brinquedos e canchas de basquete, vôlei, beisebol e tênis (FEIX,2003,p.73). Institucionalizando um espaço já consolidado de sociabilidade.

Entretanto, mais importante do que a presença do poder público, certamente, exerceram as associações esportivas que proliferaram em Porto Alegre. Por iniciativa principalmente de imigrantes europeus, em especial alemães, até o final do século XIX, já havia pelo menos 22 associações esportivas na capital, com prática de ginástica, tiro, remo, tênis, natação, bolão e ciclismo. Enquanto o turfe, também muito prestigiado no período, foi difundido pelos imigrantes portugueses (MAZO, 2005).

Como trataremos no segundo capítulo, a primeira década do século XX destacara a ascensão dos clubes de futebol, muitos dos quais a partir das associações esportivas existente. Na década de 1920, ocorre maior promoção dos esportes anglo-saxônicos (basquete e voleibol), especialmente pela Associação Cristã de Moços (ACM).

De maneira que, em 1933, a *Revista do Globo*, dedica uma edição especial sobre os esportes, onde novamente Érico Veríssimo²⁰, saúda a febre esportiva na capital do estado:

É nos grato verificar o progresso que no domínio da cultura física se tem registrado em Porto Alegre.(...) Já se cultivam muitos esportes em Porto Alegre. Temos clubes de natação, de regatas, de hockey, de foot-ball, de tennis, de basket-ball, de volley-ball, de esgrima, de skating, de atletismo, etc.

A nossa mocidade já procura espontaneamente as associações atléticas, já compreendeu o alcance da cultura física. (Revista do Globo, Porto Alegre, v. 5, n. 105, p. 5, 18 fev. 1933)

Esportes como remo, turfe, ciclismo proliferam com o discurso da modernidade em uma sociedade até pouco tempo adversa à prática física e à participação da reorganização urbana, *dessacralizados*, através da abertura de amplos espaços públicos, preenchidos de forma bem mais intensa. O que não significou, entretanto, uma vida urbana menos controlada ou predizível (MASCARENHAS,1999, p.31).

Assim, como a política na República Velha, o futebol é um espaço de participação restrita às antigas oligarquias ou famílias com propriedades. O discurso cavalheiresco revela também a idéia de propriedade da bola e da ordem. As massas populares seriam tão incapazes de praticar esportes, quanto de praticar política. Somente uma elite forte - autoritária – reuniria as qualidades necessárias para a prática esportiva ou para a condução do país.

O desenvolvimento do capital transforma os cenários urbanos, redesenha sua organização, na velocidade das máquinas e da circulação das mercadorias, ao mesmo tempo em que institui novos valores comportamentais. Entretanto, sendo a modernidade um processo compartilhado, seria equivocado imaginar que os setores mais populares reagiriam passivamente ou indiferentes a essas transformações. Ao contrário, são eles também sujeitos – senão os artífices, afinal são os produtores de riqueza – e como tal rejeitam ou incorporam os valores e as transformações sugeridas por este processo.

1.2. A Reapropriação do discurso moderno pelos operários

O apito das fábricas convoca a Porto Alegre um milhar de imigrantes europeus ou migrantes oriundos das áreas rurais do estado. Ainda que vinculada ao setor primário, a indústria desenvolve-se como desaguadouro do capital comercial, diante da estagnação da

²⁰ O próprio Érico Veríssimo jogara futebol no colégio Cruzeiro do Sul e se definira como um jogador “entre medíocre e mau”, conforme relatara em “O Massacre dos Inocentes”, publicado em OSTERMANN, Rui (org.). *Meia encarnada, dura de sangue*. Literatura e esporte.Porto Alegre: Artes&Ofícios, 2001.

pecuária, tradicional matriz econômica do estado²¹. A população urbana crescia em proporção muito maior do que a população total, beneficiada também por políticas públicas de povoamento, combate ao contrabando, extensão de portos e ferrovias e incentivos fiscais levados a cabo pelo Partido Republicano Rio-grandense (HERRLEIN JR. e CORAZZA, 2007,p.141-143).

Mesmo que submetidos à carga exaustiva de trabalho e em condições insalubres, a ociosidade das classes populares era uma preocupação para as elites. Por trás desta elaboração sobre a predisposição inerente aos trabalhadores para o vício e a imoralidade, reside a necessidade do disciplinamento dessa mão-de-obra para as especificidades do trabalho na fábrica. Ora, o sistema fabril precisa contar com um resultado previsível, uma dada quantidade de mercadoria em dado espaço de tempo, o que só pode ser feito se os hábitos de trabalho são regulares. Nesse sentido, a moralização corresponde à necessidade de construir um trabalhador produtivo e atrelado ao ritmo da produção (CARDOSO, 1985,p.71). E

(...) se o objeto de mudança é gente, se significa alterar hábitos e costumes de uma população livre (...) é preciso que se construa todo um aparato institucional capaz de produzi-las. Nesse contexto é que se insere toda a preocupação com o controle e a disciplina no espaço fabril, entendido como o lugar de trabalho, da moradia, do lazer, da educação, enfim, da vida do trabalhador. Trabalho e vida se confundem até o momento em que o sistema fabril tenha produzido um corpo social capaz de pautar a sua existência pelos valores da pontualidade, da laboriosidade, da regularidade, enfim, do hábito da “industriosidade”, usando uma expressão do historiador E.P. Thompson (CARDOSO, 1985,p.72).

Porém, o discurso de higienização – não apenas no local do trabalho – e do disciplinamento do corpo também fora adotado pelas lideranças operárias, como demonstrara Aravanis (2005, p.151) em sua análise das lideranças anarquistas das duas primeiras décadas do século XX. Assim como a luta pela redução da jornada de trabalho, acrescentava-se à pauta cotidiana das organizações sindicais, o afastamento de práticas tidas como

²¹ A pecuária tinha baixo índice de acumulação de capital e, portanto, de irradiação para o setor industrial. A terra, cuja propriedade era altamente concentrada, era explorada de forma extensiva, com baixa inversão de capital, ampliando a produtividade apenas pela incorporação de novas áreas. No mesmo sentido, há pouco interesse e investimento na utilização de novas técnicas, consideradas onerosas aos custos de produção. A pouca mão-de-obra utilizada era baseada no trabalho assalariado, porém limitado por “outras formas de remuneração não monetárias (casa, comida) que entravam no custo da reposição da força-trabalho. Tais práticas limitavam a caracterização do peão de estância como um assalariado puro”. O principal produto era o charque que enfrentava tanto a concorrência nacional, como a internacional de melhor qualidade e baixo preço. Em 1935, a pecuária rendia apenas 1% do capital empatado e, como o aproveitamento maior do boi se dava nos frigoríficos, os verdadeiros lucros ficavam com as empresas estrangeiras que monopolizam o setor (PESAVENTO, 1983, p.346).

“condenáveis”, por enfraquecer o corpo para a luta, tais como a freqüência ao “baile”, à “taverna” e o consumo do álcool.

Como estampa a capa da *Voz do Trabalhador*, onde lê-se: “O álcool é, sem dúvida, o maior flagelo da humanidade. Combatê-lo é dever de todo trabalhador consciente” (N.9, 09/12/1933). Ou ainda, que “O jogo e o álcool, o ópio e a cocaína são os despojos da actual sociedade” (VOZ DO TRABALHADOR, n.º.13, 06/01/1934). Em contraponto, propunham:

Exercícios ao ar livre, no campo onde se respira o ar puro, saudável [...] [sendo] mesmo de grandes resultados para o desenvolvimento físico e a higiene do organismo, do que tanto carecem a maior parte dos jovens, de ambos os sexos, ocupados diariamente em trabalhos fatigantes e as mais das vezes insalubres. (A Luta, 14/11/1908 *apud*: Bilhão, p.79)

A Tese n.º 11, aprovada nas Resoluções do Primeiro Congresso Operário Brasileiro, ocorrido em fevereiro de 1914, no Rio de Janeiro, demonstra que esta é uma preocupação comum entre as lideranças de outros estados:

Tese 11 – Necessidade de uma ativa propaganda contra o alcoolismo
Considerando que o alcoolismo é um dos vícios mais arraigados no meio das classes trabalhadoras; e que tem sido um obstáculo para a organização das mesmas;
O Congresso Operário aconselha que seja [ilegível] uma forte campanha contra o alcoolismo, a qual pode ser, por meio de conferencias, folhetos, [ilegível](A Voz do Trabalhador. Órgão da confederação operária brasileira. Ano I n.10.Rio de Janeiro. 1 de fevereiro de 1914

Para Bilhão (2008), este movimento implicava também em uma delimitação das fronteiras sociais, dentro do processo de construção identitária,

distinguindo-se dos “exploradores capitalistas”, das “classes perigosas”, bem como da imagem construída pelo discurso dominante – que os associava ao vício, à preguiça e à indisciplina, sempre que ameaçavam sair do controle e/ou reivindicavam melhores condições de vida e trabalho -, e, por outro, no reforço constante de sua condição de honorabilidade, influenciando na reafirmação de uma auto-imagem positiva e de seu valor futuro à sociedade (BILHÃO, 2008,p.73-74)

Esta preocupação não se encontra apenas sob a gestão anarquista da Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS). Entre 1933 e 1935, sob hegemonia comunista, o órgão oficial da entidade descrevia da seguinte forma a situação do operariado:

Sem lar, sem hygiene, sem instrução e sem leis, não ganhando o necessário com que alimentar-se e sim “apenas” com que “comer”, o operário tem sido até agora um escravo branco, um pária, com desvantagem sobre este, de

servir de instrumento aos políticos, por ocasião dos movimentos eleitorais. (Voz do Trabalhador, N.3 - 28.10.1933,p3)

Além da higiene, a FORGS preocupava-se também com a questão do alcoolismo, como em sua primeira edição, no “Manifesto da Federação Operária”, onde é expresso o “*Programma de Acção da Directoria*”:

Intellectualização do proletariado por meio de: Palestras aos domingos, que versarão sobre: Hygiene; Estudos dos Decretos, leis e regulamentos feitos pelo Governo; Deveres e Direitos dos Operarios em face da lei; Combate systematico ao Alcoolismo e ao Jogo; Rudimentos de Medicina preventiva; Economia Política e finanças (produção e consumo). Materialmente: Lyceu de artes e officios; difusão de escolas nos bairros operários; pagamentos semanaes, ao operariado em geral; intima collaboraçã com a Inspectoria Regional do Ministerio do Trabalho, Industria e Commercio; afastamento de todos os elementos extranhos às classes trabalhadoras; uniformisação da jornada de oito horas; mais ampla propaganda em pról da Syndicalizaçã; creação de um órgão proletário. (Voz do Trabalhador/RS, N.1 - 14.10.1933, p.4)

Como se percebe, em uma época em que, segundo as lideranças, “o vicio domina, a perdição manda e o adultério ordena”, a preparação de uma sociedade futura, a FORGS via na instrução e educação dos filhos, ou ainda na intelectualização do proletariado, a forma de combate para estas práticas (Voz do Trabalhador,N.2 - 21.10.1933p2).

Por isso, a Federação Operária organizava em sua sede as chamadas “Conferências médico-sociais”, com apoio de integrantes da Sociedade de Medicina da capital e com temas como “o alcoolismo e a infância. A intenção era de “transmitir ensinamentos proveitosos e uteis, sobre hygiene e medicina preventiva ao proletariado” (Voz do Trabalhador, N.1 - 14.10.1933,p.3). As conferências, que ainda incluíam a exibição de filmes, visavam “mães e esposas” ou aos trabalhadores em geral “acompanhados de suas exmas. Famílias” (A Voz do Trabalhador N.1 - 14.10.1933,p2).

Para Bilhão (2008, p.82), as lideranças sindicais estavam de acordo com os cânones morais de seu tempo. Entretanto, é possível também trabalhar com a hipótese de que as lideranças operárias apropriaram-se deste discurso e o re-funcionalizaram de forma a atender o que entendem como interesse da classe. Segundo Hoggart, as classes proletárias possuem em elevado grau a faculdade natural de resistirem à mudança, adaptando ou assimilando, nas novidades, aquilo que lhes interessa, e desprezando todo o resto (1973, vol.1,p.40).

A valorização do trabalho e da capacidade produtiva do operário foi utilizada, segundo Bilhão (2008, p.243) como parte da construção identitária do operariado porto-alegrense, de forma que os trabalhadores fossem distinguidos

tanto dos “exploradores capitalistas” e das “classes perigosas”, quanto da imagem construída pelo discurso dominante, que associava ao vício, à preguiça e à indisciplina sempre que ameaçavam sair do controle e/ou reivindicavam melhores condições de vida e trabalho (Bilhão, 2008, p.243)

De maneira que poderiam incorporar o discurso saneador também como forma de distinção, como para alcançar suas reivindicações imediatas de melhorias de condição de trabalho ou, como afirma Aravanis (2005), para poupar o corpo para os confrontos com a burguesia. Assim como Hoggart, Weber também chama atenção para a cultura operária como

um processo em constante transformação, refletindo mudanças que se dão em outros níveis, como o econômico. Neste processo ocorre quase sempre uma “reapropriação” por parte dos trabalhadores das condições de trabalho a que estão submetidos e das características mais gerais da sociedade tradicional, no sentido de melhorar sua situação, de “resistir” à exploração ou de defender seus interesses (WEBER,2002,p.37).

Utilizar o discurso dominante, refuncionalizado a seu favor, nos permite pensar a ação operária para além de esquemas mecanicistas e maniqueístas. Por exemplo, Fortes (2001) já havia demonstrado que a ação da FORGS na década de 1930 não se caracterizava nem por aderir, nem por recusar a legislação trabalhista, mas por apropriar-se e redefinir o caráter desta legislação.

Da mesma forma, as estratégias para solução dos problemas cotidianos não precisariam ser dadas por apenas uma alternativa ou organização. Para autores como Fortes (1999), a criação de formas de sociabilidade do proletariado urbano é decorrente da exposição à “insegurança estrutural do capitalismo”, em que esta particular exposição aos riscos da existência social sob o capitalismo seria um elemento definidor da própria condição operária, onde

A relação entre, de uma parte, necessidades e problemas sociais emergentes e, de outra parte, desenvolvimento de projetos políticos e instituições, não se dá como uma decorrência causal direta, mas como um processo mediado pela existência de diferentes alternativas possíveis. Associando a solução ou enfrentamento dos problemas à opção por um vínculo associativo, estas alternativas irão relacionar-se diretamente com a forma de articulação assumida entre diferentes elementos constituintes da identidade dos trabalhadores, como os relacionados ao local de trabalho, categoria profissional, etnia, gênero, vizinhança, religião, opção política, etc...(FORTES,1999,p.192)

Assim, desde o final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, mas em especial nos anos 1930, percebe-se não apenas uma ampliação de organizações assistencialistas e sindicais, mas também culturais, recreativas e esportivas.

A hipótese aqui defendida é de que – ao contrário inclusive do que defendiam os sindicatos – o operariado não possuía uma única alternativa ou organização para buscar a solução de seus problemas imediatos, mas uma gama de alternativas e poderia combiná-las, atuando e participando em diversas organizações. E ainda, se poderia buscar na sindicalização uma forma de garantir seus direitos, poderia também buscar nos clubes de futebol uma ocupação para seu tempo livre. Mesmo que fosse fornecido pelo empregador.

Desta maneira, também apropriava-se do discurso da elite sobre o culto do físico – não como “fortalecedor da raça” – mas como entretenimento e diversão. Afinal, gradualmente, as partidas de futebol despertavam o interesse de outros setores e atraíam novos espectadores para o esporte. Nem sempre bem-vindos e, por isso, ocupavam com mais frequência o alto de árvores, muros e morros do que as arquibancadas e pavilhões. Da mesma forma, mesmo que o equipamento fosse caro ou dependesse de importações, justamente a facilidade em improvisar a bola ou o campo, permitia que o esporte passasse a ser praticado tanto nos clubes elitistas, quanto nas várzeas, ruas e terrenos de fábricas.

Este futebol praticado nas várzeas dos rios e terrenos baldios era considerado uma perturbação social

Por ser informal, ele desarranjava o universo do lazer regado; por ser praticado por desocupados, desorganizava o mundo do trabalho; e, em função de seus praticantes não seguirem integralmente as regras, e os jogos, às vezes, descambarem para a violência, entrava em choque com a esfera da disciplina e da lei (GONÇALVES JUNIOR, 2008, p.39)

Em São Paulo, a popularidade do futebol obrigara os clubes da elite a alternarem-se em campo com os times populares – como o Mancha de Sangue Futebol Clube ou São José Operário Futebol Clube - na várzea do Carmo. Motivo pelo qual o Clube Atlético Paulistano convencera a Prefeitura municipal em transformar o antigo velódromo em campo de futebol, deixando o Carmo para os populares, que passaram a ser conhecidos como “varzeanos” (SANTOS NETO, 2002, p.49-50). Além da separação dos campos, a criação da Liga Paulista de Futebol, em 1901, restrita aos cinco times da elite paulistana, consolidariam a separação entre os “grandes” e “pequenos” clubes. Mesmo caminho tomado no Rio de Janeiro, quatro anos depois, com a criação da Liga Metropolitana de Football.

Em seu estudo sobre a história social do futebol no Rio de Janeiro, Leonardo Miranda Pereira (2000, p.231) identifica na década de 1920 um amplo processo de proliferação de pequenos centros esportivos por toda a cidade, organizados por vizinhança, com diretorias

heterogêneas e critérios mais flexíveis e acessíveis de adesão, incluindo os valores cobrados de jóias e mensalidades, mas especialmente a indistinção de cor ou nacionalidade.

O impulso que movia a criação desses clubes não deixava dúvidas quanto ao perfil que, na maior parte das vezes, eles assumiriam. Ao organizarem-se por laços de vizinhança, abriam suas portas para o grande contingente de operários, pequenos funcionários públicos, caixeiros, pescadores e outros trabalhadores de baixos salários, que com sua presença maciça nessas associações iam dando a elas um perfil próprio. A primeira marca dessa diferença aparecia no valor da mensalidade cobrada nesses grêmios. Em mais de 92% dos pedidos que foram entregues ao chefe de polícia declarando sua mensalidade entre 1918 e 1921, o valor cobrado oscilava entre 1 \$000 e 2\$000 — o equivalente a cerca de um centésimo do salário ganho por um servente da Intendencia Municipal alguns anos antes (Pereira, 2000, p.231)

Dessa forma, segundo Pereira (2000, pp.231-232), o futebol permitia aos trabalhadores um espaço de efetivação de suas práticas recreativas e de seus valores e que lhe permitiam realizar pelas ruas suas próprias festas e jogos.

Mais do que um excelente e acessível meio de diversão, ele [o clube] aparecia como um elemento importante na experiência de inúmeros trabalhadores do período. Fosse organizando as tensões entre os moradores das regiões pobres da cidade, garantindo a seus participantes um meio de ascensão social ou possibilitando apoio para as atividades de que gostavam, ele transformava-se em modo de legitimar suas práticas recreativas de modo mais amplo (PEREIRA, 2000,p.255)

Logo, inversamente, são os jogadores pobres que passam a chamar a atenção dos dirigentes dos clubes mais ricos, ao mesmo tempo em que, sem participarem das ligas e federações, emergem dezenas de clubes menores e mais populares.

A tensão entre o profissionalismo – disfarçado de pequenos benefícios ou gratificações – e o amadorismo é característico da fase inicial de adoção do futebol, tanto no continente europeu, quanto na América Latina. No Brasil, há indícios da prática do *amadorismo marrom* – o assalariamento ou gratificação disfarçada - desde a década de 1910²². E é este tensionamento que, por vezes, cindirá clubes e federações nos primeiros anos da prática futebolística no país.

²² No Rio Grande do Sul, por exemplo, Rigo (2001,p.134) identifica, no mínimo, tendência à profissionalização no S.C. Rio Grande em 1912, com a contratação por sete contos de réis de um instrutor inglês para treinar o time.

Além da pressão dos jogadores vindos das classes populares, os defensores do amadorismo ainda enfrentavam o fato de que os clubes menos elitizados, passavam a atrair maior atenção pelo *espetáculo* oferecido, mais competitivo.

Na primeira Copa do Mundo, em 1930, a FIFA já permitia a participação de profissionais, acompanhando as decisões já tomadas por Itália, Áustria, Hungria e Espanha na década anterior e pela Inglaterra desde o final do século XIX. A Argentina oficializaria o profissionalismo em 1931 e o Uruguai no ano seguinte. Alguns autores, como Caldas (1990), consideram o ano de 1933 como determinante para adoção definitiva no futebol brasileiro, com a “pacificação” do conflito em São Paulo e no Rio de Janeiro e sob a pressão motivada pelo êxodo de jogadores para clubes europeus.

É fato, porém, que a profissionalização no país seguirá ritmo muito mais lento: em Porto Alegre, por exemplo, apenas em 1937, mesmo ano em que a Confederação Brasileira de Desportos reconhece o profissionalismo e legitima-se como entidade organizadora do esporte nacionalmente. O Ceará só profissionalizaria o futebol em 1938, para utilizar outro exemplo.

Esse processo tem três conseqüências visíveis. Primeiro, ainda que estejamos tratando de uma profissionalização e de rendimentos financeiros em escalas muito diferentes e menores do que os parâmetros atuais, a profissionalização acentuou a competição, a espetacularização e mercantilização do futebol.

Segundo, reproduziu o modelo inglês de organização do futebol, com a profissionalização dos atletas, mas preservação do amadorismo para os dirigentes, mantendo os clubes sob controle da elite política e econômica (PRONI, 1998, p.149; DAMO, 2005, p.346)²³.

Terceiro, a institucionalização da compensação financeira dos atletas e a demanda por “pés-de-obra” especializados, resulta na circulação dos esportistas e na adesão popular às instituições criadas e controladas pela elite, ampliando a concorrência entre essas agremiações e a consituição de redes de pertencimento social e afetivo, consolidando o clubismo (DAMO, 2005, pp.346-347).

Porém, ao contrário dos autores que enxergam neste processo uma vitória da democracia e das classes populares, Fraga (2009,p.173) ressalta muito bem que a profissionalização do jogador de futebol não significou um fim, sequer uma atenuação, nas tensões raciais da sociedade brasileira.

²³ Para Helal (1997), é nesta junção do profissionalismo da prática com o amadorismo da gestão, na coexistência do arcaico com o moderno, que residem as origens dos problemas do futebol brasileiro até hoje.

Observa-se então que a difusão do futebol na América do Sul, segue um padrão comum, semelhante ao ocorrido na Inglaterra: inicialmente restrito aos colégios, times de ex-alunos - nesse caso, escolas da comunidade britânica ou oriundos de instituições européias - ou ainda de associações de elites específicas ou com outras práticas esportivas. Num momento seguinte, há adoção do esporte por outros setores vinculados ao comércio, por estudantes secundaristas ou universitários, por comerciantes, pelos locais de trabalho ou de moradia.

Nesse processo, novamente, identifica-se o papel dos operários na difusão e organização do futebol. Na Argentina, ferroviários fundaram o Central Argentine Railway Club (hoje, Rosário Central) em 1889 e o Atlético Talleres Central Córdoba, dos trabalhadores da Córdoba Central Railway, em 1913. O Argentino Juniors fora fundado em 1904, como Mártires de Chicago, em homenagem ao Primeiro de Maio, Dia do Trabalhador, mesma data escolhida para a fundação do Chacarita Juniors, em 1906, na sede de uma biblioteca socialista²⁴.

No Uruguai, criado em 1891, o Central Uruguay Railways Cricket Club, reunia predominantemente jovens ingleses, empregados dessa empresa, e tinha o próprio gerente da ferrovia como seu primeiro presidente. Gradativamente, seu espaço foi ocupado pelos operários uruguaios, a ponto de rebatizar-se como Peñarol, doze anos depois, referindo-se ao bairro operário onde concentrava-se a maioria de seus jogadores e torcedores. Seis anos depois, trabalhadores do porto de Montevideú fundavam o River Plate Football Club²⁵ e em 1914, mineiros fundam o Club Atlético Progreso, com cores vermelhas por influência anarquista.

Porém, não eram apenas as diversões no tempo livre que interessavam às novas camadas urbanas. Nas três primeiras décadas do século XX, a pequena burguesia ascendente passará a exigir maior espaço de participação na política no Brasil, Uruguai e Argentina, colocando em xeque a tradicional política oligárquica desses países. Mais além, trazem consigo uma série de exigências trabalhistas e sociais. O modelo político federalista, favorável às elites oligárquicas, torna-se insuficiente, mesmo um empecilho, para o desenvolvimento do capitalismo industrial nesses países. Trata-se de um turbulento período

²⁴ Segundo Santos Neto (2002,p.97), o futebol na Argentina consolidou-se graças aos colégios e aos funcionários ingleses do grande capital, de um lado, e de outro, por ação dos operários e comerciantes, dos imigrantes italianos e espanhóis, e quase sempre, de um jeito ou de outro, dos trabalhadores nas ferrovias.

²⁵ Não se deve confundir esse River Plate, extinto em 1925, com o Club Atlético River Plate, criado em 1932 e em atividade na primeira divisão do futebol uruguaio.

de manifestações sociais em todo mundo, como as revoluções mexicana e russa, as greves operárias e a formação de partidos comunistas, socialistas e a ação anarquista.

O sentimento nacionalista foi o recurso adotado para procurar estabelecer uma unidade legitimadora do exercício do poder. E o futebol, convertendo-se em esporte de massas, fornecia os elementos necessários para catalisar esses sentimentos.

É neste contexto que o futebol funcionará como um “forte *operador de nacionalidade*, como construtor de narrativas nacionalistas prementes e eficazes, em geral com alta coerência com a narrativa estatal de cada período” (ALABARCES, 2002, p.27). Portanto, o futebol soma-se aos sistemas educacionais e ação de intelectuais como construtor de um sentimento de nacionalidade, garantindo uma unidade política e econômica, coincidindo com a ação de governos de forte intervenção estatal: José Battle y Odoñez²⁶ (presidente em 1903-07 e 1911-15) no Uruguai; Getúlio Vargas, no Brasil (1930-45 e 1951-4) e Hipólito Yrigoyen (1916-22 e 1928-32) e, mais tarde, Juan Domingo Perón (1946-1955), na Argentina.

Elemento fundamental nesse processo era a afirmação de um suposto estilo próprio de jogo, que também representasse a incorporação e re-significação do futebol, quanto à sua distinção em relação ao *outro*. O futebol *criollo* argentino seria forjado em antagonismo aos ingleses. Enquanto os uruguaios reivindicariam uma identidade própria em contraste aos argentinos (ALABARCES, 2002; ALVARES, 2003). O futebol *malandro* brasileiro seria um oposto tanto ao estilo inglês, quanto ao argentino.

Curiosamente, todos constroem auto-imagens de – e são vistos como – *artistas da bola*, com predomínio da habilidade sobre a técnica ou a rigidez. Entretanto, a vitalidade deste estilo depende e é alimentada ainda pela conquista de títulos²⁷, experiência que o Uruguai viveria com a *celeste olímpica* e os argentinos em embates contra equipes inglesas.

²⁶ No caso uruguaio, as associações de futebol existentes eram controladas por integrantes do Partido Colorado do presidente Battle: a Federação Uruguaia de Futebol sob comando do dirigente do Peñarol, José Maria Sosa, mas opositor de Battle, e a Associação Nacional de Futebol do pediatra battlista e dirigente do Club Nacional de Football, Atilio Narancio. Será Narancio que conduzirá a seleção uruguaia à suas maiores conquistas no período: o ouro olímpico de 1924 e em 1928. A marcha de comemoração da conquista de 1924 partia do Partido Colorado e encerrava-se na casa de Atilio Narancio. A bandeira nacional que liderara toda a marcha lhe foi entregue na chegada. Os simbolismos são evidentes, desde o trajeto até o gesto final da manifestação. Dessa forma, afirma Alvarez (2003), Narciso conseguira, através do futebol, que o battlismo pudesse se inserir nas classes operárias, através de um de seus principais símbolos culturais.

²⁷ Mason (1995, p.25) brinca que a nacionalização ou “criollização” do futebol teria sido mais rápida do que a das ferrovias na América do Sul. O autor demonstra como as conquistas sul-americanas no período surtiam efeito de distinção também na Europa, recuperando o questionamento da época se a América do Sul seria o novo centro do futebol mundial. O *Le miroir des sports* afirmava que os latino-americanos seriam artistas, enquanto os britânicos, robustos artesãos. A suposta divisão entre força técnica e arte é reivindicada até os dias de hoje na crônica esportiva.

A ação do Estado não se limitou à utilização das conquistas como eventos ou sentidos políticos, mas se deu também pelo controle estatal sobre a regulação e o estímulo à prática dos esportes. No caso brasileiro, essa ação se acentuará a partir do Estado Novo (1937) com a obrigatoriedade da educação física nas escolas (1937), com a criação do Conselho Nacional de Desportos (1941) e no estímulo à criação de grandes estádios e, apesar de sua ênfase no estímulo aos esportes amadores, o Estado reconhecerá a profissão de jogador de futebol, encerrando institucionalmente a disputa entre amadorismo e profissionalismo²⁸.

No entanto, segundo Alabarces (2002,p.27), isso não torna o futebol uma narrativa estatal, com exceção de períodos ditatoriais. Mas sim, de práticas “para-estatais”, num universo de meios de comunicação eminentemente privados, ainda que tribuem a uma hegemonia construída principalmente pelos aparatos estatais. Caberia ao Estado, então, produzir a passagem da “memória coletiva” – vivencial e cotidiana – para a “memória nacional” – virtual e ideológica (ALABARCES, 2002,p.48).

Claro está que, incorporando supostos valores nacionais através de um estilo de jogo, transformando conquistas esportivas em conquistas nacionais, o futebol possibilitava o que não era possível pela economia e pela política: incorporar as massas de trabalhadores urbanos, afastadas do sistema político pela estrutura oligárquica herdada da formação da nação.

Em síntese, como esporte essencialmente moderno, o futebol permite a materialização do culto ao físico – e, portanto, do disciplinamento e higienização – ao mesmo tempo em que aproveitava-se dos novos espaços urbanos de sociabilidade, convergindo em grandes eventos sociais de afirmação desta modernidade.

Disciplina e higiene são atributos desejáveis apenas para a cidade e seu fluxo, mas também de seus habitantes. Em especial, os mais pobres que, seja pelos locais de moradia, seja pela “fraqueza congênita” ou a inflexão “natural” à vadiagem, precisam ser disciplinados para o trabalho.

Entretanto, a burguesia não é a única sujeita da modernidade. Os operários, assim como outros integrantes das classes subalternas, também o são. E, tal como já apontava Hoggart (1973,p.40), as classes proletárias adaptam ou assimilam nas novidades aquilo que lhes interessa e desprezam todo o resto. Na medida em que tal discurso sanitarista seja utilizado como forma de distinção, de afirmação de identidade como “trabalhador”, na

²⁸ Não por coincidência, Getúlio Vargas escolherá os estádios do Pacaembu, em São Paulo, e de São Januário, no Rio de Janeiro para celebrações do Primeiro de Maio e anúncio de medidas como a Consolidação das Leis do Trabalho. Ainda sobre a culminância desse processo de construção da identidade nacional – não apenas pela ação estatal – ver Fraga (2009).

denúncia das más condições de trabalho ou na preparação do corpo para luta, ele é reapropriado pelos operários a serviço de seus próprios interesses.

Assim, o futebol também pode ser considerado parte da “circularidade entre culturas”, escreve Ginzburg (1987), com influências recíprocas entre as classes dominantes e as classes populares. Uma vez pertencente ao mundo comunitário das aldeias inglesas e dos jogos pré-modernos, é incorporado pelas elites, através de seus colégios e com um discurso disciplinador e distintivo, e mais tarde, reapropriado pelas classes populares, cuja adesão não apenas leva a sua profissionalização como contribui para sua redefinição atual como espetáculo de entretenimento para as massas.

Capítulo 2 - A quem pertence o Mundo

O grito possante da chaminé envolve o bairro. Os retardatários voam, beirando a parede da fábrica, granulada, longa, coroada de bicos. Resfolegam como cães cansados para não perder o dia. Uma chinelinha vermelha é largada sem contraforte na sarjeta. Um pé descalço se fere nos cacos de uma garrafa de leite. Uma garota parda vai pulando e chorando alcançar a porta negra. O último pontapé na bola de meia.
Patrícia Galvão, *Parque industrial*.

2.1. O “Paradigma Bangu”

Assim como as várzeas, as fábricas também foram meio para a democratização do futebol. Nos intervalos no local de trabalho, ou nos campos de várzea nos bairros operários emergiam clubes formados por estes trabalhadores. Alguns efêmeros ou informais, outros que se institucionalizavam, com o interesse ou não da empresa.

O crescimento do futebol operário permitiu que muitos alcançassem o acesso aos campeonatos e ligas então monopolizados pelas elites ou ainda, especialmente após a profissionalização, no fornecimento de jogadores para times maiores. As equipes e praticantes que permaneceram em sua esfera amadora produziram também seus próprios campeonatos internos de empresas ou intra-classistas.

Apesar da participação operária na própria difusão e consolidação do futebol, pouco ainda tem se produzido acerca desse tema. Em parte também, porque os clubes de menor duração deixaram poucos vestígios para a memória oficial do esporte.

Além disso, a trajetória do mais conhecido desses clubes de origem operária, o Bangu, no Rio de Janeiro, tornou-se uma chave explicativa “clássica” e plenamente aceita na interpretação desses clubes. Em parte, coube ao jornalista Mário Filho (2003) a construção desse paradigma de interpretação dos times operários.

Em sua obra, *O Negro no futebol brasileiro*, escrita em 1947, promove o encontro entre o esforço de parte da intelectualidade em construir uma identidade nacional e o papel do futebol como operador dessa nacionalidade. Influenciado pelo pensamento de Gilberto Freyre, que assina o prefácio de uma das edições, o livro sustenta que o futebol foi capaz de promover uma *democracia racial* e, desta forma, contribuir para a conciliação e harmonização social ao qual o Brasil está destinado através da integração étnica.

Talvez pelo pioneirismo em abordar o futebol, talvez pela notoriedade de seu autor na crônica esportiva²⁹, ou mesmo pela recepção na época às teorias de harmonia social, o fato é que *O Negro no futebol brasileiro* tornou-se espécie de pilar fundamental da historiografia e da sociologia do futebol³⁰. Quase um cânone sagrado, estabelecendo periodizações e versões absolutas ou definitivas sobre a questão racial, sobre a profissionalização e sobre o próprio desenvolvimento desse esporte no Brasil.

Entretanto, além de ter sua abrangência de análise reduzida ao Rio de Janeiro e São Paulo, nacionalizando e padronizando situações locais, o livro reúne memórias e “causos”, sem o rigor das fontes, quando elas existem, para conformar um grande épico romanceado. Daí, sua estrutura mais próxima do conto ou do romance do que da produção científica, como demonstrou Soares (1999)³¹.

Entre os paradigmas construídos a partir da obra de Mário Filho está também sua interpretação sobre o futebol operário, tomado a partir da trajetória do The Bangu Athletic Club, e tal como suas outras interpretações, também assumiu conotações definitivas para parte da produção acadêmica sobre o tema.

Cinco características distinguiriam o Bangu dos demais clubes cariocas do período. Primeiro, o time teria sido precursor da democratização do acesso ao futebol. Fundado em 1904, por funcionários da tecelagem Companhia Progresso Industrial do Brasil, no subúrbio carioca homônimo, ao contrário de outras equipes como o *Rio Cricket*, o time seria desde sua origem aberto à participação de outros trabalhadores, em virtude do isolamento geográfico do restante da comunidade britânica no Rio.

Teria sido também o primeiro time operário. Em sua primeira partida já contaria com a presença de dois brasileiros, um tecelão da fábrica e um empregado do comércio local, recrutados para completar a equipe. Assim, um ano depois, o time era composto por cinco ingleses, três italianos, dois portugueses e um brasileiro, o tecelão mulato Francisco Carregal (RODRIGUES FILHO, 2003, pp. 32-33).

²⁹ Não esqueçamos que em sua homenagem, o estádio do Maracanã leva seu nome, estádio do qual foi entusiasta e importante ativista pela sua construção.

³⁰ Entre os autores que valorizam a obra de Mário Filho por seu valor sociológico estão Mauricio Murad, Ronaldo Helal e Waldenyr Caldas. A polêmica entre os defensores desse trabalho e Antônio Jorge Soares encontra-se na *Revista Estudos Históricos*, Vol. 1, No 23, Fundação Getúlio Vargas (1999).

³¹ Não cabe aqui reproduzir a contundente análise de Soares (1999) tanto sobre a estrutura literária de *O Negro...*, tomada como obra científica, quanto a desconstrução da argumentação de democracia racial, como também o faz Damo (2005). Porém, é importante ressaltar que a narrativa mitológica do livro continua difundido-se indiscriminadamente e sem o rigor da crítica para justificar teorias *a priori*, pelo que Soares classificou como *novos narradores*: os autores que tomam a obra de Mário Filho como “laboratório de provas”.

Para Mário Filho, esse clube de fábrica colocava os operários em pé de igualdade com os mestres ingleses. O Bangu seria democrático não apenas dentro de campo, mas também fora dele, na medida em que abria as portas do seu estádio para todos, onde confundiam-se freqüentadores da arquibancada e da geral (2003,pp.42-43).

A presença dos trabalhadores da fábrica têxtil era tolerada pelos clubes de elite, como Fluminense e Botafogo, mesmo os jogadores negros e mulatos. Tanto porque sua presença no campeonato conferia legitimidade às regras excludentes da Associação Metropolitana de Esportes Atléticos – AMEA, quanto porque seus jogadores não dispunham de todo o tempo livre para os treinos (RODRIGUES FILHO,2003,p.130), sem constituir num tipo de profissionalismo que ameaçasse estes clubes de elite.

Os jogadores-operários passariam a constituir uma elite dentro da fábrica, em comparação com seus pares. Além de sair uma hora antes dos demais empregados para treinar no campo ao lado da fábrica, estes operários recebiam outros privilégios, como a alocação na sala do pano, onde a tarefa era apenas o corte do tecido. Pois,

Operário que jogasse bem futebol, que garantisse um lugar no primeiro time, logo ia para a sala do pano. Trabalho mais leve. O operário-jogador, no dia do treino, recebia um ticket. Para apresentar no portão, para poder sair sem perder a hora de trabalho.

O campo era prolongamento da sala do pano, quem entrava na sala do pano só via jogador do primeiro time dobrando fazenda. Devagar, para não cansar, reservando suas energias para o treino. (RODRIGUES FILHO, 2003,p.84)

Logo, a empresa perceberia nesta relação um instrumento para ganhar a lealdade de seus trabalhadores, e que era expressa de forma paternalista, como no abono das faltas dos operários no dia seguinte à conquista do título carioca de 1933. Por isso, também, o interesse da empresa em subsidiar equipamentos e doar o campo para o time.

Entretanto, o autor apresenta ainda distinções entre o Bangu e outro time ligado a uma fábrica, o Andaraí, vinculado à América Fabril. Enquanto o time da Companhia Progresso Industrial seria um clube *da* fábrica, o Andaraí seria um clube *de* fábrica, que não receberia os mesmos “cuidados paternos” que o Bangu.

Parece pequena essa diferença de uma letra, entre um “de” e um “da”. O Bangu era um prolongamento da Companhia Progresso Industrial do Brasil. A fábrica se disfarçando em clube. Até na escola. A escola pública Jacinto Alcides, o nome do professor, em baixo da sede do Bangu. A sede dada pela fábrica, com o seu salão de baile, com o seu placó no fundo. Um teatrinho de amadores. Também da fábrica, também do clube. O campo pegado ao jardim da fábrica. Não se sabia aonde acabava a fábrica, onde começava o clube ((RODRIGUES FILHO, 2003,p.84)

Quanto ao Andaraí, a tecelagem Cruzeiro preferia não confundir-se com o clube, sem o mesmo paternalismo dispensado pela Companhia Progresso ao Bangu. O campo do Andaraí pertencia a um dos donos da fábrica, mas o clube pagava aluguel por ele. A área, num brejo, foi aterrada como trabalho voluntário dos próprios operários. Entretanto, a empresa indicara o tesoureiro do clube e sua presidência era exercida por um mestre, com poderes para arranjar emprego para os melhores jogadores nos teares ou na sala do pano (RODRIGUES FILHO, 2003).

E entre os operários-jogadores também havia aqueles que recusavam os privilégios oferecidos pela Fábrica. Mario Filho narra o caso de Monteiro, craque do time do Andaraí, que rejeitava benefícios, como sair antes do horário ou o abono de faltas no dia seguinte aos jogos. “Aí é que Monteiro ia mesmo, não aceitava nada da fábrica, de ninguém. (2003,p.93).

Mesmo entre os operários-jogadores do Bangu, os privilégios não eram facilmente acessíveis:

Naturalmente que não era qualquer um que ia para a sala do pano. Muito jogador ficava mesmo nos teares, só largando o trabalho depois do apito, às quatro horas. Tendo de correr para pegar o trem. A sala de pano era um prêmio. Para jogadores assim como Antenor Corrêa, como Luís Antônio. Começavam nos teares pegando no pesado, alguns iam até para a sala das tintas, trabalhar de avental e tamancos holandeses cobrindo todo o pé. De quando em quando a tinta espirrava, se pegasse no pé queimava. Era tinta misturada com drogas. Um perigo. Também os teares cheios, nenhuma vaga. E a fábrica não queria facilitar. Não bastava jogar futebol para ter um lugar garantido na fábrica, era preciso trabalhar. (RODRIGUES FILHO, 2003,p.89)

Dessa forma, segundo Rodrigues Filho (2003), mesmo entre os operários-jogadores havia uma hierarquia de privilégios, cuja escala mais baixa era a garantia do emprego trabalhando nos teares. Acima destes estavam a almejada sala de panos e o ápice, o escritório.

Nos teares os mestres não distinguiam um operário comum de um jogador de futebol. Tudo a mesma coisa. A distinção era feita na sala do pano. Depois de trabalhar muito, e, principalmente, de jogar muito, o operário-jogador ganhava o prêmio da sala do pano. E podia ainda melhorar se continuasse a merecer a confiança da fábrica, do Bangu. Havia o escritório, o trabalho mais suave do que na sala do pano. E o ordenado maior. (RODRIGUES FILHO, 2003,p.89)

Sem que o autor destaque, mas a busca por uma posição mais confortável e bem remunerada na fábrica, através do futebol, implicava em subordinar-se à vigilância da própria empresa. Pois a fábrica monitorava o desempenho do operário-jogador em ambos espaços, no

campo e na linha de montagem. E, confiava que, habitualmente, um bom jogador seria um bom empregado, pois teria como ambição na vida, vestir a camisa do Bangu, trabalhar na fábrica (RODRIGUES FILHO,2003,p.89).

A partir do trabalho de Mário Filho, Waldenyr Caldas (1990), um dos *novos narradores*, acentuaria essas características do futebol operário, sem apresentar novas fontes. Para esse autor, o Bangu teria desencadeado uma “*revolução democrática*”. Porém, afirma também que os jogadores-operários constituiriam uma “*elite operária*”, galgando promoções rapidamente e sendo nitidamente protegidos pela diretoria, além disso, os resultados do time produziriam uma imagem de simpatia e prestígio comercial à fábrica, transformando o operário-jogador em uma ferramenta de “merchandise” (sic) e obrigando a fábrica a dar mais importância ao futebol a partir de então.

Estudando as atas do Bangu, Leonardo Miranda Pereira (2000) pode comprovar que a influência da fábrica sobre o clube eram ainda mais intensas, desde o empréstimo da sede ao fornecimento dos uniformes, contando ainda com a nomeação do diretor da fábrica João Ferrer como presidente honorário do clube.

Além disso, as atas e os registros na imprensa revelam o interesse da fábrica em que a participação de outros operários fosse ampliada no time para que a prática esportiva desenvolvesse “o físico e o moral dos operários”. Tendo como mecanismos uma mensalidade mais acessível - cinco vezes mais barata do que a do Fluminense, por exemplo – e do estímulo a outras associações: o Brasil Athletic Club, o Escolar Foot-ball Club e o Esperança Athletic Club, composto, segundo a imprensa esportiva da época, por “uma meninada bem disciplinada e bem-educada” (PEREIRA,2000,p.72). A Companhia Progresso Industrial tratava o time como um departamento da própria fábrica e estendia sua presença na vida dos operários para além do horário de trabalho. Mais do que o isolamento geográfico, tratava-se, portanto, de uma estratégia da empresa que funcionaria como modelo para outras indústrias.

É muito provável que a experiência da Companhia Progresso Industrial e do Bangu tenha se tornado referência para outras fábricas e clubes³². Porém, o problema de interpretações como a de Waldenyr Caldas, é de que tomam o modelo do Bangu como único. Logo, todo clube de fábrica seria necessariamente um espaço de dominação e reproduziria as mesmas características identificadas por Mário Filho.

³² O próprio Pereira (2000,pp.261-262) demonstra os casos do Carioca FC, da Companhia de Fiação e Tecelagem Carioca, que assim como o Bangu, possuía diretores da empresa entre os dirigentes do clube, cláusulas de exigência do vínculo com a empresa, e instalações fornecidas pela fábrica, melhores do que a maioria dos pequenos clubes.

Uma análise mais aprofundada sobre os clubes operários foi produzida na dissertação de mestrado de Fátima Antunes (1992) sobre essas associações esportivas em São Paulo. Para esta autora, a singularidade do Bangu está no fato de ter nascido como um clube de fábrica, incluindo os operários desde o seu início. Seu trabalho possui um mérito inicial de localizar a existência de clubes anteriores ao Bangu, por exemplo, como o Votorantim Athletic Club ou Rigoli e Cia. Ltda. Com a compra da Rigoli pelos tecidos Crespi, o clube alteraria o nome para Crespi F.C. e, mais tarde, em C.A. Juventus, tradicional clube bairro paulistano da Mooca, ainda em atividade.

Uma segunda contribuição importante trata de pesquisar o comportamento de militantes e entidades anarquistas e comunistas em relação aos clubes operários. Inicialmente tratados como esporte burguês e “poderoso ópio”, esses militantes foram frustrados na tentativa de deslocar o interesse dos trabalhadores pelo futebol.

Uma primeira tentativa de incorporação do esporte ocorreu com a mudança das festividades anarquistas, dos locais fechados para espaços públicos, onde o lúdico e a integração eram valorizados, incluindo a disputa de partidas. Num segundo momento, no final da década de 20 e início dos anos 30, os comunistas alteraram sua postura, estimulando a criação de clubes operários, que não estivessem sob controle ou influência da fábrica. Almejavam inclusive a criação de uma federação e campeonatos próprios, através da “proletarização do esporte”³³.

A pesquisa aponta ainda que os clubes operários constituíam uma forma própria de profissionalismo, a partir do apoio que recebiam de suas empresas, gerando distinções entre a forma como os operários envolviam-se e praticavam o esporte. Segundo classificação estabelecida pela autora, haviam os *peladeiros*, que não tinham no futebol sua principal preocupação ou atividade, limitando-se a prática informal nos intervalos de trabalho ou nas várzeas, nos finais de semana; havia também os *operários-jogadores* cujo emprego na fábrica era a principal ocupação profissional, mas dedicavam tempos aos treinos e jogos, buscando uma oportunidade financeira nos times principais das Ligas; e, finalmente, *os carreiristas*, aqueles para quem a fábrica era apenas uma etapa inicial em direção a uma carreira

³³ Pereira (2000) demonstra como o mesmo ocorreu no Rio de Janeiro, onde os anarquistas somaram-se aos intelectuais, como Lima Barreto, que combatiam o futebol. Caso semelhante ocorre com os socialistas e comunistas espanhóis que vêem no futebol – e em sua disciplina – um meio para os novos valores da sociedade e uma forma de conter o alcoolismo. O uso do futebol como elemento aglutinador dos trabalhadores não fugiu do interesse das Associações Internacionais de Trabalhadores – as “Internacionais” – gerando duas organizações rivais: a *Internacional Desportiva Vermelha*, vinculada à Terceira Internacional, comunista, e a *Internacional Desportiva dos Trabalhadores Socialistas*, dos sociais-democratas da Segunda Internacional.

exclusivamente no futebol, descompromissada dos vínculos empregatícios (ANTUNES,1992,pp.55-56).

Essa tipologia confirma a hipótese de Caldas de uma “*elite operária*”, como a autora demonstra entre os sucessivos tensionamentos entre os operários “de verdade” e aqueles para quem o emprego era fictício. No caso do Votorantim, a pressão dos operários não-jogadores profissionais sobre a empresa foi suficiente para fechar o próprio clube. Tal caso demonstra as margens de resistência, protagonismo e ação dos trabalhadores em relação ao controle total almejado pelas fábricas.

Porém, não se trata de minimizar a ação dos industriais. Pelo contrário. A omissão da empresa em subsidiar ou em apoiar de forma mais intensa os clubes de seus empregados pode inclusive inviabilizá-los, como no caso da Light & Power, onde o histórico de seus times é marcado pela descontinuidade. Nos casos em que este apoio existiu, como nos times das Indústrias Reunidas Matarazzo, eles se inserem numa estratégia de atenuar conflitos internos e também de propagandear a boa imagem das fábricas.

Quando há investimentos das empresas, logo, exigem um retorno sobre os recursos, como relatórios de atividades ou o desempenho nos campeonatos. Isto exige dos clubes que constituam uma forma organizativa mais complexa, com diretores – alguns recrutados na direção da empresa ou em cargos de chefia – e conselhos fiscais e deliberativos. Estes, por sua vez, vão estabelecer normas e estatutos, onde manifestam-se interesses da fábrica na conduta moral e disciplinar de seus funcionários. No caso da Associação Atlética Matarazzo, isto não foi suficiente para deter os constantes e violentos atritos entre os times dos grêmios laborais e a Atlética, apropriada pelos funcionários dos escritórios da empresa.

Portanto, o trabalho de Antunes confirma a reprodução de características semelhantes ao Bangu, em especial no peso que a fábrica exerce sobre o clube e, por conseguinte, suas possibilidades de identidade e controle sobre os operários.

Mas também demonstra que existem possibilidades de resistência a esta dominação através da ação dos próprios operários. Como na recusa dos trabalhadores da Light & Power em unificarem seus grêmios em uma única entidade, conforme proposta da empresa; na rejeição dos operários da Votorantim aos operários-jogadores profissionais; e, ainda, na reação dos empregados da Matarazzo em relação ao time dos funcionários de escritórios, mais próximos à diretoria.

Outros trabalhos posteriores ao de Antunes e no campo da história permitem ampliar esta análise. Curiosamente, três dissertações defendidas em diferentes instituições sobre o tema em um mesmo ano (2007): *Trabalho, Greves e Futebol: Luta, Identidade e*

sociabilidade na formação da Classe Trabalhadora Friburguense (1911-1933) de Vitor Emrich; *Cultura Operária: Um Estudo de Caso do Villa Nova Atlético Clube* Daniela Alves Silva e *Do passeio público à ferrovia: o futebol proletário em Fortaleza (1904 – 1945)* de Rodrigo Pinto.

Estes trabalhos possuem algumas características em comum. Em primeiro lugar, todos abrangem o futebol operário fora do eixo Rio – São Paulo, mesmo no caso de Emrich que aborda o Esperança Futebol Clube, em Nova Friburgo, interior fluminense. Segundo, os trabalhos não se referenciam na obra de Mário Filho ou Caldas, logo estão livres da amarra de um modelo explicativo *a priori*. Dessa maneira, permitem estabelecer estudos comparativos entre locais periféricos ou menos privilegiados, tanto no estudo do movimento operário, quanto do futebol, partindo de problemas comuns.

O modo como os operários reagem às estratégias de dominação das empresas, num processo de industrialização e como o futebol entrelaça estas situações de resistência move os questionamentos destes historiadores. Uma referência comum a todos é a incorporação da contribuição da História Social Inglesa, em especial de E.P. Thompson e Eric Hobsbawm. A idéia da *experiência* como mediadora da consciência social e a formação da classe operária é mais evidente em Emrich, enquanto Alves, a partir da mesma categoria de *experiência*, prefere enfatizar a constituição de uma cultura operária. Rodrigo Pinto recorre ainda ao conceito de *circularidade da cultura* em Carlo Ginzburg para questionar as interpretações tradicionais de incorporação do futebol pelas camadas populares, propondo não uma assimilação, mas uma re-significação da prática futebolística pelos operários. Na historiografia nacional, recorrem a Pereira (2000) e sua interpretação do futebol dentro da história social, como campo de conflitos e tensionamentos entre as camadas populares.

Finalmente, combinam diferentes fontes e métodos de pesquisa, mesmo como alternativa para a escassez de fontes ditas tradicionais. Daniela Alves complementa a pesquisa em periódicos com entrevistas com ex-jogadores-operários, antigos empregados das minas e do escritório da empresa, dirigentes esportivos e torcedores. Rodrigo Pinto também utiliza depoimentos com ex-jogadores-operários e dirigentes, além de recorrer à análise iconográfica de acervos particulares dos primórdios do futebol em Fortaleza³⁴. Todos os três buscam nas atas e estatutos dos clubes e sindicatos a matéria-prima para suas análises.

³⁴ Pinto (2007, p.22-23) ora afirma que recorreu à história oral e visual como resposta à escassez de fontes e ora refuta que essas fontes sejam utilizadas apenas para suprir estas lacunas. Tanto em seu trabalho, quanto no de Alves (2007) não fica explícito para o leitor quais os métodos de análise que foram utilizados dentro desses campos.

E, ainda que possuam estas referências em comum, ao abordar diferentes realidades, oferecem conclusões distintas sobre seus objetos, ao invés de uma análise macrossocial e homogeneizada.

Em seu estudo sobre o futebol operário no Ceará, Rodrigo Pinto aborda dois clubes de ferroviários, o Olímpico Football Club, criado em 1919 e de vida mais efêmera, e o Ferroviário, em atividade até os dias de hoje, ambos vinculados à Rede de Viação Cearense (RVC). Enquanto o primeiro teria cumprido um papel de abstração do mundo da fábrica, o segundo teria sido organizado a partir dela. Em comum, para o autor, os clubes seriam espaços de integração e sociabilidade. E, inicialmente, inseriam-se num universo de pequenos clubes que organizavam seus jogos “fora do círculo social elitista da cidade” (PINTO,2007,p.16).

Entretanto, sua principal característica em comum, segundo o autor, seria sua constituição como espaço de resistência. Em inúmeras passagens, Pinto descreve esta resistência como uma ação natural e, por vezes, automática, embora carecendo de fontes para comprovar algumas de suas opiniões. O time operário é apresentado como parte do espaço de trabalho, mas também como parte de uma tática de resistência do trabalhador à exploração da produção (2007,p.18). Assim, sendo um clube operário, logo, está em conflito com a burguesia, mesmo quando os operários-jogadores dividissem o campo ou a bola com seus “inimigos”, os patrões e chefes. Porque, neste caso, o futebol romperia a normatização do espaço fabril para viabilizar um lazer transgressor do sentido do trabalho (2007,p.21).

Pinto repete, portanto, a argumentação de Rodrigues Filho sob o caráter democrático do futebol, colocando “em pé de igualdade, patrões, chefes e operários”. Lembremos, porém, da definição de Heller (1977) dos jogos como *evasão da realidade*. Se há igualdade entre integrantes de funções distintas na divisão social do trabalho durante noventa minutos de partida, o apito do juiz encerrando o jogo ou o apito da fábrica anunciando o dia é suficiente para dissipá-la.

Ainda assim, Pinto vê na tentativa de inserção do Ferroviário no campeonato oficial organizado pela Associação de Desportos Cearense (ADC) como “parte da sublevação da Classe. Participar da Liga é poder lutar de igual para igual contra a *high-society*, utilizar-se dos seus espaços” (2007, p.17). Assim, a conquista do campeonato cearense pelo Ferroviário corresponderia à realização de um “sonho dos trabalhadores de serem reconhecidos no espaço do outro como vencedor e poderem assim caminhar como iguais” (109). O que explicaria não apenas a presença do Ferroviário no campeonato, mas também do Estrela do Mar, formado

por estivadores, e o Tramway, formado pelos funcionários da Ceará Tramway Light Co., companhia de eletricidade e bondes.

Por outro lado, o próprio autor sugere como hipótese para o encerramento das atividades do Olímpico o desinteresse da empresa em financiar o clube. O que denota dependência econômica e, portanto, menor autonomia dos operários. Quanto ao Ferroviário, não fica evidente em seu trabalho se o clube receberia subsídios da empresa. Porém, revela um personagem central na fundação e administração do clube: o escriturário Valdemar Caracas, encarregado pela diretoria da empresa para entrar em contato com os operários-jogadores que usavam o nome de Ferroviário para partidas amistosas nos finais de semana e nos intervalos de trabalhos. Distante das oficinas, se dispõe a organizar o time para a disputa do campeonato da ADC. É ele próprio quem afirma que a empresa tinha o intuito de criar um time “ordeiro” (2007,p.14). O próprio administrador revela sua função disciplinadora, quando explica como envolveu-se com o clube:

Chegou aos meus ouvidos que os jogadores do Ferroviário estavam muito agressivos, tomavam o apito do juiz quando ele marcava contra eles, foi então que eu resolvi chamá-los para organizar o time, botar ordem, coisa que eles não tinham (PINTO,2007,p.99)

Outra das suas funções como administrador era a contratação de jogadores de subúrbio como operários da ferrovia para reforçar o time. O que leva o próprio Rodrigo Pinto a constatar que os jogadores do Ferroviário compunham uma “aristocracia do trabalho” (2007, p.130). Porém, para o autor, aqueles jogadores do subúrbio eram também trabalhadores na essência e eram aceitos e respeitados pelos demais empregados (2007,p.89).

Se no caso cearense, a ênfase é na resistência, no estudo de Daniela Alves Silva, os clubes e os operários possuem uma dupla dimensão, de subordinação mas, ao mesmo tempo, com capacidade de resistência. Entretanto, o desenvolver de seu trabalho e a análise das fontes enfatizam o caráter de dominação, através da ação da mina Saint Jonh d’El Rey Mining Company, em Nova Lima, Minas Gerais. O período estudado – quatro décadas – corresponde aos anos em que os operários eram obrigados a se filiarem no Villa Nova Atlético Clube, com descontos salariais para sustentação da equipe.

Para a autora, o lazer constituía parte da identidade que se formava entre os operários da mina, a partir da prática nos finais de semana, e que possivelmente teria sido apropriado pela empresa “para desviar a atenção das lutas de classe” (SILVA,2007,p.16). O Villa Nova fora fundado em 1908, por ingleses e operários brasileiros, justamente em um momento

crítico, de acentuada tensão, na relação entre trabalhadores e diretores nas minas de Nova Lima.

A pesquisa também aponta que inicialmente não havia privilégios dos jogadores-operários em relação aos demais. Pelo contrário, o salário era o mesmo e não existia treino. O operário trabalhava e, ao final do expediente, divertia-se com a prática do esporte, mas a partida só podia começar quando grande parte dos seus jogadores tivesse cumprido sua jornada regular na empresa (SILVA, 2007, pp.65-66).

Ainda que dependesse também das mensalidades dos associados para sua manutenção, a presença da empresa na esfera do clube é marcante, tanto assim que sua decadência, a partir de 1953, corresponde ao período em que deixou de ser financiado. Cabe registrar que além do suporte diretamente financeiro, outros benefícios podiam ser incluídos, tais como transferência de um trabalhador da mina para trabalhar na sede do clube, sem ônus para a associação, e com uma jornada de trabalho de uma hora a menos para aquele operário (SILVA, 2007, p.64).

O estímulo ao lazer para os operários impedia que estes contestassem suas condições insalubres na empresa, pois esta lhe proporcionaria condições de trabalho melhores do que aos demais operários (SILVA, 2007, p.65). Os jogadores também eram proibidos de mencionar a existência do sindicato e a participação destes nesta instituição não pôde ser aferida pela autora.

A vigilância política incluía o presidente do clube, Castor Cifuentes, também chefe da mina, portanto trabalhador especializado e de confiança da empresa. Cifuentes era considerado um “homem de bem” pelos operários mais antigos e teria impulsionado o time com um aumento do salário dos jogadores. Porém, por ter se posicionado contra algumas determinações da empresa e por tê-las manifestado em uma única reunião do sindicato dos operários foi deposto do cargo de chefia, falecendo posteriormente. Segundo entrevista de sua filha à autora, o ex-presidente morreu de desgosto por ter sido confundido com um comunista (SILVA, 2007, p.60).

Comparando os trabalhos de Pinto e Silva, identificamos a presença entre as empresas e os clubes de *intermediários*: funcionários de escritório ou de cargos de chefia, como os citados Valdemar Carrasco e Castor Cifuentes, que transitam e mediam ambos os campos. Função semelhante encontraremos no Grêmio Esportivo Renner, em Porto Alegre, na figura de seu presidente Mário Azevedo.

Se a presença da fábrica é determinante nos clubes estudados por Pinto e Silva, no caso do objeto de Emrich, é justamente a ausência dela que delinea a especificidade do

Esperança Futebol Club, criado em 1915, em Nova Friburgo: o clube é composto por jogadores de diferentes empresas.

O antagonismo de classe é expresso, em campo, pelas disputas entre o Nova Esperança e o Friburgo F.C., este formado por cargos da alta gerência. Também na pesquisa de Daniela Alves, o Retiro F.C., formado por gerentes, confere o contraste e o antagonismo de classe ao Vila Nova. Para estes autores, há clara simpatia dos operários por seus times, verificável pelo comparecimento nas arquibancadas.

O caráter classista do Nova Esperança revela-se ainda como espaço para manifestação do descontentamento dos trabalhadores, segundo Emrich. O primeiro e o segundo time do clube eram apelidados de *Mata Fome* e *Tira Misérias*, em alusão às más condições de vida do operariado (2007,p.93).

Além disso, alguns de seus dirigentes, como Comte Bittencourt, tiveram papel proeminente nas mobilizações operárias do período. Bittencourt tivera papel destacado na fundação dos primeiros sindicatos do município e fora um dos principais articuladores de uma grande greve. Dessa forma, sua presença na diretoria do clube era vista como legítima justamente por esta atuação (2007,p.105).

Por fim, Emrich constata que o Nova Esperança inseria-se em uma rede de relações com outras instituições operárias, formando espaços compartilhados de sociabilidade e identidade. Exemplo disso está na recepção do clube, em Minas Gerais, para participar de um torneio, sendo saudado na chegada por uma sociedade musical operária (2007,p.111).

No caso do Esperança Futebol Clube, o *paradigma Bangu* torna-se nulo como chave explicativa. Afinal, o modelo construído a partir do time do subúrbio carioca parte da relação da fábrica com o clube – as medidas de subsídio, controle e propaganda a praticadas pela empresa - e não dos operários com o clube. Ao contrário do Esperança F.C. que se organiza a partir dos trabalhadores e não da fábrica.

Vistos em conjunto, os três trabalhos oferecem novas perspectivas de abordagem. Enquanto Rodrigo Pinto enfatiza o clube, Emrich e Alves privilegiam a classe. As relações de dominação ou de resistência são mais nítidas ou nulas em gradações diferentes em cada clube. Para Alves e Pinto, por exemplo, os clubes conseguem ter maior acessibilidade e eficiência junto aos operários do que as sociedades de socorro mútuo ou sindicatos. Enquanto, para Emrich, instituições reivindicatórias caminham paralelamente.

Claro está, portanto, que a contribuição destes trabalhos, com suas diferentes nuances, está em não validar um único modelo explicativo, mas ao contrário, em permitirem alargar o campo de compreensão sobre o futebol operário.

2.2. Das várzeas aos *grounds*, dos *grounds* às várzeas

Uma pequena multidão, cerca de cinco mil pessoas, reuniu-se no campo da Redenção naquela tarde de sete de setembro de 1903, para o marco inicial do futebol na capital rio-grandense. A assistência, que incluía algumas das famílias mais influentes política e economicamente na cidade, acompanhou por duas horas a exibição dos dois times do S.C. Rio Grande, que viajara um dia inteiro no pacote Aymoré para a apresentação em Porto Alegre. A programação incluía ainda páreos ciclísticos e encerrava-se com um baile na Sociedade Germânia (DAMO,2002; MASCARENHAS,2002).

Não importa que a partida tenha terminado sem gols. Os resultados pretendidos foram alcançados, pois oito dias depois, fundavam-se, no mesmo dia, os dois primeiros *teams* da cidade: Grêmio de *Foot-Ball* Porto Alegre e o *Fuss-Ball Club* Porto Alegre. Mesmo que relativamente tarde³⁵ – em comparação com São Paulo e Rio de Janeiro, com os vizinhos Argentinos ou mesmo em relação ao interior do estado – Porto Alegre agora também adotara a prática do futebol.

Contudo, vale registrar que o crescimento dessa prática esportiva em Porto Alegre é simultâneo à transferência da importância econômica do interior para a capital, como demonstrara Mascarenhas (2002). Por um lado, a introdução do futebol no Rio Grande do Sul se deu através do porto de Rio Grande, através de um descendente dos ricos integrantes da pequena colônia britânica local, portanto, seguindo o mesmo circuito apoiado nas extensas redes do imperialismo britânico (MASCARENHAS,2002,p.135). Por outro lado, este autor enfatiza a importância da via platina na difusão do futebol no estado.

O intenso intercâmbio econômico e sócio-cultural com os países da bacia do Rio da Prata permitiria que os municípios da região sul do estado entrassem em contato com a prática futebolística antes que a capital, especialmente, pela presença das linhas férreas. A cidade de Uruguaiana, por exemplo, só será conectada a Porto Alegre pelas ferrovias em 1907, embora já estivesse ligada à Quaraí – e esta a Artigas e Montevidéu – há pelo menos duas décadas.

³⁵ “Relativamente tarde”, pois, como constata Mascarenhas (2002), no início do século XX, poucas cidades brasileiras conheciam o futebol e menos ainda o praticavam com regularidade. A rigor, em 1900, não existia no Brasil nenhuma liga de futebol e, portanto, nenhum campeonato. Em toda a América do Sul, ao que parece, somente o próspero eixo do Prata realizava regularmente eventos futebolísticos naquela virada de século.

Combinando a influência platina – com a circulação humana, de moedas e informações – com a presença de um ativo porto em Rio Grande e a força econômica das charqueadas, a zona sul rio-grandense adotaria primeiro o futebol, sendo responsável tanto por sua difusão, quanto pela hegemonização da sua prática até a década de 1930 (MASCARENHAS,2002).³⁶

Entretanto, a integração de Porto Alegre à malha ferroviária, juntamente com a expansão industrial e a explosão demográfica irão consolidar a capital como novo pólo econômico do estado e assumir gradativamente a importância econômica que outrora pertencera a Pelotas e região. A dinâmica espacial e econômica do Rio Grande do Sul também resultará em mudanças no cenário futebolístico (MASCARENHAS,2002,p.236).

Em comum, tanto Porto Alegre quanto a zona sul do estado contaram com a presença germânica na difusão do esporte. A combinação entre a tradição alemã de incentivo à prática de exercícios físicos com a influência social, política e econômica que aquela comunidade exercia na sociedade local desde os anos 1880, transformou-os em protagonistas tanto da difusão do clubismo, quanto dos esportes ali praticados. Os ingleses fundaram clubes e contribuíram para a expansão da prática do futebol, mas em menor número no estado e no país, em comparação proporcional com as agremiações de origem britânica fundadas entre os vizinhos da bacia do Rio da Prata (MASCARENHAS, p.171).

Desde o início do século XIX, a educação física desenvolvera-se entre os alemães baseada em um modelo “social-patriótico”, pelo qual o exercício corporal se dirigia a toda a população, escolarizada ou não, tentando catalisar um sentimento nacionalista pan-germânico. Mesmo que a colônia germânica no Rio Grande do Sul fosse heterogênea – oriundos da Pomerânia, Vestfália, Saxônia e Renânia - e majoritariamente de origem aldeã, ainda assim encontravam-se mais capacitados e predispostos a investir em atividades atléticas do que a sociedade brasileira que, ao final do século XIX, não apenas desconhecia a prática atlética como menosprezava o esforço físico (MASCARENHAS,2002,p.172-173).

Além do fluxo de imigrantes germânicos de procedência urbana a partir de 1880, mais familiarizados com a preparação física, a influência desta comunidade na vida atlética e esportiva também é consequência da própria importância que adquiriam na economia do estado, controlando o comércio entre a capital e a zona colonial e ainda a nascente indústria.

³⁶ Entre 1919, data do primeiro campeonato estadual, até 1939, os times do sul estado venceriam 10 dos 19 títulos estaduais disputados. Os conflitos militares entre Federalistas e Republicanos interromperam o campeonato entre 1923 e 1924, único período em que não fora disputado. Os times das cidades de Pelotas, Bagé e Rio Grande acumulariam, cada um deles, três títulos e Santana do Livramento conquistara um campeonato estadual (MASCARENHAS,2002).

Destacam-se, tanto na economia quanto no estímulo ao esporte, expoentes da classe industrial porto-alegrense do início do século XX, como Alberto Bins, proprietário das fábricas Berta e integrante do Ruder-Clube Porto Alegre, e A.J. Renner, que adotara diversas práticas esportivas, da ginástica ao futebol, para os trabalhadores de sua fábrica. Através da prática da ginástica, buscava-se a promoção da saúde, a formação moral e a preparação para o trabalho. (MAZO e GAYA, 2006, p.211).

O associativismo e a prática esportiva, que expressava a consciência coletiva e funcionava como mecanismo de preservação e afirmação da identidade étnica entre as colônias alemãs (MAZO e GAYA,2006,p.206), encontrou terreno fértil numa sociedade que aspirava a modernidade, disposta a renovar seus hábitos e costumes.

Para Mascarenhas (2002,p.178), outra hipótese que justificaria o protagonismo germânico seria sua maior interatividade com o meio social circuncidante e, portanto, mais eficientes na difusão de inovações culturais em relação à colônia britânica, que adotara uma postura mais restrita e excludente.

Porém, Mazo e Gaya (2006, p.208) afirmam que a nacionalidade e o pertencimento a elite teuto-brasileira eram critérios condicionantes para filiar-se àquelas associações desportivas, uma vez que estes eram espaços reconhecidos como restritivos, cuja finalidade era tornar visível o lastro econômico, social e político do grupo, além da matriz cultural.

O fato é que em Rio Grande, no final do século XIX, por influência germânica, esportes como remo, ciclismo e tiro eram muito praticados, e entre os primeiros praticantes do futebol na cidade estavam os técnicos alemães da fábrica Rheingantz . O pioneiro SC Rio Grande originara-se de uma partida no campo do Clube de Tiro Alemão, disputada por jogadores com sobrenomes como Schmitt, Kladt e Bornhost, e anunciada antecipadamente por um convite redigido também em alemão (MASCARENHAS,2002,p.182-183).

Enquanto os ingleses trouxeram a inovação (a informação, as regras e os equipamentos, através da importação de bolas e uniformes), aos alemães coube a sua organização oferecendo a sede social, um número maior de sócios (e, logo, de praticantes), além de uma abertura gradual à participação de outras etnias (MASCARENHAS,2002,p.185).

E em Porto Alegre, no final do século XIX, já existem pelo menos 23 associações esportivas para a prática de tênis, ginástica, tiro, turfe, remo, natação, ciclismo e jogos recreativas, aos quais se somam mais 15 associações fundadas na primeira década do século XX (MAZO,2005). Com maior destaque para o remo, ciclismo e turfe entre os que atraíam maior atenção do público.

Nesse período, dez dessas associações foram fundadas por iniciativa dos teuto-brasileiros: *Turnerbund* (1867), *Von Musterreiter* (1885), *Ruder Club* (1888), *Ruder-Verein Germânia* (1892), *ClubWalhalla* (1896), *Rodforvier Verein Blitz* (1896), *Deutscher Schristzen Verein* (1897), *União Velocipédica* (1899), *Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense* (1903), *Fussball* (1903) (MAZO e GAYA, 2006,p.p.206).

Portanto, quando Oscar Canteiro, delegado pelo SC Rio Grande, retornou a Porto Alegre com a incumbência de organizar a primeira partida de exibição de futebol, não tivera dificuldades, uma vez que os ideais associativistas e esportivos já se encontravam disseminados na cidade. Ele próprio possuía bom trânsito entre os praticantes do ciclismo, remo e turfe e fora prontamente atendido pela imprensa local e por Alberto Bins, representante do Ruder-Clube Porto Alegre; João Krahe, da Sociedade Germânia; Capitão Gaspar Frois, do Grêmio de Regatas Almirante Tamandaré; Capitão Amadeu Massot, da União Velocipédica; Otto Niemeyer, da Rodforvier Verem Blitz; e J. Mink, da Sociedade Turnerbund, que tornaram-se juntamente com Canteiro, a comissão organizadora do evento (DAMO, 2002,p.60).

Ainda, em se tratando de Porto Alegre, a combinação entre a influência germânica e a base esportiva já existente na difusão do futebol pode ser aferida na fundação dos primeiros clubes exclusivos de futebol da cidade. O *Fuss-Ball* fora fundado por um grupo de ciclistas da Rodforvier Verem Blitz, enquanto o Grêmio Foot-Ball *Porto-Alegrense*³⁷, por sua vez, se apresentava como uma espécie de clube alemão sem restrições absolutas a elementos alheios àquela comunidade, pois dentre os seus 23 fundadores, havia quatro nomes não-germânicos (MASCARENHAS, 2002,p.216). Segundo Mazzini (1952,p.9), o Grêmio não era formado apenas por teuto-brasileiros: “havia lusitanos, teutos e italianos. A reunião de fundação somente poderia ser uma reunião de brasileiros e, nela, o idioma falado era o português”. Para comprovar, reproduz a ata de fundação do clube, onde se encontram outros sobrenomes não-germânicos como Dias, Brichado, França, Orengo, Calleya e Cleres.

O convite para o primeiro embate entre as duas equipes, em 6 de março de 1904, foi impresso em alemão e português. O programa incluía a escalação do primeiro *team* de cada agremiação, com exatos 11 jogadores em cada uma, que disputariam o troféu *Wanderpreis* – e do segundo *team* – disputando o *Vereinpreis*, a duração prevista das partidas e os árbitros. O troféu era patrocinado pelo Banco Alemão, mesma instituição que naquele ano emprestaria

³⁷ Chamado, corretamente diga-se, pela imprensa da época como *Porto-alegrense*, irei me referir a este clube doravante neste trabalho como *Grêmio*, nome pelo qual é conhecido e definitivamente aceito pelo próprio clube e torcida, salvo as citações literais da imprensa do período.

recursos para que o Grêmio adquirisse o terreno para construção de seu *ground* – como eram chamados os campos de futebol, seguindo a terminologia inglesa - ao lado do *Tiro Alemão*, que cedia as instalações para que o time utilizasse como vestiário (DAMO, 2002,p.60; MASCARENHAS,2002,p.216).

No Rio Grande do Sul, ausenta-se a figura de um introdutor do futebol no estado. Ao contrário de São Paulo e Rio de Janeiro, onde esse papel foi formalizado nas figuras de Charles Miller e Oscar Cox, respectivamente. Se considerarmos a hipótese de Mascarenhas (2002) que a comunidade germânica estaria mais propensa à interação com outros setores sociais do que a comunidade britânica, responsável pela organização clubística nas duas maiores cidades do país, é possível supor que o futebol rio-grandense teria características mais “*democráticas*” em sua difusão.

Segundo esse autor, o SC Rio Grande, tornara-se o grande difusor do futebol no estado consciente de que sua sobrevivência dependeria da disseminação do esporte, oferecendo gratuitamente bolas de futebol (caro equipamento importado da Inglaterra) e instrutores aos estabelecimentos educacionais, além de organizar excursões de exibição em Pelotas, Porto Alegre e Bagé (2002,p.131)³⁸.

De fato, a estratégia de difusão do futebol pelo SC Rio Grande é contrastante com os pioneiros deste esporte no Rio de Janeiro ou São Paulo. No antigo Distrito Federal, a liga dos clubes de elites, nove anos após a abolição da escravidão, determinava através de ofício que não seriam aceitas “*pessoas de cor*” como jogadores (PEREIRA,2000,p.66). Em São Paulo, o simples ingresso na liga principal do Ypiranga Futebol Club e do Spot Club Corinthians, em 1912 e 1913 respectivamente, ambos originários da várzea, levou o São Paulo Athletic Club a encerrar as suas atividades e parte dos clubes de elites fundarem uma nova liga. Nos dois times varzeanos sequer havia jogadores negros, mas ainda assim os clubes de elite consideravam o futebol já não era mais praticado por “*distintos cavalheiros*” (SANTOS NETO, 2002,PP.66-67).

Esse caráter “*democrático*” poderia ser aferido ainda pela velocidade com que o esporte é apropriado por camadas mais populares na região sul do estado, em especial aquelas vinculadas ao ambiente fabril. As primeiras referências a times de futebol operários em Porto Alegre, encontrados por esta pesquisa, remontam a 1922, dezenove anos após a primeira

³⁸ Quatro outros clubes foram fundados, no Brasil, antes do SC Rio Grande (criado em 1900): São Paulo Athletic Club (1895), o Sport Club Internacional (1899), o Sport Club Germânia (1899) e a Associação Atlética Mackenzie College (1898). Todos paulistas e extintos nas primeiras décadas do século XX. Para Mascarenhas (2002), esta prática não-elitista em difundir o futebol pela região e estado, seria uma das razões para que o Rio Grande seja o mais antigo clube de futebol em atividade no país.

partida e a fundação dos primeiros clubes da capital. Em Rio Grande, em 1912, já havia pelo menos duas agremiações explicitamente fabris entre as oito fundadoras da liga municipal: (SC Fábrica Túlio e SC União Fabril, da Rheingantz, ambos fundados em 1910, além do S.C. São Paulo, fundado em 1908 e composto por “trabalhadores manuais” (MASCARENHAS,2002,p.147).

Em Pelotas, em 1911, é fundado o Grêmio Sportivo Brasil a partir de uma cisão do Sport Club Cruzeiro do Sul, formado por funcionários da cervejaria Haertel, e cujo campo localiza-se em uma área segregada da cidade, ao lado da estação ferroviária, na zona industrial (MASCARENHAS,2002, p.201). Além do GS Brasil e do SC Cruzeiro do Sul, é possível identificar outros três clubes operários, em Pelotas, nas primeiras décadas do século XX: o S.C. Aliança Operária, o C.E. dos Operários e o G.A. Vasco da Gama. Além destes, o S.C. América do Sul, S.C. Juvenil, S.C. Monteiro Lopes, G.S. Luzitanos, S.C. Universal, G.S. União Democrata, G.S. Vencedor eram identificados como times de “negros” (RIGO, 2001, P.127-128), fato amplamente significativo num período notoriamente elitista do esporte e a pouco mais de duas décadas da abolição da escravatura, numa cidade reconhecidamente “aristocrática”.

Evidentemente, a simples existência dessas agremiações não é suficiente para denotar um caráter democrático ao futebol da região sul. Em carta ao Sport Club Esperança, por exemplo, a diretoria do C.S. Internacional, pioneiro time da elite pelotense, recusa-se terminantemente a disputar uma partida a convite do primeiro, pois não deve realizar jogos com associações que não pertençam à Liga Pelotense (RIGO,2001,p.70).

Quanto a Porto Alegre, esta ofereceu maior resistência do que a região sul do estado para apropriação da prática futebolística pelas camadas populares. A exibição do SC Rio Grande encontrara tanto uma juventude desportista, engajada em outras modalidades esportivas e organizada em agremiações, como também uma cidade embebida de pretensões de modernidade e civilização. E o futebol oferecia tanto o culto helênico do corpo, da prática de exercícios ao ar livre – “regeneradores da raça” – quanto o evento social.

O discurso do culto ao corpo saudável, à formação do caráter, à juventude, à eugenia, à *civilité* eram alguns dos baluartes do associativismo, elementos sobre os quais a nova burguesia brasileira buscava se afirmar enquanto classe e modelo de sociedade (DAMO, 2002,p.42). Apoiado nessa argumentação higienista, as *classes perigosas e indesejáveis* – seja na sua remoção da área central, seja no acirramento do policiamento à *vadiagem* - são afastadas das ruas, agora transformadas em espaços para o espetáculo e a fruição, para circulação de mercadorias e de consumidores (MASCARENHAS,2002,p.226).

Até então, considerado como um “um jogo aparentemente brutal e sem sentido, praticado por operários ingleses” transformou-se, no Rio de Janeiro, em um “delicado evento social”. Leonardo Miranda Pereira (2000,p.41) ressalta a ação dos *sportmen*, homens dedicados ao esporte, que convertiam o futebol em uma marca de distinção e identidade, apresentando-os como agentes da modernidade e da vanguarda do cosmopolitismo. Recuperando crônicas do período de introdução do futebol no então Distrito Federal, Pereira sintetiza a essência excludente desse processo:

[o cronista esportivo A. Pimentel] Desgostoso com o fato de que abolição da escravidão e a instauração da República tivessem acabado com alguns dos sinais mais visíveis da diferença que separava pessoas como ele dos muitos ex-escravos e operários que se espalhavam pelas ruas, ele pretendia, através do esporte, recolocar as pessoas em seus devidos lugares. Mais do que a explicitação da diferença, tratava-se da definição da desigualdade, que daria aos jovens reunidos nos clubes esportivos um caráter hierarquicamente superior aos demais. Contando para isso com o decisivo apoio das teorias higiênicas, que definiam a superioridade dos indivíduos adeptos do exercício físico sobre o grosso da população brasileira(...) (PEREIRA, 2000,p.62)

Os *Sportmen* ainda se caracterizariam pela prática não de uma única modalidade esportiva, mas de tantas quanto fossem possíveis. Em Porto Alegre, alguns sócios do clube de remo Ruder Verein Germânia fundaram a Radfahrer Verein Blitz, associação ciclística que como citado anteriormente criara o Fuss-Ball. O futuro intendente da capital, Alberto Bins, por exemplo, participou da fundação das três agremiações (MAZO,2005). Outro *sportsmen* exemplar neste sentido fora o professor alemão George Black, fundador do *Fuss-ball Mannschaft Frisch Auf*. Ex- centro-médio do Grêmio, Black também praticava natação, o atletismo e a ginástica, tendo criado mais tarde o Departamento de Atletismo do Turnerbund (atualmente denominada SOGIPA).

O próprio *Frisch Auf* não era um clube independente, mas um time ligado ao Turnerbund e o mesmo ocorria com outras modalidades e agremiações. O *Tennis Club Germania*, por exemplo, era composto também por sócios do Turnerbund, sendo definitivamente incorporado à associação-matriz em 1939 como seu departamento de Tênis (MAZO,2005). Todas as associações esportivas criadas na primeira década do século XX, ofereciam a possibilidade de prática de mais de um esporte, com exceção do Grêmio e do

Fuss-Ball, cujos sócios já estavam associados a outras entidades³⁹. Esta pequena nota no Correio do Povo ilustra o envolvimento dos *foot-ballers* com outras modalidades:

- Visto realizar-se amanhã, a grande festa annual promovida pela Federação do Remo, os clubs de foot-ball, de cujos quadros fazem parte muitos remadores, não efectuarão training à tarde, como é de costume, transferindo-o, nesse dia, para as 9 horas da manhã.
O Internacional, embora não tenha em seus teams remadores activos, transferiu seu training para a manhã.(Correio do Povo, 13/05/1911. Pg. 2)

Praticar ou assistir às partidas de futebol aproximava os habitantes privilegiados da capital dos hábitos do centro ocidental. Assim em Porto Alegre – tal como ocorrera em São Paulo ou no Rio de Janeiro – as partidas de futebol assumiam um significado para além de seu carácter esportivo, transformando-se em grandes encontros sociais, excludentes dos setores populares indesejáveis. Como se percebe na reportagem do Correio do Povo sobre a abertura da temporada da Liga Porto-Alegrense em 1911:

“A tarde bellissima de ante-hontem cooperou para o bom exito da inauguração da temporada de foot-ball este anno, da Liga Porto-Alegrense. A direcção dada à festa esteve magnífica, tendo merecido encômios a comissão de foot-ball composta dos srs. dr. Escobar Junior, Poppe Leão e Oscar Beck.
Há muito tempo que não se ve pisar no ground dois teams tão disciplinados e que desenvolvessem o jogo de baixo de tão profundo silencio, obedecendo cada jogador ao mínimo signal do referee.
Isso demonstra que as sociedades combatentes sabem cultivar este sport sob as regras do verdadeiro systema inglez.
Oxalá que todos os matchs tenham sempre boa execução, como o de domingo ultimo.
(...)
O vasto ground da rua Voluntários da Pátria estava repleto de amadores do popular divertimento britânico, notando-se, porém, falta de senhoras e senhoritas, que são sempre o encanto das diversões ao ar livre (...)” (Correio do Povo, 23/05/2004. Pg.2)

Aos *sportsmen*, cabia ainda como distinção a adoção de um “código de postura” ou de “cavalheirismo” implícito no esporte, em que entre os esportistas não poderiam haver adversários, mas companheiros de uma mesma luta em favor do esporte (PEREIRA, 2000,p.54).

³⁹ O Grêmio adotaria a prática do voleibol apenas em 1929 e em 1963 incorporaria o Grêmio de Regatas Duque de Caxias (antigo Clube Canottieri Duca degli Abruzzi) como seu Departamento de Remo.

A própria relação entre os clubes indicava que, longe de se considerarem adversários, seus sócios identificavam-se ainda uns com os outros, construindo para si mesmo uma marca de cavalheirismo. As disputas terminavam frequentemente em festas nas quais a equipe convidada era saudada pelos anfitriões com grande gala e refinamento (PEREIRA,2000,p.55)

Esse “código de cavalheirismo” entre os esportistas também é incorporado em Porto Alegre e alimentado pela imprensa local:

Como se sabe a rivalidade entre os teams do Gremio e do Fuss-ball, é grande, rivalidade essa que só existe quando em campo. Fora dahi, os membros de ambas as associações nutrem, entre si, os mais fortes laços de amizade trabalhando conjuntamente pelo engrandecimento do foot-ball, em nosso meio social. Vae ser, portanto, um festival chic, uma festa da mocidade da jeunesse dorée das duas fortes associações. E, por isso, não faltarão o comparecimento gentil de nossas patricias, no mundo sportivo porto-alegrense. (Correio do Povo, 02/07/1911.p. 5)

Entretanto, se os valores pelos quais os *sportmen* se autoidentificavam fossem natos, seria desnecessário que a Liga de Foot-ball Rio Grandense incluísse no regulamento do campeonato de 1910, as seguintes normas:

Art. VII – Os *clubs* colligados são responsáveis por actos dos seus jogadores e sócios, cumprindo-lhes tomar todas as providências ao seu alcance, com o fim de evitar ameaças, insultos ou quaesquer outras manifestações indelicadas durante os jogos.

Devem evitar, por todos os meios possíveis, o uso de palavras grosseiras, ou manifestações desagradáveis por parte dos espectadores. Em caso de contravenção, os jogadores ou espectadores serão convidados a retirar-se não se devendo poupar esforços para se conseguir tal desideratum.

(...)

Art. IX – Qualquer jogador que abandonar o campo durante o jogo (salvo por acidente) sem o consentimento do juiz, desrespeitar os juizes, mesmo fóra de campo, será culpavel de mau comportamento e não poderá tomar parte neste campeonato e nem servir como juiz ou *linesman*. (Correio do Povo, 5 de junho de 1910)

Mais do que uma cláusula preventiva, o episódio relatado a seguir e ocorrido no ano seguinte, demonstra que nem sempre o cavalheirismo imperava nas partidas e o “festival chic” poderia converter-se em “fatos desagradáveis”, revelando rivalidades que já manifestavam-se nos pavilhões:

Somos obrigados, afim de evitar factos desagradáveis, a aconselhar aos espectadores a que não se pronunciem, por ocasião do jogo, em favor de um ou de outro team. Ainda domingo ultimo, durante o torneio, deu-se, entre um

dos juizes e um grupo de assistentes, lamentável incidente, tendo os espectadores imprudentes ouvido phrases pouco gentis.

Achamos justo que se formem partidos sympathicos aos teams combatentes, porém que o entusiasmo seja sempre moderado, para honra dos jogadores. Como se sabe, em todos os matches numerosa é a assistência nos grounds, notando-se, entre ella, grande numero de senhoras e senhoritas, às quaes não se deve dar o desgosto de testemunhar discussões inconvenientes. Si fazemos esta pequena observação é porque desejamos ver o progresso do sport bretão, que está caindo no agrado da mocidade porto-alegrense” (COIMBRA, NORONHA e SOUZA, 2004, pg.18)

Da mesma forma dentro do campo, como demonstra o *Correio do Povo* sobre o jogo entre Fuss Ball e Internacional pela temporada da Liga Porto-Alegrense em 1911:

-De um modo bem desagradável, terminaram, ante-hontem, no ground dos Moinhos de Vento, os últimos matchs da Liga, da temporada de 1911.

Ainda estão na memória publica os factos desenrolados nas regatas de maio ultimo, e já, ante-hontem, elles se reproduziram, de um modo digno de censura, sob todos os pontos de vista.

Houve até troca de bengaladas, saindo feridos alguns dos contendores, e não tendo o conflicto assumido maiores proporções devido a intervenção de vários cavalheiros.

Quando se deu um pugilato entre um membro do Internacional e o cobrador do Gremio, teve de ser suspenso o jogo.

A equipe do Fuss-Ball, em vista disso e dos successos anteriores, retirou-se do campo, só se resolvendo a voltar a elle devido a instantes pedidos.

É necessario que a Liga tome as devidas providencias, fazendo eliminar do quadro de seus sócios os promotores de conflictos.

Si as cousas continuarem assim, o foot-ball decairá entre nós, não havendo mais quem o queira cultivar. (*Correio do Povo*, 02/08/1911. pg. 8.)

Quase duas décadas depois dessa nota do *Correio*, a *Revista do Globo* ainda lamentava que “deselegantíssimas desordens” prejudicassem as belas pugnas futebolísticas e as afastassem do seu “verdadeiro sentido”⁴⁰:

Aos estádios, para apreciar a bella violência do desporto bretão (...) Lastima é que, mareado o espírito cavalheiresco dessas pugnas, descambem ellas, às vezes, em desenlegantissimas desordens! – Um dia, porém, o desporto há de ser ainda praticado entre nós com aquelle seu nobre sentido social... (*Revista do Globo* v. 1.n. 12, 29 jun. 1929, p. 18)

Porém, nem a distinção com *sportmen*, nem a disponibilidade de tempo livre para a sua prática ou de recursos para adquirir os equipamentos importados eram suficientes para

⁴⁰ As reivindicações por uma determinada postura nos estádios, assim como maior presença do público feminino e das famílias, é recorrente ainda hoje no jornalismo esportivo. Gaffney e Mascarenhas (2004) demonstram como as mudanças na economia do futebol – patrocinadores e transmissões – não exigem mais estádios lotados, ao contrário, privilegiam um público seletivo e “comportado”, um aprisionamento do “corpo coletivo”, na expressão dos autores.

garantir a exclusividade da prática do futebol. Era necessário complementar-se com outros mecanismos de exclusão e de monopólio.

O primeiro deles era o própria possibilidade de filiação a uma agremiação, critério cujo rigor garantia a manutenção da identidade do grupo social que formara cada clube. Cabe sempre ressaltar que essas agremiações de futebol em sua versão inicial, amadorística, em muito se distanciam do atual futebol profissional incorporado a um sistema de entretenimento para as massas. Além das redes e articulações sociais sobre as quais se estabeleciam, muitos destes primeiros clubes eram formados unicamente pelos seus jogadores dos seus 1.º e 2.º times. Abrir espaço para novos associados corresponderia à possibilidade de perder o próprio espaço dentro do time. Sem desprezar a predominância da colônia germânica e de setores economicamente mais abastados no Grêmio, essa hipótese pode explicar porque os irmãos Poppe, *sportsmen* em São Paulo, oriundos dos setores médios urbanos – um deles, Henrique, era redator do jornal *A Federação* – não foram aceitos pelo primeiro e fundaram sua própria agremiação, o S.C. Internacional.⁴¹

A localização dos *grounds* onde realizavam-se as partidas também contribuem para seu caráter segregador na primeira década do século XX. O Fuss Ball tinha seu *field* ao lado do Velódromo da Blitz, sua agremiação-matriz e, portanto, um espaço já consolidado como referência da comunidade germânica e para os espetáculos esportivos⁴². O Grêmio tinha seu campo no Schetzverein Platz, atual bairro Moinhos de Vento, espaço utilizado para os piqueniques da elite porto-alegrense (MASCARENHAS, 2002,p.217). Aos demais times, restava utilizar principalmente o Campo da Redenção, sem as mesmas condições de vestiários e pavilhões que os concorrentes.

A disputa da Liga Porto-Alegrense de 1911 institui ainda a cobrança de 500 réis para o ingresso das partidas (Correio do Povo, 19/04/1911), porém “as famílias acompanhadas de cavalheiros não pagarão entrada” (Correio do Povo, 23/07/1911).

Com o surgimento de novos clubes, o mecanismo de exclusão mais eficiente seria a organização das Ligas restritas aos times que correspondessem a estratificações sociais semelhantes. Da mesma maneira como um clube só aceitaria em suas fileiras “um de seus

⁴¹ O capitão Graciliano Ortiz, diretor do Asseio Público e vinculado ao intendente José Montauray, fora nomeado presidente de honra do Internacional em sua fundação. O que demonstra que o novo clube também se organizava em torno de redes sociais bem estruturadas. O próprio Henrique Popp era filiado ao Partido Republicano Rio-grandense e funcionário da Secretaria do Conselho da Intendência. As informações são do site oficial do clube: <http://www.internacional.com.br>.

⁴² O velódromo localizava-se à Rua Voluntários da Pátria, em terreno cedido pelo Dr. Luiz Englert, engenheiro e deputado da Assembléia Estadual (MAZO,2005).

iguais”, social e economicamente, as partidas também seriam organizadas entre clubes que se equivalessem.

Em geral, nas primeiras décadas do século XX, os times de futebol disputavam de uma a quatro partidas por ano. Do ano de sua fundação até 1909, o Grêmio disputara apenas 19 partidas, 17 delas contra o Fuss Ball. As outras duas partidas eram contra adversários de outras cidades. Fato que ratifica a postura elitista e auto-segregadora da dupla Grêmio e Fuss-Ball, ao optar pela exclusividade (MASCARENHAS,2002,p.217). Outra prática comum eram partidas internas entre os *teams* de um mesmo clube.

Entretanto tais medidas não eram suficientes para impedir o crescimento da popularização do futebol em detrimento dos demais esportes, como se observa no quadro a seguir:

Tabela I - Fundação de agremiações esportivas em Porto Alegre por década e por esporte⁴³

Esporte	Século XIX	1900	1910	1920	1930	Totais
Tênis	2	1	1	2	2	8
Ginástica	2	0	0	1	2	5
Tiro	4	2	0	0	2	8
Turfe	5	0	0	0	0	5
Futebol	1	4	7	15	70	97
Remo	4	4	1	2	1	12
Natação	2	0	0	1	1	4
Ciclismo	2	0	0	0	2	4

Fonte: MAZO, Janice. *Inventário das associações esportivas de Porto Alegre (1863 a 1945)* [2005].

Em três décadas, desde a fundação de Grêmio e Fuss Ball, seriam criados 97 clubes de futebol na capital. As agremiações de outras modalidades somam 46 clubes, menos da metade dos times de futebol no mesmo período. Os dados evidenciam que a maior difusão do esporte, aferida pelo número de clubes, concentra-se na década de 1930, período em que são fundadas 70 agremiações dedicadas ao futebol.

Se a cobrança de ingresso não impede que os “*indesejáveis*” assistam às partidas do alto dos morros e telhados, a organização das ligas poderia, pelo menos, evitar que a fina flor

⁴³ Os dados para esta tabela foram compilados do *Inventário das associações esportivas de Porto Alegre (1863 a 1945)* organizado pela Prof. Janice Mazo. A coluna referente ao “Esporte” refere-se à principal modalidade esportiva de cada agremiação, no caso daquelas que possuíam mais de uma. A década refere-se a data da fundação da agremiação, não necessariamente quando iniciara a prática do esporte principal. Por isso, a presença de um registro de agremiação futebolística no século XIX, referente à Sociedade Beneficente Cultural Floresta Aurora, criada em 1872, mas que teria o futebol como seu principal esporte no século XX. Outra informação relevante é de que a base de dados utiliza como fontes o Almanaque Esportivo de Thomaz Mazzini, cuja inclusão na relação era feita pelo próprio clube, e alvarás do Conselho Regional de Desportos, o que pressupõe times que possuíssem certa regularidade e institucionalidade, excluindo dezenas de clubes de vida efêmera no período.

da elite porto-alegrense tivesse que dividir, ou até mesmo perder a partida para os pobres que cada vez mais interessavam-se pelos esportes. Mais do que estabelecer códigos comuns para a condução de um campeonato, os regulamentos das Ligas também determinavam os critérios de segregação e exclusividade. Esta alternativa já fora adotada pelos clubes do de elite de São Paulo, desde 1901, em que:

A elite paulistana não só rejeitava a popularização do futebol entre operários, imigrantes, negros e estudantes dos bairros populares, como também lutava por diferenciar seus cinco times do futebol “não oficial”. A expressão máxima desse desejo de diferenciação era a idéia de uma liga que reunisse apenas os times com *pedigree*. Os times operários e estudantis da capital, desta forma, veriam anuladas suas chances de consolidação institucional (SANTOS NETO, 2002, p.60)

Da mesma forma no Rio de Janeiro, em 1905, no que se refere aos clubes de elite, pois

O fato de que preservassem o perfil social refinado dos seus associados não lhes garantia, porém, o monopólio da prática do futebol. Se queriam preservar a marca fidalga que construíram para o esporte, seria preciso mais do que manter o nível de seus associados: era necessário tomar para si a primazia da prática do jogo na cidade, definindo suas regras e os grupos que poderiam praticá-lo (PEREIRA, 2000,p.63)

Somada à manutenção do amadorismo – o impedimento de remuneração pela prática futebolística – a criação de ligas exclusivistas era um movimento comum para as elites locais. Como se afere também, por exemplo, na Argentina. Pesquisando os anúncios de fundação ou de partidas dos primeiros clubes platinos no periódico “*La Argentina*”, Frydenberg (2006) constata que 80% deles nunca foram afiliados à liga oficial. Enquanto a Liga exigia “cancha propia con instalaciones mínimas -que eran inspeccionadas- sello y libro de actas”, para publicar um aviso no jornal ou participar das ligas independentes, bastava pagar a cota de ingresso ou o anúncio, ter um endereço postal, um “sello” e escrever a nota que anunciasse a existência do clube ou sua partida.

Em Porto Alegre, como registra o *Correio do Povo* (29/04/1910), a criação da Liga Porto-Alegrense envolveu apenas sete clubes: [Grêmio] Porto Alegre, [Fuss Ball] Porto Alegre, Internacional, Militar (formado por alunos da Escola de Guerra), Frisch Auf, Sport Club Nacional (do bairro Partenon) e Grêmio 7 de Setembro (do bairro Menino Deus). Estes dois últimos clubes tiveram existência bastante curta, desaparecendo nos anos seguintes, assim como o Militar, primeiro campeão da Liga. As reuniões para organização da Liga se estenderam de abril a junho daquele ano. Ao final de cinco sessões aprovaram o regulamento

para a temporada, que normatizava principalmente as partidas (juizes, pontuação, premiação). Entre as responsabilidades dos clubes constavam a inscrição e o bom comportamento dos seus jogadores. Só poderiam ser inscritos aqueles estivessem associados há pelo um mês em cada agremiação. A principal cláusula de exclusão dizia respeito aos campos para os confrontos:

Art. XI – Os clubs são obrigados a marcar devidamente seus terrenos e trazel-os em condições de não offerecer perigo aos jogadores e ter amplas commodidas para os *teams* visitantes (CORREIO DO POVO, 6/6/1910)

De fato, apenas Grêmio e Fuss Ball poderiam garantir este critério. Mesmo o Internacional constantemente era obrigado a treinar ou jogar no Campo da Redenção, devido aos alagamentos de seu campo na Rua Arlindo, no bairro então chamado de Ilhota. Esta norma era suficiente para excluir times que não possuíssem minimamente um campo próprio, mas não excludente o bastante para descartar a participação do Internacional da Liga ou mesmo do Nacional e do 7 de Setembro, sobre os quais não encontramos referências de seus grounds.

O regulamento da temporada seguinte seria ainda mais preciso nos seus critérios de exclusividade. Se as sanções do campeonato anterior são práticas (suspensão de jogos ou eliminação do clube do campeonato, por exemplo), em 1911, as penalidades também são monetarizadas. Caso um clube tenha reclamações ou queixas a fazer à assembléia da Liga, formada por um representante de cada competidor, elas deverão ser acompanhadas pelo pagamento de 10 mil réis, segundo o artigo X. Valor que não seria reembolsável, caso a reclamação seja julgada fútil ou pueril (Correio do Povo, 20/04/1911).

Os mecanismos de exclusividade por excelência são os artigos XII a XV que versam sobre o ingresso de outros clubes na Liga:

Art. XII – Para que um club possa filiar-se á Liga deverá: a) provar a sua existencia regular, enviando-lhe os seus Estatutos em vigor; b) provar que joga foot-ball association em conformidade com as regras approvadas; c) provar que possui um campo com dimensões legaes e amplas commodidades para os teams visitantes; d) designar quaes as cores com que jogarão os seus teams e o modo por que estão dispostos no uniforme; e) designar o domicilio do presidente e do secretario; f) juntar ao pedido de admissão um recibo do thezoureiro da Liga, pelo qual se verifique o pagamento da taxa de inscrição na importancia de 50\$000; g) enviar uma lista de seus jogadores.

Art. XIII – De 1º a 15 de março em cada anno será aberta, por edital a inscrição para os clubs candidatos á filiação, que deverão satisfazer as exigencias do art. XII.

§ 1º - Apresentando-se só um candidato, será filiado si bater o club da Liga collocada em ultimo logar na prova annual anterior e satisfazer as demais condições exigidas por estes Estatutos.

(...)

§ 2º - Tratando-se de mais de um club candidato a filiação, deverão disputar entre si, successivamente, e o vencedor será filiado se satisfazer as exigencias do artigo anterior.

§ 3º - Havendo a assembléa geral annual determinado o augmento de um club, só será admittido á filiação o que vencer o club da Liga, de conformidade com o disposto no § 1º do artigo presente. Si o numero fôr augmentado para mais de um, os candidatos sujeitar-se-ão ás provas de eliminação e, na ordem em que ficarem, terão que cumprir o § 1º deste artigo.

(...)

§ 5º - A Liga pôde recusar a inscripção de qualquer club.

Art. XV – Satisfeitas as exigencias dos arts. 12 e 13 e seus paragraphos, o club que tiver de filiar-se pagará a taxa de 200\$000 a titulo de joia e a de 40\$000 como contribuição annual, a que ficam sujeitos todos os clubs colligados e mais 5\$000 mensaes pagos adiantadamente (...) (Correio do Povo, 20/04/1911).

Para que um clube pudesse ingressar na Liga, implicava inicialmente no pagamento de 50 mil réis, na comprovação de sua existência regular, mas principalmente em possuir um campo próprio e em condições. Para fins de comparação, o valor exigido para filiação corresponderia a aquisição de um imóvel na área central da cidade⁴⁴.

Cumprindo estas primeiras exigências, deveria disputar a vaga pela filiação com outro concorrente e depois vencer em campo o último colocado da liga no campeonato anterior. Superadas estas provações, deveria desembolsar 200 mil réis a título de jóia, uma contribuição annual de 40 mil réis e outra mensal de 5 mil réis. Porém, ainda assim, sem explicitar qualquer critério, o parágrafo quinto do artigo XIII deixa claro que a “ Liga pôde recusar a inscripção de qualquer club”. Nenhuma surpresa, portanto, que o campeonato porto-alegrense de 1911 tenha sido disputado pelos mesmos clubes da temporada anterior.

O rigor excessivo com os aspirantes a ingressarem na Liga, não era estendido aos seus próprios integrantes, pois além de estarem dispensados do pagamento da jóia, caso deixassem a Liga e retornassem, as condições dos campos eram relevadas pelos organizadores, como ilustra o seguinte episódio envolvendo o Internacional:

Antes de nos referirmos ao match, devemos dizer algo sobre o estado em que se encontrava o ground.

⁴⁴ Em junho do mesmo ano de 1911, o governo do Estado adquirira um casarão na Rua Riachuelo para instalação da Biblioteca Pública, por 60 mil réis (CORREIO DO POVO,21/06/1911). No mesmo mês, para instalação do Cinema Variedades, seu proprietário pagara \$22 mil réis pelo prédio (CORREIO DO POVO,28/06/1911).

Este não estava marcado, segundo manda a guia de foot-ball, nem tampouco, devidamente cerrado.

As linhas de touchs eram feitas pelos espectadores, que tiveram o cuidado de não invadir o campo, para não prejudicar o torneio.

Mas isso não foi nada; peor se observou, quando um forward teve de dar um penalty, não sabendo de onde deveria atirar o kick!

Então, um espectador, invadindo o campo, mostrou, mais ou menos, onde era a linha de penalty.

Parece-nos que a Liga não deveria deixar se reproduzirem taes factos, pois, segundo os seus estatutos, uma commissão momeada por ella, está incumbida de examinar o campo, antes de começar o torneio, para vêr si está ou não em condições de nelle se jogar.

Pelo que se vê, a Liga pretende descansar nos louros colhidos em épocas brilhantes, sem se dar ao trabalho de fiscalizar os grounds.(CORREIO DO POVO, 12/07/1911)

Como elemento integrante da defesa de seus associados, as Ligas dos clubes de elite funcionavam também como zeladoras do “amadorismo”, princípio supostamente implícito ao caráter dos *sportmen*. Uma vez que a ação destes homens justificava-se pelo credo do “esporte como fim em si mesmo” e pelo compromisso da divulgação e difusão do esporte (somente entre seus pares, diga-se), portanto, seria inadmissível a esses cavalheiros permitirem a monetarização destes valores e compromissos.

Em essência, tal argumentação não se tratava de uma questão moral, mas de um mecanismo de exclusão dos círculos de sociabilidade que se constituíam em torno dos clubes e do esporte. O trabalhador que almejasse a prática e a convivência com os *sportmens* precisaria dividir seu tempo com a profissão, sem o tempo livre necessário ou equivalente para os treinos e jogos. E, assim, os fidalgos esportistas também não precisariam competir – ou serem superados – tecnicamente por pessoas de estratos sociais subalternos.

O artigo XXXIII do regulamento expressa esse princípio de exclusão travestido de valoração moral, incluindo numa mesma norma o “profissionalismo” e a “conduta moral”:

Art. 33 – A Liga não admitirá em seus matches jogadores profissionaes ou indivíduos, cuja reputação seja notoriamente duvidosa. Consideram-se profissionaes aquelles que recebem remuneração de qualquer espécie, salvo gastos de viagem. A assembléa tendo conhecimento e provas de infracção deste artigo, por parte de qualquer club colligado, excluirá taes jogadores, scientificando os demais clubs e imporá ao infractor as penas que julgar de justiça (grifo nosso, CORREIO DO POVO, 20/04/1911).

A hierarquia que se estabelece entre clubes e que caracteriza o sistema clubístico - primeira e segunda divisão, amador ou profissional, afiliado a FIFA ou de várzea, por exemplo – não é organizada apenas para equilibrar as disputas, mas sobretudo, também se prestam para estabelecer nexos entre as comunidades de sentimento, às quais os clubes/times

representam. Há, portanto, verossimilhança entre o sistema clubístico e outras modalidades de segmentação política, social e econômica (DAMO,2002, p.87).

A distinção é a base sobre as quais se organizam as ligas municipais e também em âmbito estadual⁴⁵. Ao final dos primeiros anos do século XX, o futebol já se encontra disseminado por um conjunto de municípios e agremiações que justificam a organização de um campeonato estadual. Em 1918, é fundada a Federação Rio Grandense de Futebol (FRGF), reunindo representantes de Rio Grande, Porto Alegre, Pelotas, Santana do Livramento, Cruz Alta, Uruguaiana e Bage⁴⁶. Tratava-se de uma iniciativa pioneira, uma vez que estados como o Rio de Janeiro e São Paulo – onde o futebol fora introduzido anteriormente – possuíam apenas ligas metropolitanas. E a própria Confederação Brasileira de Desportos (CBD), criada em 1916, abrangia inicialmente apenas as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo⁴⁷.

Entretanto, o caráter excludente não fora suficiente para afastar as classes subalternas do futebol. Os ingressos poderiam impedir o acesso aos pavilhões, mas não aos muros, morros e telhados por onde as partidas eram observadas. Tampouco as ligas poderiam impedir que terrenos baldios ou ruas se convertessem em campos irregulares. Os *grounds* do Fuss Ball, na Voluntários da Pátria, ou do Frisch Auf, no arbalde São João, logo se vêem cercados por um nascente bairro industrial, sitiados por fábricas metalúrgicas ou têxteis, que transformam seu entorno em ruas, vilas operárias e futuros campos de futebol. Na passagem do trabalho artesanal para sua organização fabril, esses trabalhadores outrora isolados – ou oriundos do trabalho familiar agrícola da zona colonial – agora reúnem-se em um único espaço, onde compartilham novas formas de sociabilidades.

Mais do que isso, demandam por novas relações de identidade e solidariedade, por outras práticas de lazer que compensem a exaustão do trabalho fabril ou também substituam as formas comunitárias deixadas para trás ou que não poderiam ser reproduzidas no meio urbano.

⁴⁵ A exceção à postura de elitista de Porto Alegre ou de Pelotas, cuja liga fora fundada em 1907, fora, como citado anteriormente, a cidade de Rio Grande, que incluía dois times de origens fabris em sua liga criada em 1912 (MASCARENHAS,2002, p.147).

⁴⁶ Mascarenhas (2002,p.146) também considera a disputa pela Taça Prefeitura de Porto Alegre , entre o Grêmio e o Rio Grande, em 1909, provavelmente como o primeiro evento desta natureza no Brasil, ao reunir clubes de diferentes cidades, e ainda como embrião do futuro campeonato estadual de futebol.

⁴⁷ O campeonato deveria ser disputado pelos clubes vencedores de suas respectivas zonas geográficas. Com essa fórmula de disputa, reconhecia-se como pretendentes ao título estadual apenas as equipes que pertencessem às ligas “oficiais” nas cidades, como se as legitimassem como verdadeiras ou únicas agremiações de futebol. A disputa não ocorrera em 1918, como previsto, em virtude da epidemia de febre espanhola que assolou o estado, efetivando-se apenas no ano seguinte e sendo vencido pelo Brasil de Pelotas, subjugando Grêmio e 14 de Julho (MEMORIAL,2005).

Acompanhando a expansão urbano-industrial da capital, da segunda metade da década de 1910 à década de 1930, Porto Alegre testemunhou o surgimento de centenas de novos clubes de futebol. O levantamento citado anteriormente apontou a fundação de 97 agremiações nas primeiras décadas do século XX. Porém, Amaro Junior (1942,p.34) afirma que a cidade já contava no período com cerca de 150 equipes, entre grandes e pequenos, mais ou menos organizados.

A própria cobertura que o esporte recebera pela imprensa em Porto Alegre – inicialmente como evento social – contribuiria para essa popularização⁴⁸. O espaço dedicado ao futebol no *Correio do Povo* é crescente. Ano a ano, o futebol ganhava mais destaque, ainda que dividisse o espaço com pequenas notas acerca das competições de remo, atletismo e, principalmente, dos resultados do turfe. As notas esportivas, muitas vezes, não excedem um parágrafo e praticamente funcionam como quadro de avisos:

Buffalo F. B. Club

Hoje, haverá uma sessão desse club, para se tratar de assuntos diversos.

Buffalo versus Mignon

Realizou-se domingo passado o encontro das equipes acima.

Nos 2.ºs teams saiu vencedor o Mignon por 2 x 0 e nos 1.ºs saiu vencedor o Buffalo por 6 x 0.

G. Esportivo Força e Luz

O captain geral desse club convocou todos os players para um treino geral a realizar-se hoje, às 14 horas, em seu ground à Av. Therezopolis.

Mignon Foot-ball Club

Reunir-se-ão hoje, às 20 horas, em sessão de assembléia geral ordinária, os sócios deste club. (CORREIO DO POVO,13/09/1922)

Lá encontram-se, naturalmente, os fatos da vida cotidiana dos times considerados grandes – os pertencentes à Liga – mas também efervescem anúncios de criação de clubes e de inúmeros jogos amistosos, entre times não coligados e disputas inter-municipais.

⁴⁸ Esse processo acentua-se com a própria consolidação de uma indústria cultural no estado e na capital. A modernização do jornal *A Federação*, por exemplo, anteriormente espécie de órgão oficial do Governo e do Partido Republicano Rio-grandense, incluía a incorporação do noticiário esportivo. No caso do rádio, Dalpiaz (2002) afirma que o futebol esteve presente na programação desde a implantação do sistema radiofônico no Rio Grande do Sul. Em novembro de 1931, ocorreu a primeira transmissão radiofônica de uma partida de futebol - não apenas o comunicado dos resultados - pela Rádio Sociedade Gaúcha. Esta transmissão da partida entre o Grêmio e a seleção do Paraná foi reproduzida através de altos-falantes pela casa Victor, reunindo grande aglomeração. Fato que levaria a proibição posterior desta prática pelos clubes, temerosos do esvaziamento dos estádios (DALPIAZ,2002,p.57).

E a uma cidade fortemente segregada, corresponderá uma organização igualmente segregada dessa modalidade esportiva (MASCARENHAS, 2002, p.225). Se as ligas organizam os nexos das comunidades de sentimentos, elas são utilizadas pelos clubes de elite como ferramentas de exclusão, mas também como forma de auto-organização pelos times populares. As notas do *Correio do Povo* demonstram a existência não apenas de uma liga oficial, mas de diversas. E mesmo de partidas, ainda que amistosas, entre times de diferentes de ligas, com exceção da Liga “oficial”. Em 1911, um ano após a criação da liga dos clubes elitistas de Porto Alegre, o *Correio do Povo* já registrava a tentativa de organização de uma liga alternativa:

- A notícia da fundação de uma “Federação Sportiva de Foot-Ball” de clubs não colligados à Liga Porto-Alegrense foi recebida com grande entusiasmo. Brevemente, haverá a primeira reunião. Adheriran presentemente para a fundação da Federação, o Radium F. B. C., Colombo, S. C. Parisiense, F. B. C. Rio-Grandense, S. C. Rio Branco, F. B. Estrella do Mar e S. C. Cruzeiro do Sul. (*Correio do Povo*, 20/08/1911).⁴⁹

Segundo o ex-jogador Osvaldo Rolla (o “Foguinho”)⁵⁰, na década de 1920, haveria pelos menos três ligas em Porto Alegre, chamadas popularmente de Liga do Sabonete, Liga do Sabão e a Liga das Canelas Pretas (Guimaraens, 1985,p.16). Respectivamente, correspondiam às ligas dos times de elite, dos pequenos comerciantes e minorias étnicas e, por fim, dos negros e pobres.

A Liga Nacional de Futebol, a chamada *Liga da Canela Preta*, é o caso mais notório de organização de um grupo segregado, formada por negros que não teriam acesso aos times da liga “principal”⁵¹. A liga teria existido entre 1915 e 1930, organizada em torno dos bairros da Colônia Africana (atual Bom fim) e do Areal da Baronesa (hoje, Cidade Baixa) extinta pela gradual incorporação dos seus jogadores nos times da Liga Porto-Alegrense, em especial Cruzeiro e Internacional. Entretanto, há fontes que indicam que sua sede localizava-se no campo da Rua Arlindo, na Ilhota, ocupando o antigo campo do SC Internacional.

A reconstrução da trajetória da Liga da Canela Preta é complexa. O estudo de referência sobre o tema pertence a Mascarenhas (1999), que apontava como integrantes da Liga os seguintes times: Primavera, Bento Gonçalves (famoso clube que excursionou com

⁴⁹ A nota é reveladora ainda da quantidade de clubes já existentes na capital, ao contrário da idéia de que existiriam apenas quatro ou cinco clubes em Porto Alegre, no período – aqueles pertencentes à Liga, obviamente. Erro no qual incorrem, por exemplo, os *Cadernos de História* do Memorial do Rio Grande do Sul [2005].

⁵⁰ Figura legendária do futebol rio-grandense, Osvaldo Azzarini Rolla atuou como jogador, técnico e árbitro. Sua trajetória esta muito vinculada ao Grêmio, clube em que jogou entre 1928 e 1942 e, adiante, treinou em duas oportunidades, por seis anos, entre 1955 e 61, e em 1976.

⁵¹ Caso idêntico é o da organização da Liga José do Patrocínio, em Pelotas.

êxito pelo interior do Estado em 1923), União, Palmeiras, Primeiro de Novembro, Rio-Grandense, 8 de Setembro, Aquibadã e Venezianos. Este autor apurou ainda que a documentação referente à Liga teria se perdido após a enchente de 1941. Logo, as informações sobre ela dependem dos depoimentos registrados de contemporâneos. Nas páginas do *Correio do Povo*, de 1921, encontram-se pequenas notas sobre partidas da Liga Nacional entre o Sport Club Primavera e o Foot Ball Club União. Mas há também referências sobre a *Associação Sportiva de Foot-ball*, a qual pertencia o Bento Gonçalves⁵².

As *Notas esportivas* do *Correio do Povo* revelam justamente que, apesar das pretensões da Liga oficial em monopolizar a prática do esporte, esta ambição é frustrada. É possível encontrarmos inclusive jogadores de times afiliados à própria Liga que organizam outros jogos amistosos, contra times efêmeros ou não-associados àquela:

Força e Luz versus Bloco dos Sargentos

Realizar-se-à quinta-feira, 13 do corrente, o encontro entre o 1.º team do “Gremio Sportivo Força e Luz” e o “Bloco dos Sargentos”, composto de elementos do “Endymon Foot ball Club”, no ground do “Ypiranga”, sito no Parthenin, gentilmente cedido pelo seu presidente Sr. Pedro Pinto dos Santos (CORREIO DO POVO, 14/09/1921)

Na praça de sports dos Moinhos de Vento, realizar-se-a hoje a tarde, antes do desafio dos reformados do “Gremio”, um match amistoso entre o “Bloco Ferroviário”, composto de funcionários dos escritórios da Viação Ferrea e o primeiro quadro do Sport Club [Montevideo] da 1ª divisão da “Associação Portoalegrense de Foot-ball” (CORREIO DO POVO, 23/09/1922)

Os campos também perdem a sua exclusividade e são cedidos ou alugados para outras equipes. A expansão do futebol pode ser aferida através das *Notas Esportivas* e no *Cadastro dos Clubes esportivos do Rio Grande do Sul*, onde encontram-se referências a dezenas de times nas primeiras décadas do século XX, cujas informações muitas vezes limitam-se à convocação para um treino ou a descrição de um *match* (partida).

Alguns aparecem, por um período, com certa regularidade entre as *Notas*, outros desaparecem na mesma velocidade com que surgiram, tais como Tiradentes, Municipal, Ypiranga, GE Therezopolis, Ford Foot-ball club, Sport Club Tabajara, SC Palmeiras, Marte, Patria FBC, Luna F.C., Arvoredo F.C., SC Gauchos, SC Juvenil, Universal FC, Montevideo FC, o Radverein F. B. C., o Fuss-Ball Club Rio Branco, o Sport Club Colombo, o Foot-Ball

⁵² Em depoimento, o historiador Raul Pons defende que não existiu apenas uma “liga da canela preta”, mas pelo menos, duas. A Liga Nacional de Foot-Ball Porto Alegrense, criada em 1920, teria sofrido uma cisão no ano seguinte, dando origem à Associação Sportiva de Foot-Ball. A *Liga Nacional* teria organizado apenas dois campeonatos, 1920-1921, sendo extinta em 1923. Neste ano, a Associação Sportiva, que desapareceria no ano seguinte, também sofreria uma cisão, gerando a Associação de Amadores de Foot-Ball.

Club Rio-Grandense, Prego Foot-Ball Club, Parisiense F. B. C, Gremio Sportivo Saphrol, Novo Brasil F.C e outros..

Também identificam-se times fundados em colégios, como o Mauá F.B.C., de estudantes da escola homônima mantida pela Associação dos Empregados no Comercio, ou o embate entre alunos dos tradicionais colégios Júlio de Castilhos e Anchieta; e também equipes surgidas de blocos carnavalescos.

A partir da segunda metade dos anos 1920 e, especialmente, na década de 1930, há uma verdadeira efervescência de clubes organizados a partir de categorias profissionais ou pelos locais de trabalho, como Diretoria das Águas (servidores municipais), Departamento Atlético Esportivo Rodoviário (Secretaria de Obras Públicas); Viadutos F.B.C (formado por “funcionarios da empresa contractante dos serviços da Avenida Borges de Medeiros”); Sulbanco; Globo Foot-ball Club (dos funcionários da Livraria homônima); Grêmio Esportivo Telefônica; Grêmio Esportivo Estivadores, Casa Eli; Mercado F.B.C. (trabalhadores do Mercado Público); Jornal do Estado Atlético Club. Tornam-se comuns anúncios como o confronto entre o Farroupilha (composto por membros da Guarda Civil) versus empregados da Empresa Ferroviária do Rio Grande do Sul (CORREIO DO POVO, 30/08/1931). Disputas mais próximas da *bricolagem*, entre times, do que em agremiações regulares e consolidadas.

Entre os trabalhadores fabris, chama a atenção a existência de um clube chamado Operário Foot-ball Club, integrante da Associação Sportiva de Foot-ball. Enquanto as escalas dos times da liga principal fazem sempre referência aos sobrenomes dos jogadores, normalmente alemães e italianos, a relação dos 1.º e 2º quadros do Operário anuncia apenas o primeiro nome: Manoel, Julio, Carlos, Antenor, Álvaro...

Pelas *Notas Esportivas*, sabe-se também que o Operário possuía ainda um terceiro quadro e que, certamente, não possuía campo próprio, pois suas partidas ocorrem ou no campo da Rua Arlindo ou no *ground* do Sport Club Americano (que pertencia à Liga principal). Um S.C. Operário Cruzeiro do Sul também é citado nos pequenos anúncios, entretanto, não foi possível aferir se era a mesma equipe ou mesmo outro clube citado com certa frequência e nomeado apenas Cruzeiro do Sul.

O importante é frisar que de inacessível às camadas populares, em seus inícios, o futebol passa a ser apropriado por esses setores, especialmente a partir do final da década de 1920 e, significativamente, nos anos 1930. Esse processo é beneficiado pela explosão demográfica e urbana da capital nesse período, com a instalação de novas fábricas e o surgimento de bairros operários. Esse processo de popularização será decisivo para que se

redefine a natureza dos clubes, perdendo sua aura distintiva, e do próprio esporte, tensionando para a profissionalização.

Capítulo 3 - O Campo em disputa

A organização do futebol em Porto Alegre, entre os operários, não pode ser compreendida sem se levar em conta que tal processo de organização estava inserido também numa disputa entre diferentes projetos políticos e sociais, que incluíam a normatização do tempo livre dos trabalhadores fabris. Nesse caso, o Quarto Distrito – formado pelos bairros de São João e Navegantes – é o um cenário precioso para se visualizar essas disputas pelo corpo e pela moral do trabalhador.



Figura 1 - A área destacada no quadrado identifica o Quarto Distrito na Planta da Cidade de Porto Alegre (1916).

Síntese e, ao mesmo tempo, expressão do desenvolvimento urbano e industrial de Porto Alegre na primeira metade do século XX, a área localizava-se justamente no encontro das vias que ligavam a capital às colônias do interior do estado. O caminho por onde o capital acumulado no comércio nas zonas de colonização imigrante converteu –se em investimento industrial. Seguindo o Caminho Novo – atual Voluntários da Pátria – e às margens do Guaíba, instalaram-se ali as principais fábricas metalúrgicas, têxteis, de mobiliário e da indústria de alimentos, beneficiadas por um intenso transporte fluvial e ferroviário. Essa combinação de fatores sócio-econômicos permitiu que a cidade não apenas ultrapassasse

Pelotas como principal centro econômico do Rio Grande do Sul, como que crescesse em um ritmo proporcional ao de São Paulo e do Rio de Janeiro (FORTES,2001).⁵³

O desenvolvimento econômico e urbano era também fator de atração para um novo fluxo migratório de imigrantes e trabalhadores, iniciado nos anos 1880 e que perdurara até a década de 1930. O Quarto Distrito também caracterizava-se pela diversidade étnica. Além de trabalhadores vindos do interior do estado ou estrangeiros recém-chegados ao país, grande parte dos trabalhadores eram descendentes de imigrantes de segunda ou terceira geração, que passaram pelo interior do estado ou se fixaram diretamente na capital (FORTES,2001,p.25).

Com o estabelecimento de moradias próximas às fábricas, São João-Navegantes seriam não apenas o distrito industrial, mas os bairros operários por excelência. O primeiro recenseamento do Quarto Distrito, em 1916, apontara que 45% da sua população era formada por operários e outros 17,7% por “jornaleiros”, provavelmente trabalhadores de serviços temporários. O censo totalizava 1814 operários trabalhando em 23 empresas e, dentre elas apenas 8 contavam com mais de 50 trabalhadores:

Tabela 2 – Dez maiores fábricas do Quarto Distrito por número de trabalhadores -1916

Fábrica	Principal produto	Número de operários
Companhia Fabril Porto Alegre	Meias	450
Companhia Fiação e Tecidos Ernesto Neugebauer	Tecidos	300
Oscar Schaitza	Doces	220
F. Walter Gerdau	Tecidos	195
Albino Cunha	Móveis	160
Companhia	Moinho	126
H. Ritter e Filhos	Vidros	60
Alberto Bins	Cervejaria	55
	Fundição	45

Fonte: “Relatório da Sub-Intendência do Quatro Distrito apresentado ao Intendente José Montauray de Aguiar Leitão, em 1918” *apud* FORTES, 2001,p.13.

Entre as décadas de 1920 e 1940, esses bairros teriam um crescimento populacional de 210%, ultrapassando o número de habitantes de municípios do interior como São Leopoldo, Novo Hamburgo, São Gabriel, Jaguarão e Dom Pedrito (FORTES,2001,p.9-11).

Além de ser um elemento determinante para as redes de relações e formas de sociabilidade que se estabelecerão no bairro, a proximidade entre os locais de moradia e de trabalho, o contexto econômico e o tecido social encontravam-se de tal forma emaranhados que fábrica e família se realimentavam reciprocamente.

⁵³ Entre 1900 e 1920, a população de Porto Alegre cresceu 143,32%, superior ao crescimento de São Paulo (141,44%). Nas duas décadas seguintes, este ritmo diminuíra, mas ainda assim alcançara um crescimento populacional de 53,78%, sendo ultrapassada apenas por São Paulo, única capital a crescer, acima de 100% ,na década de 1940 (FORTES, 2001,p.13)

O emprego fabril, com oferta abundante e uma renda baixa, mas segura, era central nas estratégias de organização e reprodução da família operária: as mulheres, particularmente as não-casadas, ocupavam principalmente os empregos caracterizados pela baixa especialização nos setores têxteis e de alimentação, assim como as crianças e adolescentes; enquanto os homens buscavam possibilidades de mobilidade social ascendente seja ocupando os poucos postos especializados em indústrias mais tradicionais, seja deslocando-se do trabalho assalariado para pequenos negócios autônomos (FORTES,2001,p.35-36).

Ainda segundo Fortes (2001, p.45), essas estratégias familiares viam o trabalho industrial como uma fonte de rendimentos e benefícios e, apenas ocasionalmente, como uma contingência opressora. Essa percepção baseava-se na imagem do trabalhador “empreendedor”, alimentado pela própria indústria, que permitiriam a ascensão social àqueles que demonstrassem disciplina, iniciativa e produtividade.

Estes elementos contribuem também para a configuração de um universo simbólico que possibilita a identificação entre trabalhadores e empresários, e o exercício de uma hegemonia cultural dos segundos, ao menos enquanto conseguem ser reconhecidos como expoentes de parâmetros éticos compartilhados pelos primeiros (FORTES,2001,p.46)

Apresentando-se como *self made men*, que conquistaram suas posses pelo trabalho, habitualmente no comércio na zona colonial ou na própria capital, antes de tornarem-se industriais, estes empresários constituíam a si próprios como os parâmetros de austeridade e “bons hábitos”. Este estímulo ao consumo regado e a produtividade competitiva, na prática, construía uma visão em que o trabalhador era responsável pelo seu sucesso ou fracasso, de acordo com seu comportamento moral e capacidade produtiva.

A divisão técnica do trabalho que permitirá o surgimento das fábricas, capaz de reunir uma quantidade maior de trabalhadores num mesmo espaço e desenvolvendo tarefas especializadas, combinadas para a produção de uma mercadoria final, exige que haja controle, vigilância e direção do processo do trabalho. Logo, disciplina e subordinação. Por outro lado, esta mesma presença de muitos operários em um único local, oferece a possibilidade de novas relações sociais e vínculos de identidade e afinidade entre eles, como descreve Hoggart(1973):

A conversa mantida de modo quase contínuo, no meio de um barulho infernal pelas reparigas que desempenham trabalhos rotineiros nas fábricas, é de carácter tão pessoal, íntimo e local, que só é possível dentro de um grupo muito coeso e constituído por pessoas da mesma espécie. Essas conversas são geralmente muito simples, por vezes grosseiras, quase sempre generosas; os temas principais das mesmas são os grandes temas da

existência — o casamento, os filhos, as relações com outrem, o sexo. O mesmo se pode afirmar em relação às conversas dos homens no trabalho. Essas pessoas estão a assumir uma atitude muito característica dos membros das classes proletárias, atitude que se revela sempre que dois indivíduos dessas classes se juntam, e por muito pouco adequada que a situação se afigure; e que consiste numa tendência tradicional e muito marcada para a humanização intensa da vida, apesar de todas as dificuldades que esta possa apresentar, o que faz com que essa vida se torne não só suportável, mas ainda interessante (HOGGART, 1973,p.127)

O rápido crescimento, industrial e residencial, desta zona apresentava-a como “a cidade dentro da cidade”, “em maravilhosa marcha ao progresso”, pelo jornal *A informação*, em 1921. Mais do que isso, uma cidade que dispensava a “outra”:

Havia também na roda um forte negociante. Dirigimo-nos a ele:
 - Que nos diz sobre o comércio local?
 - Que S. João não precisa de “cidade” para coisa alguma. Ao contrário, fornece-lhe muita coisa.

Há aqui cafés iguais ou melhores que os do centro, padarias como não há superiores, farmácias, bazares opulentos, casas de fazenda, de calçados, de ferragens, de produtos coloniais... é um nunca acabar (A Informação, 18/10/1921 in: PETERSEN e LUCAS,1992, P.239)

As linhas de bondes, a existência de água encanada, somadas à diversidade industrial presente no bairro (vidros, louça, vernizes, correias, fundições, móveis, cofres, dentre outros), completam o mosaico de prosperidade e pujança pelo qual o bairro é apresentado. Segundo a reportagem, além dos cafés e ainda dos salões de baile, outras opções de lazer estariam a disposição dos moradores, como a Sociedade Carnavalesca Gondoleiros e, claro, os esportes:

Numa roda se discutiam assuntos de sport. Soubemos ali que estes se desenvolvem extraordinariamente, nos vários clubs de foot-bail e de regatas locais, aos quais pertence a maioria da mocidade daquela zona. Há ainda canchas de bola (Kegel), linhas de tiro, sociedades ginásticas, etc. (A Informação, 18/10/1921 in: PETERSEN e LUCAS,1992, p.241)

Em contraposição ao centro, onde “imperava a vadiagem, o deboche, a jogatina e todo um cortejo de males sociais, em S. João reina o trabalho, a ordem, a morigeração, etc., como evidencia pela falta de casas de jogo e de tolerância e pelo cadastro policial” (A Informação, 18/10/1921 in: PETERSEN e LUCAS,1992, .238)

Entretanto, duas décadas depois, reportagem do *Correio do Povo*, na seção “Os nossos arrebaldes”, oferece um cenário bem distinto:

“como o repórter, em São João e Navegantes, se torna campeão de equilibrismo”

Percorremos varias ruas e avenidas de São João e Navegantes. E, como acontece sempre que por lá andamos, voltamos desolados e sem sabermos como póde viver aquella pobre gente, completamenteilhada em suas casas, com água e lodo por todos lados. (CORREIO DO POVO, 21 de agosto de 1931)

Na mesma seção, um ano depois, o jornal volta a carga sobre a situação no 4.º distrito:

E o refrão é sempre o mesmo: mau cheiro, lodo, mosquitos, imundicies...” Arrebalde essencialmente fabril, elle é, por assim dizer, a roda propulsora da grande machina, que é o progresso. Não se comprehende , portanto, que uma parte laboriosa da cidade, como é o S. João, justamente aquella que trabalha e produz, veja-se entregue á própria sorte no que concerne á saúde da sua população, pela absoluta falta de hygiene que ali se observa.”

O termo “abandono” é utilizado novamente, um mês depois, em 24 de abril de 1932, quando a seção visita o bairro Navegantes:

(...) tudo o mais se resume num amontoado de terra e lama, sem transito quando chove e sem passagem quando faz sol.
 (...) Apenas uma rua se salva naquella zona: á S. José, que vae a ter á Fabrica Renner. (CORREIO DO POVO, 31 de março de 1932)

As fábricas também não se caracterizavam exatamente pelas melhores condições de salubridade. Fortes (1999) e Aravanis (2005) identificaram que problemas de segurança no trabalho eram tão recorrentes entre as pautas de reivindicações dos operários quanto a jornada de trabalho e o salário.

Através de denúncias da imprensa operária início do século XX, Aravanis (2005,49-51) identificou acidentes de trabalho que, se não levaram à morte, deixaram mutilações, principalmente dedos, mãos e braços. Entre os motivos das ocorrências estavam a falta de manutenção das máquinas, ou o conserto das mesmas em movimento, crianças trabalhando com “*máquinas impróprias para sua idade*”, falta de equipamentos de proteção corporal e também pela alta periculosidade industrial, como caldeiras que podiam explodir pelo excesso de calor e a presença de substâncias voláteis, explosivas e/ou escaldantes.

Segundo a autora, via de regra, a culpa pelos acidentes era atribuída aos próprios operários.

Ainda que o decreto n.º 21.417-A, de 17 de maio de 1932, proibisse o trabalho noturno e em locais insalubres, em 1934, as questões de higiene e salubridade ainda eram tema de

denúncia da “*Voz do Trabalhador*”, órgão da Federação Operária do Rio Grande do Sul, sobre a Companhia de Fiação e Tecidos de Porto Alegre (Fiateci):

Companheiras! Não para ahi o cumulo da opressão as operarias desta fabrica! A falta de higiene, é o que se faz sentir. As operarias e operários não tem onde lavar-se, porque não tem local com água corrente, e alem disso não dispõe de tempo necessário para isso, porque não podem sair antes da hora e têm apenas 3 minutos para esvaziarem a fabrica! (A Voz do Trabalhador Ano II-N.56 - 17.11.1934,p6)

E por isso, constavam também na pauta de reivindicações do Sindicato dos Operários em Fábrica de Tecido, na greve desta categoria em janeiro do ano seguinte:

(...) Carbonização – Respeito a lei concernente as indústrias insalubres, isto é, 6 horas diárias e pagamento de 8 horas.
 - Higiene e condições de trabalho – Maior higiene das mulheres cuidadas por uma mulher. Arejamento das seções e mais ventilação. Filtro ou talha com torneira. Melhor tratamento por parte do encarregado de tinturaria. Luvas de borracha e roupa de trabalho, apropriada para o apresto (carbonização).
 (...) (Correio do Povo, 12.01.1935 apud Petersen e Lucas, 418)

Além da questão sanitária, uma importante reivindicação dos trabalhadores dizia respeito ao direito ao tempo livre, seja pela redução da jornada de trabalho, seja pelo direito às férias. O marco inaugural da ação operária na capital, para Fortes (2001), é a “greve dos 21 dias” em outubro de 1906, motivada justamente pela redução da jornada que era, em média, de 11 horas.

Apesar da mobilização de cerca de 3 mil trabalhadores de diferentes ramos industriais, após a greve, todos os acordos estabelecidos foram sistematicamente descumpridos, a jornada foi reampliada, multas e cortes salariais foram impostos, além da demissão de grevistas. Por outro lado, a mobilização resultara na fundação da Federação Operária do Rio Grande do Sul, a FORGS.

Em 1917, uma nova greve exigiria o estabelecimento da jornada de oito horas para os homens e de seis horas para as mulheres e crianças, além da redução dos preços de alimentos e passagens. A greve teve adesão dos funcionários da Companhia Força e Luz, da Usina Elétrica Municipal, da Companhia Fiat Lux e da Companhia Telefônica. A capital encontrou-se sem energia, sem transporte e em crise de abastecimento, pois além das ferrovias, também os estivadores pararam suas atividades.

Dois anos depois, nova greve de metalúrgicos para que a jornada de oito horas fosse estendida a toda categoria. Desta vez, a paralisação é dissolvida de forma violenta pela Brigada Militar e diversos sindicatos e a própria FORGS são fechados.

Em maio de 1932, já no bojo das leis trabalhistas do governo Getúlio Vargas, é publicado o decreto n.º 21.354, que estabeleceu a jornada de oito horas de trabalho na indústria. Entretanto, dois anos depois, fábricas de tecido como a Fiateci e Renner são frequentemente denunciadas nas páginas da “*Voz do Trabalhador*” por não-pagamento de horas-extras, com adicional de 50% para o serão:

(...) agora é a Fiação de Tecidos, mais conhecida por “santa casa” nos meios textis. O burguez proprietário desta Fabrica, querendo ser mais esperto, começou pela menor seção (...) dando ordens para que fizessem uma hora de extraordinario com a adicional de 20%, mas os camaradas com o seu alto gráo de conciencia negaram-se a trabalhar a não ser o lacaio Otto Weyner que é o capataz (...) (A VOZ DO TRABALHADOR, Ano II-N.58 ,01/12/1934,p.3)

Ou seja, ainda que a jornada de trabalho de oito horas diárias também estivesse regulamentada, o serão não-remunerado constituía em prorrogação disfarçada da mesma jornada. A abolição do serão e o cumprimento da lei de férias na indústria, promulgada em janeiro de 1934, estão entre as principais reivindicações da greve de têxteis e de metalúrgicos, no início de janeiro de 1935, e conduzida por uma nova FORGS, reorganizada e incluindo anarquistas, comunistas e mesmo getulistas.

É nesse contexto de uma classe operária em construção de sua própria identidade a partir da diversidade de sua composição, onde as relações sociais se entrelaçam pelos locais de trabalho e moradia, que os trabalhadores traçam estratégias individuais ou coletivas para alcançarem seus interesses, ao mesmo tempo em que se encontram em disputa por outros projetos políticos ou instituições.

Essas demandas podem ser canalizadas para a organização sindical, seja em seu caráter de mutualidade, buscando garantir segurança individual ou familiar, seja em seu sentido econômico na busca por melhorias salariais ou de condições de trabalho. Mas não se limitando apenas a esta forma organizativa ou de estratégias. Por exemplo, sociedades nacionais que aglutinam imigrantes e seus descendentes atuam como fortalecedoras ou mantenedoras de determinadas identidades.

A documentação apurada por Fortes (2001), sobre sociedades étnicas de imigrantes oriundos do leste europeu no Quarto Distrito, demonstra que em paralelo às atividades culturais típicas de uma sociedade étnica – como exibições musicais ou teatrais – desenvolvia-

se também um trabalho de formação, propaganda e de tentativa de organização política, simpáticas ao Estado soviético.

Nos casos estudados, as escolhas dentro do grupo étnico são em boa medida determinadas tanto pelo contexto geopolítico internacional, quanto pela configuração de operários e industriais em Porto Alegre no período. A identificação desses imigrantes como operários é fundamental para a identidade que constroem na *União e Luz* – como operários ucranianos e bielo-russos – e na *Sociedade Eslava* – vinculada a um Estado proletário.

Esta identidade de classe é necessária para se compreender inclusive os conflitos internos de uma mesma comunidade lingüística e cultural. Assim, a etnia pode ser elemento integrante do que constitui a *experiência de classe*, ao mesmo tempo em que também a classe pode atribuir valores culturais que forjam uma identidade étnica.

Mesmo o carnaval pode ser espaço para onde se canalizam estas demandas sociais. Na citada reportagem de *A Informação*, em sua visita ao Quarto Distrito, impressiona aos redatores o papel que a Sociedade Gondoleiros cumprira na organização do bairro:

- Perfeitamente. Foi a SC Gondoleiros, quem deu vida e movimento ao bairro com a realização dos seus primeiros festejos carnavalescos, quem revelou à capital a pujança das nossas indústrias, promovendo duas exposições, quem deu a S. João, correios, telégrafos e um estabelecimento bancário.

Felicitemos ao entusiasta “gondoleiro”

- Então nem só de mascarados trata a Sociedade?

- É até do que menos trata, talvez! (*A Informação*, 18/10/1921 in: PETERSEN e LUCAS, 1992, P.239)

Sociedades como a Gondoleiros funcionavam ainda como forma de distinção ou afirmação de determinadas identidades, étnicas ou sociais, pois correspondiam simbolicamente à conquista de respeitabilidade e de acesso a um espaço seletivo de lazer, como afirmam os depoimentos de moradores do bairro:

“Ernesto [Rossi]: Naquele tempo uma sociedade tinha o seu respeito, o camarada tinha que ser sócio, a mulher tinha carteirinha, se tivesse as filhas, todas elas tinham suas carteirinhas, com um respeito fenomenal. Podia ir a um baile de uma sociedade, [...] eu fui sócio do Esporte muitos anos, depois passei pro Ginástica, que era alemão”

(...)

“ [Armando Pinheiro:] [...] Eu ia na Sociedade Ginástica Navegantes-São João. [...] Era gente mais ou menos, [era] o nosso clube, que era um pessoal de gabaritozinho. No Gondoleiros não entrava ‘chinelão’, e na Ginástica também. [Era só] operário qualificado, e o pessoal ali do comércio... Essas coisas assim, daquela região do Quarto Distrito. A Ginástica Navegantes-São João era à base de alemão. (...) E os Gondoleiros, [era mais do] comércio, que era de italianos. [...] Aquela velha guarda antiga dos moradores. [...]

Tinha blocos de carnaval, [...] cordões carnavalescos. A Ginástica era mais de bailes (...)

“Leda [Kalakun] : Mas nós tínhamos a Sociedade Polonesa, ali na [...] esquina da Pernambuco com a São Pedro. E ali, era o nosso chão, fim de semana. [...] (FORTES,2001,pp.64-65)

A delimitação social de cada uma é evidente e naturalizada, como alerta Fortes (2001,p.65) ao reproduzir um documento da Associações dos Moradores do Quarto Distrito, que registrava as seguintes sociedades recreativas: “Sociedade Gondoleiros, Sociedade Ginástica Navegantes-São João (socialdesportiva),Prediletos Cordão Carnavalesco (para pessoas de cor preta) [*grifo do autor*], Juventude Sociedade Recreativa, Porto Alegre Country Club, Sociedade Libanesa, além de muitas outras.”

Por outro lado, as indústrias, o Estado e a Igreja também representam projetos políticos que buscam enraizarem-se no operariado e “atenderem” suas demandas. No caso dos industriais, é significativa a adoção de um sistema paternalista de relações desenvolvido por algumas das grandes empresas – em especial as fábricas Renner – como forma de suprimento destas demandas, mas também de ampliação do domínio sobre os trabalhadores.

A ação do Estado, como mediador e regulador, obriga a redefinição da ação sindical. A busca pela efetivação do conjunto de leis, agora normatizadas pelo Estado, e que correspondem a antigas reivindicações dos trabalhistas direcionará a ação sindical, autônoma, por um curto período. Mas, se por um lado, o Estado oficializava os sindicatos, por outro, estabelecia ferramentas de controle e cooptação dos trabalhadores dentro do próprio movimento sindical.

Por fim, a Igreja católica, através da criação dos círculos operários, de caráter conservador, buscava também ampliar sua influência moral sobre aquele setor, na mesma medida em que oferecia uma estrutura assistencial bastante sólida.

O *tempo livre* – aquele que não pertence à linha de montagem – também é campo em disputa por esses diferentes projetos e através do futebol pode-se aferir como os conflitos por seu controle se expressam.

3.1. “Sindicato de classe não é associação recreativa”

A defesa da disciplina física e moral fora utilizada, como já citado, pelas primeiras organizações sindicais para delimitar as fronteiras sociais e construir uma identidade do operariado que o distinguisse dos “exploradores capitalistas” e das “classes perigosas”. Essa afirmação de uma auto-imagem baseada na honorabilidade apoiava-se, sobretudo, na valorização do trabalho e no reconhecimento e orgulho da capacidade produtiva do operário. Esse processo implicava ainda o combate de determinados vícios – especialmente, o álcool e o jogo – e de lugares que deveriam ser evitados – as tavernas – em oposição àqueles que deveriam ser freqüentados – salas de aula e bibliotecas (BILHÃO, 2008).

No caso dos clubes de futebol, mesmo que o esporte fosse praticado por agremiações populares e incluíssem setores segregados pela elite local, tais como negros ou minorias étnicas, mas fundamentalmente, outros trabalhadores, ainda assim mereciam o desprezo daquelas lideranças operárias que viam em outras formas de sociabilidade, não-sindicais, como secundárias e dispersivas de energias para a luta.

Não se trata de um fenômeno exclusivamente brasileiro, pelo contrário, fora identificado também por Hobsbawm (2000) na forma como as vanguardas políticas inglesas do final do século XIX viam aqueles elementos que, naquele momento, forjavam a nascente cultura operária britânica:

Deliberadamente evitei identificar os sentimentos e opiniões das massas operárias, até onde temos conhecimento deles, com os da vanguarda de ativistas e militantes, porque eles nitidamente não eram os mesmos. Os ativistas estavam imbuídos do espírito de inconformismo numa época em que a dissensão estava em declínio. Eles desprezavam energicamente uma boa parte do modo de vida da nova classe operária – especialmente a cultura do futebol. Poderia compilar uma grande antologia com os escritos dos socialistas contemporâneos expressando horror, desprezo e ridicularizando a estupidez e a indolência das massas proletárias (HOBSBAWM,2000,p.297).

Segundo Antunes (1992, p.43), anarquistas e comunistas do movimento operário paulista do início do século XX dedicaram certo entusiasmo no combate ao “esporte burguês”, com “efeitos maléficos”, um “poderoso ópio” capaz de minar a união e a organização da classe. Essas primeiras entidades sindicais

Lutavam contra o desinteresse dos trabalhadores pelos teóricos socialistas e pela necessidade de organização sindical. Acusavam os trabalhadores de só se interessarem pelos bailes e pelo futebol, elementos culturais “impostos” pela burguesia. A responsabilidade por tal situação, em parte, cabia aos próprios trabalhadores, como apontavam alguns jornais, por se deixarem levar por esses “brinquedos” (ANTUNES,1992,p.46)

Especialmente para os anarquistas, o tempo livre dos operários deveria ser dedicado à instrução. São constantes na imprensa operária do início do século XX, no Rio Grande do Sul e no Brasil, as campanhas por construções de bibliotecas populares e escolas livres.

Cabe lembrar o “*Programa de ação da diretoria*” da FORGS, em 1933, incluindo anarquistas e operários, que previa um esforço de “intelectualização” do operariado através de palestras e estudos sobre direitos legais, economia política, higiene, “combate sistemático ao alcoolismo e ao jogo” e a criação de um Liceu de artes e ofícios, além da difusão de escolas nos bairros operários (VOZ DO TRABALHADOR/RS, N.1 - 14.10.1933, p.4). Dessa forma, também buscavam evidenciar que

Sindicato de classe não é associação recreativa
 Sindicato é uma organização de força, centralizador de energias moças agindo objectivamente por um ideal. Associação é uma reunião de idéas indefinidas e, em geral, de fins recreativos.
 Nos sindicatos, commanda a mocidade que, cheia de energias, tudo enfrenta levando de vencida o egoísmo, a vaidade e o comodismo..
 Nas associações, ou trabalham todos em beneficio de uns ou trabalham uns em beneficio de todos. No sindicato todos trabalham pelo beneficio commum.
 Um sindicato é uma reunião de vidas dentro de um organismo de força. E a força faz o Direito. (A Voz do Trabalhador N.17 - 03.02.1934,p3)

Em relação ao futebol especificamente, os argumentos dos militantes anarquistas concentravam-se na inutilidade de sua prática, na sua origem burguesa e na anulação do intelecto pelo físico, que resultava em uma paixão exacerbada, que levava à perda do pensamento racional sobre as emoções vulgares, resultando em violência que atingia praticantes e torcedores. De tal forma que o jornal paulista, *A Plebe*, considerava como três, “os meios infalíveis dos ricos exploradores para tornarem a classe operária uma massa bruta”: o esporte, o padre e a política (CABRAL, 2008).

Naturalmente, os clubes organizados *por* ou *nas* fábricas recebiam críticas mais contundentes, especialmente aqueles que utilizassem – logo, defendessem – o nome da própria empresa, como se vê neste trecho do jornal *A Terra Livre*, do Rio de Janeiro:

Quanto ao foot-ball, o caso foi assim: um grupo de 10 ou 12 (alguns já com netos) foi pedir ao gerente licença para fazer um jogo de football. Os patrões gostam que os operários gastem as suas energias nessas coisas e por isso o pedido foi logo satisfeito. Demais o jogo deveria ser entre o coreto e a casa do “senhor coronel” de certo para divertir os amáveis burgueses. O escravo também é palhaço. (A Terra Livre, 09.10.1906 apud CABRAL, 2008, p.100)

No periódico da Federação Operária Gaúcha, *A Voz do Trabalhador*, o direito à associação e ao esporte como lazer é reconhecido, porém não na forma como eram organizados no país naquele momento, mas como prática que só poderia ser plena no socialismo. A adoção definitiva do profissionalismo no futebol é ainda um agravante a esta situação, “uma artimanha de divisão da classe”. Como se observa na reportagem que compara a vida operária na União Soviética com o operário brasileiro:

Além de trabalhar, comer e possuir a sua casa, o operário precisa distrair-se, precisa de diversões. E este é outro problema que tem sido encarado com atenção pelo governo soviético. Tudo quanto o operário precisa – clubes, cinemas, teatros, campos de esporte, bibliotecas, - tem sido posto à sua disposição. Não há operário na Rússia que não tenha o seu clube, isto em um lugar de reunião, onde, depois do trabalho e nos dias feriados, se encontra companheiros, e onde se pôde conversar, ler, fazer esportes; distrair-se, enfim de mil e uma formas.

O esporte na Rússia não é de exploração, como aqui no Brasil. Lá não existem os Palestras, os Corinthians, os São Paulo, cujos jogadores ganham de 500\$000 a um conto mensais, afóra os presentes que recebem, como sejam ternos de casemiras finas, camisas de seda, chapéus e calçados de luxo á custa dos trabalhadores.

Esses clubes tem por fim dividir a classe trabalhadora para melhor explorá-la. Os patrões e os fazendeiros gostam que seus empregados pensem num futebol dessa marca: assim a classe operaria nunca fará a Revolução. Na Rússia, o esporte existe para distrair os operários, todos eles, e não para encher meia dúzia de empregados e profissionais e enganar os trabalhadores. (*Como vive o operário na Rússia Soviética, A Voz do Trabalhador* Ano II-N.56 - 17.11.1934,p6)

Claro está, portanto, que por essa concepção, o futebol ou o esporte em geral só poderá estar acessível aos trabalhadores no socialismo, após *A Revolução*. Antes disso, numa sociedade capitalista, o esporte só dividirá a classe, distraíndo-a de seu destino revolucionário, ao mesmo tempo em que enriquece os empresários.

Porém, como apontara Ralle (2004, p.75), acerca das organizações anarquistas espanholas e as festas operárias, as formas de lazer construídas por aquelas organizações sugerem evasão ou isolamento e não inserção na comunidade, pois

a insistência das organizações radicais em romper com todos os comportamentos que eles qualificavam como “burgueses” contribuiu, sobretudo, para isolar as referências militantes e para em conseqüência diluir – e esse é o resultado habitual desse tipo de tentativa – os impulsos espontâneos do grupo naqueles comportamentos do mundo popular das cidades dos quais eles gostariam de se distinguir (RALLE,2004,p.74)

Na medida em que o futebol populariza-se e enraíza-se como parte da cultura operária e urbana, torna-se impossível ignorá-lo como instrumento aglutinador. A tensão que este

movimento exerce sobre o movimento operário obriga a uma re-significação do discurso ou uma cisão de opiniões no interior da militância sindical, adaptando-o às noções já difundidas anteriormente de higiene e prática sadia ao ar livre, porém não como meio de disputa, mas de solidariedade e afirmação de vigor. O mesmo periódico *A Plebe*, que incluiu o esporte entre os três inimigos do proletariado, em outro artigo orgulhava-se de seus praticantes:

Com franqueza deve-se dizer que parte tiveram bastante saliente do festival os duelos esportivos, aqueles rapazes sadios e cheios de energia trouxeram as milhares de pessoas que acorreram ao jardim em grande atividade. (...) O match de foot-ball foi disputado com galhardia pelos times dos clubes do Sport Clube Saturno e da Associação Atlética República, saindo vencedor a primeira por 2 gols a 1. Disputaram igualmente bastante interesses corridas a pé e de bicicleta, bem como os exercícios de salto de cujo o resultado nos ocuparemos amanhã. Devemos, entretanto desde já evidenciar a com garbo que todos se portaram, associando-se bravamente aquela festa de expansões proletárias.

Bravo! Aos moços esportivos. Oxalá continuem a se interessar pelas obras levantadas, demonstrando que não praticam o sport pelo sport. (*A Plebe*, 23.09.1919 apud CABRAL, 2008,p.110).

No mesmo sentido, em 1911, a Federação Operária do Rio Grande do Sul, em sua primeira organização, hegemônica por anarquistas, inclui entre estas atividades festivas ao ar livre, uma partida de futebol organizada pela própria Federação (ARAVANIS, 2005, p.181).

A possibilidade de combinar a oferta da prática esportiva com reivindicações sindicais ou de auxílio imediato pode ser identificada também na criação do time Sociedade União e Progresso, pertencente à associação mutualista Sociedade Beneficente União e Progresso Porto Alegre. Esse também é o caso do Esporte Clube Palestra Porto Alegrense, vinculado à Sociedade Beneficente Recreativa Esportiva Palestra.

Como já percebera Antunes (1992), ainda que inicialmente também hostis ao futebol, os comunistas alteraram com maior rapidez seu discurso, tratando-o de adotar o esporte como elemento organizador do operariado⁵⁴.

Em parte, a opção comunista por ser explicada por uma orientação internacional ao movimento comunista. Antes da Segunda Guerra mundial, o crescimento organizativo do operariado na Europa já resultara na criação de federações esportivas operárias, socialistas ou sociais-democratas, em especial na Alemanha. Em 1913, já ocorrera a criação de uma

⁵⁴ Mases (2005,p.79) identifica o mesmo processo na Argentina, onde em 1924, por iniciativa da *Federação Juvenil Comunista* se cria a *Federación Deportiva Obrera*, que em seis anos, nucleia mais de setenta clubes operários em todo país. A iniciativa comunista é duramente criticada pelo periódico anarquista *Bandera Proletaria*.

Associação Socialista Internacional de Educação Física, que se fragmenta no ano seguinte pela própria cisão no seio do movimento socialista entre sociais-democratas (a “Segunda Internacional”, de maior influência da Social-Democracia alemã) e futuros comunistas (a “Terceira Internacional”, sob hegemonia do Partido Comunista da União Soviética - PCUS).

Em 1920, em Lucerna (Bélgica), é criada a União Desportiva Internacional do Trabalho, também conhecida por Internacional Desportiva de Lucerna (ISL), vinculada a “Segunda Internacional”. Em resposta, no ano seguinte, em Moscou, é criada uma organização concorrente, a Internacional Desportiva Vermelha, por iniciativa da Internacional Comunista da Juventude, vinculada à “Terceira” Internacional (GOUNOT,2005,p.116).

A Internacional Desportiva Vermelha considerava as atividades esportivas como terreno propício para arregimentar a juventude para a militância comunista e decide criar seções nos países aonde não existia ainda um movimento esportista operário. Mais importante ainda, para combater o crescimento do fascismo, propõe a realização de uma *olimpíada popular* em oposição aos jogos olímpicos de Berlim, notório meio de propaganda internacional para o nazismo.

Programada para ocorrer em julho de 1936, em Barcelona, na então jovem República da Espanha, a data prevista para a cerimônia de abertura coincidiu com a ofensiva do General Franco e a eclosão da Guerra Civil Espanhola. Dissolvida pela Internacional Comunista em 1937, a Desportiva Vermelha parece ter devido sua existência muito mais a atuação de alguns jovens militantes do que a uma decisão mesma do Partido Comunista soviético (GOUNOT, 116-118).

Ainda que a Desportiva Vermelha tenha tido uma breve duração, é notória a verticalização das decisões da Internacional Comunista para os Partidos Comunistas locais. Logo, a hipótese de que a decisão de aglutinar jovens operários através do esporte tenha influenciado os comunistas brasileiros é bastante sólida.

Por isso, não surpreende este anúncio da Federação de esportes proletários nas páginas do *Correio do Povo* em 1929, em comemoração ao 12.º aniversário da *Revolução Russa* e ressaltando a realização das Spartakiadas⁵⁵:

⁵⁵ As Spartakiadas eram jogos organizados pela União Soviética, em contraposição aos Jogos Olímpicos. O nome é uma referência ao líder da revolta dos escravos romanos, Espártaco, escolhido em antagonismo ao caráter aristocrático dos jogos da antiguidade grega. Em sua primeira edição, em 1928, contou com a participação de delegações também da Inglaterra, Finlândia e Uruguai. Com a adesão da URSS ao movimento Olímpico, as Spartakiadas foram suspensas em 1952. Sobre esse tema e o esporte na URSS, ver EDELMAN, Robert. *Serious fun. A history of spectator fun in USSR*. New York: Oxford University Press, 1993.

(...)A FEDERAÇÃO DE ESPORTES PROLETÁRIOS DO RIO GRANDE DO SUL, que é o organismo máximo centralizador do movimento desportivo proletário no estado, e que representa, portanto, legitimamente esta grande massa de desportistas proletários, não poderia deixar, como uma organização da luta contra o esporte burguês, que é um dos tantos meios que a burguesia se utiliza para desviar os trabalhadores do terreno da luta de classes, de se solidarizar com esta data tão gloriosa para o proletariado mundial.

Companheiros!!! Desportistas proletários!!!

Apoiemos a Rússia dos trabalhadores, o único país que organizou uma SPARTAKIADA MUNDIAL, da qual participaram milhares e milhares de desportistas proletários de todo o mundo!!! (CORREIO DO POVO,15/12/1929)

Um dos principais dirigentes da Federação de Esportes Proletários fora Jacob Koutzii, também conhecido pelos codinomes Isaac ou Plínio Moraes⁵⁶, responsável pela organização da Juventude Comunista. Segundo depoimento de Eloy Martins, Koutzii “difícilmente passava um domingo sem ir aos jogos de futebol de times operários de empresas industriais”.

O próprio Martins, futura liderança metalúrgica e comunista em Porto Alegre, fora recrutado em 1928, aos 17 anos, quando disputara um torneio jogando pelo time do estaleiro Alcaraz & Cia, quando fora apresentado a um moço “que depois de uma explanação política, gentilmente nos ofereceu exemplares de ‘A Classe Operária’”. Naquele período, “Havia um grande movimento de futebol de empresa e ele atuava [Jacob] era meio técnico” (FORTES, 2001,pp.385-386). A busca por novos militantes ou pela filiação sindical não era uma estratégia exclusiva de Koutzii, como demonstra o depoimento de Armando Pinheiro, na época, metalúrgico na Schmmeling & Hertzfeldt:

“Eu era mais de futebol, reunião de futebol. [...] Ficava aquele papo ali de futebol e tudo, um que jogou melhor, outro que não jogou, sempre assim. [...] Mas tinha um cara, que era meio pirado, ele se chamava Agenor, e era espírita. Mas, ele tinha o dom de convencer a gente [a entrar para o sindicato].” (Entrevista com Armando Pinheiro in: FORTES, 2001, p.68)

Além da Federação de Esportes Proletários, outras organizações de orientação comunista também investiam sobre o tempo livre dos operários como forma de aglutinação e arregimentação de novos integrantes. Como a Confederação Regional do Trabalho, que atuou na área sindical no período em que a FORGS esteve desativada. Em novembro de 1929, a CRT organizara uma “festa campestre”, nos Campos dos Anteros, na Rua São José, cuja programação incluía, além de quermesse e danças, um “match entre dois fortes teams da

⁵⁶ Usando o pseudônimo de Plínio Moraes, Koutzii também escrevera sobre cinema e é considerado o pioneiro da crítica cinematográfica no Rio Grande do Sul.

Federação de Desportos Proletários, devendo ao vencedor serem oferecidas 11 finas medalhas de ouro” (CORREIO DO POVO, 30/11/1929).

Segundo Antunes (1992, p.49-50), em comparação com os anarquistas, os comunistas haviam reconhecido que o futebol conquistara adeptos em todas as classes sociais e argumentavam que se os jovens não tivessem acesso ao futebol dentro do sindicato, o buscariam fora dele. Assim, a organização das ligas e federações, como a Federação de Esportes Proletários ou da Desportiva Vermelha buscavam em seus diferentes âmbitos o controle total dos operários sobre os clubes.

Durante a pesquisa, foram cruzados dados entre fundadores e diretores dos clubes operários de futebol e diretorias de sindicatos ou ativistas anarquistas e comunistas, encontrando apenas a participação de um único militante, o tecelão Modesto Zanatta, na fundação do Renner, em 1931. Tal lacuna pode ser explicada pelos argumentos já citados de desprezo pelos clubes de fábrica, e a preferência por organizar times e federações próprias, que não conseguiram regularidade suficiente para permanecerem documentados, como também pela concepção de que a organização esportiva cabia prioritariamente à juventude comunista, orientação debilitada ou abandonada após o fim da Desportiva Vermelha.

Posteriormente, essa tática voltaria a ser utilizada pelo Partido Comunista durante o breve período de legalidade do partido, entre 1945 e 1946, como fora o caso do Clube Esportivo Dínamo Paulista, fundado por militantes comunistas no bairro da Moóca em São Paulo, e que acumulava atividades esportivas e políticas. Mais familiarizados com o funcionamento de um clube do que de um partido, a idéia conseguiu a adesão do operariado local, tornando-se espaço tanto de palestras e cadastramento de eleitores, quanto para as partidas, bailes e aulas de costuras (ANTUNES,1992, pp.50-52).

No mesmo período, em Porto Alegre,tal tática fora usada também pelos militantes comunistas no Sindicato dos Metalúrgicos, em contraposição ao trabalho assistencial dos Círculos Operários e dos empresários, como afirma o ex-presidente do Sindicato José César Mesquita:

Tivemos que concorrer com o esquema patronal a nível dos departamentos jurídico, médico, esportivo e lazer. Além dos trabalhos nas fábricas, fomos para a vida social: criamos o setor de esportes, um teatro,um coral de trabalhadores, etc. Isso envolvia muita gente. Tentamos atingir outras áreas que ainda não tínhamos atingido com as reivindicações. Mostrávamos que quando vinha aumento para um, vinha para todos. A atividade social era uma forma de atingir os indiferentes e os oportunistas (FORTES,2001,p.410).

Além dos comunistas, nas décadas seguintes, o Quarto Distrito seria base social também do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Ainda que não haja referências sobre o uso do esporte por este partido, fora da esfera do Estado, para arregimentar militantes, entre os diretores do Grêmio Esportivo Zivi, Müller, Hercules, encontrava-se Antônio Achutti, fundador do partido e futuro candidato a vereador por aquela legenda.

Por fim, não é possível afirmar ou estabelecer qualquer relação direta, como os comunistas propugnavam, de que o futebol fosse exatamente um empecilho à organização sindical ou à mobilização operária. Com exceção da Renner, as fábricas onde havia clubes de futebol também aderiram às greves realizadas na década 1930, assim como havia células do Partido Comunista em empresas que também possuíam clubes de futebol: Wallig, Renner, Zivi, Geral de Indústrias e Fiaterci (FORTES,2001,p.516). Além disso, após as greves de 1935, há um encerramento de um ciclo do movimento sindical e o sufocamento deste tipo de manifestação, onde evidentemente a ação do Estado e a repressão policial foram muito mais eficazes do que as bolas de futebol.

3.2. “O operário desperdiça o tempo livre, procura a felicidade nos antros de perdição”

A Igreja era também um espaço privilegiado de sociabilidades e de disputa pela direção política e moral do operariado, inclusive em seu tempo livre. Afinal, na composição étnica do operariado, além da população luso-brasileira, havia a presença marcante de praticantes do catolicismo, como imigrantes italianos e poloneses.

Além do templo religioso, propriamente dito, a Igreja católica ainda organizara, a partir da década de 1920, movimentos laicos como a Liga Eleitoral Católica, a Ação Social Brasileira e os Círculos Operários como mecanismos para recuperar sua influência na sociedade civil. Tais organismos atuavam com referência na chamada “sociologia cristã”, fundamentada na idéia de que o cristianismo poderia conciliar as contradições entre o capital e o trabalho, ao mesmo tempo em que combateria de maneira eficaz a ameaça comunista (PETERSEN e LUCAS, 1992, p.457).

As diretivas de propaganda para assinaturas e donativos para *O Trabalho*, periódico oficial dos Círculos Operários, revelam quais funções e diretrizes organizavam os próprios Círculos. *O Trabalho* apresenta-se como um órgão de *orientação construtora*, que defende os “princípios básicos da sociedade”: a propriedade, a santidade da família e a religião; como também defende a ordem, ensina o respeito às autoridades e instituições vigentes; assim como

promove “a aproximação entre empregadores e empregados e pelo entendimento pacífico entre os mesmo”. Os Círculos e seu jornal consideravam o comunismo como “maior adversário da religião” e que deveria ser combatido juntamente com a anarquia e os *movimentos subversivos* (O TRABALHO, 31/10/1936 *in*: PETERSEN e LUCAS, 1992, p.459).

O jornal propunha defender os interesses dos operários, divulgando a legislação e os direitos existentes; denunciando, “sem embora generalizar”, os abusos do “regime econômico-liberal”; mas, principalmente precavendo-os contra “os vis exploradores que dentro da própria classe surgem, de tempos em tempos, para dele fazer degrau de suas ambições” (O TRABALHO, 31/10/1936 *in*: PETERSEN e LUCAS, 1992, p.458).

Assim, percebe-se que, ainda que os Círculos se apresentassem como apolíticos, a definição acima expressa a tática de não confrontar-se com o empresariado, sem “generalizar eventuais abusos”, nem com o governo federal, visto como responsável pela legislação trabalhista e pela ordem. Mas não poupariam o combate a “todas as iniciativas e movimentos que abertamente ou sob qualquer aparência ou máscara tem por fim a propaganda esquerdista” (O TRABALHO, 31/10/1936 *in*: PETERSEN e LUCAS, 1992, p.459).

O cumprimento da legislação trabalhista era uma preocupação constante dos Círculos, apoiando a atuação do Estado, pois, como expressa uma das teses apresentadas ao Congresso Estadual dos Círculos Operários, em Pelotas, esta legislação era considerada em consonância com os princípios cristãos:

(...) fica definitivamente constatada que a superior finalidade almejada pelos legisladores da nossa Legislação Social, não é outra senão restaurar o nosso mundo do trabalho, segundo os salutarens ensinamentos contidos na imortal Encíclica “Rerum Novarum” de S.S., o pontífice Leão XIII (O TRABALHO, 8/12/1936 *in*: PETERSEN e LUCAS, 1992, p.473).

Ainda que evitassem o embate direto com o empresariado, a implementação efetiva da legislação encontrava resistência, segundo esta tese, justamente neste setor, que “têm medo do sindicato como o diabo tem medo da cruz”, pois o operário sindicalizado “adquire todos os direitos consubstanciados na Legislação Social”. Da mesma forma não compreendiam a atuação dos Círculos em choque ou em disputa com os sindicatos, frise-se “oficiais”, pois este seria uma “associação de profissionais”, enquanto os Círculos são “uma associação de famílias”. O sindicato teria sua atuação limitada ao cumprimento da legislação, enquanto os

Círculos visariam sua assistência como profissional e como cidadão, abrangendo também as dimensões morais (O TRABALHO, 8/12/1936 in: PETERSEN e LUCAS, 1992, p.476-477).⁵⁷

A atuação dos círculos operários apoiava-se no tripé assistência à infância, instrução das massas e combate aos “maus costumes e vícios”. A assistência social, especialmente creches e o serviço médico, destacavam-se entre as ações dos Círculos no bairro operário, em especial a creche Nossa Senhora dos Navegantes. Nesse campo, ocorriam também enfrentamentos entre os sindicatos dirigidos pelos comunistas e os círculos, como demonstra o depoimento do ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre, José César Mesquita:

“Sempre tivemos dois inimigos: o governo nem entra nisso. Em primeiro lugar nasceu o Círculo Operário, que visava combater o sindicato, e em segundo o Serviço Social da Indústria (SESI) com o mesmo objetivo. Para desviar o negócio, o Círculo Operário dava remédios, médicos e advogados e até planos para a construção de vilas populares. Quiseram transformar o Círculo Operário em sindicato. Quando os patrões viram que não conseguiam combater os sindicatos com o Círculo Operário, criaram o SESI” (FORTES,2001,p.409)

Curiosamente, com respeito ao uso do tempo livre pelos operários, a opinião dos Círculos aproximava-se bastante das proposições das correntes anarquistas: a frequência à sede da organização e o hábito da leitura, em oposição ao jogo e ao álcool, forjariam o caráter desejado do operário.

Outra tese, apresentada no 2º Congresso Estadual, ocupava-se exclusivamente desse tema, “Em que o operário pode ocupar o tempo livre”. Assinada pelo presidente dos Círculos Operários de Pelotas, seu autor constatava que

o operário desperdiça o tempo livre em casas de jogos, quiosques, ajuntamentos inúteis e sempre prejudiciais, onde se perde a noção da moral, onde se perde o amor dos filhos, da esposa, dos pais, da família, da Pátria; onde esquece os ensinamentos de Cristo (...) onde perde não só as economias que poderiam servir para preparar o futuro de sua prole mas até o miserável ordenado que recebeu para mal sustentar a família (...) O operário procura a felicidade nos antros de perdição que ele sustenta com o dinheiro ganho no suor de seu rosto (...) (O TRABALHO, 30/01/1937 in: PETERSEN e LUCAS, 1992, p.471).

⁵⁷ A colaboração com o Ministério do Trabalho consta como finalidade dos Círculos Operários, no artigo 2.º de seu *Modelo de Estatuto* (1941). Em Pelotas, segundo Fortes (2001,p.478) , os sindicatos oficiais foram fundados pelo Círculo Operário. A boa relação entre os Círculos e o governo Vargas se afere também pela escolha dos primeiros como interlocutores , em 1934, pelo Ministro Salgado Filho, quando se recusa a receber uma delegação sindical, mas reúne-se com os circuilistas.

A tese sustentava que o tempo livre deveria ser dedicado exclusivamente a dois únicos espaços: o lar familiar e a sede do Círculo. Para o lar, a tese propunha a combinação entre o trabalho extra-fábril que gerasse renda, como a criação de aves e abelhas ou o cultivo do jardim e hortas, e a dedicação à família, em conversas com os entes e na orientação espiritual, retomando a prática de três orações diárias.

A sede do Círculo era considerada, por sua vez, como uma extensão do lar, e freqüentá-la com toda a família, não apenas nos dias de reuniões, seria um dever. Ali, os círculos deveriam organizar bibliotecas e salas para *leituras amenas e instrutivas*, que afastassem os operários do “mau jornal, do mau romance”, que são “desencaminhadores da juventude, fomentadores do adultério, destruidores de lares”.

A sede deveria oferecer ainda aulas de instrução ou aperfeiçoamento, em especial de alfabetização, de maneira que o Círculo Operário fosse “um grande templo de instrução” em oposição “aos esquemas impróprios” como “bailes, carnavais e outros divertimentos fúteis”(O TRABALHO, 8/12/1936 *in*: PETERSEN e LUCAS, 1992, p.470-471).

Segundo Fortes (2001,p.71), tal vinculação excessivamente estreita entre religião, sociabilidade e posicionamento ideológico teriam sido fatores limitantes para ampliar as adesões aos Círculos Operários, como ilustra o seguinte depoimento:

“O Círculo Operário era muito restrito[...], sabe como é, a Igreja Católica por um princípio tem aquelas pessoas [...] que estão diariamente ali prestando serviços [...] e o Círculo Operário não era diferente. [...] Essas famílias que tinham os filhos no colégio do Círculo [...] na época eram de pequena dimensão.” (FORTES, 2001,p.70)

No *Modelo de Estatutos para o Círculo Operário* (1941), os esportes aparecem como um dos meios para alcançar a “cultura moral, intelectual, social e física”, além disso, consta entre as atribuições de seu departamento de assistência social a organização de “Atletismo, esporte, jogos de sala, passeios, quermesses e outras diversões sadias, excluindo bailes”. Porém, na documentação pesquisada, não se encontram referências a atividades que tenham sido efetivadas dentro dessas diretrizes em relação aos esportes em geral e ao futebol, em particular.

Também são poucas as referências de estímulo à prática esportiva ou de outras atividades ao ar livre, além do trabalho agrícola extra-fábril. É cabível considerar a hipótese que tais práticas esportivas fossem consideradas também como um “desperdício do tempo” ou “futilidades” de acordo com a austeridade pregada pelos Círculos.

Ainda assim, nas comemorações oficiais do 1.º de maio de 1938, com forte presença dos círculos e cujo ápice fora uma missa campal, pode se ver na imagem abaixo da *Revista do Globo*, um grupo uniformizado e identificado como “equipes esportivas”, que se pode supor pertencessem aos Círculos Operários.



Figura 2 – Capa da “Revista do Globo” com a missa em celebração ao 1.º de maio, em 1938. Ao alto, à esquerda, vê-se a delegação representando as “equipes esportivas”.

Mais contundente, no *Cadastro dos Clubes esportivos do Rio Grande do Sul*, organizado por Amaro Junior (1942), consta a existência do Grêmio Esportivo Circulista, criado em 1º de janeiro de 1936, como um Departamento Esportivo dos Círculos Operário

Porto Alegre. Este clube oferecia além do futebol, a prática de ping pong e de atletismo. Sua sede localizava-se na área central, na Rua dos Andradas e sua diretoria era composta por Antônio Novaro (diretor geral), Mario D'Angelo (secretário), Manoel O. Junqueira (tesoureiro) Armando O. Santos (guarda esportes). Essas foram as únicas referências encontradas sobre esta agremiação, ausente inclusive nos documentos oficiais dos Círculos Operários consultados. Nenhum de seus fundadores fora identificado como liderança expressiva dos Círculos, o que permite suscitar a hipótese de que se tratava de um clube vinculado a um Círculo específico, sem abrangência municipal. E ainda, que a prática do futebol possa ter sido tolerada pelos Círculos, mas certamente não foi estimulada⁵⁸.

3.3. O Estado como regulador do Trabalho e do Esporte

A *revolução de 30* desencadeou processos sociais, econômicos e políticos que influenciaram a realidade brasileira por décadas. Trata-se de um momento de alteração significativa do modelo de acumulação de capital no país, exigindo a formação de um novo equilíbrio, ou pacto entre as classes dominantes, ao mesmo tempo em que novos sujeitos, como operários e a pequena burguesia, exigem parcelas maiores de participação na vida decisória do país.

Nos anos anteriores, a crise capitalista de 1929 encontrara o país vulnerável, fruto de sua condição periférica e dependente no sistema internacional, acelerando a crise interna do modelo agroexportador, hegemônico econômica e politicamente. A perda de poder econômico das oligarquias ampliava o espaço de atuação da pequena burguesia e da burguesia industrial, até então alijadas do jogo político e sem poder decisório nessa esfera. O modelo agroexportador era um empecilho para acumulação e para o desenvolvimento autônomo do capitalismo, pois submetia a burguesia ao capital monopolista estrangeiro.

O descontentamento da burguesia encontrou ressonância em parte significativa das Forças Armadas e nas frações dissidentes da própria oligarquia. À frente destas estavam

⁵⁸ Ao fim do Estado Novo, as relações entre os círculos e o governo federal encontravam-se já bastante reduzidas e, conseqüentemente, a influência dessas organizações foi diminuída significativamente, ainda que existam até os dias atuais, bastante dedicadas à educação, como mantenedoras de escolas e que incentivem a prática esportiva para seus estudantes. Ironicamente, em 2010, o local onde pretendia-se construir a sede da Federação Estadual dos Círculos Operários precisou ser transferida pelos poderes públicos para dar lugar à construção do novo estádio do Grêmio, próximo ao antigo Quarto Distrito, no atual bairro de Humaitá.

Minas Gerais, uma região cada vez mais desvinculada dos interesses cafeeiros, e áreas inteiramente desvinculadas de tais interesses, como Rio Grande do Sul e Paraíba. Isto não significava, no entanto, que a coalizão de oligarquias, que apoiou a candidatura Vargas e, em seguida, os levantes de 3 de Outubro representassem uma posição de ruptura em relação à *Primeira República*. Pelo contrário, a Aliança era articulada principalmente pelos governos estaduais, logo, pelas oligarquias que comandavam aqueles estados com a mesma política de poderio econômico e fraudes eleitorais que caracterizam o governo federal. Essas mesmas oligarquias apoiaram o Governo quando das revoltas tenentistas, e o próprio Vargas fora ministro do governo Washington Luís.

A debilidade do Governo federal, a crise econômica, a recepção das propostas da Aliança Liberal nos meios urbanos, a adesão de parte dos Tenentes permite uma rápida aglutinação desses interesses e seu desfecho resulta em uma “nova divisão de ganhos no interior da classe dominante, com o maior atendimento dos vários setores desvinculados do café, que as circunstâncias impediram que fosse feita pela via pacífica” (FAUSTO, 1988, p.247).

Porém, ainda que, em aparência, a *revolução de 30* pudesse ser interpretada como uma disputa inter-oligárquica, em essência, o que estava em jogo era a constituição de um novo modelo de acumulação do capital, centrado na indústria, e capaz de superar a dependência externa ao capital estrangeiro e de recuperar o Estado de sua crise fiscal e financeira. A superação desse modelo pressupôs uma nova correlação de forças, a reformulação do aparelho estatal e a *destruição das regras do jogo* do modelo anterior (OLIVEIRA, 2003, p.35).

Deve-se considerar ainda que a expansão urbano - industrial nacional ocorrerá num período de fracasso dos postulados liberais na economia em nível internacional, em que o *laissez-faire* dava lugar ao protecionismo cambial e comercial nos países do centro do sistema, buscando soluções internas para a crise, no âmbito nacional e regional. Esse processo de acumulação exigia a integração das regiões de economia de subsistência à divisão internacional do trabalho, ampliando o mercado para o capital industrial, gerando um mercado interno que servisse de base para acumulação desse capital.

Franco Jr. (2007) já estabelecera o paralelo entre a natureza oligárquica da República Velha e os anos iniciais do futebol no país, marcado pelo predomínio do amadorismo como mecanismo de exclusão das classes subalternas. Assim, como as contradições sociais tensionavam para a formação de uma outra ordem política e econômica, também o futebol vivenciava a pressão do “*amadorismo marrom*”, por diferentes formas de remuneração ao

jogador, em direção ao profissionalismo e, por conseqüência, da incorporação de outras camadas sociais, especialmente pobres e negros, no “éden” restrito do clubismo e do esporte.

Filho da industrialização, o futebol tornou-se aqui, um país essencialmente agrário, esporte de fidalgos brancos numa sociedade marcada pelo recente passado escravocrata. Como símbolo da modernidade, era reivindicado pelas elites para manutenção de seu status e reafirmação de sua distinção, mas também reivindicado por outras camadas populares que exigiam justamente a realização da modernidade na industrialização, no progresso, nas novas relações urbanas. Por esse conjunto de contradições que o futebol tornou-se, segundo Franco Jr. (2007,p.61), desde o início, terreno para os debates acerca da modernização e da construção nacional.

Da mesma forma como as massas apropriam-se do futebol, também exigem maior participação política. E o governo Vargas procura justamente incorporar essas reivindicações, especialmente da pequena burguesia urbana e do operariado, mas com o propósito de tutelá-las. No trabalho e no esporte.

Em relação ao movimento operário, considerando que a expansão urbano-industrial resulta num aumento quantitativo de sua base social, o governo Vargas irá promulgar um conjunto de leis que atendem, em certa medida, as reivindicações que mobilizavam as categorias fabris desde o início do século XX (jornada de trabalho, férias, trabalho feminino e infantil, etc.). Dessa forma, ao contrário do Estado liberal da *República Velha*, o Estado posiciona-se efetivamente como mediador e regulador das relações entre Capital e Trabalho. Mais além, redefine a forma de ação sindical.

Por um lado, constitui uma base social governista, atuando em sindicatos oficializados ou nos círculos operários; por outro, permite que os comunistas, na direção da FORGS, na primeira metade dos anos 1930, utilizem a implementação efetiva das leis como mecanismo de pressão sobre o empresariado e o próprio governo:

Em primeiro lugar, porque revelava a falta de vontade política real de cumprir mesmo a legislação já sancionada pelo governo, ao menos quando isto implicasse em choques com o empresariado. Em segundo lugar porque, sem confrontar-se abertamente com o caráter da legislação, dava demonstrações de que a aplicação e, o que era tão importante quanto, a generalização de direitos só poderia ocorrer com luta e organização, o que entrava em contradição com a lógica do sistema corporativo. Enfrentava-se assim o desafio da luta pelo exercício da autonomia no espaço institucional (FORTES, 2001,p.479).

À medida em que o futebol ganha, cada vez mais, a adesão das massas urbanas torna-se também ferramenta para a interlocução ou propaganda pelo governo. Getúlio Vargas

escolhera os estádios do Pacaembu ou de São Januário para as celebrações do 1.º de Maio, transformando-os em palcos para grandes manifestações políticas. Além disso, a distribuição de ingressos de partidas para os sindicatos alinhados ao governo, ou ainda, a reprodução dos discursos presidenciais durante os intervalos das partidas de futebol confirmam essa condição de instrumento da política (FRAGA, 2009,p.209).

E, tão importante quanto os outros fatores anteriormente citados, agregue-se a possibilidade de utilizar a seleção nacional de futebol como indutor e unificador de uma identidade nacional, num país fragmentado por diferenças regionais, raciais e sociais, cujo ápice desta estratégia esteve na realização da Copa do Mundo no Brasil, em 1950⁵⁹.



Figura 3 - Getúlio Vargas entrega o troféu Eldorado, em homenagem ao 1.º de maio, para Ademir Menezes, 28 de maio de 1952.

A construção da identidade nacional combinava-se com a valorização do trabalho e da preparação física dentro da estratégia do governo Vargas para os esportes. Da mesma maneira como a legislação trabalhista restringia a autonomia sindical, a legislação desportista visava submeter a organização desportiva ao controle estatal.

Chamada de “oficialização do esporte”, propunha um “absolutismo de poderes” ao Estado, e fora tema de diversos projetos em debate no Congresso, sem que nenhum viesse a ser aprovado. A efetiva “oficialização” ocorreria com a instauração do Estado Novo. A primeira medida nessa direção é o decreto-lei n.º 526, de 1º de Julho de 1938, que cria o

⁵⁹ Sobre os processos de construção da identidade nacional através do futebol, em especial a Copa de 1950, ver FRAGA, 2009.

Conselho Nacional de Cultura, vinculado ao Ministério da Educação e da Saúde, cujas atribuições incluem tanto a propaganda de “causas patrióticas ou humanitárias” quanto “a educação física (ginástica e esporte)” (COSTA,2006,p.124).

Será, porém, o Decreto-Lei n.3.199, de 14 de abril de 1941, que redefinirá completamente a base de organização esportiva no país sob tutela estatal. O decreto cria o Conselho Nacional de Desportos (CND), também vinculado ao Ministério de Educação e Saúde, com a missão de “orientar, fiscalizar e incentivar a prática dos desportos no país”.

O Conselho recebe ainda poderes para autorizar ou não a participação brasileira em jogos internacionais; incentivar o amadorismo e “exercer rigorosa vigilância sobre o profissionalismo”; estudar a situação das entidades desportivas, opinando sobre subvenções e fiscalizando a aplicação destas; entre outras atribuições para

assegurar uma conveniente e constante disciplina à organização e à administração das associações e demais entidades desportivas do país, bem como tornar os desportos, cada vez mais, um eficiente processo de educação física e espiritual da juventude e uma alta expressão da cultura e da energia nacionais (Decreto-lei n.3.199, 14/04/1941)

O decreto institui uma estrutura de confederações (por ramo esportivo) e federações (por unidade territorial) centralizada e submetida ao próprio CND, a quem cabe inclusive aprovar seus estatutos. De imediato, o decreto reconhece as seguintes confederações: de basket-ball, pugilismo, vela e motor, esgrima, xadrez e a Confederação Brasileira de Desportos (CBD) – responsável pelo futebol, tênis, atletismo, remo, natação, saltos, pólo aquático, vôlei e handball. Porém, enfatizando em seu segundo parágrafo, que “o foot-ball constitui o desporto básico e essencial” da CBD.

Caberia ainda ao Conselho regulamentar desde a participação de estrangeiros em times e entidades, sobre o uso de força policial e a presença de autoridades em eventos esportivos, a forma de associação dos árbitros e até mesmo as instruções técnicas para padronização das praças de esportes. Os esportes praticados por universitários, pela juventude, pelas Forças Armadas ou policiais poderiam ter suas próprias confederações ou entidades especiais, embora também subordinadas ao CND.

Na prática, o decreto também restringe a profissionalização ao futebol, uma vez que proíbe as entidades esportivas de obterem capitais, pois isto seria incompatível com sua “função patriótica.

Os desdobramentos da ação do CND envolveriam também a organização esportiva dos operários. A deliberação n.º 7-43 do Conselho Nacional de Desportos, em 1943, determinava

a criação de Departamentos Classistas em cada Federação filiada à CBD, com a função de “orientar e prestigiar a prática amadorista dos desportos entre os atletas classistas”. Em suma, institucionalizava as disputas entre fábricas e categorias profissionais.

Para ser reconhecido e inscrito como atleta classista, era necessário comprovar a profissão, possuir curso elementar e subordinar-se à legislação esportiva amadora. Os atletas classistas estavam isentos de taxas de inscrições, registro ou transferência. Aos atletas profissionais era proibido participar de quaisquer competição classista (LARDIES, 1945). As regulamentações esportivas também classificariam as agremiações de futebol em três níveis: Profissional, intermediário ou menor (amador). Com o *Estado Novo*, os clubes de fábrica serão enquadrados como times *classistas* ou, no máximo, como praticantes do *futebol menor*.

É nessa diretriz que se inserem, por exemplo, as Olimpíadas de Confraternização Operária, organizadas pelo Serviço Social da Indústria (SESI), a partir de 1949. Em sua primeira edição, foram disputados torneios de atletismo, basquete, vôlei e futebol. Este último conta com a participação de quarenta equipes, durante dois meses e meio. A Olimpíada foi programada para encerrar-se exatamente no dia 1º de maio, com as partidas finais ocorrendo no campo do E.C. São José, na zona norte da capital, próximo ao Quarto Distrito, e contou com a presença do governador do Estado, Walter Jobim, e do prefeito de Porto Alegre Ildo Meneghetti (AMARO JUNIOR, 1950, pp.161-163).

O uso e controle político do esporte se reproduzirão também nos âmbitos estaduais pelos respectivos interventores. No caso do Rio Grande do Sul, Wasserman (2004, p.209) lembra que o esporte foi estimulado pelo PRR como modo eficaz de disciplinamento e também como instrumento de integração no Estado, desde a primeira década do século.

Em 1933, o Torneio Varzeano de Porto Alegre, disputado por 25 equipes no campo do Grêmio, iniciaria-se com o desfile e a saudação de todos os 275 atletas ao prefeito Alberto Bins, o mesmo que fora um distinto *sportmen* em sua juventude e acumulava a prefeitura com o gerenciamento de sua metalúrgica. Bins também fora nomeado presidente do torneio (CORREIO DO POVO, 22/10/1933). O Torneio varzeano do ano seguinte, desta vez no campo do Força e Luz, recebera o nome de Taça General Flores da Cunha, em homenagem ao interventor estadual que a financiara e que era saudado com “urras” e “vivas” a cada reposição da bola ao jogo.

O disciplinamento e controle do tempo são fundamentais para a organização capitalista alcançar determinadas metas e padrões produtivos, ao contrário da forma artesanal do trabalho. Como já constatara Thompson (1998), em relação à transição para sociedade industrial na Inglaterra, o processo de constituição de novos hábitos no trabalho e o

disciplinamento do tempo foi lento e por gerações, e implicava ainda num combate moral à ociosidade, entendida como *não-productividade*, pois “na sociedade capitalista madura, todo o tempo deve ser consumido, negociado, utilizado; é uma ofensa que a força de trabalho meramente ‘passe o tempo’ ” (THOMPSON,1998,p.298).

No Brasil, este argumento somou-se a herança escravista, na dura passagem de uma sociedade onde o trabalho possuía valoração negativa para uma sociedade de trabalho assalariado, onde a ociosidade ou o lazer dos pobres era visto como sinal de fraqueza genética ou de indolência.

Assim, não apenas o tempo na linha montagem precisava ser regado e garantido, mas também o *tempo livre* fora das fábricas, moldado para reproduzir a disciplina que se esperava no dia seguinte no maquinário. A liberdade de tempo e ociosidade, mesmo que para o esforço físico esportivo, era um privilégio e, portanto, uma distinção reservada às classes superiores.

Entretanto, como Thompson também atestara, tais ofensivas sobre o tempo dos trabalhadores não ficara sem contestações. Numa primeira etapa, encontramos a simples resistência. Mas, na etapa seguinte, quando é imposta a nova disciplina do trabalho, os trabalhadores começam a lutar, não contra o tempo, mas sobre ele (THOMPSON,1998,p.293).

A busca pela redução permanente da jornada de trabalho pode ser direcionada tanto para a própria preservação da força de trabalho, fugindo dos limites de seu esgotamento, quanto para a preparação para a luta, como afirma Aravanis (2005). Trata-se não apenas do direito ao tempo livre, mas do que fazer com ele. E, nesse processo, os trabalhadores buscarão inclusive apropriar-se daquelas práticas que então estavam destinadas apenas às elites. “Sem pedir licença”, organizam seus próprios times ou agremiações com colegas de trabalho ou vizinhos e ocupam os novos campos que se formam ao lado das fábricas.

Se, inicialmente, Estado, sindicatos, partidos e Igreja pregam o uso do tempo livre para o exercício da retidão moral, num momento seguinte, são obrigados eles também a reconhecerem estes clubes e práticas e construírem outras ofensivas de controle social sobre eles. Como esse embate se manifesta especificamente nas fábricas e nos clubes vinculados a elas é o foco do próximo capítulo.

Capítulo 4 - Sob a sombra das chaminés

Canção do Esporte

Vindo de habitações cheias
 Das ruas escuras de cidades em conflito
 Vocês se encontram
 Para juntos lutar.
 E aprendem a vencer.
 Com os centavos da privação
 Compraram as canoas
 O dinheiro para o transporte
 Pouparam o alimento.
 Aprendam a vencer!
 Saindo da luta extenuante pelo necessário
 Por algumas horas
 Vocês se encontram
 Para juntos lutar.
 Aprendam a vencer!
 Bertold Brecht

O estádio chama-se Proletário. Na verdade, Estádio Proletário Guilherme da Silveira, em Bangu, Rio de Janeiro. Em campo, estão os jogadores do time anfitrião, o Bangu Athletic Club, surgido da Companhia Progresso, e os do Sport Club Renner, de Porto Alegre, nascido no pátio de outra fábrica de tecidos, a AJ Renner. Disputam um torneio quadrangular em homenagem aos aniversários do próprio Bangu e da Companhia Siderúrgica Nacional.

A partida daquela tarde chuvosa de abril de 1957 poderia ser uma festa operária. Em campo, estavam os dois times que se tornaram símbolos do futebol fabril. O Bangu era praticamente o pioneiro entre os clubes de fábrica do país e o Renner havia sido campeão estadual há pouco menos de três anos. Entretanto, se havia espaço para os operários nessa comemoração, seria apenas nas arquibancadas. Os dois times há muito já haviam se profissionalizado e suas fileiras não eram mais ocupadas por trabalhadores fabris.

A taça comemorativa do quadrangular chamava-se “A.J. Renner”, empresário proprietário da tecelagem portoalegrense. Na verdade, uma gentileza do Bangu, que retribuía o gesto do SC Renner em batizar a taça de um torneio quadrangular anterior, em Porto Alegre, como “Guilherme Silveira Filho”, o Dr. Silveirinha, patrono e presidente do clube por doze anos consecutivos. Filho do ex-ministro da Fazenda e ex-diretor da Companhia Progresso é quem dá nome ao estádio proletário. No ano seguinte, último clube operário das ligas principais do Rio Grande do Sul, o Renner encerraria suas atividades.

Neste capítulo, procuro reconstruir a trajetória dos clubes de fábrica de Porto Alegre. Do surgimento dessas equipes, no contexto de popularização do futebol, à seu alojamento gradual das ligas e campeonatos “oficiais”, mas principalmente do afastamento dos próprios

operários de seus clubes, na condição de jogadores ou diretores, apropriados pelas empresas como mecanismo de subordinação ou propaganda.

Durante a pesquisa, identifiquei 13 clubes criados por trabalhadores industriais que perduraram por pelo menos uma década: Grêmio Esportivo Força e Luz (Cia. Carris), Grêmio Esportivo Gerdau, Grêmio Esportivo Renner, Grêmio Esportivo Fiaterci (Cia. Fiação e Tecidos), Garrat Futebol Clube (viação férrea), Grêmio Esportivo Zivi, Müller, Hercules, Departamento Desportivo da Viação Férrea (mais tarde, Nacional Atlético Clube), Arrozeirinha Foot-ball Clube, Siderúrgica Foot-ball Clube (Siderúrgica Rio-grandense), União Via Permanente Foot-ball Clube (viação férrea), Geral Foot-ball Club e o Grêmio Esportivo Circulista. Destes, apenas o último, como visto, ligado aos Círculos Operários, não estava vinculado a uma empresa específica. Além disso, com exceção do Força e Luz e do Gerdau, todos os demais foram fundados entre 1931 e 1939.

Outros cinco clubes também foram identificados, porém as informações insuficientes não permitiram aferir se todos tiveram vida efêmera ou se permaneceram em atividade à margem de torneios intra-indústrias ou oficiais. São eles: Bloco Ferroviário, Operário Foot-ball Club, Via Permanente, Fábrica Berta, Casa Crupp e SCC Trein. Entre estes, novamente apenas um clube – o também já citado Operário Foot-ball Club – não se encontra relacionado a nenhuma empresa.

De modo geral, apenas os clubes que pertenceram às ligas e federações mais organizadas e elitistas deixaram registros acessíveis ao pesquisador. Tendo conhecimento que as ligas estabeleciam critérios rigorosos, inclusive como forma de segregação social, esta característica exclui clubes efêmeros, de piores condições financeiras ou menos profissionalizados, não apenas no sentido de remuneração dos jogadores. No caso específico dos clubes operários, aqueles que disputaram as primeiras divisões dos campeonatos municipal ou estadual no período encontram-se, digamos, na superfície, enquanto a memória de tantos outros clubes provavelmente jamais possam emergir. Além das ligas oficiais, as pequenas notas esportivas do período contribuíram para identificar clubes com menor regularidade.

A fundação de pelo menos 18 times de futebol formados por operários, em menos de duas décadas, é compreensível pela própria expansão do esporte no período. Enquanto, na década 1920 são criadas 15 agremiações na capital, na década seguinte são fundados mais de 70 clubes de futebol (MAZO,2005). A disseminação do esporte nas praças da capital, ainda que inicialmente como um evento elitista; a cobertura crescente pela indústria cultural porto-alegrense em consolidação, em especial o rádio; a atenção dos governantes federais e

estaduais ao esporte e mesmo o desempenho – e o uso político deste – da seleção nacional nas disputas internacionais contribuem para a popularização do futebol.

O período também corresponde à consolidação de um sistema regular de disputa. Se nos primórdios do futebol em Porto Alegre, de forma monopolista, apenas Grêmio e Fuss Ball reuniam-se para disputar uma única taça, no decorrer das décadas de 1920 e 1930, como descrito no capítulo anterior, havia pelos menos três ligas em atividade na capital e um campeonato estadual.

Os torneios atraíam as atenções e movimentavam a cidade, mesmo porque seus clubes estavam – ainda – enraizados em bases sociais, territoriais ou étnicas bem definidas. Mascarenhas (2002) já demonstrara como o confronto entre Grêmio e Internacional incorporava, desde o início, as disputas sociais da cidade – entre uma elite alemã e camadas mais baixas; e, posteriormente, em âmbito do próprio estado – entre a zona colonial de pequenas propriedades e a metade sul, de grandes latifúndios.

O espaço fabril em si é próprio para fomentar as relações de sociabilidade que estão nas bases de organização de um time ou de uma simples partida. Se por um lado, o sistema de fábricas, ao reunir todos os trabalhadores em um único espaço, resolve os problemas de disciplina e hierarquia da produção – tais como o desvio da produção ou utilização de matéria-prima inferior, entre outras possibilidades do sistema anterior, de transição do sistema artesanal para a manufatura; por outro, coloca em cooperação para a produção de uma mesma mercadoria, um conjunto de trabalhadores outrora isolados e, ainda, como percebeu Thompson, “contribuiu para a transparência do processo de exploração e para a coesão social e cultural do explorado” (1987,vol.II,p.23), na medida em que permite desvelar a opressão política e econômica.

Soma-se a isso, as relações de vizinhança que se estabelecem e entrelaçam num bairro operário, onde esses trabalhadores, de uma mesma empresa ou não, estão concentrados num perímetro bem delimitado. A Fiação e Tecidos Porto Alegre (Fiateci), por exemplo, construiu uma série de pequenas casas para seus operários, na área limítrofe da chácara de um de seus diretores (PESAVENTO, 1988,p.83). Novamente, o “preço do controle” para o industrial é promover a concentração num mesmo espaço e, naturalmente, isso permite maior sociabilidade, pela formação de vínculos a partir do espaço e tempo de convivência cotidiana.

Finalmente, desterritorializados, desenraizados de suas comunidades de origem, seja da zona colonial ou de seus países de origem, os operários buscam suprir as lacunas do *sentido comunitário*. Sobre a transição da sociedade pré-industrial para o capitalismo, na Inglaterra dos séculos XVIII e XIX, Thompson (1987,vol.II, 296-297) percebeu que mesmo

toda a violência da Revolução Industrial, em retirar do campo algumas de suas atividades típicas, não foram suficientes para provocar rupturas nas tradições mais antigas. Ao contrário, a manutenção ou ressignificação destas tradições estava na base da resistência ao moralismo dos discursos metodistas e do disciplinamento do sistema fabril.

Tratava-se de uma resistência consciente ao desaparecimento de um antigo modo de vida, frequentemente associada ao radicalismo político. Nesta mudança, a perda do tempo livre e repressão ao desejo de se divertir tiveram tanta importância quanto a simples perda física dos direitos comunais e dos locais para recreio (THOMPSON, 1987, vol.II, p.300)

De forma que a cultura urbana inglesa desse período seria mais “rural” e esta cultura rural mais rica do que se supõe. Assim como Thompson, para Hobsbawm (2000, p.262), os centros industriais britânicos permaneceram por muito tempo como comunidades, fosse porque nunca deixaram de ser aldeias ou porque mantiveram as características de “vizinhanças” mesmo quando se integraram à cidade industrial.

No caso de Porto Alegre e do Quarto Distrito, é compreensível a busca por um sentido de *comunidade* e de afirmação de laços de solidariedade e identidade diante de uma composição étnica heterogênea e da vigência de valores “rurais” ou ancestrais⁶⁰. De maneira que

À medida que o mundo se vai tornando cada vez mais fluido, a família e o bairro passam a constituir, ainda mais do que antigamente, o mundo real e cognoscível. Neste aspecto, a centralização da vida moderna tem contribuído para valorizar a família e o bairro, menos porém do que a sensação de anonimato, que atinge hoje em dia a maioria dos indivíduos. A casa existe, não pertence à esfera das abstrações; dentro da sua casa, o indivíduo pode ignorar essas forças exteriores. Os indivíduos sentem cada vez mais a necessidade de se integrarem num grupo local, constituído por pessoas conhecidas, de se sentirem «no meio dos da sua igualha» (HOGGART, 1973, p.126).

O trabalho na fábrica e a vida em um bairro quase exclusivamente operário permitem este encontro entre “iguais” e a materialização destas identidades em associações que supram tanto a carência identitária quanto recreativa da comunidade de origem. Desse modo, é inteligível a expansão de agremiações e de esportes coletivos, especialmente o futebol, neste meio, ao invés de práticas desportivas individualizadas, como a ginástica. Assim como

⁶⁰ Mesmo a conotação acerca do “trabalho”, definido pelo uso da força física e pelo enfrentamento das adversidades incontroláveis, como aferiu Fortes (2001, p.45), era determinada por esta *herança* rural e pela coexistência, até a urbanização completa do bairro, entre atividades extrativistas e agrícolas com a formação daquele parque industrial.

Giulianotti (2002) percebera na Inglaterra, o futebol vem suprir o vácuo deixado pela impossibilidade de manutenção das antigas práticas populares de lazer.

Pela soma destes argumentos, não à toa, Antunes (1992) definiu o futebol de fábrica como “a outra via para a democratização do esporte”, onde as próprias fábricas e seus clubes têm importante contribuição para a disseminação do jogo, ao mesmo tempo em que se torna uma “tradição operária”. Portanto, não é surpreendente que entre as dez maiores fábricas em número de operários, no Quarto Distrito, em 1953, quatro possuíam times de futebol: A.J. Renner (2500 operários), Gerdau S.A. (420), Fiateci (400) e Arrozeira Brasileira S. A (350)⁶¹.

É nesse contexto, com certa facilidade em improvisar o equipamento necessário – onde meias podem se transformar em bolas e sandálias em traves – e em incorporar e também flexibilizar seu regulamento, torna-se rápida a adesão ao futebol pelas massas. Como sintetizou Antunes,

É provável que inúmeros clubes de fábrica tenham surgido de simples “bate bolas”, ou seja, de partidas de futebol improvisadas, disputadas na rua ou no pátio da fábrica durante o intervalo para o almoço entre aqueles trabalhadores que quisessem jogar. Aos poucos a brincadeira ia ganhando maior organização. (...) Logo, só o intervalo para o almoço já não bastava. Estendeu-se então a atividades para os fins de semana. (ANTUNES,1992, pp.33-34)

Essa prática corresponde à matriz futebolística definida por Damo (2005) como *bricolada*. Onde se admitem variações da unidade futebolística (duas equipes perseguindo objetivos idênticos, mas assimétricos, em uma disputa mediada por um objeto e com um conjunto de regras circunscrevendo o espaço, o tempo e o ilícito). A bricolagem está a mercê dos agenciamentos, sem limites para a improvisação ou adaptação:

Um jogo bricolado não é incompleto porque só há, por exemplo, três jogadores para cada equipe ou porque jogam descalços. Pelo contrário, é essa bricolagem que caracteriza as peladas: joga-se com o que se dispõe, adequando-se as regras e os recursos materiais. De maneira geral, o tempo da bricolagem é o tempo social do não-trabalho - do lazer, da recreação, do ócio, etc -, ainda que seus praticantes se empenhem de modo laborioso, com intenso desperdício de energia física e psíquica. A duração do jogo varia de acordo com o ânimo dos praticantes, a disponibilidade de tempo, as condições climáticas, as limitações de horário impostas pela locação dos espaços, entre outros. A divisão das tarefas no âmbito das configurações de jogo propriamente ditas é praticamente inexistente nas peladas, quando muito a distinção entre atacantes e defensores, ou quando esta distinção é bem demarcada, trata-se de arranjos situacionais, ao contrário dos

⁶¹ Conforme *Levantamento Sócio-Econômico*. Porto Alegre:SESI, 1953. In: FORTES,2001, p.15.

profissionais, especializados na execução de tarefas tão particulares como a cobrança de um córner pelo lado direito (DAMO,2005,p.37)

Uma vez que não reproduza a divisão social do trabalho, nem nas especializações das funções em campo ou extra-campo; nem busca o rigor disciplinar, nem do tempo, nem das regras; e ainda ocorra em espaços à margem das instituições formais, como a rua, o terreno baldio, o pátio; este futebol bricolado é o oposto da definição do esporte como prolongação da não-liberdade (e, portanto, da fábrica).

Mais além, aproxima-se da dimensão humanizadora do esporte proposta por Heller (1977, p.372), como espaço de desenvolvimento das capacidades e da plenitude humana. Além disso, seu papel como formador de vínculos identitários deve ser também considerado, pois, nessa matriz, quando os encontros ganham regularidade, a sociabilidade excede a temporalidade do jogo propriamente dito (DAMO,2005,p.38).

Porém, a bricolagem forma times, em seu sentido provisório, às vezes com a duração de uma partida. Mas, não forma clubes. É lógico supor, portanto, que a quantidade de operários-jogadores ultrapasse, em muito, os 18 clubes identificados pela pesquisa.

Ainda, em determinado momento, o número de interessados pode se tornar maior do que comporte o tempo de intervalo ou o espaço das partidas. A prática pode se estender para os finais de semana e ganhar novos contornos organizativos. Nesse caso, corresponderia à matriz *comunitária* do futebol. Ancorada no tempo de lazer dos participantes, o futebol comunitário utiliza espaços mais padronizados que na bricolagem, mas sem a ortodoxia dos campos oficiais.

Essa matriz, que caracteriza o futebol de várzea, reproduz em menor escala as características da matriz *espetacular* – aquela regulada política e economicamente por agências, com constituição de um público, de dispositivos de preparação dos profissionais e com mediação especializada. Há frequentemente um técnico, um dirigente e talvez um massagista. Em campo, as funções são bem definidas, mas com margens ainda para o improviso. Assim como não há remuneração, nem treinos regulares durante a semana (o tempo do trabalho), e o circuito de disputa é local, no bairro e no município (DAMO,2005,pp.41-42).

Mesmo que mais organizada que a bricolagem, ainda esta mais próxima do caráter humanizador do futebol do que sua versão espetacular e mercantilizada, pois se sua divisão de trabalho não é nula, como na bricolagem, mas ela ainda é precária. E seu caráter eminentemente local (o time da rua, do bairro, da seção ou da fábrica) também explicita os laços identitários de jogadores e da torcida.

Mas, essa matriz vai demandar mais recursos: uniformes diferenciados, uma bola de couro, um lugar para guardar os equipamentos. Mesmo com a cotização, os valores podem ser insuficientes e a busca pelo apoio da Diretoria da fábrica torna-se uma saída viável.

Subsidiar a equipe de futebol dos operários é também uma oportunidade para os interesses dos industriais. Primeiro, a prática esportiva está de acordo com o ideário de disciplina e treinamento do corpo para o trabalho. A regulação do tempo, a cooperação para o alcance de uma meta produtiva (o gol), a regulamentação contribuem para habituar o corpo e a mentalidade à disciplina fabril. Segundo, propicia que a influência da fábrica – ou sua presença na vida cotidiana como referência – se dê para além dos muros e apitos da fábrica, ingressando no espaço do tempo livre. Por fim, além de formar uma imagem da empresa, internamente, como provedora das demandas dos seus operários, a equipe de futebol pode se tornar ainda, externamente, um instrumento de propaganda daquela empresa e de seus produtos.

A fábrica subsidiava as atividades do clube, que poderiam incluir desde a cedência de um terreno e equipamentos ao pagamento de impostos e despesas como energia elétrica, mas exigia um retorno destes investimentos. Isto exigia, por sua vez, um aprimoramento das atividades organizacionais da agremiação. Consolidava-se uma diretoria, com elementos muitas vezes recrutados entre a gerência e por influência da fábrica (ANTUNES, 1992, pp.35-36). Acentua-se a divisão do trabalho dentro do time, com formação de uma equipe técnica, por exemplo. E em alguns casos, caminha-se em direção à profissionalização e a disputa em um sistema de maior visibilidade, como forma de ampliar a divulgação da fábrica

Em Porto Alegre, esta política de subsídio esportivo será incorporada a prática de assistência patronal em implementação, tanto na capital, quanto em outras áreas industriais. Serviços sociais como caixas de assistência, habitação, creches ou escolas, entre outros, já eram oferecidos pelas empresas como a tecelagem Rheingantz (posteriormente chamada de Companhia União Fabril), de Rio Grande, desde a década de 1890, enquanto as organizações Renner, situadas no Quarto Distrito, se tornariam referência internacional neste tipo de prática, como demonstrou Fortes (2001).

Assim, o futebol fora incluído entre os serviços que Pesavento (1988) definira como “disfarces de dominação”. Não se trata também de uma exclusividade local. Ao contrário, Leite Lopes (1988) definira como *Sistema Paulista*, em referência à cidade homônima de Pernambuco, essas relações que extrapolam a esfera da produção em direção ao controle material da própria esfera da reprodução da força de trabalho e onde a fábrica é promotora da vida social extra-fabril. Esse sistema

aponta para uma estrutura de relações que se estabelece, no caso da fábrica e da vila operária de Paulista, envolvendo sob um mesmo controle centralizado a produção fabril, o domínio da moradia e da cidade, a produção agrícola da retaguarda territorial da fábrica e a circulação mercantil dos bens de consumo dos operários sob a forma de uma feira administrada. Além disso, esta estrutura de relações sociais contém a promoção e administração de atividades médicas, religiosas e recreativas, e também uma numerosa milícia particular garantindo o “governo local de fato” da *companhia* sobre estas múltiplas atividades (LEITE LOPES, 1998, p.21)⁶²

Entretanto, tal análise requer cautela para não resultar em uma conclusão mecânica e maniqueísta, onde o “pobre operariado” se vê “manipulado” pelos industriais, que transformam suas demandas em mecanismos de dominação. Os clubes, sim, foram utilizados como instrumentos de propaganda, fidelidade e disciplinamento pelas empresas. Mas, o subsídio da empresa é demandado pelos operários e, compreendo, como estratégia para acessar seus próprios interesses. No caso, a qualificação do uso de seu tempo livre.

A nomeação dos diretores ou proprietários para funções honorárias, como a presidência de honra, por exemplo, era uma tática recorrente para viabilizarem essas ações de subsídio⁶³. O próprio A.J. Renner fora patrono do time que levava o nome de sua empresa. No anúncio de fundação do Fábrica Berta F.B.C., formado por operários da empresa de Alberto Bins, consta a nomeação como presidente, de um Sr. Carlos Noronha, um diretor da empresa (CORREIO DO POVO, 7/08/1931).

O próprio Alberto Bins, como intendente municipal, fora homenageado como presidente de um torneio, assim como o interventor estadual, Flores da Cunha, demonstrando que essas demandas poderiam ser também direcionadas ao Estado. O Grêmio Esportivo Fiateci, criado em 1931, nomeara como presidentes de honra os irmãos Aníbal e Ernesto Di Primo Beck. Curiosamente, ambos eram os principais financiadores do Esporte Cruzeiro e se tornariam, mais tarde, presidentes daquela agremiação. Mas, mais importante é que Aníbal de Beck era presidente da FARSUL – Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul e

⁶² O conceito construído por Leite Lopes (1998) é mais abrangente do que as políticas assistenciais. O padrão de dominação estabelecido por esse autor, também nomeado por “servidão burguesa”, inclui a formação de um operariado de origem rural a partir da proletarização do campesinato; a concentração de poderes inerentes à situação fábrica - vila operária, reunindo nas mesmas mãos o poder do capitalista industrial e do proprietário territorial em oposição aos operários; a constituição de um “governo local de fato” da fábrica operária sobrepondo-se à autoridade pública da unidade administrativa da localidade; e o “transbordamento” da vila operária em um bairro ou cidade industrial maior, ou inversamente na sua “desindustrialização”. Entretanto, ainda que as fábricas porto-alegrenses não reunissem todas estas características, a essência desse padrão de dominação – a hegemonia fabril sobre a vida cotidiana, incluindo o tempo livre – é útil para análise proposta por esta pesquisa.

⁶³ O estatuto do Bangu, por exemplo, incluía uma cláusula em que o presidente de honra do time será sempre o diretor da Companhia Progresso. O mesmo ocorria com outro clube operário, o Carioca F.C., da Companhia de Fiação e Tecelagem Carioca (PEREIRA, 2000, p.261).

assumira, nos anos 1936-1937, a Secretária da Agricultura, Indústria e Comércio no Governo estadual. Mais tarde, no Partido Trabalhista Brasileiro, seria suplente e depois Senador, assumindo na vaga do titular Alberto Pasqualini.⁶⁴

Da mesma maneira, utilizar o nome da empresa como nome do clube pode ser, como criticavam os comunistas, uma forma de se estabelecer identidade entre os patrões e seus empregados, dissolvendo ou ocultando as contradições que se manifestam na linha de montagem. Por outro, também soma-se como provável instrumento dos operários para acessarem, pela via mais fácil, os recursos que necessitavam.

Esse mecanismo de associação entre times populares com representantes de outros interesses para alcançarem os próprios objetivos já fora ilustrado por Pereira (2000,p.249), tratando dos clubes de bairros do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX. A busca por comerciantes, capitalistas ou homens de renome em seus bairros era um padrão desses clubes para superarem as dificuldades financeiras, na efetivação de uma arraigada prática de patronagem.

Além disso, Pereira (2000) e Antunes (1992) também demonstraram que essa opção cumpria uma função simbólica: ao relacionar o time a uma determinada autoridade, vinculava-o também a uma imagem de disciplina e ordem, em oposição à desordem e a vadiagem, resultando, logo, em maior credibilidade e respeitabilidade. Nesse aspecto, os clubes de futebol adotavam a mesma estratégia dos sindicatos, como visto na diferenciação que procuravam fazer entre os trabalhadores e as classes perigosas, a partir da valorização do trabalho.

Se considerarmos que os clubes que obtiveram maior regularidade, assim como aqueles sobre os quais permaneceram o maior número de registros, são em sua maioria times que utilizaram os nomes de suas empresas, esta estratégia parece ter sido bem sucedida.

A participação nos clubes de fábrica torna-se também uma estratégia de mobilidade ou manutenção social, na medida em que o emprego passa a ser vinculado ao desempenho não como operário, mas como jogador. A figura do operário-jogador, que passa a dar lugar gradativamente ao jogador-operário, como descreve o “*paradigma Bangu*”, esteve presente na consolidação do futebol da zona sul do estado, como ressalta Rigo (2001). Para esse autor, a tríade fábrica-operário/jogador-time era uma das principais características do futebol na

⁶⁴ Ainda mais curioso é que os irmãos Beck constassem em um relatório do DOPS como colaboradores financeiros do Partido Comunista, de acordo com o depoimento à polícia de um ex-integrante do partido. Além deles e de outros líderes trabalhistas e udenistas, o futuro presidente da República João Goulart também constava na relação dos financiadores. Aperi, Fundo DOPS, Seção DPS. Cx. 469. Fls 197-201 *apud* FORTES, 2001, P.515.

região. Mais uma vez a oferta do emprego estável em uma fábrica era o mecanismo para formar equipes competitivas, como revela um dos depoimentos colhidos:

“ Lá no [frigorífico] Anglo eu peguei porque eu jogava futebol (...)
Então, tinha um time na Várzea [uma zona da cidade de Pelotas], no Areal, nas Três Vendas, no Fragata, qualquer setor da cidade. Eles [representantes das fábricas] cuidavam os melhores jogadores e chegavam: não quer trabalhar numa firma?”(RIGO,2001,p.139).

Segundo Rigo (2001), clubes que pertencessem à própria fábrica possuíam um horário de treino comum para seus jogadores-operários. Mas eram também comuns parcerias de clubes com fábricas. Como o G.S. Brasil, que utilizava a relação com empresas - como o citado frigorífico Anglo e com a Fiategi - para alocar seus jogadores como operários. Nesses casos, usava-se de artimanhas discretas para liberar o jogador, sem causar alarde entre os colegas:

“Eu trabalhava até as duas e meia. Aí a secretária dizia assim: ‘olha, tu vais no banco, entendeste? Então de lá, se der, tu vens!’ Já era tudo combinado. ‘Se não der, tu vais para casa e vem no outro dia’. Então eu ia treinar. Meu chefe, o senhor Vilson, era [G.S.] Brasil doente. Então às 4 horas ele deixava sair. A gente desmarcava o cartão e já tinha um carro me esperando ali e levava pro treino” (RIGO,2001,p.140)

Em Porto Alegre é possível aferir esta prática no Renner, como será tratado na próxima seção. Porém, além das fábricas, outras instituições recorriam a esse mecanismo, como a Polícia Civil e a Brigada Militar, que empregavam vários jogadores, durante a década de 1930, como Tesourinha, Rui, Mesquita, Motorzinho, Laxixa, Munheco, Gaio, Romeu Rodrigues da Cruz são exemplos disso (ENDLER,1984,p.21). Evidentemente, nesse contexto das relações de clientelagem, o jogador que deve seu emprego a essa forma de recrutamento, além de gozar de determinados privilégios como os horários flexíveis, demonstrará maior fidelidade e lealdade aos empregadores.

Para Leite Lopes (1998, p.32), o vigor de uma forma de dominação pode ser avaliado por sua interiorização pelo próprio grupo dominado⁶⁵. Dessa forma, pode-se elencar uma série

⁶⁵ Esse autor ressalta que, no caso estudado de Paulista, para além dos símbolos objetivados que o patronato local imprimiu às fábricas e à cidade — como por exemplo a Fábrica Arthur, nome de um dos patrões; a Igreja Santa Elizabeth, toda construída pela companhia em homenagem à matriarca da família patronal; o busto ao coronel Frederico (irmão de Arthur e filho de Elizabeth) no pátio da monumental Casa Grande — estão os símbolos escolhidos pelos trabalhadores locais quando compõem uma história incorporada ao seu grupo social, e que dão sentido e vida à forma específica de dominação a que estiveram submetidos a maior parte de suas vidas. Para Leite Lopes (1998,p.32), mais importante do que as estratégias do patronato são as formas como os trabalhadores interiorizaram e incorporaram essa dominação.

de parâmetros pelos quais se poderia aferir se estes times estariam mais próximos de constituírem-se como espaço de autonomia dos operários ou, ao contrário, como espaço de subordinação: o nome do clube, a forma de aquisição dos equipamentos e do local das partidas, a participação efetiva dos sócios, a presença de diretores da empresa em funções diretivas do clube, os tipos de campeonatos disputados e as ligas a que pertenciam, a oferta de outros esportes, as formas de sociabilidade extra-campo, os motivos que levaram à extinção e a participação dos operários (jogadores) nas greves e mobilizações da categoria no período.

Assim, clubes mais próximos da *bricolagem* ou inseridos na matriz *comunitária* estariam sob maior controle dos operários, enquanto as agremiações que se profissionalizaram estariam mais próximas da influência patronal.

Não se trata de um modelo hermético, mas de parâmetros referenciais. Dentro desse critério, times formados por operários de mais de uma fábrica estariam menos sujeitos à dominação, tal como o *Esperança*, estudado por Emrich (2007). Porém, em Porto Alegre, supostamente, apenas o *Operário Foot-ball Club*, do qual não foi possível apurar maiores informações, e o *Grêmio Esportivo Circulista* poderiam ser classificados neste critério. E este último, como visto anteriormente, também pertencia a um projeto específico não-autônomo, subordinado à Igreja Católica.

O primeiro clube operário a constar nos registros, por data de fundação, é o Força e Luz, fundado por motorneiros, cobradores e funcionários da empresa homônima, em 1921. A Companhia Força e Luz fora formada pela união dos capitais da Carris de Ferro Porto-Alegrense e Carris Urbanos, e abrangia não apenas o transportes por bondes, como a geração de energia elétrica para a capital. Em 1925, a empresa passa a integrar a Companhia de Energia Elétrica Rio-grandense, de propriedade da norte-americana Electric Bond & Share, e altera seu nome para Companhia Carris Porto Alegre, mas o time manteria, naquele momento, sua denominação original.

Não há menções à fundação do Força e Luz no *Correio do Povo*, mas na semana seguinte, em 14 de setembro de 1921, o jornal já anuncia a realização de um embate entre essa equipe e o “Bloco dos Sargentos”, formado por integrantes de outro time, o Endymon Foot-ball Club, no campo do Ypiranga. Os pequenos anúncios de convocação para treinos ou partidas, comuns na cobertura esportiva da época, sucedem-se neste período.

No ano seguinte, a equipe já disputa a terceira divisão da Associação Porto Alegre de Foot Ball, a liga à qual pertenciam os grandes times da capital. Uma nota anunciando a

partida contra o Gremio Sportivo Cruzeiro do Sul ressalta que “já é conhecido o valor esportivo do Força e Luz visto achar-se collocado na vanguarda da 3ª divisão” (CORREIO DO POVO,14/09/1922). Nessa ocasião, seriam disputados jogos entre os primeiros, segundos e terceiros quadros desses times. Além disso, o Força e Luz levaria ainda sete reservas. O encontro seria no ground do time da Carris, na Avenida Terezópolis.

Ainda que sucinta, a pequena notícia nos permite aferir que o Força e Luz crescera rapidamente em um ano: já possuía três quadros, ou seja, ao menos 40 jogadores; fora aceito pela liga elitista e possuía um campo próprio⁶⁶. Em 1929, o clube arrenda a Chácara das Camélias, campo do Fuss Ball, e dois anos depois, muda-se para o antigo campo do Internacional, na Rua Arlindo. Finalmente, em 1935, inaugura seu próprio estádio, o Timbaúva, no bairro Santa Cecília.

A busca por melhores condições de jogos e de acomodação da torcida acompanha a própria trajetória do time: entre 1923 e 1925, disputa a segunda divisão da liga dos clubes de elite do futebol, a Associação Porto-Alegrense de Desportos (APAD). Em 1929, os principais clubes da capital, liderados por Grêmio e Internacional, rompem com a APAD e fundam a Associação Metropolitana Gaúcha de Esportes Athleticos – AMGEA, da qual o Força e Luz não faz parte inicialmente, mas tampouco permanece na liga original.

Entretanto, em 1932, passa a integrar a segunda divisão da AMGEA, ascendendo para a divisão principal dois anos depois. Até a entrada do Renner, em 1937, na AMGEA, o Força e Luz seria o único time de origem operária a integrar a liga principal. Uma nota de agosto de 1931 demonstra o grau de especialização das atividades no clube: para uma partida contra o Concórdia, o Força e Luz organiza comissões responsáveis por “direção geral, portões, bilheteria, policiamento e técnica” (CORREIO DO POVO,9/08/1931).

Assim, pode-se perceber que o Força e Luz rapidamente abandonou sua configuração *bricolada*, dos primeiros anos de atividade. Sua aceitação pela liga principal pode levar a duas conclusões. Primeiro, o Força e Luz cumprira um papel de legitimação das ligas elitistas. A Força e Luz era uma companhia de capital estrangeiro, atuante em uma área estratégica para a economia (energia e transporte). Além disso, o motivo da cisão da AMGEA, em 1937, é a distinção entre a associação “especializada”, defensora do futebol profissional, e a “cebedense”, vinculada à Confederação Brasileira de Desportos (CBD), defensora do amadorismo. Como o Força e Luz acompanha o Grêmio e o Internacional na primeira

⁶⁶ O primeiro campo do Força e Luz localizava-se na Glória. A mudança para outro campo na Avenida Terezópolis também é indicativa do crescimento do clube, provavelmente em melhores condições, tanto por ser aceito pela Liga – afinal, as condições dos estádios eram um dos critérios seletivos – como por terem permanecidos neste *ground* por sete anos.

associação, é provável que seu time já estivesse suficientemente profissionalizado e com menor presença, ou nenhuma, dos próprios operários da empresa entre os jogadores.

Segundo, o arrendamento dos estádios existentes e, posteriormente, a construção de seu próprio campo, assim como o pagamento de taxas exigidas pelas ligas, dificilmente seriam alcançados apenas com os recursos dos próprios operários, provavelmente o clube recebera subsídios de sua empresa⁶⁷. Porém, na análise das atas da diretoria, dos fluxos de caixa e da correspondência da Cia. Carris durante o período, não consta qualquer pedido ou destinação de subsídios ou outro tipo de recurso ao time dos empregados⁶⁸.



Figura 4-Equipe do Força e Luz no Campeonato citadino de 1934. Revista do Globo, n.º133, março/1934.

A trajetória do clube ganhara vida própria, principalmente com a adesão ao profissionalismo no final da década, afastando-se dos operários e mesmo da empresa, encampada pelo município na década de 1950. O que pode explicar sua carreira oscilante nos anos seguintes: na década de 1940, alteraria o seu nome por duas vezes, primeiro para Rio Branco e depois para Esporte Clube Corinthians PortoAlegrense, o que simbolicamente

⁶⁷ Um episódio envolvendo um dos fundadores do clube elucida o tipo de relação que este, e provavelmente o time, possuía com a empresa. Cinco anos antes de tomar parte na fundação do Força e Luz, José Macedo Jardim fora agredido com um facão por Juvenal César, seu colega de trabalho. Os depoimentos dos demais funcionários descrevem Juvenal como “trabalhador e ordeiro”, mas que teria sido injustiçado por José Macedo, que riscara do quadro de controle dos funcionários as horas de trabalho do agressor, por este ter se recusado a trabalhar depois do horário de serviço. Segundo depoimento do motoneiro Almiro Amaral, “Jardim tem-no também [bom comportamento], mas é muito bajulador e seguidamente dá queixas injustas ao chefe, contra o pessoal, o que é por todos sabido”. (PROCESSO CRIME, n. 730, m. 42, a. 1916, p. 19). Logo, com a presença de funcionários de sua confiança no time, é possível supor que a empresa tenha encontrado outras maneiras, discretas ou informais, de contribuição com o clube, sem necessariamente registrar formalmente.

⁶⁸ Conforme *Fundos da administração descentralizada/Companhia Carris Porto Alegre*: Atas da Companhia Força e Luz Porto-alegrense; Atas 1921/ 1931-1939 e Relatórios e correspondência; consultados no Arquivo Moisés Velinho.

demonstra o rompimento de vínculos com sua origem. Apesar de retomar adiante a denominação original, em 1959 fecharia o Departamento de Futebol, voltando a disputar partidas oficiais apenas em 1972. Nas décadas seguintes, disputaria apenas campeonatos amadores e de veteranos. Nos anos 2000, após uma última tentativa de retornar ao futebol profissional em parceria com empresários, o clube vendeu o terreno do campo da Timbaúva para uma rede de supermercados e protocolou oficialmente sua extinção na Federação Gaúcha de Futebol⁶⁹.

Tal como na Argentina, onde os ferroviários fundaram o Rosário Central (originalmente Central Argentine Railway Club) e Atlético Talleres Central Córdoba (dos trabalhadores da Córdoba Central Railway), e no Uruguai, onde fora criado o Central Uruguay Railways Cricket Club (embrião do atual Peñarol), também em Porto Alegre, formaram-se times nos pátios das locomotivas da empresa da Rede Ferroviária: Bloco Ferroviário, Via Permanente, Garratt, Nacional e União Via Permanente.

O primeiro dos clubes surgidos dentro das oficinas da Via Férrea é o *Bloco Ferroviário*, cujas partidas são anunciadas em 1922, incluindo amistosos contra times da primeira divisão da liga elitista. Os registros de partidas de outro clube, o *Via Permanente*, podem ser encontrados em 1931, ainda que sua data de fundação seja desconhecida. No dia 29 de agosto, por exemplo, o Via Permanente enfrenta o Farroupilha, time formado membros da Guarda Civil.

O desaparecimento de referências sobre o Bloco Ferroviário e o Via Permanente podem levar a suposição de que estes times organizaram-se apenas no nível *bricolado* ou comunitário, realizando partidas contra outras categorias profissionais. Ou ainda, que o Via Permanente tenha sido incorporado pela fundação, no ano seguinte, do *Garratt Futebol Clube*, cujo nome era uma referência à marca das locomotivas utilizadas na via férrea. A sede do clube funcionava na Estação Ferroviária Augusto Pestana, o que demonstra, senão apoio, ao menos tolerância na organização do time pelo Estado, que encampara a via férrea ainda nos anos 1920.

Contemporâneos existência do Garratt, foram o *Departamento Desportivo da Viação Férrea* (criado em 1937)– cujo nome já demonstra um vínculo institucional com a empresa – e o *União Via Permanente Foot-ball Clube* (1939). Tanto acerca do Garratt, quanto do União

⁶⁹ Em 2007, a União Social dos Empregados da Carris (Usecarris) batizou seu time, formado pelos funcionários da empresa municipal de ônibus, como **Carris Força e Luz**, recuperando também as cores do clube original (azul, vermelho e branco), como homenagem e mística. O clube disputa campeonatos amadores em Porto Alegre. Segundo o site da Prefeitura Municipal: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cs/default.php?reg=88002&p_secao=3&di=2008-03-29 acessado em 02/09/2009.

Via Permanente, há registros de suas atividades para além de 1940, ano da unificação das empresas ferroviárias estaduais pelo governo federal, porém sempre em disputas amadoras. Naquele mesmo ano, o Departamento Desportivo altera seu nome para Nacional Atlético Clube.

Segundo Michielin (2009), o Nacional, apelidado de “Ferrinho”, nascera apenas como uma forma de lazer e diversão para os finais de semana dos trabalhadores da Via Férrea. Porém, o clube crescera e vencendo a segunda divisão do campeonato citadino em 1941, ingressara no grupo principal do futebol porto-alegrense. Porém, era considerada uma “modesta agremiação de segunda linha”, disputando com o Força e Luz as últimas posições dos campeonatos⁷⁰.

No mesmo ano em que disputara a primeira divisão, o Nacional adquirira o Estádio da Chácara das Camélias, antigo campo do Fuss Ball e do Força e Luz. Até então, como também fizera o Força e Luz, o time ferroviário utilizara o campo da Rua Arlindo. Além do dispêndio com a compra de um estádio, o suporte da empresa estatal ao clube pode ser percebida também na folha de pagamento. O técnico do clube em 1954, Aparício Viana da Silva, possuía um emprego burocrático na rede ferroviária, comparecendo para assinar o ponto e, depois, ficando livre para treinar o clube (MICHIELIN,2009,p.54). O Nacional encerrara suas atividades em 1958, alguns meses antes do fechamento do Renner e do Força e Luz.

Entre os clubes operários, apenas estes três alçaram o profissionalismo e a disputa entre as equipes principais do futebol porto-alegrense. Outros clubes preferiam ou foram obrigados a restringir sua atuação ao futebol intra e inter-fábricas ou o chamado “futebol menor”, amador. Permaneceram em sua dimensão comunitária e, exigindo menos esforços financeiros dos operários e das empresas, mantiveram-se por mais tempo.

A maior parte desses clubes surgiu no início da década 1930. No segundo semestre de 1931, por exemplo, semanalmente o *Correio do Povo* anuncia a criação de novos clubes de fábrica e de suas partidas. Algumas delas ganham inclusive o mesmo espaço dedicado às partidas de Grêmio ou Internacional, como no embate entre os times da Gerdau e Wallig:

Sabbado, com inicio ás 2 horas da tarde, realizar-se-á um torneio de football, entre o Gremio Desportivo Gerdau eo Wallig Foot-Ball Club, associações estas constituídas por funcionários das firmas industriaes que lhe dão o nome.

Entre os rapazes que fazem parte dos clubes acima reina muito entusiasmo para a partida de sabbado, tendo os jogadores-amadores se dedicado a rigorosos trainings, o que promete uma partida ranhida e empolgante.

⁷⁰ Segundo MEMORIAL (2005), o Nacional e o Força e Luz também se distinguiam dos demais times da primeira divisão por terem aceito jogadores negros desde o início de suas atividades.

O encontro se dará no confortável campo do Concordia F.B. Club, á rua Benjamin Constant.
Será um encontro de rapazes que trabalham com ferro e com madeira, e dizem que por esta razão vae haver faíscas. (CORREIO DO POVO, 6 de agosto de 1931)

A iniciativa é saudada com entusiasmo pelo periódico e tomada como exemplo: “Seria também de desejar que outras firmas de industriaes daqui, fomentassem entre seus funcionarios a idéia da organização desportiva tal qual vêm fazendo as firmas Wallig e Cia., e Walter Gerdau”(CORREIO DO POVO, 25/08/1931).

Sem pertencerem a uma liga, ao contrário do Força e Luz, a maior parte dos jogos desses times ocorria contra outros times operários, como uma verdadeira liga informal. Repetem-se anúncios das disputas entre Gerdau, Wallig, Casa Crupp, SCC Trein, Fábrica Berta e mesmo o SC Renner ainda em sua configuração amadora.

Exemplo da sociabilidade que se estabeleciam entre estes clubes é a cerimônia de batismo da bandeira do SC Renner, que contou com o Wallig F.C. como paraninfo. Além do futebol, as comemorações incluíam provas de atletismo entre os operários das duas empresas (CORREIO DO POVO, 29/03/1932). Ocasionalmente, os clubes operários também enfrentavam times de outros ramos profissionais, como o jogo entre os dois quadros do Wallig contra o Grêmio Excursionista Globo.

O uso da denominação “Grêmio Esportivo” indica que esses clubes ofereciam aos seus sócios a prática de outros esportes. No Gerdau, assim como no Wallig, era possível praticar atletismo. No Fiateci, voleibol e um curioso “bola-soco”. Na agremiação da Companhia Siderúrgica, eram organizadas equipes de jogos de tabuleiro (damas e xadrez), mas também ping pong e voleibol. No Grêmio Esportivo Zivi, Müller, Hercules, além do atletismo, futebol, ping pong e pugilismo,

A sociabilidade entre os integrantes das agremiações não se limitava ao futebol. O time da Zivi, Müller, Hercules organizava também festas e bailes, contando inclusive com um departamento específico para essas atividades. E havia ainda, entre os jogadores, as atividades pós-jogos, nos bares junto aos campos, como nesse depoimento de Salvador Soares dos Santos:

“Joguei dez anos só no clube do Gerdau. [...] Indústrias e engenhos de arroz, tudo tinha time, e jogavam justamente naquele campo ali [na beira do rio], disputava campeonato... [...] Justamente eu agradeço ao futebol pelo movimento que tinha no campo [...] O meu barzinho, tinha sábado e domingo que não se podia entrar. [...]” (FORTES, 2001, p.66)



Figura 5 - Equipe do Zivi, Miller, Hercules vencedora da Olimpíada de Confraternização Operária. AMARO JUNIOR, 1952.

Outro indicador de sociabilidade é a composição étnica de suas diretorias e times. Ao contrário dos primeiros anos do futebol porto-alegrense, onde predominam sobrenomes de uma mesma etnia em cada time, nas convocações para os treinos dos times operários constam apenas os primeiros nomes ou apelidos.

Observando a relação de diretores destes clubes em 1942 é possível perceber o quanto refletem a composição heterogênea dos bairros operários. No Fiateci, sobrenomes italianos, como Dal Pazzolo, dividem a diretoria com Limas e Machados. Da mesma forma, na Zivi, Müller, Hercules encontramos Martins, Ribeiro, Zeising e Mazzuca. Nos times da Gerdau e da Geral, ainda há predominância germânica na diretoria, mas há também registros de italianos e poloneses. Na têxtil Arrozeirinha, ao contrário, os sobrenomes “nacionais” predominam, enquanto na Siderúrgica, os principais cargos da diretoria são ocupados por espanhóis. A presença dos imigrantes nas empresas e times é motivo de ironia do *Correio do Povo*:

No quadro do Renner aparecerão elementos que disputaram ultimamente o campeonato na terra de Hindenburg e o team Trein, De Carli, por sua vez, não ficará atrás, pois, segundo consta, são integrantes do mesmo elementos de valor incontestável nos domínios de Mussolini (CORREIO DO POVO, 30/08/1931).

A divisão social do trabalho nesses times é mais especializada do que na matriz bricolada. Mas ainda assim rudimentares. Na Fiategi, por exemplo, Bruno Dal Pozzolo, Mario Vinter e Otavio Lima ocupam funções na diretoria administrativa do time, mas também compõem a comissão técnica. Da mesma forma com o técnico João Luiz de Souza e Silva, do Siderúrgica, que também acumula funções na administração do clube.

Uma distinção evidente entre esses clubes e as agremiações que disputavam as ligas elitistas era não possuírem, inicialmente, campos próprios. O campo do Concórdia F.B.C., integrante da liga principal, será utilizado frequentemente para as partidas do Renner, Trein, De Carli e Gerdau, assim como o *ground* do Fuss Ball será utilizado pela Fábrica Berta e Wallig. Afastada do Quarto Distrito, o campo da Rua Arlindo servirá aos times da “*Canela Preta*” e aos clubes operários que não pertencem ao complexo São João-Navegantes, como Força e Luz e Nacional.

Neste contexto, é natural que a primeira demanda dos operários aos industriais seja justamente por um campo, habitualmente localizado ao lado da própria fábrica, como eram os casos do Renner, Gerdau e Fiategi.

Se não havia uma intencionalidade da maior parte desses clubes em disputarem os campeonatos oficiais em suas origens, a partir do Decreto-Lei 3.199 de 1941, essa alternativa fica praticamente bloqueada. Essa legislação não atinge os times do Renner, Força e Luz e Nacional que já haviam ingressado nas ligas profissionais em anos anteriores. No entanto, os demais times operários, a partir da vigência do Decreto-lei passam a ser classificados na categoria de “classista” ou ainda de “futebol menor”, também chamado de terceira divisão, com base nos estatutos da Federação Gaúcha de Futebol.

Entre as atividades classistas, destacam-se as olimpíadas do SESI, a partir de 1949. Com o aval e tutela do Estado, habitualmente encerram-se no Primeiro de Maio e reúnem um conjunto de modalidades esportivas, como atletismo, basquete e voleibol. Na sua primeira edição, o torneio de futebol das Olimpíadas reuniu 40 equipes de fábricas da capital. (AMARO JUNIOR, 1950, p.161-163). A vitória deste campeonato coube ao time de operários da Renner, enquanto o time profissional da empresa já disputava os campeonatos municipais e estaduais sem a presença daqueles que fundaram o clube.

Já os Estatutos da Federação Rio Grandense de Futebol (1945) reafirmavam os critérios elitistas que sempre caracterizaram as ligas de futebol “oficiais”. O artigo 64, por exemplo, exigia a propriedade de um campo em condições – bilheterias, portões, iluminação etc. - e ainda possuir um determinado número de sócios. Obviamente, a medida privilegiava os clubes mais tradicionais que agora, em sua versão profissionalizada, já haviam

ultrapassado em grande parte os guetos étnicos e sociais que os forjaram, ampliando o raio de abrangência de suas torcidas e de popularidade. Os estatutos ainda proibiam a prática do futebol para mulheres e analfabetos (artigos 68 e 73) e exigia dos atletas, amadores ou profissionais, a comprovação da quitação do serviço militar e o juramento à bandeira (art.73). A distinção entre amadores e profissionais referia-se exclusivamente ao recebimento ou não de remuneração de qualquer espécie (LARDIES, 1945).

A filiação à Federação pressupunha ainda o pagamento de inscrição e de mensalidades de acordo com a categoria. Considerando que o valor do salário mínimo no período era de Cr\$360,00, não eram especificamente os valores que tornavam a Federação excludente. A inscrição para um time menor era de Cr\$75,00, o dobro desse valor para a categoria chamada de Intermediária (Aspirantes) e Cr\$300,00 para os times da categoria principal. Entretanto, se um time desejasse tornar-se profissional, deveria pagar ainda uma taxa para constituição de quadro profissional no valor de Cr\$1.000,00. As mensalidades de profissionais eram de Cr\$80,00, enquanto para o futebol menor era de apenas Cr\$15,00.

Os campeonatos de “futebol menor” eram organizados a partir de dez *diretórios*, que correspondiam a bairros ou regiões da capital. Essa categoria tornou-se o reduto de clubes como o Fiateci e Arrozeira na década de 1950. Essa forma de organização também levou à formação de ligas e associações mais específicas por bairros. Assim, o Gerdau pertencia à Coligação de foot-ball dos Navegantes e o Zivi, Müller, Hercules da Coligação de foot-ball do bairro Floresta.

3.1. A fortaleza inexpugnável

Maior clube operário de Porto Alegre, em torcedores e títulos, o Grêmio Esportivo Renner tornou-se exemplar da própria idéia de time fabril, da mesma maneira como as Indústrias Renner eram, ao mesmo tempo, as maiores expoentes e síntese do processo de industrialização da capital rio-grandense.

Construída a partir da transferência do capital acumulado no comércio na zona colonial para o setor industrial, as organizações Renner foi ainda a maior empregadora do Quarto Distrito, com impacto direto na expansão do bairro; pioneira na adoção do sistema *taylorista* e referência nas políticas assistenciais patronais. Tal como o Estádio Tiradentes,

apelidado de *Waterloo*, parecia uma barreira intransponível para os times adversários no futebol, assim também as organizações Renner se pareciam para o movimento sindical. O próprio fechamento do clube em 1959, parecia anunciar os primeiros sintomas da decadência da empresa. De maneira que ambas as trajetórias – time e fábrica – estiveram profundamente entrelaçadas.

Além de ter sido o único time operário a sagrar-se campeão de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul⁷¹, no estudo do Grêmio Esportivo Renner tornam-se visíveis as influências extra-fabris da indústria na vida cotidiana do operário, ao mesmo tempo em que não apenas reproduziu como acentuou as características do que defini anteriormente como “*paradigma Bangu*”. Por fim, seu vínculo com o bairro operário da capital e com a maior indústria do estado, juntamente com a trajetória bem sucedida nos gramados, resguardaram ao historiador uma quantidade de fontes muito superiores aos demais clubes operários.

As publicações da empresa e os biógrafos de Anton Jacob Renner, como Pellanda(1944) e Axt(2000), apresentam-no como um *self made man*: o caixeiro viajante da região do Vale do Caí, que se torna sócio da firma do sogro *Christian Jacob Trein & Cia* e assume o empreendimento de tecelagem da empresa, batizando-a com seu nome. Mesmo sem conhecer os procedimentos técnicos do ramo, dedica-se pessoalmente a isso e de próprio punho, em 1914, cria as capas impermeáveis *Ideal*, carros-chefes da A.J. Renner.

Em 1917, a empresa que já possuía pavilhões em Porto Alegre, transfere-se definitivamente para a capital, buscando maior proximidade com o mercado consumidor. Na construção dessa imagem, Renner é apresentado como o modelo a ser seguido pelos seus próprios empregados: através do trabalho, disciplina e iniciativa é possível alcançar a mobilidade social.

O impacto da instalação da Renner no Quarto Distrito pode ser aferida pelo número de prédios nas ruas constituintes do núcleo em torno à fábrica: 378 em 1916, 1.704 em 1940. Um aumento de 350%. No mesmo período, a população do bairro Navegantes como um todo passaria de 5.090 para 15.766, um aumento de 210% (FORTES, 2001,p.11).

Muito além da iniciativa individual, há um conjunto de elementos que explicam o papel catalisador que a empresa obteve na economia local. Primeiro, deve-se enfatizar novamente, seu capital inicial tem como base o ciclo de comercialização alimentado pela demanda gerada pela pequena propriedade e pela diversificação ocupacional característica das

⁷¹ O Renner foi também o último clube a interromper a hegemonia de títulos da dupla Gre-Nal, que naquele momento já durava 25 anos, ao vencer o campeonato de 1954. Apenas 44 anos depois, o Juventude interromperia novamente a sequência de título dos dois principais times do estado.

colônias imigrantes. Para Fortes (2001, p.187), trata-se de uma evolução gradativa para a indústria, fortemente condicionada pela demanda do mercado consumidor regional, ao contrário do que, via de regra, marcou o desenvolvimento industrial ocorrido no eixo central do capitalismo brasileiro, determinado pela agricultura e comércio de exportação.

Segundo, esse processo de industrialização é caracterizado pela utilização de matéria-prima produzida no próprio Estado, realimentando a indústria primária. Este processo permitiu que os industriais deste setor de bens de consumo baseados na economia regional, em especial o próprio A.J. Renner, fossem amplamente influentes nos cenários político e econômicos (REICHEL, 1994,p.191). O que explica inclusive a formação da associação patronal, o Centro da Indústria Fabril do Rio Grande do Sul, no início da década 1930, sob liderança de Renner, como também sua passagem pelo parlamento estadual, na segunda metade daquela década.

Outra característica que explica o desenvolvimento das indústrias Renner é sua verticalização extrema, produzindo os próprios insumos – inclusive a energia, com uma usina termo-elétrica e duas usinas de diesel - e equipamentos até mesmo a formação de uma loja própria e de revendedores credenciados (FORTES, 2001, p.173). Além disso, com a expansão da confecção, a empresa preocupa-se em investir na produção de artigos complementares a sua indústria principal, como o aproveitamento da lã na fábrica de sapatos, de feltros em uma fábrica de chapéu e mesmo de sabão, reutilizando a matéria-prima empregada na lavagem de lãs. Mesmo investimentos como as fábricas de porcelana e tintas restringem-se à produção de bens de consumo (REICHEL, 1994, p.191).

Esse processo resultou num complexo conglomerado formado por empresas “colaterais”, num modelo de capital “fechado” com a composição dos acionistas concentrada em torno da própria família, e agregando a “marca Renner” (FORTES,2001,p.174)⁷².

Por fim, juntamente com a inovação constante do maquinário, a produção nas indústrias Renner caracterizava-se pela adoção do sistema *taylorista*, baseado na divisão e especialização do trabalho. Enquanto na forma tradicional de confecção, a produção se dava em pequena escala, na Renner, os procedimentos de fabricação continuaram a ser decompostos progressivamente, até o ponto em que mais de uma centena de trabalhadores intervinham na fabricação de um terno: o número de operários envolvidos numa mesma peça

⁷² O conglomerado incluía as “Porcelanas Renner” por iniciativa do filho de A.J. Renner, Egon; a “Renner, Hermann, S/A”, no ramo de tintas e fundada por seu irmão Felipe Leopoldo Renner; a “Máquinas de Costura Renner Ltda.” fora criada pelo irmão Waldemar H. Renner ; além da “S/A Artefatos de Cimento Renner”, criada por demanda da própria expansão da empresa que necessitava de “artefatos de cimento vibrado (canos, lajes etc.)”, inexistentes no mercado brasileiro (FORTES,2001,p.174)

de roupa era estimado em 130, em 1944, e chegava a 200, dois anos depois (FORTES, 2001, p.180). De maneira que

A capacidade de produção e o alto resultado alcançado foi devido a diversos fatores, entre os quais se podem citar: aperfeiçoamento dos métodos de trabalho; continuidade e desenvolvimento da especialização da mão-de-obra; novos aparelhamentos e novos sistemas de produção postos em prática; generalização dos sistemas de fitas transportadoras automáticas; ampliação da maquinaria pela construção de diversas máquinas nas próprias oficinas da fábrica, etc.

O incremento da produtividade demandava um investimento constante na aquisição de máquinas e equipamento, o estímulo ao desenvolvimento de inovações pelos próprios trabalhadores, o pagamento de salários superiores à média regional e uma política de manutenção de um quadro estável de funcionários, em especial operários especializados (FORTES, 2001, p.182 - 183).

Segundo Fortes (2001, p.188), mais do que uma empresa privada, a Renner era vista entre os operários do Quarto Distrito como uma grande instituição provedora de emprego, de oportunidades econômicas geradas por seu impacto sobre o crescimento do Quarto Distrito, e do atendimento de um amplo leque de demandas sociais dos seus trabalhadores. Não havia pioneirismo ou exclusividade da Renner nessa oferta de políticas de assistência social aos empregados, entretanto, os serviços existentes nesta empresa eram em muito superiores às demais indústrias.

O *Pequeno Manual dos Empregados* (1946), distribuído pela empresa aos novos funcionários, enumerava os benefícios que os trabalhadores tinham acesso nas Indústrias Renner: Cooperativa de consumo, cooperativa de crédito (para aquisição de habitação), refeitório, assistência médica e creche. A Renner oferecia ainda serviços de biblioteca, curso supletivo de alfabetização, assistências odontológica e jurídica, além do Departamento Desportivo, e do financiamento de instituições do Quarto Distrito, como a Sociedade Ginástica Navegantes e a creche Nossa Senhora dos Navegantes, criada pelos Círculos Operários.

Os biógrafos de Renner sempre enfatizam a capacidade do industrial em antecipar-se à legislação trabalhista. A assistência médica e a caixa de previdência da empresa, por exemplo, foram instituídas cinco anos antes da criação do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI). Da mesma forma, a empresa adotara a jornada de trabalho de oito horas ainda em 1916.

Segundo Axt (2000,p.33-34), tais ações eram inspiradas no fordismo norte-americano, que admitiam certas concessões às reivindicações operárias como forma de garantir a

continuação do processo de acumulação capitalista. O próprio Renner definia sua diretriz como um “*capitalismo social*”, que viera para substituir o fracasso do “*capitalismo liberal*”:

Há nisso, afirma, um erro de visão, pois o capitalismo que combatem, aquele capaz do abuso do poder econômico, expoente do individualismo agressivo que proclamava que os fins justificam os meios e que ao vencedor pertencem os despojos, esse morreu definitivamente com o craque de 1929. O que se salvou, o que sobrevive após aquela catástrofe mundial, de efeito talvez maior que o das duas conflagrações deste século, é um capitalismo diferente, com a plena consciência de suas obrigações morais e sociais. (Diário de Notícias, 10 de outubro de 1948)

O *Capitalismo social* defendido por Renner deveria se apoiar em três regras gerais por parte dos empregadores: “abandonar o hábito egoísta de só pensar em si e nos lucros”, “dar a seus auxiliares, espontaneamente, benefícios outros que só os exigidos por lei” e considerar seus empregados como “criaturas humanas, dignas de assistência e de estímulo” (FAUSEL, 1962, pp.85-86). A diretriz de A.J. Renner assemelhava-se ao ideário positivista do Partido Republicano Rio-grandense na esfera do Estado, em que a “*solidariedade*” ou “*cooperação*” entre as classes era pressuposto para o desenvolvimento harmônico, sem conflitos, omitindo ou dissolvendo as contradições políticas e econômicas.

Porém, não eram todos os direitos sociais que eram antecipados ou apoiados pelo empresário. Em seus artigos, publicados no *Boletim Renner* ou na imprensa local, a participação dos empregados nos lucros das empresas é combatida frequentemente. Da mesma forma, o aumento do salário mínimo é visto como um agravante da situação social, pois aumentaria os preços das mercadorias e os gastos públicos. Antes de conceder aumentos salariais, o governo deveria investir anteriormente na rede de transporte e no estímulo à produção (RENNER, 1948, p.11-13).

Para Fortes (2001, p.241), a Renner deslocava o campo da luta pelos direitos dos trabalhadores para o campo privado, ao mesmo tempo em que os serviços sociais oferecidos só poderiam ser entendidos como “direitos” no horizonte restrito do código de ética da disciplina fabril, cuja contrapartida era o “dever” de lealdade e obediência absolutas.

A expectativa da empresa com o comportamento dos operários era reproduzida nas publicações de propaganda internas como o *Boletim Renner*. No artigo, *Os sete degraus do êxito* (1948), a disciplina é considerada o patamar inicial e necessário para quaisquer sucesso e mobilidade social, é o degrau sobre a qual se “você conseguir firmar-se sobre ele será capaz de vencer melhor a subida” e que implica não apenas em um “regime de ordem”, mas “Disciplina de pensamentos; de idéias; de hábitos; de impostos; de ações; de modo de viver”.

O passo seguinte é o da lealdade, onde “não se admite a sua ausência entre os companheiros de trabalho e, muito menos, entre êstes e os chefes”. Seguem-se, em ordem, a cooperação, o zelo profissional, a vontade de progredir, a confiança e a eficiência, que devem levar não “somente [a] uma compensação material, mas também uma satisfação íntima de ter sido útil, de ter feito o melhor, abrindo caminho para a *segurança do futuro* que devemos construir com o *trabalho eficiente de cada dia*”. No *Pequeno Manual dos Empregados*, onde o mesmo texto também é reproduzido, a cooperação e a lealdade para com os superiores também são enfatizadas:

Veja-o [o mestre] como um amigo e procure inspirar-lhe confiança. Êle é o primeiro interessado em que você corresponda ás exigências do serviço e se adapte á função que lhe foi destinada; que você tenha capacidade de melhorar e de subir. Esteja certo de que ele espera isto de você e faça pelo menos todo o possível para corresponder a esta confiança do mestre (A.J.Renner S.A, 1946,p.4).

De fato, essa lealdade para com a empresa parece ter sido alcançada tanto pela imagem que os operários formam de seu patrão, descrito como “muito amigo, nem parece que ele era o chefe”, uma pessoa “simpática, ele cumprimentava todo mundo, a pessoa ia trabalhar com vontade!”, “humanitário ao extremo” e mesmo como um “ídolo” (FORTES, 2001,194-197).

Entretanto, nem todos benefícios eram concedidos ou alcançados automaticamente, como demonstra a pauta de reivindicação para as fábricas Renner, publicado na *Voz do Trabalhador*, em 1934:

Trabalho igual, salário igual; Respeito por parte dos patrões e gerentes; direito de férias; dois meses de licença antes e depois do parto, sem perda de vencimentos e do serviço; creche para vossos filhos, com todo conforto, junto ás fabricas, para que possam amamenta-los; meia hora de descanso antes de amamentar o filho; jornada de 8 horas de trabalho e de 6 para os menores de dezoito annos; caixa de aposentadorias e pensões mantidas pelo estado e pelo patronato e controlada pelos trabalhadores; indenização por acidentes do trabalho, paga no ato do mesmo, etc. (A VOZ DO TRABALHADOR Ano II - N.54 - 03.11.1934,p4)

Tratada como “templo da opressão e exploração”, as condições de trabalho na empresa são denunciadas pelo periódico com regularidade. Em especial, a situação das mulheres, que ocupam as tarefas de menor pagamento e especialização, e as ações de controle e coerção. Além disso, a *Voz do Trabalhador* denunciava que empregadas com até 7 anos de serviço eram demitidas, sendo readmitidas 15 dias depois como novatas, para que a fábrica não arcasse com os direitos a férias (A VOZ DO TRABALHADOR, Ano II - N.54 - 03.11.1934 ,p.4). Outra reivindicação permanente naquele ano é o do pagamento da hora-extra, o serão.

Para tanto, os trabalhadores recusam-se a permanecer no local de trabalho para além do horário regular:

A Voz do Trabalhador” congratula-se (...) também com os operários desta empresa, que num gesto digno de operários conscientes, abandonam o trabalho logo que expira a hora regulamentar não fazendo mais nem sequer um minuto de extraordinário, até que sejam atendidas as suas aspirações! (A VOZ DO TRABALHADOR, Ano II - N.57 - 24.11.1934 ,p.5)

Nos artigos, A.J. Renner é constantemente chamado “*galinha verde*”, em referência a sua proximidade com o Integralismo⁷³. Após um mês, as paralisações surtem efeito: “Os operários desta fabrica conseguiram finalmente extinguir a exploração do serão, apesar de todos os métodos aplicados pelo “*galinha verde*” em fazer fracassar essa justa reivindicação daqueles trabalhadores” (A VOZ DO TRABALHADOR, Ano II-N.58 - 01.12.1934p.3).

Esse episódio, porém, é uma rara exceção. Enquanto Pellanda (1944, p.50) afirma que os empregados da Renner solidarizavam-se com os grevistas de outras fábricas e contribuía com a Federação Operária, mesmo já possuindo os direitos reivindicados pelas paralisações; por sua vez, Axt (2000,p.33) reconhece que a empresa paralisara apenas uma vez em 1919 e que os operários da Renner foram responsáveis pela cisão da categoria têxtil em 1935, não aderindo à greve e ainda fundando, com a chancela da Inspeção Regional do Trabalho e dos empresários, um sindicato próprio.

Na definição de Fortes (2001,p.169), a Renner era uma fortaleza inexpugnável para a ação sindical. Como demonstram os depoimentos dos operários e militantes comunistas:

[Julieta Battistioli:] ... por isso que eu dizia para os companheiros como era difícil fazer a política lá dentro do Renner, porque ele era um patrão que cumpria as leis do trabalho. Ele cumpria, quer dizer, tinha o refeitório que era uma maravilha, a gente não tinha por onde criticar o refeitório entendeu? (...) Porque ele era um refeitório bem feito, bem arejado, bem limpo; as louças, as pratarias, era tudo limpo. (...) Era muito mais barato o [refeitório, do que]... a comida nas pensões. (...) Então, isso foi uma grande conquista que os trabalhadores tiveram no Renner, porque outras fábricas grandes como a tecelagem... a Rio Guahyba (Cia. Industrial Rio Guahyba), eles não tinham refeitório, né? (CARVALHO JUNIOR e GARCIA, 2008, p.35)

Os comícios relâmpagos, ali, sempre foram duramente hostilizados pela empresa, e não demorava muito a polícia entrava em cena. Começava o discurso de um companheiro, a vaia cobria imediatamente o eco dos discursos, outro orador mais adiante levantava a voz e mais uma vaia. (...) Sabíamos das modalidades brutais levadas a efeito no sistema de trabalho.

⁷³ Ainda que o próprio A.J. Renner não pertencesse ao movimento Integralista, seu filho Egon tornou-se líder da organização e a empresa cedeu um campo para o treinamento destes. O termo “*galinha verde*” fora cunhado pelos comunistas em referência à cor do uniforme utilizado pelos integralistas (FORTES, 2001, p.298).

Para citar um exemplo: cada operária manejava mais do que um tear na produção. O mais incrível é que nenhuma delas queria sair da firma nem a pau. Havia filas enormes, nos portões, de gente pedindo emprego, o pessoal empregado procurava colocar seus parentes e amigos. ‘Um verdadeiro monumento à reação’. (LIMA apud FORTES, 2001, p.43)

A trajetória do Grêmio Esportivo Renner – agremiação da principal indústria empregadora da capital – como não poderia deixar de ser, está plenamente inserida dentro desse contexto em que se disputam a autonomia ou controle operário, inclusive em seu tempo de *não-trabalho*.

A agremiação surge por iniciativa dos próprios trabalhadores, a partir de disputas nas várzeas entre o time dos operários contra o time dos empregados nos escritórios. Em julho de 1931, os trabalhadores decidem unificar as equipes em um único clube, o *Grêmio Esportivo dos Empregados da firma A.J. Renner*.

Como nos demais clubes operários, entre os fundadores, encontram-se sobrenomes de diferentes etnias⁷⁴, o que é significativo sobre a participação dos trabalhadores, pois as empresas Renner eram conhecidas por privilegiarem aos trabalhadores de origem teuta os cargos de diretoria e de maior especialização (FORTES, 200, 1988-201). Segundo a versão oficial da empresa sobre a criação do clube, publicada anos mais tarde, é que a “diferenciação de classes”, entre operários e empregados, não durou muito, pois “*desapareceram*” as “diferenças sociais entre a numerosa família rennista, que sempre se mostrou unida, sem preconceitos e prevenções entre si” (RENNER S/A, 1952,p.109). Ainda segundo esta publicação,

Após um início de atividades promissor, marcado por vitórias, o time animou-se a convidar o patrão para assistir a um jogo, e o novo torcedor não tardou a doar também um terreno para a construção de um estádio. (RENNER S/A,1952,p.110)

Porém, Amaro Junior (1946, p.87-88) descreve uma versão um pouco diferente. O apoio de A.J. Renner à agremiação dos operários não fora imediata, e durante seus primeiros anos a sede do clube fora na casa de um dos sócios, na Rua Frederico Mentz, “nada tendo conseguido por meio de ‘listas’ e tudo por meio do esforço da guapa rapaziada que, então, compunha o grêmio industrial”. Para sua manutenção, o clube cobrava uma mensalidade de

⁷⁴ Foram membros fundadores do clube: Adolfo Richter, Modesto Zanatta, Leonelo Garcia, Vitor Gotechald, Antonio Bertizzolo, Osvaldo Dias, José Pires, Avellino Amaral, Antonio Carvalho, Apolinário Correa, Julio Lima, Paulino Carvalho, Manoel Pires, Osvaldo Frohe e Willy Hans Ziermann. Presidia a sessão de fundação Apolinário Correa. A primeira diretoria teve como presidente Victor Gotechald, como vice-presidente Avellino Amaral e como instrutor técnico Leonello Garcia (BOLETIM RENNER, n.98, julho de 1953, p.28)

Cr\$3,00, valor que fora mantido até 1944, e que corresponde, aproximadamente, ao pagamento por duas horas de trabalho na fábrica⁷⁵.

Entre os fundadores do Renner encontra-se, inclusive, um militante comunista: o tecelão Modesto Zanatta. Os únicos registros sobre sua atuação constam no depoimento de Julieta Battistioli, primeira mulher eleita para a Câmara de Vereadores de Porto Alegre em 1947, ao Laboratório de História Oral (LHO), do Núcleo de Pesquisa em História (NPH-UFRGS). Ambos eram companheiros na célula do Partido Comunista “Olga Benário”, que atuava no Quarto Distrito, mas especialmente na própria Renner. A casa de Zanatta funcionava como sede para as reuniões da célula:

[Julieta Battistioli:] A sede do partido era lá, tinha a placa na porta, “Olga Benário”, que era o nome da célula. Tinha na porta, uma placa grande, tinha os estandartes – um estandarte muito bonito da célula – e tinha uma bandeira grande do partido que ele [Modesto] saía para a rua com ela (CARVALHO JUNIOR e GARCIA,2008, p.38-39).

Segundo a tecelã, Zanatta era um militante atuante, “um grande homem, um grande companheiro”, com uma importante responsabilidade: levar o jornal do Partido, “A Classe Operária”, para dentro da fábrica, distribuindo por entre os teares (CARVALHO JUNIOR e GARCIA,2008, p.38-39). Entretanto, considerando que o depoimento de Battistioli descreve a célula “Olga Benário” como bastante ativa e com participação significativa de trabalhadores, a ausência de outros nomes vinculados ao PCB entre os fundadores do Renner sugere que Zanatta tenha participado da criação do clube pelo interesse pelo esporte e não por orientação partidária.

Em seus primeiros quatro anos, o clube disputava suas partidas na Rua São José, via que dá acesso à fábrica, ou em *grounds* de outras agremiações. Nesse período, também não encontra-se filiado a nenhuma das ligas existentes em Porto Alegre e dedica suas atividades a jogos amistosos contra outras equipes operárias ou participando de torneios varzeanos, como ocorrido no campo do Grêmio, em outubro de 1933, com presença de 25 clubes, entre eles, outras equipes vinculadas a categorias profissionais, comerciários como a Companhia Geral de Acessórios e Anglo Mexican, bancários como o Sul Brasileiro e ainda o Gremio Sportivo Telephonica.

⁷⁵ Segundo FORTES (2001, p.185), o salário masculino nas fábricas Renner oscilava entre Cr\$ 12,00 a Cr\$ 40,00 por dia.

É freqüente a referência ao Renner, nesses anos, como o “onze do Navegantes”, numa clara identificação entre o time e o bairro, mesmo existindo outros clubes (e também de operários) no Quarto Distrito, nessa mesma época.



Figura 6 - Fundadores do G.E. Renner. O militante comunista Modesto Zanatta é o último, à direita, na segunda fila.

A inauguração do estádio Tiradentes, em 1935, na rua Sertório, ao lado da fábrica, marca um novo período na trajetória dessa agremiação. O clube já havia alterado sua denominação para Grêmio Esportivo Renner e A.J. Renner já ocupava a presidência de honra da equipe, além de ter doado o terreno terraplanado, onde se erguia agora o novo estádio, o primeiro de uma equipe operária. A inauguração foi programada para ocorrer em uma data de comemoração cívica: o dia da Proclamação da República. Mais tarde, o campo recebeu o apelido de “Waterloo”: “onde os grandes (clubes) eram derrotados”.

No ano seguinte, o Renner participa da fundação da Liga Atletica Porto Alegrense (LAPA). Entretanto, a presença dos operários nas ligas não será tranqüila. No mesmo ano, o Renner fora desligado da LAPA, por ceder seu campo para a realização do 1º Campeonato Popular de Futebol, organizado pelo jornal *Folha da Tarde*. De imediato, o clube pediu sua filiação a outra liga, a Associação Metropolitana Gaúcha de Esportes Atléticos (AMGEA).

Porém, o Renner só será aceito no ano seguinte, quando os grandes clubes da capital abandonam a AMGEA, defensora do amadorismo, para fundar uma liga profissional. Em 1938, o clube venceu o Torneio Inicio e o Campeonato Municipal, representando a capital no campeonato estadual daquele ano. Quando o futebol porto-alegrense unificou-se em 1939, o Renner foi rebaixado à segunda divisão, onde permaneceria até 1944 (AMARO JUNIOR, 1946. P.87-88).

Ainda no início da década de 1940, o clube considerou a possibilidade de alterar seu nome para Industriários ou Navegantes, em virtude do decreto de nacionalização das equipes esportivas e que proibia o uso de nomes estrangeiros. Esta alteração reafirmaria as identidades de categoria e de pertencimento ao bairro.

Entretanto, prevaleceu a empresa. Não apenas no nome. No período de uma década, entre a inauguração do Estádio em 1935 e a adesão à profissionalização em 1945, o G.E. Renner foi afastando-se cada vez mais dos operários e tornando-se, de fato, propriedade da fábrica.

Não há documentação que precise essa transição. Provavelmente, os dispêndios com a participação nas ligas principais tornaram freqüentes a necessidade de suporte financeiro e gradativamente a dependência financeira converteu-se em perda de autonomia. Em 1945, o clube já se encontra definitivamente incorporado à empresa e controlado de fato, não pelos operários, mas pelo Departamento esportivo da empresa, como apresentava o *Pequeno Manual do Empregado*:

Grêmio Esportivo Renner: É uma entidade onde os empregados podem praticar o seu esporte preferido, mediante a admissão como sócio. O nosso clube dedica-se preferencialmente ao futebol, nas categorias de profissionais, aspirantes e amadores, mantendo além disso os departamentos de bolão, bocha, punhobol, voleibol, etc. Existem ainda o Renner xadrez Clube e o Clube Lojas Renner, com séde nas Lojas Renner, á Av. Otávio Rocha, esq. Dr. Flores. Os interessados que desejarem ingressar nestas organizações esportivas, poderão procurar propostas na Apontadoria (Escritórios) (A.J. RENNERS S/A, 1946,p.9)

Tal processo significava o afastamento dos operários não apenas da gestão do clube, mas também dos gramados. Segundo depoimento de Fernando Renner, neto de A.J. Renner, somente a partir da disputa da Divisão de Honra, em 1945, que os operários-jogadores passaram a ter o privilégio de sair uma hora antes para treinar (PAPÃO DE 54, 2005). Porém, é justamente nesse ano em que o clube adere definitivamente à profissionalização, contratando jogadores remunerados independente de estarem empregados ou não na fábrica.

Para a empresa, apropriar-se do clube significava, ao mesmo tempo, exercer o controle sobre a prática e a organização dos operários, através dos esportes amadores, e no time profissional, ter uma poderosa ferramenta de propaganda, pois, segundo Amaro Junior (1946), no ano de sua profissionalização, o Renner já era um dos clubes com maior número de torcedores em Porto Alegre.

A diretoria do clube também comprova a nova orientação que o clube assumia. No lugar dos operários, constam vários diretores e gerentes das seções ou lojas Renner entre os

membros do Conselho Deliberativo. As assembleias gerais ocorrem não na sede do clube, mas da empresa (BOLETIM RENNER, ano 6, n.º68, novembro de 1950, p.19).

De 1949 até o encerramento das atividades profissionais de futebol, a presidência do clube fora exercida por Mário Azevedo. Natural de Santa Vitória do Palmar, Azevedo viera à capital para estudar engenharia. Para custear os estudos, conseguira um emprego como balconista nas lojas Renner. Em 1948, assumira a vice-presidência do clube a pedido da diretoria da empresa (Folha da Tarde, 10/07/1954). Segundo Michielin (2009, p.299), a escolha de Azevedo para a presidência fora uma decisão do próprio A.J. Renner, pois “o clube, afinal, era da empresa. A empresa mandava e pagava. Teria que ser administrado por alguém da sua mais absoluta confiança”. Mário Azevedo ainda recebia uma gratificação suplementar pela dedicação exclusiva ao clube. O trânsito de Azevedo dentro da empresa é atestado pelos jogadores, como neste depoimento do atacante Juarez Andrade de Lemos:

Nós, quando jogava com grêmio, internacional... e nós ganhava. Segunda-feira de manhã, o seu Mario sempre ia lá na fábrica, na Frederico Mentz, ia lá para falar com os diretores da firma. Porque ele tinha certa autonomia no Renner, mandava... mas o Renner era um time dirigido pela firma. Então ia lá para ver se reforçava o bicho (PAPÃO DE 54, 2005)

A figura de Azevedo foi constante nos *Boletins Renner*, que reservava de 2 a 4 páginas para as notícias esportivas das organizações Renner. A seção tratava de outros esportes praticados pela empresa, mas evidentemente o maior espaço ocupado pelo futebol, carro-chefe das indústrias Renner, nas diferentes categorias. As matérias assemelham-se ao atual jornalismo esportivo: descreviam as partidas e seus lances, dados de público, comentários sobre a atuação do juiz e do adversário, escalação das equipes, contratações e renovações de contrato dos jogadores. E não poupava a equipe de críticas em caso de mau desempenho.

Na gestão de Azevedo e com o suporte financeiro da empresa, os investimentos no clube profissional aumentaram. Em 1948, o Estádio Tiradentes passou por reformas que ampliaram suas acomodações para até 10 mil pessoas, além da instalação de novos refletores, entre outras melhorias no gramado e instalações. A reinauguração é novamente programada para coincidir com uma data cívica: o próprio feriado de 21 de abril, consagrado a Tiradentes. Dois anos depois, o *Boletim Renner* discretamente anunciava que o clube planejava a construção de um estádio maior e mais moderno. O projeto, porém, não pode se concretizar antes do encerramento das atividades do clube.

A profissionalização, não apenas no sentido de remuneração, abrangia também a comissão técnica. O professor Selviro Rodrigues da Silva, recém-egresso da Escola de

Educação Física do Rio de Janeiro, foi contratado como técnico do clube. Junto com ele o Professor Caleyá, treinador de Atletismo, como preparador físico, e o Dr. Arnaldo da Costa Filho, formado no Curso de Medicina Aplicado à Educação Física e aos Desportos. O Departamento Médico do Renner era, inclusive, o mais moderno entre os clubes de Porto Alegre, sendo a primeira agremiação a possuir um equipamento de ultra-som. O próprio departamento tornara-se fonte de recursos para a equipe, pois o clube adotara a política de atender também atletas de outras equipes, inclusive do Paraná e Santa Catarina. O pagamento era descontado do valor das partidas e o clube e os funcionários recebiam metade dos pagamentos (COSTA FILHO,1998,p.132).

Um dos padrões dos clubes de fábrica é a substituição dos operários-jogadores, aqueles cuja função primordial na empresa é o trabalho, pelos jogadores-operários, cujos empregos são apenas uma justificativa formal para sua presença nos times. Inicialmente, tratava-se de uma estratégia para driblar as restrições ao profissionalismo, mas com a adoção definitiva da remuneração no futebol, esse mecanismo passa a funcionar como complementação salarial. Como afirma o cronista esportivo Jorge Mendes, “Os clubes empregavam e o Renner tinha esta facilidade, porque tinha a fábrica. Eles admitiam o jogador como funcionário e pagavam a diferença como um contrato de luvas” (PAPÃO DE 54,2005).

A oferta de emprego na fábrica ou nas Lojas Renner eram um atrativo principalmente para os jovens jogadores de times de várzea. Esse fora o caso de Nery Onofre Camargo, o Sabiá, ponteiro-direito, contratado na várzea aos 17 anos. Durante sua trajetória no clube, dos juvenis ao time principal, passando pelos aspirantes e pelo torneio do SESI, Sabiá ocupava uma função no escritório da Gerência das Lojas Renner.



Figura 7 - Nery Onofre Camargo, o Sabiá, ponta-esquerda do Renner em seu trabalho nos escritórios das Lojas Renner.

Além de complementação salarial, o emprego era também uma segurança para os jogadores já profissionalizados e contratados de outras equipes da primeira divisão. Como fora o caso de Ivo Andrade, com passagens pelo Grêmio e pelo São José; que lesionou-se gravemente no campeonato de 1954, obrigando-o a encerrar a carreira no ano seguinte. Fora do futebol, permanecera trabalhando como funcionário das Indústrias.

A esses jogadores eram reservados os trabalhos “mais leves”. O ponteiro-esquerdo Joecy atendia na sessão de utensílios domésticos e Ênio Andrade, irmão mais novo de Ivo e “cérebro” da equipe campeã em 1954, cuidava do departamento de discos, nas Lojas Renner. Seu cunhado, o quarto-zagueiro Olávio, também fora contratado da várzea para o trabalho de alfaiate, riscando e cortando pano. Outro zagueiro, Bonzo, era estafeta. O goleiro Valdir Moraes, formado em contabilidade, trabalhava no departamento da malharia, juntamente com o atacante Juarez e o zagueiro Orlando (Michielin,2009).

Fora nesse último ciclo do clube, altamente especializado e profissional, que o Renner venceu o Torneio Extra – espécie de “aquecimento” para o campeonato principal no início da temporada – em 1952 e 53. Venceria ainda amistosos internacionais contra o Chacarita Juniors e o Ferro Carril da Argentina, ambos clubes também de origem operária, em 1952. Excursionara pelo Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, além de uma excursão de dois meses e 14 partidas pelo Norte e Nordeste. Havia planos ainda para uma primeira excursão pela Europa. Mas, principalmente, em 1954, conquistara o campeonato municipal e o campeonato estadual, vencendo com três rodadas de antecipação e invicto.

Quanto aos operários, de fato, da Renner, alijados da gestão e dos gramados, a empresa oferecia outras opções de lazer, tuteladas pela própria empresa. O mesmo ocorria no setor comercial, o Clube Lojas Renner funcionava no prédio da mesma, sua presidência era ocupada por Oscar Trein, também chefe das lojas, e naturalmente a presidência de honra pertencia a A.J. Renner. Tanto no Clube das Lojas, quanto no Grêmio Esportivo das Indústrias ofereciam a prática de atletismo, vôlei, basquete, ping pong, xadrez e tênis.

Segundo Fortes (2001, p.239-240), a diversificação das atividades esportivas e culturais, entretanto, não gozava de popularidade entre um espectro muito amplo de trabalhadores, pois como reconhecia um dos diretores, Kurt Renner, “a companhia tomou a liderança na formação de um clube de tênis e de um clube de xadrez, que, todavia, são prestigiadas, principalmente pelos empregados de alto escalão”. O mesmo ocorrera com o Grupo Musical Renner e com o Grupo de Bolão.

No futebol, assim como outros clubes de fábrica, a atuação dos operários ficou restrita aos torneios classistas organizados pelo SESI, sempre disputada no Primeiro de Maio, e com

grande assistência de público. O Renner vencera a competição diversas vezes, porém, como visto no caso do ponteiro Sabiá, a empresa poderia inscrever jogadores que estavam a caminho da profissionalização para fortalecer o time e novamente ocupando o espaço dos operários de fato.

Em 1946, um grupo de operários ainda tentou organizar um campeonato inter-seções. Dividido em torneio *Initium* e no campeonato propriamente dito, a iniciativa autônoma conseguiu reunir centenas de operários em 14 times das seções de Tecelagem, Calçados, Lavanderia, Feltros, Fiações, Confecções, Turmas; Oficinas; Famaco, Lojas Renner, Corte, Escritórios, Reko e Apresto. Com ironia, o *Boletim Renner* relata que após as primeiras rodadas, o campeonato foi interrompido: “talvez por influência do ‘tempo quente’ de dezembro, o campeonato foi adiado e...não mais terminou. Surgirá alguém que tome nova iniciativa e... quem sabe? – faça terminar o campeonato?” (BOLETIM RENNER, n.º77, 1951).

Paradoxalmente, enquanto, internamente, o Renner era cada vez menos um time dos seus próprios operários, aliados da gestão e do campo de futebol; fora da fábrica, nas arquibancadas, o clube tornava-se cada vez mais o time do Quarto Distrito e dos operários em geral, independente de qual empresa trabalhasse. O crescimento da abrangência de sua torcida foi significativo: em 1946, o Renner possuía mais de 1.200 associados. No ano do fechamento do Departamento de Futebol, o número de associados ultrapassavam os 5 mil sócios.

Em parte, este crescimento se deve às campanhas do próprio clube em ampliar seu número de sócios, para além dos empregados da fábrica. Ainda no ano de 1946, a Comissão de Propaganda do Renner lançou a campanha de mais 500 novos sócios para o clube (BOLETIM RENNER, 1946, p. 30).

Em 1953, uma nova campanha estimulava os torcedores já associados a trazerem amigos e parentes para a agremiação (BOLETIM RENNER, n.º95.abril de 1953). Além disso, o bom desempenho do clube, especialmente na década de 1950, quando nunca ficara abaixo do terceiro lugar, ampliava a simpatia de torcedores, oriundos do interior ou órfãos de clubes que deixaram de existir, e que procuravam uma alternativa aos times da dupla Gre-Nal, que naquele momento já hegemonizavam as disputas metropolitanas. O Renner também poderia assumir o vácuo deixado pelos clubes que desapareciam, incapazes de concorrer com as

exigências do profissionalismo. Caso do São José, do Passo da Areia, próximo ao Quarto Distrito, e que encerrara suas atividades temporariamente⁷⁶



Figuras 8 e 7- Mascote do Renner segundo o Departamento de Propaganda da empresa. Ao lado, o clube representado na charge de Sampaio, “cortejando” o campeonato de 1954, sob olhar do mascote do S.C. Internacional.

Ao mesmo tempo, a torcida do G.E. Renner parecia construir simbologias de identidade muito maiores com seus pares de classe e com o bairro Navegantes do que com a empresa. Os torcedores identificavam o clube como “Grêmio Esportivo Renner, o time dos trabalhadores” (HORN e MAZO,2009) e era tratado pela imprensa como “o time dos industriários”. O mascote “oficial” do clube representava um alfaiate. Nos jornais, porém, o time era representado nas charges com o uniforme típico de um operário.

Para a fábrica, que via no clube um veículo de propaganda, a torcida também era alvo das pretensões de controle. Em 1946, foi criado o Departamento de Torcida para que, associados ou não, comparecessem “a todos os jogos em que tomarem parte as nossas equipes de futebol, incentivando, com uma torcida organizada e disciplinada, os nossos esportistas à vitória” (BOLETIM RENNER, 1946,p.14).

De acordo com Horn e Mazo (2009), a torcida deveria se portar com um lema particular: cordialidade esportiva, educação e ordem. Novamente, a expectativa da empresa com o comportamento dos operários era transferida agora para a torcida, de maneira que a

⁷⁶ Ironicamente, em 1995, houve uma tentativa de “ressuscitar” o Renner, numa parceria da empresa de tintas, remanescente do conglomerado original, com o mesmo E.C. São José. O E.C. Renner/São José incorporara inclusive o uniforme alvi-rubro do Renner original. Porém, a parceria de co-gestão durou apenas alguns meses.

idéia de “ordem e organização” permanecessem como atributos da “marca Renner”, mesmo sobre algo que, na verdade, não pertencia à fábrica: os torcedores.

A conquista do título de 1954 demonstrou que o clube já ultrapassava os muros da A.J. Renner. Nos dois anos anteriores, o Renner fora campeão do Torneio Extra, a competição que antecedia a Divisão de Honra, esta sim, a competição principal. Entretanto, era o Internacional quem, ao final, acumulava as taças do torneio mais importante, cabendo ao time dos industriários, o vice-campeonato nessas ocasiões. Mesmo assim, uma façanha que o colocava à frente do Grêmio, no campeonato e o projetava legitimamente como a terceira força da capital.

Antes do início da temporada estadual, o Renner realizou uma excursão de dois meses pelo Norte e Nordeste, tendo disputado catorze partidas e vencido oito delas. Fato que demonstra a projeção que o time já assumia regionalmente.

O Internacional, que vencera o Torneio Extra de 1954 e acumulava o tetracampeonato, era favorito para alcançar o quinto título consecutivo. Porém, o Renner reunia naquele ano uma das equipes mais competitivas e qualificadas do futebol estadual. Seu time-base era formado por Valdir, Orlando, Paulistinha, Bonzo, Ivo Andrade (afastado do campeonato por lesão, foi substituído por Léo) e Olávio, Pedrinho, Breno, Juarez, Ênio Andrade e Joecy.

Desse plantel, projetaram-se jogadores que tiveram carreiras marcantes também por outros clubes. Como o goleiro Valdir de Moraes, negociado com o Palmeiras, em 1957, onde permaneceu por onze anos e tornou-se um dos maiores ídolos do clube, fazendo da parte da chamada *Academia de Futebol*, em referência ao futebol de alta qualidade praticada por seus jogadores, como Ademir da Guia. Valdir foi ainda goleiro da seleção brasileira por cinco vezes e após encerrar a carreira como jogador, tornou-se preparador de goleiros, função pela qual participou da Copa do Mundo de 1982 e foi bicampeão mundial pelo São Paulo Futebol Clube na década, de 1990.

Sua ida para o Palmeiras fora providenciada pelo técnico Osvaldo Brandão e por seu colega no Renner, Ênio Andrade, que também ingressara no time paulista. Habilidade, o meio-campo Ênio Andrade era considerado o “craque” do time dos industriários. Antes de transferir-se para o Renner em 1952, já havia conquistado dois títulos estaduais pelo Internacional. Foi campeão Pan-Americano pela seleção brasileira, em 1956. Em 1961, iniciou uma carreira como treinador, tão exitosa quanto fora como jogador, tendo conquistado três campeonatos brasileiros pelo Internacional (1979), Grêmio (1981) e Coritiba (1985).

Outro jogador a ganhar destaque em clubes do sudeste do país foi Breno Mello, atacante que depois jogara no Fluminense, em 1957, e no Santos, em 1958. Em sua passagem

pelo Rio de Janeiro, fora convidado a estrelar a versão cinematográfica de “*Orfeu negro*” (também conhecido como “*Orfeu do Carnaval*”) do diretor Marcelo Camus, baseado na peça de Vinicius de Moraes.

Além dos méritos individuais, a unidade do grupo de jogadores, como uma “família”, com laços extra-campo, é um dos aspectos constantemente destacados pelos depoimentos jogadores e integrantes da comissão técnica (PAPÃO DE 54, 2005). O “ambiente familiar” também era característica das concentrações da equipe antes dos jogos, habitualmente realizada no Instituto Porto-Alegrense (IPA), onde o técnico Selviro Rodrigues era professor de Educação Física. Em campo, esse entrosamento era resultado de três ou quatro anos que o clube mantinha, com alguns acréscimos ou substituição de jogadores, a mesma base do plantel.

Durante o campeonato, que terminara em janeiro de 1955, o Renner construiu uma campanha impecável, vencendo com três rodadas de antecedência, acumulando quinze vitórias e três empates. O Internacional teve sua sequência de títulos interrompida, limitando-se ao vice-campeonato, seis pontos atrás do time do Quarto Distrito. Enquanto o Grêmio, que amargara uma sofrível campanha com troca de técnico durante o campeonato, ficou apenas com a quinta colocação. O Renner possuía ainda a melhor defesa e o melhor ataque da Divisão de Honra, com 59 gols marcados, e seu artilheiro, Juarez⁷⁷, com 18 gols.

A arrasadora vitória por 9 a 2 sobre o Juventude, assistida da Tribuna de Honra por A.J. Renner, converteu-se em uma festa popular, tomando as ruas do Quarto Distrito por centenas de pessoas:

A festa prolongou-se pelas ruas e avenidas de Porto Alegre. O cortejo de automóveis, buzinando, sensibilizava a que outros mais se juntassem e, então, formou-se uma vasta e interminável fila, congestionando todo o tráfego, desde a Av. Sertório até a Borges de Medeiros. Um carro de bombeiro conduzia os heróicos atletas. Das janelas e sacadas, papéis picados e aplausos (...) O carnaval antecipado durou até altas horas da noite. (MICHIELIN, 2009, p.233)

Mas este não foi ainda o último compromisso do clube que disputara cerca de 50 partidas, entre janeiro de 1954 e fevereiro de 1955. Faltava ainda a disputa pelo título estadual. A Divisão de Honra reunia os times da capital, da região metropolitana e da serra. Ainda que concentrasse maiores atenções dos clubes e da imprensa, o título de campeão do

⁷⁷ A partir de 1955, Juarez passou a ser chamado pela imprensa esportiva de “Juarez Branco”, em distinção ao Juarez Teixeira, jogador negro do Grêmio, também chamado “Leão do Olímpico” (MICHIELIN, 2009, p.59)

Rio Grande do Sul era definido em um triangular entre os campeões deste torneio, da região sul e da Fronteira.

Assim, em abril de 1955, o Renner voltou a campo para disputar mais um título, correspondente ao ano anterior, contra o Brasil de Pelotas e o Ferro Carril, respectivamente campeões daquelas zonas.

Após vencerem duas vezes os ferroviários e empatarem com o Brasil, o campeonato precisou ser interrompido antes da final definitiva entre os Industriários e o time pelotense, pois todo o elenco do Renner e sua comissão técnica foram requisitados para representar o Rio Grande do Sul no Campeonato Brasileiro de Seleções, organizado pela Confederação Brasileira de Desportos.

Ainda que contasse com jogadores de outros clubes, com exceção do Grêmio que se recusara a ceder seus atletas, a base da seleção rio-grandense era formada pelo próprio time do Quarto Distrito. Após eliminarem as delegações do Paraná e do Ceará, o Rio Grande do Sul foi derrotado pelos paulistas, classificando-se em terceiro lugar.

Em maio, finalmente, Renner e Brasil de Pelotas decidiram o título estadual, vencido pelos porto-alegrenses por três a zero.

Nos anos seguintes, o Renner não conseguiria mais repetir a façanha de 1954. Porém, realizou campanhas dignas de uma terceira força da capital. Fora terceiro colocado em 1955, 1957 e 1958 e vice-campeão em 1956.

Assim, o fim das atividades do futebol profissional, no início de 1959 - tomada exclusivamente pela própria empresa - surpreendeu jogadores, imprensa e torcida. Como descreve o goleiro Raul Kinnemann:

O professor Selvilho pediu que nos reuníssemos no Pavilhão social. E lá chegando, o Presidente Mario Azevedo já estava nos esperando. Visivelmente emocionado, o presidente nos comunicou que o Renner estava fechado. Que ele tinha vindo de uma reunião das indústrias Renner e que ali foi decidido, por maioria, que o futebol profissional não mais existiria a partir desta data. (PAPÃO DE 54,2005)⁷⁸

O argumento habitualmente utilizado é que as despesas do clube tornaram-se volumosas demais para serem arcadas pela fábrica, como se pronunciou oficialmente em nota, o próprio A.J. Renner:

⁷⁸ Como se tratavam de jogadores profissionais, em cerca de um mês, os jogadores do Renner foram contratados individualmente por outros clubes. O Presidente do Clube, Mário Azevedo, aceitou uma transferência para a filial das lojas Renner, em Santos (SP). Faleceu de dengue hemorrágica em 1986 (Michielin, 2009).

Apesar de todo o entusiasmo e progresso, os investimentos foram se avolumando, forçando a gastos sucessivamente maiores, incompatíveis com os nossos propósitos, sob pena de comprometer orçamentos e a própria manutenção do nosso quadro de funcionários.

Continuar fazendo futebol dessa maneira seria e será um enorme desperdício. Eu também lamento, mas vejo-me obrigado a encerrar nosso departamento, em face dos exorbitantes despesas que nos são mensalmente exigidas, contrariando dogmas estatutários de nossa empresa. Diante das ponderações da diretoria, além das minhas pessoais, declaro, com pesar, o término de nossas atividades futebolísticas, assunto do qual não voltarei mais a falar. (MICHIELIN, 2009,p.298)

Segundo Costa Filho (2008, p.134), Grêmio e Internacional haviam inflacionado o futebol porto-alegrense, obrigando que os demais clubes ampliassem também suas folhas de pagamento para disputarem em igualdade. Além disso, a expansão da torcida exigiria a construção de um novo estádio, também implicando em vultosos recursos. Porém, o médico da equipe atribui principalmente às disputas internas entre diretores, descontentes com a projeção recebida por Mário Azevedo, e uma campanha do Departamento de Propaganda que via no clube um concorrente.

De fato, as edições do *Boletim Renner*, sob responsabilidade do Departamento de Propaganda, não poupavam o time de críticas, no ano anterior ao fechamento do clube:

Jogando apagadamente, falho em técnica e com ausência de pelo menos um pouco de entusiasmo, de fibra, o quadro rennista baqueou frente ao Nacional (...) A renda atingiu a Cr\$ 10.370,00, fraca como sempre acontece nestes jogos, não cobrindo na despesas da partida” (BOLETIM RENNER, Maio/Junho,1958,p.42)

ESTE É O PLANTEL DO RENNER para a temporada de 1958. Nada menos de 30 atletas, entre profissionais e aspirantes, para competirem na Divisão de Honra da FRGF. Sua produtividade mostrou-se até agora muito aquém dos valores individuais existentes e da sua preparação técnica. Que é que há? (BOLETIM RENNER, Maio/Junho, 1958, p.43)

Em outra reportagem, o estádio Tiradentes era tratado com “estadinho”, sem condições de receber a torcida. Outro sinal de desprestígio fora o último aniversário do clube, em julho de 1958, transcorrido sem comemorações. Nos anos anteriores, a data recebia larga divulgação no *Boletim*, com artigos sobre a trajetória do clube, além da distribuição de flâmulas aos torcedores e a organização de jantares comemorativos.

O fim do clube, sintomaticamente, prenunciava também a decadência das Indústrias Renner. No ano seguinte, o patriarca do conglomerado, A.J. Renner, faleceria. O próprio time de futebol e a administração das empresas pelos herdeiros foram utilizadas para justificar a estagnação e a descentralização gradual em empresas separadas. Para Fortes (2001,p.177),

justamente o modelo de administração verticalizada ao extremo, que possibilitara o crescimento e consolidação inicial das organizações Renner, tornara-se um empecilho, por sua inflexibilidade, para manter o ritmo de expansão, enfrentar novas conjunturas econômicas e a competitividade do mercado.

3.2. “Nós e Eles”

A trajetória do G.E. Renner é exemplar em demonstrar como a iniciativa autônoma dos operários, num primeiro momento, é em seguida apropriada e ressignificada pela fábrica, colocando-a a serviço de seus interesses econômicos ou publicitários. Entretanto, não basta a administração econômica do clube para que a empresa introjete os valores de dominação que deseja e que estes sejam aceitos passivamente. Um clube de futebol é uma instituição político-administrativa, mas nem por isso deixa de ser uma representação, uma mediação entre uma dada equipe e um dado torcedor, entre um significante e um significado. O clube representa uma dada comunidade de sentimentos (DAMO,2005,p.71-72).

Como demonstrara Damo (2005,p.90), o pertencimento clubístico transcende o indivíduo, na medida em que implica a identificação deste com uma dada coletividade. E esta coletividade poderia ser uma vizinhança, um espaço geográfico, mas também uma classe. Hobsbawm (2000, p.291-294) chamara atenção de como o operário inglês identificava-se com seu time “contra o resto do mundo” e de como o futebol tornara-se parte do universo operário, na medida em que torcer por um time “unia todos que viviam em Blackburn, ou Bolton, ou Sunderland”.

A mesma conclusão que chegara Hoggart (1973,p.172), referindo-se às equipes de rugby de bairros operários, onde a “equipa local constitui elemento importante na vida de grupo do distrito. São, como é costume dizer-se com orgulho, ‘os nossos rapazes’, e muitos deles são rapazes do bairro — antigos mineiros ou operários de fundição, homens muito fortes”.

Assim, independente dos interesses comerciais da Renner em divulgar seus produtos através do clube, o clube tornou-se uma “comunidade de sentimentos” conotativa do bairro São João – Navegantes e de sua natureza operária. Perceba-se que a torcida o definia como o

“time dos industriários” ou “dos trabalhadores”, e não como o “time dos industriários ou dos trabalhadores *da Renner*”. E ainda como o “onze do Navegantes”.

Para os operários, à medida que o mundo se vai tornando cada vez mais fluido, a família e o bairro passam a constituir, ainda mais do que antes, o mundo real e cognoscível. De maneira, que os indivíduos sentem cada vez mais a necessidade de se integrarem num grupo local (HOGGART,1973,p.126).

Para Damo (2002,p.47-49), a importância dos clubes de fábrica reside justamente em seu papel de coesão e produção de identidades sociais. Principalmente diante da formação dos aglomerados urbanos, constituídos por imigrantes estrangeiros ou camponeses; fundamentalmente, desterritorializados e, por isso, carentes de um sentido de comunidade. Mesmo com seu desaparecimento,

Os clubes de fábrica deixaram importante contribuição para as próprias classes trabalhadoras, demonstrando, através das performances irregulares, que se ganha ou se perde mas se permanece num mesmo lugar. Contribuíram também para a coesão social nos bairros e vilas operárias e na consolidação, no âmbito do pertencimento clubístico, de uma série de valores morais, entre os quais se inclui a noção de fidelidade ao clube pelo qual se torce, especialmente quando esse clube, como no caso dos clubes de fábrica, representava não apenas a patronagem mas, fundamentalmente, proporcionava certa notoriedade ao operariado. (DAMO,2002,p.49)

E, ainda que fossem vistos, por anarquistas e parte dos comunistas, como “ferramentas de manipulação” dos operários, os clubes de fábrica também contribuía para formar uma auto-imagem positiva do operariado, exatamente como pretendida pelo movimento sindical. Os mesmos valores de disciplina e ordem, que os anarquistas reivindicavam para distinguir os trabalhadores das “*classes perigosas*”, eram reivindicados com uma característica do G.E. Renner e de sua torcida.

Já alertara Fortes (1999,p.213) que o elemento distintivo da identidade classista pode em muitos momentos não estar explícito no discurso, mas residir em opções como a adesão a organizações que buscam o atendimento de certas demandas no âmbito das relações mútuas entre pares, definidos por sua condição de classe. Assim, da mesma forma como os sindicatos, círculos operários ou associações mutualistas, os clubes operários de futebol também buscam o atendimento de uma determinada demanda: o uso do *tempo livre*. Na mesma medida em que surgem a partir de um local de sociabilidade, o bairro operário ou a fábrica, oferecem um novo espaço para a manifestação para esta sociabilidade e, nesse processo, afirmam laços de solidariedade.

O processo de identificação não se dá apenas por *aproximação* entre iguais, mas é também *contrastiva*. A identidade determina quem é o grupo, mas também quem é o rival. Assim, se esses clubes se auto-definiam como “times operários”, reafirmavam portanto uma identidade que só pode ser atribuída em antagonismo à outra. Neste caso, os industriais.

Segundo Hoggart (1973,p.87-88), para o operariado, o mundo divide-se entre “Nós” e “Eles”. Onde “Eles” são todo e qualquer membro das outras classes. O mundo “Deles” é o mundo dos patrões. E “Eles” têm tanto mais poder sobre as pessoas quanto mais pobres elas são, pois intervêm nos mais diversos aspectos da vida de cada um. Retornando ao futebol, Damo (2005,p.87) demonstrara como o pertencimento a um determinado sistema clubístico consubstancia dadas percepções do mundo ou da cidade.

Assim, o não-ingresso da maior parte dos clubes operários nas ligas, no início dos anos 1930, inclusive naquelas mais populares como as Ligas das “*Canelas pretas*”, preferindo amistosos entre os próprios clubes operários ou outras empresas, pode ser interpretada como uma opção consciente em permanecer praticando o jogo entre “nós”, ao invés de buscar a aceitação “deles”, os grandes clubes de elite ou os times dos bairros das “classes perigosas”. Afirmando sua própria singularidade frente a seus “outros”, explicitavam uma ligação que fazia deles companheiros de uma mesma jornada (PEREIRA,2000,p.268).

Sejam nas linhas de montagens, como também nas ruas e gramados, nos bailes e botecos, há uma disputa e tensão em torno do controle e da organização do espaço de *não-trabalho*. A exigência de disciplinar uma classe operária – nascente nos aglomerados urbanos – para o trabalho ordenado e para a produtividade industrial, pressupunha regular todas as dimensões da vida.

Nesse contexto, os times operários de futebol são também campos privilegiados para essa disputa – ora manifestação da autonomia e organização dos operários, ora podendo ser reapropriada pelas fábricas a serviço de seus interesses. Assim como as políticas assistenciais patronais, em que muitos estavam inseridos, não podem ser compreendidas como concessões ou mera subordinação. São expressão também de demanda, de organização e de reivindicação. E, ainda assim, o controle absoluto sobre toda e qualquer dimensão humana é impossível. Há sempre margens para resistências e negociações, para busca de determinados ganhos. Os clubes de fábrica não apenas garantiam aos operários a prática de um esporte até pouco tempo enclausurado em eventos sociais da elite e, ao mesmo tempo, proporcionavam espaços de sociabilidade, onde construía-se laços de solidariedade e identidade.

Conclusão

Durante a Copa do Mundo de futebol, em 2010, uma frase surgiu escrita em tapumes e muros da cidade de Porto Alegre: “Enquanto te exploram, tu grita gol”.

Nestas seis palavras está expressa uma idéia que remonta aos anarquistas e comunistas do início do século XX: a incompatibilidade entre futebol e a emancipação humana. Supostamente, o futebol seria um mecanismo de dominação e opressão. Um véu a encobrir a exploração sofrida através da venda da força de trabalho. O futebol, assim como seu espaço de realização, o tempo livre, estaria confinado a mera reprodução do espaço laboral. Logo, este esporte não apenas não contribuiria com a emancipação humana, como seria um obstáculo a ela.

Ao longo desta pesquisa, procurei refutar este argumento, demonstrando que tanto o tempo livre, quanto o futebol não podem ser compreendidos considerando apenas a dimensão de “dominação”, através de um viés mecânico e estanque. Ao contrário, há margens para resistência dentro do tempo livre e através do futebol. Especialmente, na medida em que ambos tornam-se objeto de reivindicação, organização e sociabilidade por parte dos trabalhadores.

Mais além, a modernidade – à qual futebol e operários são intrínsecos – é um processo de múltiplos sujeitos e em constante disputa e ressignificação por seus protagonistas. Assim se dá em Porto Alegre, na primeira metade do século XX. A capital riograndense transformara-se na mesma velocidade em que erguiam-se chaminés ou que aportavam imigrantes europeus ou vindos do interior do estado. As novas vias e bulevares, que demoliam cortiços e segregavam a população mais pobre, para que o ar, as mercadorias e a burguesia circulassem, expressavam um desejo da capital rio-grandense em afirmar-se como moderna e fazer jus ao surto industrial que vivenciava. As ruas e galerias eram ocupadas da mesma forma em que as várzeas tornavam-se campos para a prática esportiva e a fruição ao ar livre. O que era estranho ou reprovável num passado não tão remoto, o exercício físico, agora tornava-se desejável e símbolo de distinção, exigindo e promovendo novas formas de sociabilidade.

Trata-se de uma sociedade que se pretende moderna, mas que se encontra na periferia dessa modernidade e com resquícios recentes de um passado escravista. O futebol difunde-se entre essas elites como forma de suprir as deficiências da “raça” ou distinguir das malemolências que seriam naturais aos tropicais e aos pobres. De maneira que esta prática esportiva também tem características de eventos sociais, de ostentação e exibição pública

dessa burguesia. Como é o caso do primeiro jogo de futebol disputado em Porto Alegre, com a presença de algumas das famílias mais influentes política e economicamente na cidade, com uma programação que se encerrava com um baile.

Entretanto, não bastam as transformações das paisagens urbanas ou a seletividade das agremiações para suprimir os vestígios do passado escravista e realizar a passagem para uma sociedade baseada no trabalho assalariado. É preciso disciplinar, higienizar e tutelar as camadas mais pobres, antes que sua “índole natural à vadiagem” os tornem mais perigosos e transformem o sonho de modernidade das elites urbanas em um pesadelo de direitos e exigências. É necessário combater moralmente as práticas que desviem os pobres e suas energias do trabalho - como os vícios, o jogo, o boteco, a sexualidade, entre outros.

Neste trabalho, não trato das *classes perigosas* em geral, mas especificamente do operariado porto-alegrense do início do século. Um conjunto de trabalhadores crescente, inclusive no sentido demográfico, e que vai concentrando-se no chamado Quarto Distrito, os bairros de São João e Navegantes. São imigrantes europeus de uma nova leva migratória, com suas identidades e laços étnicos; são trabalhadores oriundos do interior do estado, quem vêm no rastro do crescimento urbano industrial e comercial que se desloca da serra e do sul em direção à capital. Portanto, um sujeito múltiplo, com experiências e identidades em construção.

Cinco atores sociais atuam com a pretensão de disciplinar o trabalhador para a produtividade, exigindo o controle e o regramento moral da sua vida cotidiana, introjetando valores e comportamentos de ordem e moralidade: Anarquistas, comunistas, católicos, empresários e agentes do Estado. Cada qual sob diferentes bandeiras programáticas e ideológicas, mas em comum, todos viam no operário, um sujeito que precisaria ser tutelado e conduzido para o que consideravam práticas corretas e aceitáveis. Sob pena de que o operariado, por conta própria, se entregasse ao vício ou se desviasse do caminho, seja da produtividade, seja da *Revolução*. O tempo livre deveria, assim, ser ocupado com o lar, com o estudo ou com o próprio trabalho.

Para os anarquistas, a defesa da disciplina física e moral fora utilizada, pelas primeiras organizações sindicais para delimitar as fronteiras sociais e construir uma identidade do operariado que o distinguisse dos “exploradores capitalistas” e das “classes perigosas”. Esta afirmação de uma auto-imagem baseada na honorabilidade apoiava-se na valorização do trabalho e no reconhecimento e orgulho da capacidade produtiva do operário. Esse processo implicava ainda no combate de determinados vícios, especialmente, o álcool e o jogo. O

futebol, mesmo que praticado por trabalhadores, era visto com uma dispersão da energia necessária para a luta.

Quanto aos comunistas, também inicialmente hostis ao futebol, alteraram com maior rapidez seu discurso, tratando-o de adotar o esporte como elemento organizador do operariado. Em parte, seguindo as orientações verticais da Internacional Desportiva Vermelha, como tática para arregimentar a juventude para a militância comunista.

Entretanto, na medida em que o futebol populariza-se e enraíza-se como parte da cultura operária e urbana, torna-se impossível ignorá-lo como instrumento aglutinador. Isso obriga a uma ressignificação desse discurso por anarquistas e comunistas, adaptando-o às noções já difundidas anteriormente de higiene e prática sadia ao ar livre, porém não como meio de disputa, mas de solidariedade e afirmação de vigor. Portanto, reafirmando a distinção original que pretendiam os anarquistas.

Ainda, os dados analisados nesta pesquisa demonstram que, com exceção da Renner, as fábricas onde havia clubes de futebol também aderiram às greves realizadas na década 1930, assim como haviam células do Partido Comunista em empresas que possuíam clubes de futebol, como Wallig, Renner, Zivi, Geral de Indústrias e Fiateci. Demonstrando, portanto, a fragilidade do argumento da incompatibilidade entre futebol e luta.

A terceira força a disputar o tempo livre do operariado é a Igreja Católica, através da criação e da atuação dos Círculos Operários, apoiados no tripé de assistência à infância, instrução das massas e combate aos “maus costumes e vícios”. Curiosamente, em respeito ao uso do tempo livre pelos operários, a opinião dos Círculos aproximava-se bastante das proposições das correntes anarquistas: a frequência à sede da organização e o hábito da leitura, em oposição ao jogo e ao álcool, forjariam o caráter desejado do operário. A existência de um Grêmio Esportivo Circulista, demonstra que aqui também a pressão da incorporação do futebol obriga uma ressignificação do discurso ou, ao menos, uma flexibilização da prática por parte dos Círculos Operários.

O Estado é a quarta força atuante. Na medida em que o futebol ganha, cada vez mais, a adesão das massas urbanas, torna-se também ferramenta para a interlocução ou propaganda, assim como indutor e unificador de uma identidade nacional, num país fragmentado por diferenças regionais, raciais e sociais.

Assim como a ação sindical, a vida esportiva também é submetida à tutela do Estado, através do Decreto-Lei n.3.199 de 14 de abril de 1941, que redefine completamente a base de organização esportiva no país. E que separa definitivamente o futebol operário do futebol profissional, restringindo sua existência às disputas entre fábricas e categorias profissionais.

Finalmente, há um quinto sujeito que disputa a organização do tempo livre e do disciplinamento do operariado: obviamente, a fábrica. Para tanto, fez-se necessário analisar o que denominei “*paradigma Bangu*”, a trajetória do clube fluminense tomado como padrão, onde todo clube *de* fábrica é visto como um clube *da* fábrica. O centro desse paradigma é a utilização do clube como instrumento de propaganda da indústria, mas também de distinção entre os operários, na medida em que inverte a figura do operário-jogador e cria um jogador-operário, beneficiado por privilégios. Em Porto Alegre, essa tática é acrescida a uma política assistencial em curso desde o início do século XX, que incluía a oferta de creches, caixas de auxílios, refeitórios etc., especialmente nas Indústrias Renner.

Tanto na ação dos anarquistas, comunistas, da Igreja católica, do Estado e do empresariado, os clubes operários aparecem aqui, sempre vinculados e tutelados por esses projetos.

Entretanto, estas ações não são recebidas de forma passiva. E nas novas aglomerações urbanas, desterritorializados, o operariado nascente busca novas comunidades de sentimentos e reinterpreta, à sua maneira, o discurso de modernidade. Canaliza suas demandas para diferentes formas de organização – associações mutualistas, sindicatos, sociedades recreativas – e nesse processo constrói novas identidades, lida com a multiplicidade de sua composição, principalmente étnica, estabelece novos laços de solidariedade.

Procurei demonstrar como os times e clubes são também espaços onde essas demandas se canalizam e se materializam, como nelas se expressam essas formas de identidade e solidariedade. Com força suficiente para que o Estado, as fábricas, sindicatos, partidos e a igreja sejam obrigados a reconhecer o futebol como campo de atuação e tentem novamente apropriar-se desse terreno e tutelar a ação operária também aqui.

Nesse sentido que se inserem as tentativas de organizarem clubes próprios ou campeonatos – pelos círculos operários, sindicatos, serviço da indústria ou pela fábrica - que afastem o operariado da influência dos outros agentes que disputam sua influência ou de experiências autônomas do operariado.

Mas, da parte do operariado, os clubes formados, mesmo dentro de fábricas, reúnem diversas etnias, oferecem alternativas de sociabilidade para além do esporte e reforçam laços identitários. Este futebol praticado por operários, próximo das matrizes bricolada e comunitária, uma vez que não reproduza a divisão social do trabalho, nem busca o rigor disciplinar e, ainda, que ocorra em espaços à margem das instituições formais, é o oposto da definição do esporte como prolongação da não-liberdade (e, portanto, da fábrica). Mais além,

aproxima-se da dimensão humanizadora do esporte proposta de Heller (1977), como espaço de desenvolvimento das capacidades e da plenitude humana.

Assim, esse tensionamento transfere-se também para os gramados irregulares das várzeas. O que era fruição e distinção das elites é gradualmente apropriado por esses trabalhadores, num primeiro momento. No momento seguinte, pode ser reapropriado pela fábrica como parte de um sistema de assistência e subordinação, que pode ser reapropriado outra vez pelos trabalhadores como direito ao lazer ou formador de identidade. Uma tensão em circularidade que não se esgota e que expressa o que é o tempo livre numa sociedade capitalista: sim, espaço de reprodução do tempo de trabalho, mas também com margens de resistência e autonomia.

O que, visto à distância, aparenta subordinação – como o fornecimento de equipamentos ou de um campo para os jogos – pode ser parte de uma estratégia do operariado para garantir seu interesse de usufruir a liberdade de tempo e de acessar uma prática que até então lhe era restrita. O operariado também construiu formas de negociações e a adoção do nome da fábrica não deve ser vista como uma negação da identidade ou uma declaração irrestrita de lealdade, mas como um mecanismo de acesso e financiamento de suas atividades extra-fabris.

Dessa maneira, um dos objetivos deste trabalho era aferir se o “*paradigma Bangü*” reproduzia-se em Porto Alegre. A experiência do Grêmio Esportivo Renner me permite dizer que não. Construída a partir da iniciativa dos trabalhadores, também é verdade que essa agremiação sofreu uma gradual apropriação pela empresa em sua gestão, a ponto de definir inclusive o seu encerramento.

Ao mesmo tempo, a tentativa da fábrica em controlar rigidamente este espaço fora de seus muros não era suficiente para impedir que o clube se tornasse maior do que ela própria e se convertesse em portador de uma identidade não empresarial, mas operária, vinculada estreitamente com seu bairro. Apesar das tentativas da empresa em controlar desde a diretoria à torcida, os valores que o clube emanava, em consonância com a própria identidade do bairro operário e com a imagem do industriário, extrapolavam o controle da fábrica e contribuía com a construção da identidade da classe. Torcer pelo Renner não era torcer pela empresa, mas pelos que trabalhavam nela, mesmo que não estivessem em campo.

Se a consciência de classe, como afirmara Thompson, é produzida a partir da experiência compartilhada pelos indivíduos, não apenas nas relações de produção em que estão inseridos; é possível afirmar então que esta comunhão de laços de identidade entre os operários através de seus clubes de futebol – neste caso, o Renner – contribui para a formação

de uma consciência de classe e, logo, não pode ser tomada apenas como terreno de dominação.

O fim das atividades profissionais, no mesmo ano, do Renner, Força e Luz e do Nacional também não deve ser visto como uma derrota do futebol operário. Na medida em que o futebol profissionaliza-se e consolida um sistema de disputa, os clubes tradicionais ampliam suas torcidas – porque agora o critério de grandeza são os títulos e torcedores, não mais a origem social – e estabelecem um novo patamar de disputa econômica impossível de ser acompanhado por outros clubes, não apenas os operários. Nesse processo, novos laços identitários são formados ou reconstruídos. O Grêmio ou Internacional, por exemplo, representam comunidades de sentimentos muito mais amplas do que em sua origem. Em contrapartida, a profissionalização dos clubes interessa muito mais à própria fábrica, que vê na disputa dos campeonatos um instrumento de propaganda, do que aos operários que são gradualmente alijados das equipes, enquanto jogadores.

Ressalte-se que a preocupação desta pesquisa – e suponho que a dos operários que estudei – não é a afirmação do futebol como mecanismo de ascensão social e econômica, ainda que obviamente essa estratégia tenha sido utilizada por alguns operários-jogadores. O que motivou este trabalho é compreender o tempo livre como campo de sociabilidade e construção de laços identitários. Nesta dimensão, as agremiações que optaram pelo amadorismo, que se mantiveram próximas ao seu caráter bricolado ou comunitário, continuaram a constituir-se como este espaço social, mesmo que afastadas dos holofotes. Mais além, pode-se afirmar que não ter optado pelo profissionalismo foi o que garantiu sua sobrevivência e oferta dentro das fábricas.

Assim, ressalte-se mais uma vez, o tempo livre não é determinado apenas pela dominação ou resistência. Pelo contrário, é marcado pela tensão, disputa e pela existência conjunta de ambos os pólos. E os clubes operários de futebol como espaços organizativos, sem natureza econômica ou reivindicatória – mas, ainda assim uma forma organizativa – são espaços onde a experiência é compartilhada, em maior ou menor grau, e, portanto, forjam também uma identidade de classe.

De maneira que quando tu gritas gol, pode também estar resistindo e emancipando-se.

Fontes

Acervos

Fundos da administração descentralizada/Companhia Carris Porto Alegre: Atas da Companhia Força e Luz Portoalegrense (1921, 1931-1939); Relatórios e correspondência. Arquivo Moisés Velinho.

Arquivo Público Estadual do Rio Grande do Sul: PROCESSO CRIME, n.º 730, maço 42, 1916, p. 19.

Acervo Histórico em Ciências do Esporte e Educação Física/Biblioteca ESEF-UFRGS.

Correio do Povo. Museu de Comunicação Hipólito José da Costa.

Acervo Sandra Pesavento: Industrialização no RS. Núcleo de Pesquisa em História (NPH)/UFRGS.

Acervo A Voz do Trabalhador. Núcleo de Pesquisa em História (NPH)/UFRGS.

Periódicos citados

AMARO JUNIOR. *Almanaque esportivo do Rio Grande do Sul*. Tipografia Esperança. 1942, 1946, 1948, 1950-1953, 1958.

A Voz do Trabalhador. Órgão da confederação operária brasileira. Ano I n.10. Rio de Janeiro. 1º de fevereiro de 1914

A Voz do Trabalhador. Órgão da Federação Operária do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1934-1935

Correio do Povo, Porto Alegre, 1911, 1922, 1931-1935.

Diário de Notícias, Porto Alegre, 10 de outubro de 1948.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 10.04.1957

MAZZINI, Thomaz. *Almanaque Esportivo*. [São Paulo:]1939.

Revista do Globo, Porto Alegre, 1929-1954.

Banco de Dados

MAZO, Janice. *Inventário das Associações Esportivas De Porto Alegre (1863 A 1945)*. [2005]

DVD

PAPÃO DE 54: a trajetória gloriosa do Renner, o time dos industriários. Direção de Alexandre Derlam. Produção executiva de Renê Goya. Porto Alegre: Estação Elétrica filme e vídeo, 2005. (65 min). DVD.

Legislação

BRASIL. Decreto-lei n.3.199, de 14 de abril de 1941. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país.

Bibliografia

40 Anos Renner – Indústria do Vestuário – Uma organização vertical sem similar no país ou no exterior. Porto Alegre: Renner, 1952.

ADORNO, Theodor W. Tempo Livre. In: *Indústria cultural e sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. pp.103-117.

ALABARCES, Pablo. *Fútbol y patria: el fútbol y las narrativas de la nación en la Argentina*. Buenos Aires, Prometeo Libros Editorial, 2002.

ALFONSIN, Betânia de Moraes. *Da invisibilidade à regularização fundiária: a trajetória legal da moradia de baixa renda em Porto Alegre - século XX*. Porto Alegre: UFRGS, Faculdade de Arquitetura, 2000 (Dissertação de Mestrado).

ALVAREZ, Andrés Morales. Batllismo y futbol. *EF y deportes*. Revista Digital - Buenos Aires - Año 9 - N° 62 – Julho de 2003: <http://www.efdeportes.com/>. Acessado em: 4 de outubro de 2009.

ANTUNES, Fátima. *Futebol de fábrica em São Paulo*. São Paulo: USP (Dissertação de mestrado), 1992.

ARAVANIS, Evangelia. *O corpo em evidência nas lutas dos operários gaúchos (1890 a 1917)*. Porto Alegre: UFRGS, 2005. (Tese de Doutorado)

AXT, Gunter. *A. J. Renner: discursos e artigos (1931/1952)*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do RS/CORAG, 2000.

BAKOS, Margaret Marchiori. *Eternos Indententes de Porto Alegre*. Primeiras Jornadas de História Regional Comparada. 23 a 25 de Agosto de 2000. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: FEEE.

BERMAN, Marshal. *Tudo o que é sólido se desmancha no ar*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2007.

BILHÃO, Isabel. *Identidade e trabalho: uma história do operariado porto-alegrense (1898 a 1920)*. Londrina: EDUEL, 2008.

_____. *Rivalidades e Solidariedades no movimento operário (Porto Alegre 1906-1911)*. Porto Alegre: Edipucrs, 1999.

CABRAL, Michelle Nascimento. *Teatro Anarquista, Futebol e Propaganda: Tensões e contradições no âmbito do lazer*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. (Dissertação de Mestrado).

CALDAS, Waldenyr. *O Pontapé Inicial*. Memória do futebol brasileiro (1894-1933). São Paulo: IBRASA, 1990.

CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco. Disciplina e controle no espaço fabril: o trabalhador têxtil em Minas Gerais. *Revista Brasileira de História*. V.6 n.11. PP.63-74. Set/1985/fev1986.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editore, 2005.

CARVALHO JUNIOR, Francisco e GARCIA, Eliane Rosa. *Adorável Camarada: memórias de Julieta Battistioli*. Porto Alegre: Câmara Municipal de Porto Alegre, 2008.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

COIMBRA, David; NORONHA, Nico; SOUZA, Mário Marcos de. *A História dos Grenais - 2ª edição*. Artes e Ofícios. Porto Alegre, 2004.

COSTA, Maurício da Silva Drummond. Os Gramados do Catete: Futebol e Política na Era Vargas (1930-1945) in: DA SILVA, Francisco Carlos Teixeira e SANTOS, Ricardo Pinto dos. *Memória social dos esportes: futebol e política: a construção de uma identidade nacional*. Rio de Janeiro: Mauad Editora: FAPERJ, 2006.pp. p.107-131

COSTA FILHO, Arnaldo. *Campereada da memória*. Porto Alegre: Edições EST, 1998.

CRUZ, Cláudio. *Literatura e cidade moderna: Porto Alegre 1935*. Porto Alegre: EDIPUCRS: IEL, 1994.

DAMO, Arlei. *Do dom à profissão: Uma etnografia do futebol de espetáculo a partir da formação de jogadores no Brasil e na França*. Porto Alegre: UFRGS (Tese de Doutorado), 2005.

_____. *Futebol e identidade social: uma leitura antropológica das rivalidades entre torcedores e clubes*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002 (coleção academia).

EDELMAN, Robert. *Serious fun*. A history of spectator fun in USSR. New York: Oxford University Press, 1993.

ELIAS, Norbert e DUNNING, Eric. Introducción. In: *Deporte y Ócio en el Proceso de la Civilización*. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 1992, p.31-81.

ELÍBIO JUNIOR, Antônio Manoel. *A construção da liderança política de Flores da Cunha: govern, história e política (1920-1937)*. Campinas. Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, 2006.

EMRICH, Victor. *Trabalho, Greves e Futebol: Luta, Identidade e sociabilidade na formação da Classe Trabalhadora Friburguense (1911-1933)*. Rio de Janeiro: UFF (Dissertação de mestrado), 2007.

ENDLER, Sérgio. *Tesourinha*. Porto Alegre: Tchê!, 1984.

ENGELS, Friederich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global, 1985.

FAUSEL, Erich. *Idéias e pensamentos de A.J. Renner*. Porto Alegre, A.J. Renner S.A., 1962.

FAUSTO, Boris. A revolução de 30. in: MOTA, Carlos Guilherme(org.). *Brasil em Perspectiva*. 19ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

FEIX, Eneida. *Lazer e cidade na Porto Alegre do início do século XX : a institucionalização da recreação pública*. Porto Alegre: UFRGS, 2003 (Dissertação de Mestrado).

FRAGA, Gerson Wasen. “*A Derrota do Jeca*” na imprensa brasileira: Nacionalismo, Civilização e Futebol na Copa Do Mundo de 1950. Porto Alegre: UFRGS (Tese de Doutorado), 2009.

_____. *Branco e Vermelhos: A Guerra Civil Espanhola através das páginas do Jornal Correio Do Povo (1936-1939)*. Porto Alegre, UFRGS (Dissertação de Mestrado), 2004.

FRANCO JUNIOR, Hilario. *A dança dos deuses: futebol, cultura, sociedade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FORTES, Alexandre. *Nós do Quarto Distrito. A Classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*. Campinas,SP: Unicamp,2001 (Tese de Doutorado).

_____. Da solidariedade à assistência: estratégias organizativas e mutualidade no movimento operário de Porto Alegre na primeira metade do século XX. In: *Cadernos. AEL*, Campinas (SP), v.6, n.10/11,pp.171-219.1999

FRYDENBERG, Julio David. Practicas y valores en el proceso de popularizacion del futbol, Buenos Aires 1900-1910. In: *EF y deportes*. Revista digital Educación Física y Deportes. Año 3, Nº 10. Buenos Aires. Maio, 1998. Disponível em:<http://www.efdeportes.com>. Acesso em: 3 de maio de 2009.

_____. *Los nombres de los clubes de futbol. Buenos Aires 1880-1930*. in: *Lecturas: Educación Física y Deportes*, Año 1, Nº 2. Buenos Aires. Setembro, 1996.

GAFFNEY, Christopher e MASCARENHAS, Gilmar. O Estádio de futebol como espaço disciplinar. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL MICHEL FOCAULT- PERSPECTIVAS, 2004. Florianópolis: UFSC, 2004.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987

GIULIANOTTI, Richard. *Sociologia do futebol: dimensões históricas e socioculturais do esporte das multidões*. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

GRAMSCI, Antônio. *Escritos políticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, v. 1.

GONÇALVES JUNIOR, René Duarte. *Friedenreich e a reinvencão de São Paulo: o futebol e a vitória na fundação da metrópole*. São Paulo: USP,2008 (Dissertação de Mestrado).

GOUNOT, André. El proyecto de la Olimpiada Popular de Barcelona (1936),entre comunismo internacional y republicanismo regional. In: *Cultura, ciencia y deporte: revista de*

ciencias de la actividad física y del deporte de la Universidad Católica de San Antonio, N°. 3, 2005 , pp. 115-123

GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. 500 anos de Brasil, 100 anos de futebol gaúcho: construção da “província de chuteiras”. In: *Anos 90: revista do programa de pós graduação em História*. Porto Alegre: UFRGS, n° 13, jul/2000.

GUIMARAENS, Rafael. *Foguinho*. Porto Alegre: Redactor Emp. Editoriais, 1985.

HARDMAN, Francisco Foot. *Nem pátria, nem patrão: memória operária, cultura e literatura no Brasil*. 3ª edição. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

HELAL, Ronaldo. *Passes e Impasses*. Futebol e cultura de massas no Brasil. Petrópolis:Vozes, 1997.

HELLER, Agnes. *Sociologia de la vida cotidiana*. Barcelona, Peninsula, 1977.

HERRLEIN JR., Ronaldo e CORAZZA, Gentil. Indústria e comércio no desenvolvimento econômico (1930-1985). In: GERTZ, René (coord.). *República: da revolução de 30 à ditadura militar (1930-1985)*. Passo Fundo: Méritos, 2007, v.4 (coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

HOBSBAWM, Eric. *Mundos do Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

_____. A produção em massa de tradições: Europa, 1879 a 1914 In: HOBSBAWM, Eric e RANGER, Terence (org). *A Invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOGGART, Richard. *As utilizações da cultura. Aspectos da vida da classe trabalhadora, com especiais referências a publicações e divertimentos*. Lisboa: Editorial Presença, 1973. volume I.

HOHLFEDT, Antônio. A imprensa sul-rio-grandense entre 1870 e 1930. In: *E-Compós. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*. Vol.7, 2006.

HORN, Lucas Guimarães e MAZO, Janice. Um estudo histórico sobre a torcida do ‘Grêmio Esportivo Renner’ de Porto Alegre/RS(1945-1959)in: *Pensar a Prática* , 1-13, maio/ago. 2009.

JACKS,Nilda. *Mídia Nativa. Indústria cultural e cultura regional*. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 1998. (Síntese rio-grandense 22-23).

LARDIES, Miguel. *Coletânea de leis e regulamentos dos desportos em especial do futebol*.Porto Alegre: Imprensa oficial, 1945.

LOPES, José Sérgio Leite. *A tecelagem no conflito de classe na cidade das chaminés*. Brasília: Editora Marco Zero; Editora Universidade de Brasília, 1988.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política: livro I*. 24ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MASON, Tony. *Passion of the people? Football in south America*. Londres, Verso, 1995.

MASCARENHAS, Gilmar. *A bola nas redes e o enredo do lugar*. Uma geografia do futebol e de seu advento no Rio Grande do Sul. São Paulo: USP (Tese de doutorado), 2002.

_____. Futebol da Canela Preta: o negro e a modernidade em Porto Alegre In: *Anos 90, revista do programa de pós graduação em História*. Porto Alegre: UFRGS, Vol.7, nº11, UFRGS, julho/1999.

_____. Construindo a Cidade Moderna: a Introdução dos Esportes na Vida Urbana do Rio de Janeiro. In: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, CPDOC (Fundação Getúlio Vargas). Número 23, pp, 17-39, junho de 1999.

MASES, Enrique. El tiempo libre de los trabajadores en La norpatagonia. De la cultura política, las prácticas recreativas y deportivas al disciplinamiento social (1900-1945). In: *Quinto Sol*, Nº 9-10, 2005-2006, pp. 73-97.

MAZO, Janice, REPPOLD FILHO, Alberto Reinaldo (orgs.). *Atlas do esporte no Rio Grande do Sul*. <http://www.cref2rs.org.br/atlas/index.asp>. Acessado em 2 de maio de 2009.

_____. e GAYA, Adroaldo. As associações desportivas em Porto Alegre, Brasil: espaço de representação da identidade cultural teuto-brasileira. *Rev. Port. Cien. Desp.*, maio 2006, vol.6, no.2, p.205-213.

MEMORIAL DO RIO GRANDE DO SUL, *Cadernos de História – Futebol no Rio Grande do Sul*, [2005] p.1 <http://www.memorial.rs.gov.br/>

MÉSZÁROS, Istvan. A tirania imperativa do tempo do capital. In: *O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2007, p.33-49.

MICHIELIN, Francisco. *Uma vez para sempre*. Caxias do Sul, RS: Maneco, 2009.

Modelo de Estatutos para o Círculo Operário. Porto Alegre: Círculos Operários do Rio Grande do Sul, 1941.

MUMFORD, Lewis. *A Cidade a e a História: suas origens, transformações e perspectivas*. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NEGRO, Antônio e FORTES, Alexandre. Historiografia, trabalho e cidadania no Brasil. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília (org). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 2.ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (O Brasil republicano, vol.2).

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à Razão dualista. O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

OLIVEN, Ruben e DAMO, Arlei. *Fútbol y cultura*. Bogotá: Grupo editorial Norma, 2001.

Pequeno Manual dos empregados. Porto Alegre, A.J.Renner S.A, 1946.

Os sete degraus do êxito in: *Seleções do Boletim Renner*. Porto Alegre, A.J.Renner S.A., 1948, p.19-22

OSTERMANN, Rui (org.). *Meia encarnada, dura de sangue*. Literatura e esporte. Porto Alegre: Artes&Ofícios, 2001.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania*. Uma História Social do Futebol no Rio de Janeiro (1902-1938). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Os pobres da cidade: vida e trabalho – 1880-1920*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS,1994. (Síntese rio-grandense; 18/19).

_____. *A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho (RS:1889-1930)*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988 (série Documenta).

_____. *In: Simpósio sobre a Revolução de 30*, Porto Alegre, out.1980. Porto Alegre, ERUS, 1983.

_____. *RS: Economia & Poder nos anos 30*. Série documento n.º5. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

PESSOA, Fernando. *Textos de Crítica e de Intervenção*. Lisboa: Ática, 1980.

PETERSEN, Silvia Regina e LUCAS, Maria Elizabeth. *Antologia do Movimento Operário gaúcho (1870-1937)*. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS/Tchê, 1992.

PINTO, Rodrigo. *Do passeio público à ferrovia: o futebol proletário em Fortaleza (1904 – 1945)*. Fortaleza:, UFCE (Dissertação de mestrado), 2007.

PRONI, Marcelo Weishaupt. *Esporte-espetáculo e futebol-empresa*. Campinas, SP: UNICAMP (Tese de doutorado), 1998.

RALLE, Michel. A festa militante. O espaço festivo dos operários diante da identidade social (Espanha, 1850-1920). In: BATALHA, Claudio, TEIXEIRA DA SILVA, Francisco e FORTES, Alexandre. *Culturas de Classe: Identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.pp.73-93.

REICHEL, Heloisa J.(coord) et al. Vida e trabalho num bairro fabril: depoimentos. In: *Anos 90 – Revista do Curso de Pós-graduação em História*, v.2,n.2. Porto Alegre: Ed.Universidade, 1994

RENNER, A.J.Salários e preços. In: *Seleções do Boletim Renner*. Porto Alegre, A.J. Renner S.A., 1948, p.11-13.

RIGO, Luiz Carlos. *Memórias de um futebol de fronteira*. Campinas, SP: UNICAMP (Tese de doutorado), 2001.

RODRIGUES FILHO, Mario. *O Negro no futebol brasileiro*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

RÜDIGER, Francisco. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1993.

SANTOS NETO, José Moraes dos. *Visão do jogo: primórdios do futebol no Brasil*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

SÊGA, Rafael Augustus. Os melhoramentos urbanos como estratégia de dominação social.in: *Anos 90— Revista do Curso de Pós-graduação em História*, Porto Alegre, n.º14, dezembro de 2000.

SEVCENKO, Nicolau. Futebol, metrópoles e desatinos. in: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, *Revista da Universidade de São Paulo*, n.22.São Paulo, SP: USP, CCS, 1994.p.30-37

SILVA, Daniela Alves. *Cultura Operária: Um Estudo de Caso do Villa Nova Atlético Clube*. Belo Horizonte: UFMG (Dissertação de Mestrado), UFMG, 2007.

SIQUEIRA, Uassyr de. *Clubes e Sociedades dos Trabalhadores do Bom Retiro. Organização, lutas e lazer em um bairro paulistano (1915-1924)*. Campinas (SP), UNICAMP, 2002 (Dissertação de Mestrado).

SOARES, Antônio Jorge. História e a invenção das tradições no campo do futebol in: *Revista Estudos Históricos*, Vol. 1, No. 23, Fundação Getúlio Vargas (1999). P.119-146.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A Intentona Comunista de 1935*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

STROHAECKER, Tânia Marques. Atuação do público e do privado na estruturação do mercado de terras de Porto Alegre (1890-1950). In: *Scripta Nova. Revista electronica de Geografia y ciencias sociales*, vol.IX, n.º 194, Barcelona,1º de agosto de 2005.

THOMPSON, E. P. Folclore, Antropologia e História Social. In *As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos*. Campinas, Editora da Unicamp, 2001.

_____. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *A formação da classe operária inglesa*. 3 volumes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

_____. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro, Zahar editores, 1981.

VINNAI, Gerhard. *El fútbol como ideologia*. Ciudad del México, Siglo Veintiuno, 1978.

WASSERMAN, Claudia. *O Rio Grande do Sul e as elites gaúchas na Primeira República: guerra civil e crise no bloco do poder*. In: GRIJÓ, Luiz Alberto, KUHN, Fábio et al. *Capítulos de história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2004.

WEBER, Regina. *Os operários e a colméia: trabalho e etnicidade no sul do Brasil*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002. (coleção Ciências sociais).